

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



As ciências sociais aplicadas
e seu protagonismo
no mundo contemporâneo 2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0204-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.046221406>

1. Ciências sociais. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Ciências Sociais Aplicadas: e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2* é composta por 13 (treze) capítulos produtos de revisão de literatura, ensaio teórico, pesquisas qualitativa e quantitativa, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo, discute o *conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)* e os limites e possibilidades das *políticas de Educação do Campo e Territórios da Cidadania na conformação de uma política de agricultura familiar*. O segundo, por sua vez, discute as políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da análise e discussão de um projeto produtivo.

O terceiro capítulo, discute a relação existente entre produção de alimentos em larga escala e a fome no Brasil. O quarto por sua vez, discute as contradições vinculadas à efetivação dos direitos das pessoas com transtorno mental em situações de crise em saúde mental e contradições vinculadas.

O quinto capítulo, discute os resultados da pesquisa acerca das estratégias abordadas pela Biblioteconomia para a preservação/conservação de documentos. O sexto, por sua vez apresenta os resultados de pesquisa realizada em 2021, acerca do contexto de uma *biblioteca pública e o potencial do Estudo de Comunidades neste cenário*.

O sétimo capítulo, discute a administração de instituições públicas de ensino e sua transformação em instituto universitário. O oitavo, por sua vez, discute a relação entre a qualidade do serviço prestado pelo pessoal administrativo e a satisfação dos alunos de uma Instituição de Ensino Superior.

O nono capítulo apresenta *um mapeamento sistemático da literatura, referente às ferramentas utilizados em avaliações de impacto social*. O décimo, por sua vez, discute *o desenvolvimento e o uso de um modelo de diagnóstico capaz de identificar a maturidade da agência reguladora*.

O décimo primeiro, discute os limites e possibilidades no direito brasileiro no contexto da reparação dos danos ambientais e litígios climáticos. O décimo segundo, discute os resultados da pesquisa acerca da relação entre treinamento de equipe e a satisfação do cliente.

E finalmente o décimo terceiro capítulo, apresenta os resultados da pesquisa acerca da produção em revistas científicas acerca da Música, e como estas produções se conectam com as ciências sociais.

Neste contexto, convidamos o leitor a acessar o material vinculado, produzido a partir da análise investigativa dos autores, conhecer as discussões e reverberar no seu cotidiano profissional.


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL DURANTE OS DOIS GOVERNOS DE LULA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Banjaqui Nhaga


Diego de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214061>

CAPÍTULO 2..... 17

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO A PARTIR DE UM PROJETO PRODUTIVO

Frederico Maciel Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214062>

CAPÍTULO 3..... 31


A PRODUTIVIDADE DE ALIMENTOS E A FOME NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESTE CENÁRIO NA PANDEMIA POR COVID-19 EM 2020

Éverson Lucas Coradin

Elis Regina Costa

Taciana Wilke Pires

Adriele Inácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214063>

CAPÍTULO 4..... 35

CONTRADIÇÕES EM TORNO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA ATENÇÃO À CRISE

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Ana Lucia César da Costa

Francisca Maria Soares

Josélia Macêdo de Carvalho Sousa


Maria Ester da Costa

Maria José Girão Lima

Ana Gabrielly da Silva

Maria da Conceição Silva Rodrigues

Tamires Leticia Cardoso da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214064>

CAPÍTULO 5..... 46

A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL

Tatiana Frazão Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214065>

CAPÍTULO 6..... 55

ESTUDO DE COMUNIDADE: A BIBLIOTECA PÚBLICA “JOSUÉ” E SEU ESTIMADO

PÚBLICO

Regina L. Péret Dell'Isola
Raquel Ferreira de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214066>

CAPÍTULO 7..... 73

ADMINISTRACIÓN DE INSTITUCIONES EDUCATIVAS PUBLICAS SIN PRESUPUESTO DIRECTO Y SU TRANSFORMACIÓN A INSTITUTO UNIVERSITARIO DESARROLLANDO LOS EJES ESTRUCTURANTES


Christian Javier Aguas Diaz
J Flores
K.Sarmiento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214067>

CAPÍTULO 8..... 88

CALIDAD DE SERVICIO DEL PERSONAL ADMINISTRATIVO Y SATISFACCIÓN DE LOS ESTUDIANTES EN LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE JULIACA


José Oscar Huanca Frías
Rene Eduardo Huanca Frías
Julio Rumualdo Gallegos Ramos
Juan José Apaza Justo
Ledu Anali Ferreyros Calisaya
Vitaliano Enriquez Mamani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214068>

CAPÍTULO 9..... 99

FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

Isabelly Batista Silva
Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0462214069>

CAPÍTULO 10..... 120

O USO DE MODELOS DE MATURIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE REGULATÓRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL

Danielle Zanoli Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140610>

CAPÍTULO 11..... 139

A REPARAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS E O NEXO DE CAUSALIDADE NOS LITÍGIOS CLIMÁTICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO

Ana Carolina Benzi Bastos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140611>

CAPÍTULO 12..... 161

CAPACITACION DE PERSONAL Y SATISFACCION DEL CLIENTE DEL SUPERMERCADO

PLAZA VEA-JULIACA


José Oscar Huanca Frias
Rene Eduardo Huanca Frías
Julio Rumualdo Gallegos Ramos
Juan José Apaza Justo
Ledu Anali Ferreyros Calisaya
Vitaliano Enriquez Mamani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140612>

CAPÍTULO 13..... 172

MÚSICA & CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR EM ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 2015 E 2019

Rogério de Brito Bergold

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04622140613>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 195

ÍNDICE REMISSIVO..... 196

CAPÍTULO 1

AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL DURANTE OS DOIS GOVERNOS DE LULA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Data de aceite: 01/06/2022

Banjaqui Nhaga

Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG).
Campina Grande-PB

Diego de Souza

Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Bolsista Capes-DS desde março de 2011. Integrante do Grupo de Pesquisa Práxis, no PPGCS (UFCG).
Pesquisador colaborador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a América Latina Contemporânea (GEPALC – UFPB, João Pessoa-PB)

Artigo apresentado ao professor Márcio Caniello na disciplina Sociedades Camponesas, como requisito para obtenção da nota final na referida disciplina, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

RESUMO: A dinâmica rural brasileira passou por muitas transformações nos últimos anos. E, cumpre um papel importante nessa conjuntura à implementação de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A partir desse cenário, o objetivo desse artigo é analisar as possibilidades e os limites

das políticas de Educação do Campo e Territórios da Cidadania na conformação de uma política de agricultura familiar que ocupe, por um lado, um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e, por outro lado, assuma um lugar de destaque no sistema produtivo brasileiro. Procuraremos alcançar nossos objetivos a partir da análise dos documentos “Agricultura Familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006” e “Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011”, assim como de outros documentos disponibilizados no sítio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Políticas Públicas de Desenvolvimento Agrário. Governo Lula da Silva. Políticas Desenvolvimentistas.

1 | INTRODUÇÃO

A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental

e disponibilidade de mão-de-obra.

Este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades - 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por consequência nas grandes metrópoles.

A dinâmica rural brasileira passou por muitas transformações nos últimos anos. E, cumpre um papel importante nessa conjuntura à implementação de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A Política Nacional de Agricultura Familiar, implementada pela lei 11.326 de 24 de julho de 2006, foi um marco na história da agricultura familiar brasileira, garantindo-lhe mais financiamento, mais infraestrutura para a comercialização de seus produtos, e fez das políticas públicas de desenvolvimento rural (como os Territórios da Cidadania e a Educação do Campo) um instrumento de redução das desigualdades sociais através da inclusão produtiva das famílias pobres e do oferecimento de uma educação contextualizada capaz de formar tecnologia social eficiente.

A partir desse cenário, o objetivo desse artigo é analisar as possibilidades e os limites das políticas de “Educação do Campo” e “Territórios da Cidadania” na conformação de uma política de agricultura familiar que ocupe, por um lado, um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e, por outro lado, assuma um lugar de destaque no sistema produtivo brasileiro. Procuraremos alcançar nossos objetivos a partir da análise dos documentos “Agricultura Familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006” e “Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011”, assim como de outros documentos disponibilizados no sítio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na primeira parte do artigo, o objetivo é apresentar algumas referências sobre a agricultura familiar no Brasil tendo como base o “Censo Agropecuário 2006” e o “Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011”. No primeiro documento, encontramos dados sobre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar; sobre a distribuição dos estabelecimentos em cada região do Brasil; sobre o número de pessoas ocupadas pela AF e pela ANF¹; sobre o Valor Bruto de Produção da AF e da ANF; sobre produção de alimentos; sobre financiamento, entre outros dados. No segundo documento, utilizamos os dados sobre a política de Educação do Campo, sobre financiamento, sobre políticas de desenvolvimento territorial, entre outros.

Na segunda parte, fazemos uma análise das políticas públicas de desenvolvimento rural no ciclo desenvolvimentista do governo de Lula da Silva, especificamente das políticas Territórios da Cidadania e Educação do Campo, procurando avaliar o impacto que elas causaram na conformação de uma política de agricultura familiar comprometida com a

¹ AF – Agricultura Familiar; ANF – Agricultura Não Familiar.

redução das desigualdades no país.

2 I AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O reconhecimento da agricultura familiar como um setor produtivo da economia brasileira é muito recente. E, por isso, esse tipo de produção enfrenta muitas dificuldades. O conceito de “agricultura familiar” foi definido pela lei 11.326 de 24 de julho de 2006². Essa lei garantiu a participação dos agricultores familiares no planejamento, implementação e financiamento de políticas públicas para o setor agrícola. Antes desta data, algumas conquistas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) já tinham sido estabelecidas, mas a agricultura familiar continuava sendo depreciativamente chamada de pequena agricultura ou agricultura de subsistência

Segundo a lei 11.326(Política Nacional de Agricultura Familiar), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O mais frequente é que uma família esteja associada a apenas um estabelecimento agropecuário, mas existem exceções. Assim, ao considerar cada estabelecimento como uma unidade familiar, o Censo Agropecuário 2006 pode conter pequena superestimação. Mas esta variação não seria muito significativa, pois, segundo a PNAD 2007, produtores com mais de uma área de empreendimento representavam apenas 0,8% do total.

2.1 Agricultura familiar e Censo Agropecuário 2006

A Lei 11.326/2006 possibilitou a realização pela primeira vez na história do país de um censo agropecuário para quantificar o potencial econômico e social da agricultura familiar na produção de alimentos básicos, trabalho e renda, fixação das populações rurais, preservação ambiental e outros indicadores sobre as contribuições da agricultura familiar para a segurança alimentar e a geração de riquezas. O Censo identificou 4,2 milhões de famílias brasileiras em que as principais atividades econômicas estão relacionadas com a produção agrícola familiar.

Nesse Censo, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura

² Portanto, só no segundo semestre do último ano do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Enquanto isso, durante todo o primeiro mandato de Lula, o agronegócio foi o carro-chefe dos saldos positivos na balança comercial do país. Apesar do aumento do financiamento para a agricultura familiar durante o segundo governo de Lula, a política agrícola privilegiada pelo governo tinha no agronegócio sua sustentação. A política econômica do governo Lula de exportação de commodities (produtos com baixo valor tecnológico agregado) para os países sul-americanos, China e Estados Unidos, tem no agronegócio sua base de sustentação. A pergunta que devemos fazer é qual o lugar da agricultura familiar na política agrícola brasileira?

familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Ocupam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os dados mostram uma estrutura agrária demasiadamente concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. Ou seja, os estabelecimentos não familiares são demasiadamente maiores do que os estabelecimentos familiares.

Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) gerado, isto é, o VBP dos pequenos e médios agricultores rurais foi de 54 bilhões de reais³. A agricultura não familiar, por sua vez, foi responsável por 62% do VBP, correspondendo à cifra de 89 bilhões de reais. Estes números mostram que apesar de os estabelecimentos familiares serem extremamente menores do que os não familiares, os primeiros conseguem obter uma produtividade muito relevante; com qualidade, sustentabilidade e empregando um número muito maior de pessoas em suas atividades.

Outro dado importante é a participação da agricultura familiar no pessoal empregado⁴. O número de pessoal empregado nessa forma de produção ultrapassou a marca de 12 milhões de pessoas, representando 74,4% do pessoal ocupado na agricultura no Brasil em 2006. A agricultura não familiar, dado o grau de mecanização e de destruição das relações sociais de produção que ele introduziu meio rural, empregou apenas 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% do pessoal empregado na agricultura.

Embora exista uma tendência de redução das pessoas ocupadas na agropecuária brasileira como um todo desde 1985, a agricultura familiar foi capaz de reter um maior número de ocupações que a agricultura não familiar. O número total de pessoas ocupadas na agricultura familiar em 2006 é mais de duas vezes superior ao número de ocupações geradas pela construção civil, um dos principais setores responsáveis pelo crescimento da economia brasileira nos últimos anos, especialmente durante os dois governos de Lula da Silva. Em termos comparativos, entre 1996 e 2006, a agricultura familiar ampliou a sua participação no total de estabelecimentos (de 85 para 88%), da área (de 31 para 32%), e de pessoas ocupadas na agricultura brasileira (de 77 para 79%).

O número de pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias – a pluriatividade – no interior do estabelecimento era reduzido: apenas 169 mil pessoas na agricultura familiar e 53 mil pessoas nos estabelecimentos não familiares. Entretanto, 26% dos estabelecimentos familiares não tinham seu produtor com dedicação exclusiva.

3 Entre 1996 e 2006 cresceu o Valor Bruto da Produção da agricultura familiar e sua participação no VBP Total. Cresceu em âmbito nacional, de 38 para 40% e em todas as regiões do país, especialmente no Norte e no Nordeste, onde o crescimento foi de 11% e 9%, respectivamente. A agricultura familiar gera um VBP de R\$ 677/há, que é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar (R\$ 358/há).

4 A agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas por 100ha, enquanto a agricultura não familiar ocupa 1,7 pessoas por 100ha.

Em termos de distribuição do número de estabelecimentos da agricultura familiar por região, temos a seguinte configuração: 50% dos estabelecimentos estão na região Nordeste, 19% no Sul, 16% no Sudeste, 10% no Norte e 5% no Centro-Oeste. A Bahia é o estado com o maior número de estabelecimentos familiares (15% do total), seguida de Minas Gerais (10%). Estes dois estados possuem, também, as maiores áreas com estabelecimentos familiares, 9,955 milhões e 8,845 milhões de hectares, respectivamente.

2.2 Produção de alimentos

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de hectares) a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Os dados do Censo Agropecuário 2006 registram que 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos⁵, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo têm origem nas pequenas propriedades de administração familiar. Mesmo a soja, tem 16% de sua produção nacional neste segmento. Na Região Sul (RS, SC, PR) os agricultores familiares são 80% dos produtores e ocupam apenas 30,6% das áreas de produção.

A agricultura familiar respondia por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esta participação menor nas receitas, em parte, é explicada porque apenas três milhões (69,0%) dos produtores familiares declararam ter obtido alguma receita no seu estabelecimento durante o ano de 2006, ou seja, quase um terço da agricultura familiar declarou não ter obtido receita naquele ano. A receita média era R\$ 13,6 mil/ano, especialmente com a venda de *produtos vegetais* que representavam mais de 67,5% das receitas obtidas; vendas de *animais e seus produtos* (21,0%); nas demais receitas se destacavam *prestação de serviço para empresaintegradora* e de *produtos da agroindústria* familiar.

A exemplo das receitas, a *produção vegetal* era a principal produção (72,0%), especialmente com as lavouras temporárias (42,0% do valor da produção) e permanentes (19,0%). Em segundo lugar no valor da produção, o destaque ficou com a *atividade animal* (25,0%), especialmente com animais de grande porte (14,0%).

2.3 Financiamento para a agricultura familiar

Os números de 2006 mostram que 781 mil estabelecimentos familiares praticaram a captação de recursos, sendo o custeio a principal finalidade (405 mil estabelecimentos), seguido da finalidade de investimento (344 mil estabelecimentos), além da comercialização (8 mil estabelecimentos), manutenção do estabelecimento (74 mil estabelecimentos). O Censo Agropecuário 2006 registrou mais de 3,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar que não obtiveram financiamento.

Mais de 1,7 milhão de produtores familiares declararam ter recebido outra receita

⁵ Apesar de cultivar uma área menor com pastagens (36,4 milhões de há) a agricultura familiar é importante fornecedora de proteína animal.

além daquela obtida no estabelecimento (aposentadorias ou pensões, 65%) e salários com atividade fora do estabelecimento (24%). O valor médio anual destas receitas foi de R\$ 4,5 mil para a agricultura familiar, com valor médio mensal de R\$ 475,27. Mais de R\$ 5,5 bilhões chegaram aos produtores familiares por meio de aposentadorias, pensões e programas especiais dos governos em 2006.

2.4 Ampliação do Crédito – Pronaf

Os financiamentos do Pronaf alcançaram R\$ 8.997.904.044,00 aplicados na safra 2007/2008. Para a safra 2008/2009 foram disponibilizados R\$ 13 bilhões para agricultura familiar. O Pronaf está presente em 5.387 municípios (96,83% do total) e em todas as macrorregiões do país.

Novas linhas de financiamento foram implementadas e/ou fortalecidas, destacando-se especialmente aquelas destinadas à promoção da sustentabilidade ambiental de empreendimentos familiares. É o caso do Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semi-árido e mais recentemente o Pronaf Eco, com taxas de juros entre 1% e 5% ao ano, a depender do montante das operações realizadas pela família de agricultores. Destaca-se também a ampliação do acesso das mulheres e jovens aos recursos do Pronaf por meio de linhas de crédito específicas voltadas para esse público.

Foi criada uma linha de financiamento específico para o investimento em equipamentos que permitam a elevação da produção e/ou produtividade dos principais alimentos consumidos no Brasil: milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, caprinos e ovinos. Com esta ação, espera-se contribuir para a redução dos efeitos dos preços dos alimentos sobre a inflação.

No ano de 2008 foi feito, também, um grande movimento em direção à ampliação do acesso ao crédito rural do Pronaf, com a simplificação das condições de enquadramento dos beneficiários, o que permitirá aos agricultores acessarem o crédito rural de forma descomplicada, permitindo a redução da assimetria da informação.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF, importante mecanismo de equivalência, incorporado ao crédito Pronaf desde 2007, poderá assegurar 97% dos contratos de Pronaf Custeio para a safra 2008/2009. As culturas amparadas pelo PGPAF a partir de 2008 são: algodão em caroço, alho, amendoim, arroz, borracha natural, café, caprinos e ovinos, cará, castanha de caju, castanha do Brasil, cebola, cera de carnaúba, feijão, girassol, inhame, juta, leite, malva, mamona, mandioca, milho, pimenta do reino, pó cerífero de carnaúba, sisal, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

Ainda com relação ao PGPAF, uma importante medida foi a ampliação da garantia de preços para as operações de investimento do Pronaf. Com esta ampliação, os agricultores passam também a ter segurança para ampliar a infra-estrutura produtiva, o que permitirá elevar a oferta de alimentos e a renda das famílias.

Houve empenho do governo para garantir novos prazos e condições mais adequadas

para lidar com as parcelas das dívidas vencidas em 2008 às famílias agricultoras que sofreram nas safras anteriores com problemas climáticos ou de flutuações de preços. O resultado direto foi a renegociação das dívidas, tratando o passivo do crédito rural. Os agricultores contaram com medidas de renegociação que estão atendendo 611 mil agricultores em todo o país, permitindo a recuperação de R\$ 1,24 bilhões em crédito inadimplido. Os agricultores da reforma agrária, incluídos o antigo Proceara e os grupos “A” e “AC” do Pronaf, respondem por R\$ 643 milhões do total que está sendo renegociado.

3 | OS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Diante das dificuldades impostas pelo tipo de produção e consumo capitalistas, a agricultura familiar tem se apresentado como um tipo de produção que possui uma racionalidade diferenciada e inovadora, mas para que esse processo acompanhe as problemáticas do mundo contemporâneo é necessário incorporar novas tecnologias; ampliar o financiamento; oferecer infraestrutura para a comercialização de seus produtos; estabelecer uma comunicação eficiente de massa (TV, *Internet*, Rádio) entre agricultores familiares, instituições governamentais (Governo Federal, Estados e Municípios) e privadas, e mercado consumidor, entre outras coisas.

O desafio é maior se for considerada a diversidade de situações. Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município. No Norte há dificuldades de comercialização pela distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção. No Nordeste são minifúndios inviáveis economicamente. No Sudeste é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores. No Sul é a concorrência externa de produtos do MERCOSUL.

Olhando o futuro há dois aspectos. Um otimista e um, que não sendo pessimista, é desafiante. É otimista verificar que há vários modelos de sucesso no esforço de desenvolvimento, quando os obstáculos são eliminados. Mais que isto, é verificar que as experiências de sucesso têm pressupostos comuns: organização de produtores, qualificação de mão-de-obra, crédito, produtos com valor agregado e emprego de tecnologias adequadas desenvolvidas pela pesquisa agropecuária.

As condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura familiar enquanto um setor produtivo capaz de ocupar cada vez mais um papel relevante no desenvolvimento econômico e social do país depende da efetividade de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural, tais como os Territórios da Cidadania e a Educação do Campo. Pois, essas políticas públicas fornecem possibilidades de elaboração de estratégias que tenham por objetivo enfrentar as problemáticas encontradas no campo atualmente: acesso a uma educação contextualizada, capaz que formar tecnologia social; desenvolvimento territorial sustentável, capaz de lidar com os problemas ambientais do nosso tempo, como

por exemplo, a desertificação no Nordeste do Brasil; combate à pobreza através da inclusão produtiva das populações pobres; e a participação social das comunidades nos processos de implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

4 | POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: O CICLO DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010)

O conceito de desenvolvimento territorial representa uma categoria analítica em construção e em disputa, tanto no plano teórico quanto no plano político-ideológico. Mais que um conceito com sua definição formal, trata-se de uma abordagem ou de um enfoque, a partir do qual se percebe e se busca intervir sobre uma realidade. Nesse sentido, pode ser concebida muito mais como uma ferramenta de análise a ser utilizada por um conjunto diversificado de forças sociais que tenha uma identidade sócio-política, uma visão do futuro e objetivos comuns.

Portanto, a adoção dessa abordagem pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário parte da crítica a dois processos que estimularam os formuladores e operadores das políticas públicas a elaborar e implementar uma política de desenvolvimento baseada na perspectiva da territorialidade. De um lado, as políticas de desenvolvimento rural podem ser consideradas “insuficientes” ou não proporcionaram “melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidades” das populações rurais. De outro lado, as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural configuram uma nova ruralidade, formada com base nas “múltiplas articulações inter-setoriais” (NEAD, 2003).

Segundo Torrens (2007), essa perspectiva supõe uma concepção diferenciada de abordar as práticas tradicionais de planejamento e gestão das políticas públicas, uma vez que aponta para o rompimento de uma visão centralizadora dos processos de elaboração das estratégias de desenvolvimento, como sendo fruto de uma “lógica vertical descendente” da ação do Estado, em suas distintas instâncias. Além disso, introduz a dimensão da participação social nas diferentes etapas do processo de descentralização das políticas públicas, ou seja, tanto no momento de sua elaboração, quanto na fase de sua implementação, monitoramento e avaliação dos resultados.

Porém, pensar rural a partir de uma concepção territorial significa afirmar que o desenvolvimento não deve criar oportunidades apenas as populações restritas as aglomerações urbano-industriais. Portanto, no caso específico dos desafios relacionados ao processo de descentralização das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, estes ainda são grandes e complexos, principalmente pela necessidade de se atender as especificidades e as diferenças culturais dos vários grupos e povos existentes no país.

Analisando essa problemática, no ano de 2003, o governo Lula, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA,

iniciou uma política de “promoção de desenvolvimento dos territórios rurais”, considerando que esses são “espaços de integração, articulação e concertação da diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam”. Nesse mesmo ano iniciou-se a execução dessa política cujas ações ligadas ao Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais – PRONAT, inserido no plano plurianual (2004-2008).

Segundo o relatório síntese do Seminário Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, “formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns”. As discussões realizadas nesse seminário destacaram também a existência de duas propriedades fundamentais de um território: de um lado, trata-se de uma realidade em evolução, ou seja, deve ser percebido como uma configuração mutável, provisória e inacabada e, do outro lado, é resultado simultâneo dos jogos do poder e dos compromissos estabelecidos entre os atores sociais (MDA/CONDRAF, 2005).

Portanto, nessa perspectiva, o rural deve ser considerado a partir de suas múltiplas dimensões e não apenas na sua função básica voltada à produção de alimentos. O rural visto sob o enfoque territorial engloba também a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, a preservação do patrimônio cultural e das formas de reprodução dos saberes e conhecimentos tradicionais acumulados, a geração de oportunidades de ocupação em atividades não agrícolas, a articulação com os demais setores econômicos, a preservação de formas de sociabilidade e convivência social vinculada a um conjunto de valores e princípios de vida, a articulação de um arcabouço institucional e organizativo específico, o compartilhamento de identidades culturais particulares (TORRENS, 2007).

4.1 Educação do Campo

Um dos traços fundamentais que vem desenhando o movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantem o seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo. Isto é, de um lado, o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; do outro lado, o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. São os movimentos sociais que agora reivindicam uma educação que leve em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo, que sirva para os povos do campo e se centre na formação humana, partindo da centralidade do trabalho como princípio educativo (MOLINA, 2006).

Ademais, merece ainda ser observado que, em razão de fazer parte da busca legítima e meio que instintiva de afirmação de identidade própria, nas suas relações com outros grupos e com o Estado, por vezes, esses sujeitos sociais, ao buscarem “educação pública como tarefa do Estado” resvalam a comportamentos ou impulsos corporativistas. Ou seja, ao mesmo tempo em que se pautam pelos princípios republicanos da busca do

atendimento igual por parte do Estado, buscam também, formas de atendimento particular aos interesses de formação de sua base social específica, (MOLINA, 2006).

De acordo com Molina, em outros termos, esses sujeitos sociais vivem uma espécie de dilema. Isto é, buscar o patamar da política pública, que quer dizer universalé definido como estratégia básica, maior e mais nobre de suas ações. De outro lado, porém, isso implica para cada um desses sujeitos sociais, renunciar, pelo menos em parte, as condições de formação de sua identidade na medida em que transfere ao Estado a tarefa da formação. É compreensível, pois, que, nas lutas de hegemonia entre os próprios sujeitos sociais e nas suas relações com o Estado, eles reivindicam do Estado como educador, mas procuram ao mesmo tempo e a partir de suas próprias experiências pedagógicas, informar e mesmo influir diretamente nessas ações que se dão dentro do sistema público (2006).

Inicialmente, e no o intuito de introduzir a questão, convém destacar o fato de que o MEC, depois de mais 70 anos de existência, somente agora, neste milênio e a partir do atual governo (Lula) se dispôs a criar um espaço formal para acolher e formar as discussões em torno da elaboração de uma política nacional da educação do campo. Ressalta-se que, tal como reivindicado, essa função vem sendo executado levando-se em conta as vozes dos próprios sujeitos do campo que protagonizam e reivindicam esse espaço de política (MOLINA, 2006).

Portanto, essa iniciativa, no aparato estatal brasileiro, faz o atual governo, sem duvida, merecer reconhecimento pela iniciativa, do outro lado, por ser tão tardia ou tão recente, anuncia uma situação ainda muito incipiente na estrutura da máquina governamental e frágil na estrutura do Estado, (2006).

De forma geral, a educação é evocada no projeto do governo Lula como “área de prioridade máxima” cujo esforço seria direcionado a “revolução de qualidade”. Para Lula, o Brasil só poderá ocupar seu verdadeiro papel no mundo se formar melhor sua juventude, se aperfeiçoar seus quadros técnicos, se criar novas gerações pensantes. A partir daí, é possível pensar a ideia de educação do campo ventilada nas falas oficiais e que na contramão do discurso, ou seja, na análise do real evidenciam um quadro de precarização a despeito das lutas e conquistas dos movimentos sociais do campo com programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Em síntese, como tarefa da Secad/Coordenação-Geral de Educação do Campo, no âmbito do MEC nesse momento histórico, consta mediar um processo de construção de uma política pública de Educação do Campo, levando em conta contradições de, pelo menos, três ordens: a luta de hegemonia inerente às organizações populares e suas manifestações corporativistas; as barreiras internas e arraigadas na estrutura do MEC e, na estrutura de todo o aparato governamental e estatal; e, por fim, as reações de fundos mais classista, cuja manifestação, ainda que muito dissimulada, ao olhar crítico é percebido nos próprios paradigmas da educação nacional vigente e, contra o que, por excelência, a ideia de Educação de Campo se insurge (MOLINA, 2006).

Entretanto, se as diretrizes operacionais significam um ponto de inflexão, entendido, pois, como um ponto de chegada dos movimentos e organizações sociais do campo na sua luta pelo direito a educação, um ponto de partida da ação do Estado no cumprimento de dever de garantir a educação apropriada aos povos que vivem no campo, coube ao atual governo federal dar início e desencadear um processo de fazer das diretrizes, instrumento efetivo de mudança da vida da escola no interior do município brasileiro (MOLINA, 2006).

No primeiro ano do governo Lula, funcionou, no âmbito do MEC, a partir de portaria assinalada pelo ministro Cristovam Buarque, em Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Um GPT formado por representantes das diversas secretarias do MEC, por representantes de outros ministérios e por instituições da sociedade civil organizada que contava com práticas no campo da Educação do Campo. Por cerca de um ano, esse grupo trabalhou no sentido de produzir um diagnóstico da Educação do Campo no Brasil, e traçou uma estratégia de divulgação e implementação das Diretrizes Operacionais que deveria ocorrer a partir de ação coordenada entre as esferas dos governos e movimentos e organização sociais. Após um interregno que se inicia com a mudança de ministro, na passagem do primeiro para segundo ano de mandato do governo Lula, até a afirmação, nos meses subsequentes, Secad no novo desenho de estrutura administrativo do MEC, os trabalhos da CGEC, com coordenador definitivo, se iniciam efetivamente em princípios de agosto de 2004. Fato que coincide com a realização da II Conferência Nacional da Educação do Campo, realizada em Luziânia, (MOLINA, 2006).

Por outro lado, no documento, “um Brasil para toda nominação popular dada ao PPA do Governo Federal para o período de 2004-2007, com valor estimado em US\$ 150 bilhões/objetivou, progressos econômicos, social, regional, ambiental e democrático. Entretanto, os programas finalísticos deste PPA foram estruturados em três grandes conjuntos de objetivos intitulados “megaobjetivos”: inclusão social e redução das desigualdades, crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades sociais e, promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia, com cinco áreas estratégicas a serem alcançadas nas políticas públicas nacionais: social (objetivando a inclusão social e redução das desigualdades), economia (visam à geração de emprego e renda), regional (diminuição das desigualdades regionais), ambiental (com vistas ao desenvolvimento sustentável) e democrática (formação, promoção e fortalecimento da cidadania com vistas à consolidação da democracia). A prioridade na inclusão social é também refletida no financiamento – gastos sociais, 57%; crescimento, 33%; e participação da sociedade, 10% (MDA, 2004).

O megaobjetivo “inclusão e redução das desigualdades sociais”, que contém a ação de “ampliar o nível e a qualidade de escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do país”, teve como planejamento de gastos de 57% do valor total planejado em todo PPA, indicando possível prioridade do governo com as questões sociais (GAMA, 2008).

Portanto, dentro do megaobjetivo “crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades sociais”, foram alocados para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, recursos financeiros no valor total de R\$129.599.968,00 para o programa de educação do campo, tendo como meta a capacitação e formação de 15.302 profissionais de nível médio, concessões de bolsas para atender 1.882 profissionais capacitados, escolarização de 145.892 jovens e adultos trabalhadores rurais, formação de 9.635 profissionais de nível superior e 515 bibliotecas rurais implantadas. Entretanto, os investimentos metas planejados no plano plurianual no período de 2004-2007 fazem deste programa, em termos qualitativos, o maior do Governo Federal em atenção a Educação do Campo.

No que diz respeito aos recursos sob a responsabilidade da execução do MEC/Secad para atender o espaço do campo, a Coordenação de Educação do Campo, foi responsável por duas ações dentro do megaobjetivo de “promoção e expansão da cidadania, conforme registra o documento panorama da Educação do Campo (MDA, 2009).

De acordo com PPA 2004/2007, especificamente a ação 0946 – “Apoio a Educação do Campo” tem um valor planejado de R\$ 16.499.999,00 e meta de beneficiar 114.309 alunos e para ação OB82, intitulada “Apoio a educação integrada com qualificação social e profissional para o desenvolvimento local no campo”, foram previstos recursos na ordem de R\$ 10.000.000,00, com meta de beneficiar 10.000 alunos.

Em 2008, o Governo Federal garantiu a permanência e o acesso à educação formal a 24.010 jovens e adultos beneficiários das áreas de reforma agrária, assim distribuídos: 17.019 alunos em cursos de alfabetização e de ensino fundamental, 6.951 alunos em cursos de nível médio e superior, e 40 alunos com concessões de bolsas de capacitação profissional em Assistência Técnica Pedagógica e social. Os cursos foram realizados por instituições de ensino pública e civis sem fins lucrativos, por meio de convênios ou termo de parceria (MDA, 2009).

4.2 Territórios da cidadania

De acordo com o relatório do Ministério da Administração Agrária (2009), nos últimos anos, o Brasil avançou na redução das desigualdades sociais regionais. Portanto, para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida de brasileiros que vivem em regiões que mais precisam especialmente nos meios rurais, o Governo Federal lançou, em 2008, o programa territórios da cidadania.

Porém, o território da cidadania tem como objetivos, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. No entanto, a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. O território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica.

Assim, maiores que o município e menores que o estado, os territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, sendo que, isso contribui no planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (MDA, 2009).

4.2.1 Balanço das ações do Governo Federal em 2008

A atuação integrada do Governo Federal com estados, municípios e a sociedade civil, promove melhorias para as populações dos territórios da cidadania. Em 2008, o Governo Federal destinou R\$ 9,3 bilhões para o pagamento de 180 ações e serviços realizados nos 60 Territórios da Cidadania atendidos pelo programa em todo o país. Outras obras e serviços autorizados no ano em curso (2008) continuam sendo desenvolvidos em 2009.

Portanto, quanto aos investimentos do Governo federal por eixos de ação em 2008, foi possível constatar que, foi aplicada uma quantia de R\$ 1,4 bilhões para 77 ações em apoio a atividades produtivas; R\$ 6,4 bilhões a 55 ações em apoio à cidadania e direitos e R\$ 1,5 bilhões para 48 ações em apoio à qualificação da infraestrutura, totalizando um valor estimado em R\$ 9,3 bilhões sendo que, estes valores foram aplicados até o dia 31 de dezembro de 2008. Para estas ações do Governo Federal com destinos as áreas rurais, foram destacadas 3.762 equipes do Programa Saúde Bucal para todos os Territórios da Cidadania, sendo que a meta era de 3.522 equipes; 5.520 equipes do Programa Saúde da Família estão implantadas nos Territórios da Cidadania e a meta era de 5.316 equipes; 270 municípios foram atendidos pelo Programa Caminho da Escola nos Territórios da Cidadania e a meta era de 121 municípios; 3.037.479 famílias foram referenciadas no Programa de Atenção Integral a Família nos Territórios da Cidadania, a meta era de 2.517.489 famílias; e por último, foram instaladas 667 bibliotecas do Programa Arca das Letras nos Territórios da Cidadania, sendo que a meta era de 498 bibliotecas.

4.2.2 Ações do Governo Federal em 2009

O Governo Federal, em 2009, destinou cerca de R\$ 23,5 bilhões para realização de 180 ações nos 120 Territórios da Cidadania. Portanto, em março de e abril de 2009, o Governo Federal, em parceria com os estados, estaria nos 120 Territórios da Cidadania, além de apresentar um balanço das ações realizadas nos 60 Territórios atendidos em 2008. Porém, cada ação que o Governo Federal apresenta aos Territórios pode ter uma dinâmica da execução diferenciada. Portanto, uma das tarefas dos Colegiados Territoriais é verificar como podem contribuir para garantir a execução. Entre as principais contribuições, pode-se destacar: apresentação de projetos; definição da localização de investimentos; articulação com conselhos setoriais ou comitês; incentivo ao consorciamento municipal para a execução de determinadas ações; ou fazer o controle social.

Quanto ao investimento dos recursos do Governo Federal por eixos de ação

destinados aos Territórios da Cidadania, foi possível observar a aplicação de R\$ 5,5 bilhões para 62 ações em apoio a atividades produtivas; R\$ 13,8 bilhões 82 ações com finalidade de apoiar a Cidadania e Acesso a Direitos e; R\$ 4,1 bilhões para 37 ações em apoio à Qualificação da Infraestrutura, totalizando uma quantia de R\$ 23,5 bilhões, o que mostra que, o Governo Federal dobrou os números territórios em relação ao ano de 2008 e um aumento consideravelmente maior de recursos em 2009.

Em 2009, o Governo Federal mobilizou 15 Ministérios e 09 órgãos do Governo, incluindo as secretarias e bancos. No entanto, durante o primeiro período de 2009, foram destinados para as cinco regiões do Brasil os seguintes valores: Região Norte com 3.474.759.075,28; Região Nordeste 6.517.647.689,76; Região Centro-Oeste 1.611.718.185,76; Região Sul 2.028.379.516,22 e a Região Sudeste com 2.273.924.898,59, totalizando um valor de 17.160.565.744,93, e 05 do Brasil. Por outro lado, na Região Norte foram incluídos 27 territórios e na região Nordeste 56 Territórios, na medida em que podem ser consideradas as regiões mais necessitadas dos recursos do Governo Federal, pelo alto índice de pobreza apresentados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste trabalho, que persegue o objetivo de avaliar a implementação de um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento rural durante os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), especificamente as políticas “Territórios da Cidadania” e “Educação do Campo”, e os impactos que causaram na conformação de uma política de agricultura familiar comprometida com a redução das desigualdades sociais, demonstrou grande esforço por parte do Governo Federal na tentativa de atingir suas metas e objetivos durante esse período, na medida em que, o reconhecimento da agricultura familiar como um setor produtivo da economia brasileira é muito recente.

No decorrer das leituras dos documentos-referências do MDA/SDT nos defrontamos com recorrência das categorias Territórios da cidadania, educação do campo agricultura familiar, participação e gestão social, entre outras, que podem ser tomadas como elementos centrais na estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial.

Como foi possível observar, o ano 2008 foi bastante estratégico para a Assistência e Técnica e Extensão Rural no Brasil, na medida em que continuam avançando na busca de redução de desigualdades regionais: com demonstrativo dos recursos empenhados para as regiões, 57% dos recursos das ações foram destinados ao atendimento de agricultores familiares das regiões Norte e Nordeste, 14% para as regiões Centro-Oeste. Avançou-se, também, no campo da inovação tecnológica e disponibilização de tecnologias: contratou-se, 158 projetos com universidades em parceria com CNPq, por tecnologias, extensão e intervenção universitária. Além disso, foi estabelecida parceria com a EMBRAPA

para disponibilização de tecnologias para a agricultura familiar com mais de 1400 ações de transferência, estabelecendo o processo de integração entre pesquisa e Ater para agricultores familiares em todos os estados. Por outro lado, foi possível encontrar grande esforço por parte do Governo em tentar descentralizar as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, tentando atingir todo território. Observa-se, porém, que os desafios relacionados ao processo de descentralização das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável ainda são grandes e complexos, principalmente pela necessidade de se atender as especificidades e as diferenças culturais dos vários grupos e povos existentes no país.

REFERÊNCIAS

Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários. Comunicação Social30 de setembro de 2009. Disponível no site http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1. Acesso em 20 de março de 2012.

GAMA, S. M. F. **Financiamento da Educação do Campo na Amazônia paraense: uma análise no investimento do Ministério da Educação no Estado do Pará.** Sonia Maria Fonseca Gama. Belém, 2008.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Agricultura Familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006.** Brasília, setembro de 2009. Disponível no site <http://www.mda.gov.br/portal/#>. Acesso em 10 de março de 2012

_____. **Revista Territórios da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades.** Março de 2009. Disponível no site <http://www.mda.gov.br/portal/#>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011.** Brasília, 2009. Disponível no site <http://www.mda.gov.br/portal/#>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____./SDT. **Referências conceituais do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável.** CONDRAF/NEAD, 2003.

_____. **Reforma Agrário e desenvolvimento sustentável** / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de estudos Agrários e Desenvolvimento / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

MOLINA, M. C. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexões.** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PORTUGAL, A. D. **O Desafio da Agricultura Familiar.** Disponível no site <http://www.embrapa.br/impressa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>. Acesso em 20 de março de 2012.

SILVEIRA, P. R. **Agricultura Familiar no Brasil: Algumas Referências**. Disponível no sítio <http://w3.ufsm.br/agriculturafamiliar/downloads/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20-%20Paulo%20Silveria.pdf>. Acesso em 10 de março de 2012.

TORRENS, J. C. S. **Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste de Paraná**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Projeto de Cooperação Técnica FAO/MDA: Curitiba, 2007.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO A PARTIR DE UM PROJETO PRODUTIVO

Data de aceite: 01/06/2022

Frederico Maciel Borges

Sociólogo, aluno Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

RESUMO: O artigo trata de estudo sobre o projeto de fabriqueta de farinha, como modalidade de política pública de combate à pobreza rural, na comunidade de Brejão, em Claro dos Poções, norte de Minas Gerais. A política pública foi implantada no Brasil entre 1986 a meados de 2010 com recursos do Banco Mundial e coordenação dos governos estaduais. Por meio de entrevistas, observações in loco e classificações em diferentes critérios, pesquisa que avaliou o projeto considerou que o mesmo foi em partes efetivo, visto que foi implantado, mas não foi eficaz nem eficiente em cumprir seu objetivo de combater a pobreza rural na localidade. A comunidade de Brejão tornou-se conhecida na região quando recebeu em 2008 o vice-presidente do Banco Mundial para conhecer os projetos que haviam sido recentemente instalados. Apesar da visibilidade momentânea, diversos problemas e dificuldades acumularam-se ao longo dos anos, tornando a fabriqueta subutilizada. Avaliou-se os fatores que fazem com que projetos desse tipo só consigam mitigar a pobreza ou mesmo compensar os camponeses diante dos impactos que vêm sendo gerados por projetos agropecuários de grande dimensão com a anuência do Estado e benefícios concentrados.

PALAVRAS-CHAVE: Combate à Pobreza (PCPR). Avaliação de Política pública. Banco Mundial.

ABSTRACT: The article deals with a study on the flour factory project, as a modality of public policy to combat rural poverty, in the community of Brejão, in Claro dos Poções, north of Minas Gerais. Public policy was implemented in Brazil between 1986 mid-2010 with resources from the World Bank and coordination from state governments. Through interviews, on-site observations and classifications in different criteria, the research that evaluated that the project considered that it was in part effective, since it was implemented, but was not effective or efficient in fulfilling its objective of combating rural poverty in the locality. The community of Brejão became known in the region when he received in 2008 the vice president of the World Bank to learn about the projects that had recently been installed. Despite the momentary visibility, several problems and difficulties have accumulated over the years, making the factory underutilized. The factors that make projects of this type only succeed in mitigating poverty or even compensating peasants in the face of the impacts that have been generated by large-scale agricultural projects with the consent of the State and concentrated benefits have been evaluated.

KEYWORDS: Combating Poverty (PCPR). Public Policy Assessment. World Bank.

A pobreza é um fenômeno social complexo que tem sido analisado e debatido a partir de suas múltiplas dimensões e

interpretações. Analisá-la a partir de uma única variável é reduzir a sua complexidade. Governos e entidades oficiais há anos adotam a variável *renda* como determinante para a identificação da condição de pobreza, apesar de já incorporarem em suas análises índices de longevidade, educação, saúde, cidadania, liberdade, habitação, meio ambiente dentre outras.

Compreender fragilidades comunitárias em outras dimensões da realidade social permite a pesquisadores e analistas de políticas públicas governamentais chances de identificar outras carências para além da renda monetária, que também são determinantes para condições de privação e pobreza. É na identificação e análise das múltiplas dimensões das carências que as políticas públicas têm a oportunidade de serem melhor direcionadas e implantadas.

Para a concepção de políticas públicas de enfrentamento às vulnerabilidades sociais prevalece como determinante a variável renda *per capita* familiar. Dentro desta perspectiva as regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte do estado de Minas Gerais são enquadradas como as regiões com os maiores percentuais de domicílios considerados *pobres* em função dos níveis de renda mensal familiar. Nessas regiões, cerca de 50% dos domicílios têm rendimentos médios de até 1/2 salário mínimo, *situação de pobreza* segundo a FJP – Fundação João Pinheiro (2017).

O *Projeto de Combate à Pobreza Rural* (PCPR/MG) foi uma política pública governamental que viabilizou projetos em comunidades rurais nos municípios pertencentes às regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri de Minas Gerais. Em sua terceira e última fase de atuação no Estado, o Programa abrangeu 188 municípios entre os anos de 2006 e 2014. O presente artigo pretende avaliar e discutir a atuação deste Programa na comunidade rural de Brejão, município de Claro dos Poções, Norte de Minas Gerais.

Em sua segunda fase (1995-2005) o Programa passa por reformulações e passa se chamar *Projeto de Combate à Pobreza Rural* (PCPR), nomenclatura que se manterá até sua terceira e última fase de atuação no Estado de Minas Gerais (2006-2010).

Por cerca de trinta anos todas as fases do Programa foram implantadas e operacionalizadas pelos governos dos estados participantes, que a partir de 1996 passaram a firmar seus próprios convênios de financiamento com o Banco Mundial (BIRD) de forma autônoma. A partir de 1995 o governo Federal deixou de avaliar os termos de convênio entre os Estados e o Banco, responsável por disponibilizar os recursos financeiros para a implantação de projetos não reembolsáveis em comunidades rurais que foram subdivididos em três categorias: *produtiva*, *social* ou de *infraestrutura*.

A categoria dos chamados *projetos produtivos* foi a mais demandada pelas comunidades rurais. Eles financiavam por exemplo a construção e implantação de fabriquetas de farinha, ou de rapadura, granjas aviárias ou de suinocultura, pequenas cozinhas agroindústrias, aquisição de matrizes bovinas e de animais para tração animal ou máquinas e implementos agrícolas. Segundo Severino (2014), entre os anos de 2006 e

2010 o PCPR/MG financiou a implantação de 1.722 *projetos* em Minas Gerais, atendendo 93,5 mil famílias do norte do Estado, com recursos da ordem de R\$ 83,2 milhões.

Mas os recursos do Banco Mundial já vinham sendo aplicados no Norte de Minas Gerais desde a década de 1960 financiava grandes projetos agrícolas destinados sobretudo à implantação da monocultura do eucalipto e de grandes projetos de irrigação que foram coordenados por diferentes agências e órgãos governamentais. Há que considerar que neste período, a política econômica nacional se orientou pela chamada *modernização conservadora*, em que os grandes proprietários de terras e empresas financeiras, utilizando-se de recursos da SUDENE e do Banco do Nordeste, transformaram suas fazendas em empresas agropecuárias. Tais empresas para estarem aptas a captarem os recursos necessários à modernização de suas atividades agropecuárias, necessitavam apresentar projetos vinculados à assistência técnica, inicialmente disponibilizada pela EMATER-MG e aquisição de insumos industriais.

Os primeiros recursos disponibilizados pelo Banco Mundial voltados ao financiamento de projetos agrícolas a comunidades rurais foi acontecer apenas com o PAPP a partir de 1983, período concomitante a redemocratização política do Brasil. Em parceria com o Banco Mundial, o país se propôs agora, a promover o desenvolvimento das pequenas comunidades rurais, supostamente esquecidas pelas políticas agrícolas implantadas durante os vinte e um anos de governos militares.

BREJÃO, CLARO DOS POÇÕES/MG

O município de Claro dos Poções foi primeiro da região Norte do Estado de Minas Gerais a ter projetos aprovados e implantados durante a terceira etapa do programa com um total de nove projetos. A comunidade rural de Brejão recebeu dois destes projetos e por isso foi uma das comunidades escolhidas para receber a visita do então vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial/BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Justin Yifu Lin, que esteve no município em 2008 para visitar projetos do PCPR/MG financiados pelo Banco.

A visita de Justin Yifu Lin a Brejão, mobilizou inúmeros agentes políticos e da imprensa regional. A visibilidade que a comunidade recebeu, aliada ao seu simbolismo nos levou a escolher esta comunidade para avaliar em 2018 os dois projetos que foram finalizados em 2008. O primeiro projeto de Brejão foi destinado para ampliação da estrutura física da fabriqueta de farinha que a comunidade já possuía, e o segundo projeto foi a mecanização do processo produtivo da raiz de mandioca, antes manual. Este artigo é fundamentado na avaliação destes dois projetos produtivos - *ampliação e mecanização*, cujas pesquisas de campo foram realizadas em 2018, doze anos após a sua implantação.

Em 2016 Glenio Martins então presidente da EMATER-MG, fez a seguinte declaração no sítio oficial da empresa: “O PCPR/MG fez uma série de investimentos em

agroindústria, muitos investimentos ociosos, obsoletos”¹. Esta afirmação vai de encontro ao trabalho de SANTOS et al. (2013, p.2), cujos autores identificaram que alguns projetos produtivos do PCPR/MG implantados em comunidades rurais do município de Salinas/MG não haviam atingido as metas inicialmente pretendidas pelo programa, após quatro anos de implantados.

“(…) Na fabriqueta de farinha, por exemplo, os beneficiados dizem usar a farinha para consumo ou troca e que não dá pra vender, pois produzem muito pouco (...) A maioria afirmou que até hoje nada pôde ser adquirido devido ao baixo retorno da renda dos subprojetos. (...) Observou-se, também, que nos subprojetos de Beneficiamento de Cereais, os beneficiados não obtiveram nenhum retorno financeiro, portanto, não puderam realizar nenhum complemento na sua renda. (...) Na Fabriqueta de Farinha em Nova Fátima, que teve início em 18/12/2010, a realidade encontrada não evidencia efetividade. O subprojeto se encontra parado; as máquinas estão ociosas e os plantios estão se perdendo, pois falta energia elétrica na fábrica. (...)” (SANTOS et al.2013).

Afinal após dez anos da visita de Lin a localidade de Brejão para visitar o PCPR/MG estariam os projetos em funcionamento? Teriam conseguido reduzir a pobreza na comunidade visto ser esta a principal premissa do Programa? Ou estariam ociosos e inoperantes como verificado por Santos (et. al.2013) no município de Salinas/MG em 2013 e como afirmou o Presidente da EMATER/MG em 2016 ?

“PROTAGONISMO”

A primeira fase deste Programa de ‘desenvolvimento rural’ foi implantada pelo Governo Federal pela primeira vez em 1983 nos estados do Norte e Nordeste do país, incluindo a região Norte de Minas Gerais. Até 1995 o Programa levou o nome de PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural que tinha como objetivo primeiro, a organização dos moradores das localidades rurais em Associações de produtores legalmente constituídas para assim, estarem aptas a receberem os financiamentos do Programa.

Em Minas Gerais esta atividade ficou a cargo dos técnicos da SETAS – Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, que tinha como objetivo final, criar uma classe média rural investindo apenas naqueles produtores identificados pelos técnicos da EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, que fossem considerados aptos a atingirem determinadas metas.

Apesar das duas reformulações pelas quais passou o PAPP, permaneceu como central, o seu objetivo em financiar pequenos projetos agrícolas comunitários, coletivos e não reembolsáveis em comunidades rurais consideradas pobres. A primeira reformulação aconteceu em 1995 quando a metodologia utilizada pelos técnicos dos Estados para a implantação dos projetos, passou a primar por ações que fomentassem o protagonismo e

¹ (EMATER-MG, 2016)

autonomia dos beneficiários quanto à identificação de suas próprias demandas de projetos. Procurou-se incentivar a participação dos beneficiários para a discussão, a elaboração, a implantação e o gerenciamento de seus projetos.

Permite-se agora que sujeitos historicamente deixados à margem das políticas públicas, a exercer um protagonismo inédito em sua relação com Estado, que agora se faz mais próximo. Técnicos do Estado passam a mobilizar a legalização das Associações comunitárias, os debates, as discussões, a votação e o registro em Ata do projeto coletivo pleiteado pela comunidade. A comprovação desses processos de discussão do projeto junto aos beneficiários tornou-se a principal condicionante do Programa instituída a partir de sua segunda fase, para que as comunidades acessem os recursos. Em Minas Gerais, a EMATER-MG e o IDENE - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - foram as entidades responsáveis atuar junto às comunidades rurais.

A nova metodologia para implantação de projetos previa uma série de etapas que, em tese, primavam pelo estímulo às práticas democráticas e participativas dos membros da comunidade. O Banco Mundial instituiu o *Manual Técnico de Operação* onde definia as regras e os procedimentos para garantir aos beneficiários um processo democrático e participativo na escolha e definição das demandas.

O manual previa além da regularização e valorização das Associações Comunitárias, também a implantação e regularização do CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de cada município e que tiveram um papel determinante no Programa. Os projetos só tinham recursos liberados após aprovação dos membros do CMDRS .

Cada município recebia do Estado um valor específico para a implantação dos projetos PCPR/MG com base no IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal . Em Minas Gerais esse índice é elaborado pela FJP - Fundação João Pinheiro e calculado com base nas taxas municipais de expectativa de vida, de educação e de renda, condições de moradia, de saneamento e de disponibilidade de recursos hídricos.

Normalmente o número de projetos apresentados ao CMDRS pelas comunidades rurais era superior aos recursos disponíveis ao município. O CMDR foi então instituído pelo Programa como o espaço para a discussão e seleção das propostas apresentadas por cada comunidade rural via associação comunitária. Desta forma, acontecia “disputa” entre os representantes das comunidades que precisavam defender, justificando, a relevância e importância do projeto demandado aos membros do CMDRS.

Quando uma demanda por projeto comunitário não era aprovada no CMDRS, o mesmo retornava à comunidade para que fossem realizadas alterações ou readaptação da proposta inicial. O retorno de um projeto à comunidade normalmente indicava que o CMDRS considerava a proposta não condizente com a realidade da comunidade proponente ou eram preteridas por projetos de captação ou distribuição de água apresentados por comunidades com escassez de deste recurso essencial.

No município, o CMDRS era a última instância decisória para a aprovação de um

projeto. Uma vez aprovado pelos técnicos da EMTER-MG e pelo CMDRS o projeto ainda deveria ser submetido à avaliação dos técnicos do IDENE, que poderiam emitir parecer favorável ou não a partir critérios técnicos.

Essa hierarquia decisória de um projeto que é escolhido pela comunidade é questionada pelo antropólogo e Prof. Romano (2002) que entende que as políticas públicas fundamentadas em *projetos coletivos* que age no sentido de como forma de “empoderar” a comunidade beneficiária não conseguem atingir essa premissa. A proporem por exemplo que o projeto comunitário seja definido pelo voto de seus membros, essa opção reduz a decisão que deveria se comunitária, aos interesses individuais. Utiliza-se o sufrágio como princípio democratizante mas que na verdade reforça a lógica dos interesses privados e desejos individuais que normalmente são influenciados pelos membros mais influentes da comunidade.

A complexidade das políticas públicas se faz presente mesmo onde não se imagina existir conflitos. Usualmente uma comunidade rural é constituída por um ou mais grupos familiares, cada uma com interesse específico e distinto dos interesses das outras famílias e há uma disputa de poder quando recursos financeiros são disponibilizados para a implantação de algum projeto que deve, em tese, ser de utilização de todos. Mas entre o desejo e o realizado, há uma permanente queda de braços com a cooptação final do recurso. “(...) O empoderamento da comunidade se torna um subproduto do empoderamento individual (...)” (ROMANO, 2002, p.13).

A COMUNIDADE DE BREJÃO

A comunidade rural de Brejão é cortada pela principal rodovia de acesso a área urbana no município de Claros dos Poções, estando distante apenas 4 km. Situa-se na parte baixa de um grande vale cercado por chapadas onde há o plantio extensivo de eucalipto. Atualmente conta com aproximadamente trinta famílias que estão distribuídas em áreas loteadas de 360 m².

As visitas a campo para a pesquisa ocorreram entre julho e novembro de 2018. Foram realizadas doze entrevistas semiestruturadas: com nove moradores da comunidade, um técnico da EMATER-MG de Claro dos Poções, com o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e com um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município.

Os entrevistados apontaram que o município há 40 anos era um grande produtor de gêneros alimentícios. Colhiam-se fava, milho, feijão, arroz, cana e mandioca, e se produzia muita farinha e rapadura, “tudo com muita fartura”. A produção era frequentemente comercializada com os municípios de Montes Claros e Belo Horizonte. A região de Brejão também era uma grande produtora de alimentos.

Com o da derrubada da vegetação nativa para introdução da monocultura do

eucalipto e para o empastamento com espécies exóticas de capim, consolidou o processo de concentração fundiária instaurados nos anos 1960, o que afetou drasticamente os sistemas de produção das comunidades rurais do município tanto no acesso aos recursos naturais, como a água e o acesso às áreas devolutas até então utilizadas para a criação de gado “na solta”.

Dois projetos PCPR/MG foram implantados em Brejão. Em 2006, o projeto intitulado *Ampliação da unidade de processamento da mandioca* da categoria *infraestrutura* contou com orçamento em R\$ 13.850,50 e objetivo de beneficiar 50 famílias da comunidade. O segundo projeto foi implantado em 2008, intitulado *Aquisição de equipamentos e melhoria da unidade de processamento dos derivados da mandioca*, da categoria *produtivo*, com o orçamento de R\$ 28.136,02 com o objetivo de beneficiar agora 70 famílias.

No dia 18/11/2008, a visita do então vice-presidente do Banco Mundial que foi conhecer pessoalmente a fabriqueta de farinha financiada pelo Banco movimentou a comunidade. Cristina, então Presidente da Associação comunitária e produtora de farinha e polvilho conta que o vice-presidente foi acompanhado por uma grande comitiva que envolveu pessoas de diversas entidades governamentais e políticos da região. “Veio um ônibus com mais ou menos 30 pessoas. Chegou pela manhã. Fizemos *beijú* na hora para todos. Ele (*Lin*) foi educado durante toda a visita e perguntava muito sobre os equipamentos e sobre o processo de produção e fez questão de acompanhar todas as etapas do processamento da farinha de mandioca e polvilho que foi produzida durante a sua visita”, conta Cristina.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Após 10 anos da visita de uma importante autoridade do Banco Mundial a Brejão, constatamos que a fabriqueta de farinha e polvilho continuava em funcionamento. Possuía um ambiente asseado e com estrutura física conservada. No dia da nossa visita para esta pesquisa, não havia produção em andamento, mas percebe-se ela havia acontecido no dia anterior, uma vez que uma grande quantidade de polvilho úmido estava secando ao sol sobre uma grande bancada de madeira. Dentro da fabriqueta havia farinha estocada, tanto em sacos de 50 kg quanto em embalagens de 1 kg, transparentes e seladas. A fabriqueta estava em funcionamento.

Entretanto, observou-se que das 70 famílias que seriam beneficiadas pela mecanização da fabriqueta no projeto de 2006, verificamos que apenas 6 pessoas estavam sendo diretamente beneficiados, todas pertencentes a 3 famílias. Elas trabalhavam regularmente na fabriqueta, produzindo farinha de mandioca e polvilho.

Em razão das áreas reduzidas para plantio, alguns agricultores da comunidade não participavam diretamente dos processos produtivos, mas eram beneficiários indiretos do projeto uma vez que cediam suas terras para o plantio “na meia” ou cedendo a raiz da mandioca *in natura*, em troca de parte da farinha produzida. Esse grupo de agricultores

também consideramos beneficiários do programa. Verificou-se com isso um total de 15 famílias beneficiadas pelo projeto em 2018. Trata-se de uma redução de 78,58%, no número de famílias a serem beneficiadas então previsto para atender 70 famílias na comunidade.

Brejão ainda era uma comunidade cujas famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social em 2018. Verificamos que pobreza rural em Brejão, estava também relacionada à diminuição da oferta de água na comunidade e sua escassez coincide com a chegada da monocultura do eucalipto que foi plantado nas chapadas circunvizinhas à localidade.

Outro fator importante estava relacionado ao tamanho das propriedades dos agricultores que lá residem, que surgiu a partir do loteamento de uma fazenda que demarcou seus dos lotes utilizando-se da metragem usualmente urbana de 360m². O loteamento foi criado na década de 1995 e surgiu para atender as necessidades de partilha da terra de uma família e também por razões comerciais. Indiferente a estas motivações, o vilarejo de Brejão se formou, sobretudo, em virtude de uma *demandada reprimida* por terras dentro da própria comunidade. Ou melhor, surgiu pela dificuldade que os mais jovens, e as novas famílias que se constituíam, tinham para ter acesso a terra.

O PCPR/MG da fabriqueta de farinha não foi o primeiro contato da comunidade com políticas públicas. Brejão já recebera etapas anteriores do Programa voltados a implantação de energia elétrica, poços artesianos, reforma de casas e construção de sistemas de captação de água de chuva nas casas das famílias ali residentes.

A partir da década de 1980 utilizaram-se diferentes nomes e nomenclaturas para programas e projetos que tinham pelo menos no discurso oficial, o objetivo de viabilizar a superação da pobreza em Brejão, mas que nada mais foram, do que programas que apenas garantiam os recursos mínimos de sobrevivência a pessoas de uma comunidade que em 40 anos perdeu a fartura de água, de recursos naturais e de alimentos.

Em relação ao projeto da fabriqueta de farinha, a produtora Cristina, não se esquivou em fazer críticas quanto a determinadas situações vivenciadas. Sobre o papel da EMATER-MG, salienta que houve um grande empenho do escritório de Claro dos Poções durante todas as etapas de implantação, elaboração e execução do projeto da fabriqueta.

Entretanto, seis meses após a instalação das máquinas, a comunidade ainda tinha grande dificuldade em operar os equipamentos. Segundo seus relatos, não se conseguia por exemplo controlar a quantidade de fogo necessário para a torrefação da mandioca e a farinha era constantemente queimada. Cristina conta que “desperdiçava-se muita farinha porque ora queimava ora ficava crua. Isso durou uns seis meses, até que fomos à EMATER-MG, pedimos, e ela solicitou que os vendedores da máquina viessem nos ensinar a operar, e eles vieram”.

A produtora também observa que não houve por parte da EMATER-MG qualquer orientação ou capacitação quanto ao plantio e manejo da produção de mandioca na localidade, de maneira a promover o aumento produtivo da raiz, principal insumo do projeto.

Sua observação foi de encontrou aos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE,2018) que apontam que de 2004 a 2017 a quantidade de mandioca produzida no município – em toneladas – teve redução de 85%. A área de plantio no mesmo período foi reduzida em 47,83% e a produtividade média reduzida em 72%.

São dados preocupantes para uma comunidade que se predispôs a trabalhar em um projeto coletivo de produção de farinha e polvilho de mandioca cuja mecanização de seus processos produtivos agora demanda uma quantidade muito superior de matéria prima, em relação ao processamento artesanal.

Não houve também segundo Cristina, um trabalho posterior das entidades envolvidas quanto a capacitação das produtoras no desenvolvimento de estratégias para comercialização dos produtos. Embalagens, técnicas de embalagem, rótulo e marketing são variáveis fundamentais para a sustentabilidade projetos de iniciativas produtivas destinados ao mercado consumidor de gêneros alimentícios.

A pesquisa constatou a ausência de destinação adequada do principal resíduo do processo produtivo da mandioca, a *água da mandioca* ou *manipueira*, um resíduo do processo produtivo de farinha que é venenoso e nocivo ao homem e aos animais quando ingerido puro e poluidor do meio ambiente cujo tratamento ou destino adequado é obrigatório para projetos de processamento de farinha.

Em relação à superação da situação de pobreza, três produtoras da fabriqueta informaram que a renda auferida com a venda de farinha e polvilho não representava um acréscimo significativo à renda familiar, concluímos que o PCPR/MG não teve *efetividade* em combater a pobreza rural naquela comunidade.

AVALIAÇÃO DE PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE

Dentro do conceito de *efetividade* proposto por Cohen e Franco (2002), talvez sob a ótica dos órgãos de governo envolvidos no PCPR/MG a avaliação dos projetos em Brejão talvez aponte para a sua *efetividade* uma vez que as obras para ampliação da fabriqueta foram realizadas, as máquinas e equipamentos foram adquiridos e instalados e verificamos que a fabriqueta estava funcionando no período da pesquisa, 12 anos após a implantação do projeto.

Entretanto, os trabalhos de campo demonstraram a partir de entrevistas semiestruturadas, observações e conversas informais, que o projeto produtivo da fabriqueta de farinha na comunidade rural de Brejão não foi *eficaz*, não foi *eficiente* e nem apresentou *efetividade* em cumprir seu objetivo que é o de combater a pobreza rural na localidade.

Com o objetivo de verificarmos o nível de sustentabilidade do projeto, utilizamos cinco indicadores adotados por Soares (1997) na pesquisa intitulada *Avaliação de Perspectiva de Sustentabilidade do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)* (SOARES,1997) e propusemos cinco novos para identificar o nível de sustentabilidade

financeira e ambiental da fabriqueta.

Os identificadores de sustentabilidade propostos por Soares (1997) são: *operação* (processo produtivo do subprojeto); *intermediação* (atuação de agentes externos no processo de implantação); *conhecimentos* (domínio na operação das máquinas e equipamentos e na comercialização); *caixa/manutenção* (constituição de fundo para manutenção de máquinas e equipamentos) e *assistência técnica* (prestada pelos órgãos responsáveis).

A partir destes identificadores propusemos a inclusão de cinco novos indicadores tendo em vista o surgimento de novas preocupações ambientais e de um novo entendimento acerca de políticas públicas rurais: *água* (disponibilidade/oferta de água potável na comunidade); *matéria-prima* (disponibilidade para atender as demandas do subprojeto); *beneficiários atendidos* (famílias beneficiadas com a instalação do projeto); *rejeitos* (destinação do rejeito e possível reaproveitamento ou reciclagem) e *mercado* (distância e acesso ao mercado consumidor). Totalizando 10 variáveis, estabelecemos uma pontuação para classificação da *perspectiva de sustentabilidade* dos subprojetos produtivos em Brejão:

| Pontuação total - faixas - | Perspectiva de sustentabilidade |
|-------------------------------|---------------------------------|
| 0 a 10 | Nula |
| 40 a 50 | Mínima |
| 60 a 70 | Pequena |
| 80 a 90 | Satisfatória |
| 90 a 100 | Sustentável |

Tabela 1 – Faixas de pontuação

| Critério/Variáveis | 0 pontos | 5 pontos | 10 pontos |
|--------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| 1 – Operação | Parado | Semiparalisado | Operando |
| 2 – Intermediação | Intensa | Pequena | Nenhuma |
| 3 – Conhecimentos | Nenhum | Pequeno | Grande |
| 4 – Caixa/Manutenção | Não | Insuficiente | Suficiente |
| 5 – Assistência Técnica | Sem | Parcial | Total |
| 6 – Água | Insuficiente ou compromete ouso coletivo | Suficiente, mas captada por poço artesiano ou nascente; | Suficiente, captada por sistema de gravidade até 500 metros (exceto nascentes) |
| 7 – Matéria-prima | Insuficiente | Razoável | Grande |
| 8 – Nº Beneficiários atendidos | Até 1/5 em relação ao projeto inicial | Até a ½ em relação ao projeto inicial | = ao projeto inicial |
| 9 – Rejeitos/resíduos | Queima ou Espalhado a céu aberto | Fossa séptica ou Fossa seca | Tratamento por: Reaproveitamento; Reutilização; Reciclagem; |

| | | | |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| 10 – Mercado consumidor | Sem transporte regular de passageiros ou Acima de 100 km de estrada de chão | Transporte regular de passageiros ou Até 100 km estrada de chão | Transporte regular de passageiros ou Até 50 km estrada de chão |
|-------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|

Tabela 2 – Proposta de Avaliação de *perspectivas de sustentabilidade* (com fundo em cinza a avaliação atribuída a cada critério)

Pela nova proposta de avaliação de *perspectivas de sustentabilidade* dos subprojetos produtivos implantados em Brejão, constatamos que os projetos de ampliação e mecanização implantados na fabriqueta de farinha em Brejão totaliza 45 pontos, ou seja, o projeto possui perspectiva de sustentabilidade considerada **MÍNIMA** dentro desta metodologia de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a pesquisa partindo da hipótese de que os projetos produtivos implantados pelo Projeto Combate à Pobreza Rural (PCPR/MG) no ano de 2006 na comunidade de Brejão, município de Claro dos Poções, poderia não estaria em funcionamento após 12 anos de sua implantação, visto as observações do Presidente da EMTER-MG (2016) e SANTOS et.al (2013).

Encontramos uma fabriqueta de farinha de mandioca e povelho em atividade, mas com problemas que consideramos grave, como a ausência de destinação adequada para a *manipueira*. Concebido para atender 70 famílias, em 2018 o projeto atendia 15 famílias, 3 de forma direta e 12 de forma indireta. Uma redução de 78,58%, no número de famílias atendidas demonstra que o projeto e não foi *eficaz* em atingir o número de famílias beneficiárias previstas. Ao aplicarmos os *indicadores de perspectiva de sustentabilidade*, propostos por Soares(2017) onde constatou-se uma perspectiva de sustentabilidade MÍNIMA em relação ao projeto implantado.

Concluimos que ainda que em funcionamento o PCPR/MG fabriqueta de farinha, em Brejão foi ineficaz e ineficiente.

Quanto a metodologia imposta pelo Banco Mundial ao Programa para a implantação dos projetos, acreditamos ser excessivamente burocrática e hierarquizante. Concordamos com a problematização trazida pelo Prof. Romano (2012) para quem esses são projetos que carregam um suposto empoderamento das comunidades beneficiárias uma vez que ele é eivado de diversos pareceres técnicos capazes de privar os beneficiários das demandas que realmente gostariam de implementar. Para Romano (2012), o ideal seria que o público alvo do programa possuísse autonomia total sobre a demanda de projetos.

Com tantas instâncias e técnicos envolvidos para a aprovação dos projetos PCPR/MG, o Programa não concede uma real autonomia dos sujeitos em suas escolhas. O poder

decisório permanece vinculado a outras instâncias “superiores”. É o parecer técnico que autorizará ou não o projeto demandado pela comunidade. A partir desta premissa também entendemos que o PCPR/MG é *ineficiente* em promover uma verdadeira autonomia política e social dos sujeitos beneficiados.

A região norte do Estado de Minas Gerais é marcada pela presença de comunidades rurais que trazem consigo um *modo de vida* próprio, que se manifesta através de suas características históricas, sociais, culturais e econômica cujo *modo de vida* próprio, é reconhecido pelo Estado através determinados dispositivos jurídicos, que primam por sua preservação e proteção.

Tecnologias produtivas como máquinas e implementos agrícolas visam otimizar o trabalho em diversas fases dos processos produtivos. Mas quando esse processo é impulsionado pelo Estado cujos prazos e parâmetros são determinados por uma outra instância, como o Banco Mundial, acreditamos que em determinados casos os resultados podem nem sempre corresponder às metas definidas e esperadas.

Muitas destas comunidades mantém relações sociais, produtivas e comerciais cujas práticas muitas vezes diferem em alguma medida, da lógica capitalista pautada na produção de excedentes em grande escala com fins à comercialização também em larga escala.

Pode-se afirmar que tais projetos servem à transferência de recursos financeiros que passam pela comunidade, em direção às indústrias produtoras máquinas e equipamentos agrícolas e para os órgãos de Estado que assessoram tais comunidades. São recursos vultuosos que desenvolvem efetivamente determinados setores da sociedade através da concentração de capital, mas não a comunidade selecionada para ter sua ‘pobreza combatida’.

O Banco Mundial além de financiar projetos de desenvolvimento em todo o mundo, também é a instituição responsável pela definição e enquadramento da pobreza como um valor a ser replicado em diferentes culturas e continentes no planeta. Trata-se de uma determinação externa, baseada em princípios e valores também externos do que é a pobreza. Entretanto, entendemos que pobreza tem diferentes dimensões. Trata-se de uma variável complexa que precisa ser contextualizada por comunidade, região e país.

Os organismos internacionais se baseiam, sobretudo, na renda *per capita* das famílias para determinar as faixas de pobreza. Essa é uma metodologia que se tornou hegemônica também para as instituições e centros de pesquisas brasileiros. Trata-se de uma leitura que os organismos externos fazem sobre a *pobreza* nos países periféricos. Não representa muitas vezes a complexidade que envolve a questão, cujos conceitos e entendimentos, pode variar conforme a cultura de cada país.

Classificar povos e populações como “pobres” em certa medida facilita processos de estímulo à concessão de financiamentos, que por sua vez, viabiliza condições adequadas para a expansão geográfica do capital para todas as regiões do planeta que em se tratando

de projetos agrícolas, na maioria das vezes beneficia os setores econômicos vinculados aos insumos industriais das grandes corporações que controlam o setor.

Perpassam mais de meio século que diferentes programas agrícolas vêm sendo implantados na região norte de Minas Gerais e que adotam o discurso da modernização e do desenvolvimento e que justificaram a implantação de grandes projetos agropecuários, de reflorestamento e de irrigação nesta região que desencadearam violento processo de ocupação predatória das regiões de chapadas, antes eram responsáveis por garantir o fornecimento de água, alimentos, remédios, madeira e criatório extensivo do gado.

Todo esse processo se deu com a anuência, a proteção e o incentivo financeiro do Estado, em nome do suposto desenvolvimento que não beneficiou as populações e povos historicamente deixados às margens das políticas públicas de desenvolvimento.

A comunidade de Brejão já foi contemplada com um significativo número de políticas públicas através de sua Associação a partir da década de 1990. Isso reforça a ideia da presença de um nível de *empoderamento* e *capital social* em Brejão, mas por outro lado, demonstra sua vulnerabilidade social e ambiental que a tornou profundamente dependente das políticas públicas, como o PCPR/MG, concebido após um longo período em que vultuosos investimentos foram feitos em grandes empresas agropecuárias e de reflorestamento.

A pesquisa apontou que a comunidade rural de Brejão deixou de conviver com a fartura de alimentos e água para tornar-se objeto de políticas públicas compensatórias, mitigadoras das consequências do modelo predatório de desenvolvimento. A comunidade é vítima de um modelo agrário desenvolvido pelo Estado que é excludente, que se utiliza das políticas públicas paliativas e compensatórias, para manter o *status quo* da política agrária no país.

A concentração de terras no país é uma questão histórica e estrutural que mantém as desigualdades sociais e de renda no país. Enquanto não for equacionada, as comunidades rurais continuarão a ‘participar’ de políticas públicas que se pautam por *combater*, e não por *acabar* com a pobreza rural. Políticas públicas compensatórias que se justificam pela ausência de justiça agrária, pelos impactos sociais e ambientais proporcionados pelos grandes projetos de irrigação e de reflorestamento presentes por mais meio século no Norte de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

COSTA, J.B. de A. **Cultura sertaneja: A Conjunção de Lógicas Diferenciadas**. In: SANTOS, G.R. dos (Org). Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p77-88.

COHEN, E.; FRANCO, R. (2002). **Avaliação de Projetos Sociais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural** / Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

MINAS GERAIS. **Marco de Referência Ambiental** –Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II, Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, Dezembro de 2009.

PNUD, FJP e IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. **Quatro histórias de terras perdidas: Modernização agrária e privatização de campos comuns em minas gerais**. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, v.9, nº2. Nov/2007. Disponível em <http://Rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/186/169>.>. Acesso em 10/09/2018.

ROMANO, Jorge O. **Empoderamento**: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: _____; ANTUNES, Marta (orgs.). Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/empoderamento.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2018.

SANTOS Fabiana Francisca dos ; TOLENTINO Marlúcia Araújo , LOPES Maria Aparecida REIS Soares, Sandra Melo dos ; SANTIAGO Wagner de Paulo. “**Avaliação da geração de emprego e renda no contexto do projeto de combate à pobreza rural em Minas Gerais**” . Brasil Revista Espacios, vol 34 (nº 7), 2013.

SEVERINO Arnaldo José. **A efetividade do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais (PCPR/MG) com a participação dos agricultores familiares**. Belo Horizonte, 2014.

SOARES, Ricardo Pereira. Avaliação do financiamento do banco mundial ao programa de apoio ao pequeno produtor rural do nordeste (PAPP). Revista Planejamento e políticas públicas nº 15, IPEA, Brasília, 1997. Disponível em:<<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/125/127>> Acesso em 03 abril de 2018.

Emater-mg e Idene firmam parceria para otimizar trabalhos na área de atuação do instituto. Assessoria de Comunicação EMATER/MG, Belo Horizonte, 28/07/2016.<Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/emater-mg-e-idene-firmam-parceria-para-otimizar-trabalhos-na-area-de-atuacao-do-instituto/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18934 > Acesso em 28 agosto de 2017.

CAPÍTULO 3

A PRODUTIVIDADE DE ALIMENTOS E A FOME NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESTE CENÁRIO NA PANDEMIA POR COVID-19 EM 2020

Data de aceite: 01/06/2022

Éverson Lucas Coradin

UNICENTRO

Elis Regina Costa

UNICENTRO

Taciana Wilke Pires

UNICENTRO

Adrielle Inácio

UNICENTRO

VII SIEPE – SEMANA DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESUMO: O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, produz comida suficiente para sustentar 1,6 bilhão de pessoas. Entretanto, também é um país em que parte da população passa fome: esse cenário se agravou com o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Nesse período, milhares de brasileiros passaram e ainda passam fome. O objetivo deste trabalho é discutir a relação existente entre produção de alimentos em larga escala e a fome no Brasil, em tempos de pandemia pelo Corona Vírus. A metodologia é do tipo exploratório com análise documental. Foram analisados dois relatórios com índices sobre a produção de alimentos e a fome: Um sobre Produção Agrícola (IBGE); outro o Relatório “O Estado de segurança alimentar e Nutricional no mundo” (ONU). Os resultados apontaram que,

em 2020, foram produzidas mais de 1 bilhão de toneladas de alimentos no Brasil e que o país tem condição de alimentar 10% da população mundial. Em contrapartida, no mesmo ano quase 50 milhões de brasileiros passaram fome ou estão em insegurança alimentar. Conclui-se, que os dados apontaram uma necessidade urgente em criar políticas públicas efetivas voltadas para superação da desigualdade social de distribuição de alimentos no país.

PALAVRAS-CHAVE: Fome; produção agrícola; insegurança alimentar; Brasil.

1 | INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia por Coronavírus 19 (Covid-19). Atualmente, no Brasil, já são quase 600 mil óbitos no Brasil (FREITAS et al., 2021).

Apesar da pandemia e da crise mundial por ela ocasionada, a produção agrícola no Brasil não parou, sendo produzidos alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas ou um sexto da população mundial. Entretanto, dados do (IBGE) revelaram que 19 milhões de brasileiros passaram fome durante a pandemia por Coronavírus e mais de 116 milhões de pessoas tiveram algum grau de insegurança alimentar no período – metade dos domicílios brasileiros (LACERDA, 2021).

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2020) afirma que a fome atingiu níveis alarmantes durante o período de pandemia no

Brasil. Além disso, o número de pessoas que passam fome cresceu em 5 milhões nos últimos 5 anos (2015-2020), triplicando na pandemia, com milhões de brasileiros vivendo em situação de insegurança alimentar grave (SENRA, 2020). Neste sentido, a insegurança alimentar abrange desde a alimentação de má qualidade, passando pela instabilidade no acesso aos alimentos até a fome (CARRANÇA, 2021).

O artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o artigo 6º da Constituição Federal do Brasil (CF/88) defendem a segurança alimentar, mas a realidade atual do país está bem distante disso (BEZERRA et al., 2017). Diante do cenário, verifica-se que o Brasil é um dos países que mais produz alimentos no mundo e ao mesmo tempo em que tem grande contingente da sua população passando fome.

2 | OBJETIVO

Discutir a relação existente entre produção de alimentos em larga escala e a fome no Brasil, tendo como consequência a insegurança alimentar.

3 | METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória, que se caracteriza por “proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, a fim de se obter uma visão geral acerca de determinados fatos” (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos, é do tipo documental. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2011), o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado porque possui riqueza de informações, ampliando o entendimento sobre a realidade estudada.

Os documentos analisados foram do IBGE e da ONU, selecionando-se dois relatórios do ano de 2020, Cita-se: 1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (IBGE); 2) Relatório “O Estado de segurança alimentar e Nutricional no mundo” (ONU). O primeiro traz dados sobre a produção agrícola do ano de 2020 e o segundo sobre a condição alimentar e fome no Brasil no mesmo ano.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o relatório do IBGE sobre a produção agrícola no Brasil no ano de 2020, foram produzidas 1.104.256.831 toneladas de alimentos. Esses dados revelam que essa produção agrícola poderia alimentar 10% da população mundial com safra *record* para o ano de 2020.

Para Souza (2021), apesar do Brasil ser grande na agricultura, o foco do agronegócio são culturas mais lucrativas e específicas, voltando-se para a exportação, como a soja, que representa mais da metade da produção de grãos do país e não é, necessariamente, transformada em alimento para consumo humano.

A forma como o Brasil produz não é voltada para a alimentação, mas sim para *commodities* (alimentos para matéria-prima). O cultivo de grãos é usado para ração de animais e o cultivo de cana-de-açúcar para produção de etanol. Dessa forma, o agronegócio se expande ao mesmo tempo em que as demandas de alimentação e nutricional não estão sendo atendidas no país (SOUZA, 2021).

Em relação aos dados sobre a fome no ano de 2020, o relatório da ONU revelou que no Brasil 19 milhões de pessoas passaram fome. Se forem somadas as pessoas que passam fome e aquelas que têm insegurança alimentar (alimentação precária, sofrendo risco de não ter comida todos os dias), esse número chegou a 49,6 milhões, quando em 2014 era de 37,5 milhões.

Para Neves, et al. (2021) a insegurança alimentar e a fome estão relacionadas com a renda familiar, pois redução da renda também diminui as chances de uma alimentação adequada. Além disso, na pandemia houve aumento da insegurança alimentar devido ao desemprego e falta de geração de renda, situação preocupante, principalmente, porque o Brasil já vinha de um histórico de desafios nas tentativas de redução da pobreza e da fome (NEVES, et al., 2021).

Um dos caminhos para reverter o quadro da fome no país é implementar políticas públicas que incentivem o trabalho e renda também de pequenos agricultores, pois estimulados irão produzir alimentos; os preços estáveis garantem a segurança alimentar (SOUZA, 2021). Além de um incentivo a produção de subsistência interna.

Desse modo, existe a necessidade de uma distribuição equitativa de recursos e alimentos, não apenas voltado para a exportação, mas também para o mercado interno, além de oportunidades voltadas para os pequenos agricultores.

5 | CONCLUSÃO

A pandemia tem causado danos incalculáveis para diversos países. No Brasil, enfrentam-se grandes dificuldades com redução dos postos empregatícios e conseqüentemente a renda da população. Porém, o setor do agronegócio é o único a crescer. Contudo, isso não atinge a maioria da população, pois o agronegócio intensifica cada vez mais o processo de concentração fundiária, em que um número cada vez maior de terras fica detido sob a posse de um número cada vez menor de investidores (ARAÚJO E OLIVEIRA, 2017).

Além das conseqüências ambientais, essa concentração gera um aumento nos valores dos alimentos, limitando, cada vez mais, o acesso a este direito mínimo de existência: a alimentação.

Estratégias governamentais como o Auxílio Emergencial, com valor incipiente, foram criados na pandemia, como tentativa de minimizar essa problemática. Contudo, políticas sociais a longo prazo são necessários para a superação da situação de fome em que se

encontra o Brasil, novamente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. M. M.de; OLIVEIRA, Â. G. R. da C. Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no nordeste brasileiro. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p. 117-129, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/tes/a/Ny5PpLyDMmSjBhNc8CBfKVf/?lang=pt> Acesso em: 30/09/2021

BEZERRA, T.A.; OLINDA, R.A.; PEDRAZA, D.F. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.22, n.2, 2017, p.637-651.

BRASIL. **PEC 047/2003 - Alimentação como Direito Social**. 2003. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/pec-alimentacao/pec-047-2003-senador-antonio-carlos-valadares-psb-se#:~:text=6%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais%20a,%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.%E2%80%9D> . Acesso em: 29/09/2021.

CARRANÇA, T. **3 em cada 4 famílias do campo comem mal ou passam fome no Brasil**. Site, BBC Brasil: 2021. Disponível em: . Acesso em 20 set. 2021. <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/06/02/exportacao-recorde-alimentos-seca-pandemia-fome-campo.htm#:~:text=O%20campo%20brasileiro%20vive%20uma,de%202020%2C%20conforme%20estudo%20da> . Acesso em 20 set. 2021.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da produção agrícola**. LSPA: 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=resultados> . Acesso em 20 set. 2021.

LACERDA, N. **Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome em meio à pandemia**. Site, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/05/brasil-tem-19-milhoes-de-pessoas-passando-fome-em-meio-a-pandemia> . Acesso em 20 set. 2021.

NEVES, J.A.; MACHADO, M.L.; OLIVEIRA, L.D.A.; MORENO, Y.M.F.; MEDEIROS, M.A.T.;

VASCONCELOS, F.A.G. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por Covid-19. **Revista de Nutrição**, v.34, n.1, 2021.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The State of food security and nutrition in the world**. 2020. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/sofi-2020/> . Acesso em 20 set. 2021.

SENRA, R. **Como o mesmo Brasil que alimenta 1 bilhão ultrapassou 10 milhões de famintos ‘dentro de casa’?** Site, BBC Brasil: 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54288952> . Acesso em 20 set. 2021.

SOUZA, V. **Recordes no agronegócio e aumento da fome no Brasil: como isso pode acontecer ao mesmo tempo?** Site, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/08/11/recordes-no-agronegocio-e-aumento-da-fome-no-brasil-como-isso-pode-acontecer-ao-mesmo-tempo.ghtml> . Acesso em 24 set. 2021.

CAPÍTULO 4

CONTRADIÇÕES EM TORNO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA ATENÇÃO À CRISE

Data de aceite: 01/06/2022

Data de submissão: 08/05/2022

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/1155495958494760>

Ana Lucia César da Costa

Hospital Areolino de Abreu
Teresina-PI

Francisca Maria Soares

Hospital Areolino de Abreu
Teresina-PI
<http://lattes.cnpq.br/4771907265710158>

Josélia Macêdo de Carvalho Sousa

Hospital Areolino de Abreu
Teresina-PI

Maria Ester da Costa

Hospital Areolino de Abreu
Teresina-PI

Maria José Girão Lima

Hospital Areolino de Abreu
Teresina-PI
<http://lattes.cnpq.br/5395532463045910>

Ana Gabrielly da Silva

Universidade Federal do Piauí – Curso de Serviço Social
Teresina-PI
<http://lattes.cnpq.br/3393308697410903>

Maria da Conceição Silva Rodrigues

Universidade Federal do Piauí – Curso de Serviço Social
Teresina-PI
<http://lattes.cnpq.br/0524195431523015>

Tamires Leticia Cardoso da Silva

Universidade Federal do Piauí – Curso de Serviço Social
Teresina-PI
<http://lattes.cnpq.br/6573382082127527>

RESUMO Com o processo de reforma psiquiátrica brasileira, a partir de 1990, houve mudanças substanciais no trato da pessoa com transtorno mental, que teve sua cidadania construída e reconhecida através da Lei nº 10.216/01, com direcionamento de seu cuidado em liberdade e no seu território de vida. Nesse contexto, os manicômios/hospitais psiquiátricos foram instados a se submeter a avaliações e a alterações, reduzindo o número de leitos e assegurando a qualidade assistencial. A partir de revisão de bibliografia e relato de experiência a partir das vivências do estágio obrigatório em Serviço Social, tem-se por objetivo elencar as contradições que persistem em torno dos direitos das pessoas com transtorno mental, sobretudo em situações de atenção à crise em saúde mental. Elenca-se algumas situações que ensejam dilemas assistenciais que, se não sanados arriscam produzir danos, sobretudo ao usuário do serviço.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma psiquiátrica; Cidadania; Transtorno mental; Crise.

CONTRADICTIONS ABOUT THE RIGHTS OF THE PERSON WITH MENTAL DISORDER IN CRISIS CARE

ABSTRACT With the Brazilian psychiatric reform process, starting in 1990, there were substantial changes in the treatment of people with mental disorders, whose citizenship was built and recognized through Law nº 10.216/01, with the direction of their care in freedom and in their territory. of life. In this context, psychiatric asylums/hospitals were urged to undergo evaluations and changes, reducing the number of beds and ensuring the quality of care. Based on a literature review and an experience report based on the experiences of the mandatory internship in Social Work, the objective is to list the contradictions that persist around the rights of people with mental disorders, especially in situations of attention to the health crisis. mental. Some situations are listed that give rise to care dilemmas that, if not remedied, risk causing damage, especially to the service user.

KEYWORDS: Psychiatric Reform; Citizenship; mental disorder; Crisis.

1 | INTRODUÇÃO

Com a apropriação médica da loucura, o que ocorre a partir da sociedade Ocidental Moderna, entre os séculos XVIII e XIX, a pessoa com transtorno mental passa a ser associada à incapacidade e à periculosidade, o que é fundamentado na junção entre os saberes psiquiátricos e jurídicos, mediatizados pela razão iluminista. Consequentemente, o tratamento desse segmento, primeiramente passa a ocorrer através do isolamento social, pois apreendidos como um perigo para o convívio social. Os impactos da segregação desse grupo em instituições asilares/manicômios foram bem retratados por Erving Goffman (1992), que mostrou como a gestão da vida pela lógica institucional culmina com a mortificação do eu do “paciente”, ou seja, supressão da subjetividade, massificação, ou seja, violação de direitos humanos. A avaliação histórica das instituições psiquiátricas manicomiais, no contexto da Segunda Guerra Mundial, a aproximará dos campos de concentração nazista, o que redundará em várias tradições e projetos reformistas em diferentes países, sobretudo Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália. Em 1990, a Declaração de Caracas, fruto da Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica, realizada pela Organização Pan-americana da Saúde – OPAS e Organização Mundial da Saúde – OMS, na Venezuela, condenam o modelo manicomial, a partir de 4 eixos: ético jurídico (por violar direitos humanos); clínico (pela sua ineficácia terapêutica); institucional (por mortificar, sujeitar seus internos) e sanitário (por gerar a “cidade dos loucos” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 1990).

A maioria dos projetos reformistas/reformadores da lógica manicomial, se voltaram para a humanização e recuperação da “função terapêutica” da lógica asilar, manicomial. A proposta mais radical centrou-se no projeto italiano que buscou desconstruir o manicômio, alterando o paradigma psiquiátrico tradicional (AMARANTE, 1996), reinserindo a pessoa com transtorno mental na sociedade.

O Brasil acompanhou as tendências hegemônicas, inicialmente, incrementando o modelo asilar/manicomial, cujo marco foi a criação do Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1852. Esse modelo disseminou-se pelo país todo, concentrando toda a assistência psiquiátrica nas capitais de cada Estado. Os questionamentos dos efeitos iatrogênicos de sua lógica ocorrem a partir de 1978, no cerne do processo de redemocratização da sociedade brasileira, tendo por marco a luta por melhores condições de trabalho, que desnuda as péssimas condições assistenciais. Esse processo denominado por Paulo Amarante (1995) como a crise da DINSAM, leva os líderes do processo a serem demitidos e, como reação, é criado o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM), posteriormente transformado no Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), que dá sustentação ao Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que se dissemina por todo Brasil, de maneira desigual. Nesse contexto, o modelo da atenção psicossocial comanda o processo de construção de uma “sociedade sem manicômios”, tendo por fundamento a construção da cidadania da pessoa com transtorno mental, alçada a sujeito de direitos; o cuidar em liberdade, haja vista os efeitos iatrogênicos do modelo manicomial e que a liberdade é terapêutica e o cuidado territorial, pois a perspectiva é de construção de uma outra relação entre a sociedade e a loucura, e essa começa na comunidade, na reinvenção do cotidiano, onde a pessoa com transtorno mental reside e circula.

Apesar do movimento da reforma psiquiátrica ser alçado à política pública de Estado a partir de 1990 e ser coroado pela Lei nº 10.216/2001, que trata dos direitos da pessoa com transtorno mental e “redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2004), coexiste com o modelo asilar/manicomial, previsto para ser extinto à medida que serviços comunitários são criados. Mas, o modelo manicomial não ficou estático, sendo exigido a melhorar a qualidade assistencial, pela institucionalização do Programa Nacional de Avaliação dos Sistemas Hospitalares – Psiquiatria – PNASH-Psiquiatria, que teve por base a Portaria GM nº 251, de 31 de janeiro de 2002, que estabelece diretrizes e normas para a assistência em psiquiatria e reclassifica os hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2004). A perspectiva era diminuir o porte dos hospitais psiquiátricos, mantendo a maioria como pequeno porte, ou seja, até 160 leitos e paulatinamente tornar esse equipamento desnecessário, com a intensificação e expansão da rede de cuidados comunitário. Nesse sentido, em 23 de dezembro de 2011 é instituída a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS – em que os hospitais psiquiátricos, inicialmente foram excluídos. O que se quer enfatizar é que mesmo fora da RAPS e previstos para serem gradativamente extintos, os equipamentos manicomiais sofreram intensas modificações. A partir das avaliações via PNASH, tiveram que reduzir seu porte e implementar alterações na forma de cuidar.

Nesse contexto e a partir de relato de experiências, na condição de supervisora acadêmica, supervisoras de campo e estagiárias do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, no Hospital Areolino de Abreu, de setembro de 2021 a maio de 2022,

tem-se por objetivo elencar algumas contradições que persistem em torno dos direitos das pessoas com transtorno mental, sobretudo em situações de atenção à crise psiquiátrica, a partir da análise do Serviço Social no plantão.

2 | A REFORMA PSQUIÁTRICA PIAUIENSE E O CENTRAMENTO DO HOSPITAL AREOLINO DE ABREU

A assistência psiquiátrica no Piauí tem início com a criação do Asilo de Alienados em 1907, transformado em Hospital Areolino de Abreu - HAA, a partir da década de 1940, sob gestão do governo estadual. Em 1954 é criado um serviço particular, o Sanatório Meduna, que tem por base econômica principal os leitos contratados pelo sistema público de saúde. Toda assistência psiquiátrica estadual teve por epicentro político e assistencial o Hospital Areolino de Abreu.

Como analisam Macedo e Dimenstein (2012, p. 153) o Piauí ingressa no cenário reformista brasileiro tardiamente, “o que se viu no cenário local foi o descompasso com os acontecimentos de desinstitucionalização ocorridos no plano nacional”.

Pode se dividir a assunção do ideário reformista no plano local de diversas maneiras, um deles é focalizando os principais protagonistas desse processo, associado a marcos históricos datados e situados.

Os principais protagonistas desse processo no contexto piauiense foram: a) A coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, com sua política indutora, que libera recursos, na perspectiva de financiar a criação de serviços comunitários, tipo Centros de Atenção Psicossocial - CAPS nos municípios; fomenta a criação de comissões locais de trabalho, inclusive com a constituição de apoiadores do Ministério da Saúde que monitoram e municiam os processos locais; b) A Coordenação/Gerência Estadual de Saúde Mental, encarregada de coordenar o processo no plano estadual, que empreende primeiramente processos de capacitação; fomenta a criação de serviços estratégicos, geridos pelo governo estadual (contrariando inclusive a perspectiva de municipalização), exatamente para impulsionar os processos reformistas locais. E, a partir de 2005, passa a gerir um Plano Estadual de Saúde Mental, orientado pelos princípios da atenção psicossocial; c) o Ministério Público, com destaque para as ações da Dra Claudia Pessoa Marques da Rocha Seabra (SEABRA; ROSA, 2018, p. 88) que, frente às resistências, sobretudo de alguns gestores municipais, sobretudo da capital, em criar serviços próprios, constrói várias estratégias para acelerar e motivar as mudanças, tais como seminários, rodas de conversa, audiência pública (em 2009) para “ouvir a sociedade e os atores envolvidos no processo de redução de leitos psiquiátricos”; cria comissões de trabalho, reuniões entre diferentes gestores, para mediar divergências político partidárias em torno da matéria e institui Termos de Ajustamento de Conduta, dispositivo estratégico e fundamental para a criação de todos os Caps em funcionamento em Teresina; d) A Associação de Psiquiatria do Piauí, federada

da Associação de Psiquiatria Brasileira e a Associação Comunitária de Saúde Mental, que tem um papel importante na disseminação do ideário reformista, através de jornadas e seminários conjuntos, na perspectiva de criação de leitos em hospitais gerais, em um reforço da psiquiatria na medicina em geral e garantia da centralidade do poder médico no comando do processo mudancista; f) os movimentos sociais locais, criados a partir de 2001, ganhando destaque a Âncora – Associação de usuários e familiares da saúde mental (MOURA; SOUSA, 2014), que fomenta a criação de outras entidades no município de Água Branca (NAVI); Parnaíba (FÊNIX); União (Liberdade) e a partir de 2018, HOMOLOBUS – Associação Piauiense de usuários e familiares de álcool e outras drogas – ASPUFD.

Em termos temporais, até 2005, a correlação de forças locais pendia para uma perspectiva reformista focada na mudança da assistência psiquiátrica, sob comando médico. Dessa forma, até 2004, ocorrem muitos seminários e jornadas, para difundir o ideário da reforma psiquiátrica, mas, sem alterações locais substanciais. São criados os hospitais dia descentrados da capital, em Parnaíba e Picos; fomentadas a criação de leitos em hospitais gerais e, também, os primeiros Centros de Atenção Psicossocial surgem na capital, a partir de 2003/4, sob a liderança e gestão de médicos, tendo em vista a especialidade do coordenador do Caps infante juvenil e do Caps voltado para consumidores de álcool e outras drogas. Em 2005, é criada uma comissão que elabora o plano estadual de saúde mental, sob a égide dos princípios da reforma psiquiátrica. Destaca-se que até então, o coordenador de saúde mental era um servidor do Hospital Areolino de Abreu (ROSA, 2003).

A gerente de saúde mental passa a estimular os gestores municipais do interior a criar Caps, utilizando a divulgação do incentivo financeiro para tanto, o que tem suas primeiras repercussões com a criação dos Caps de Uruçuí.

No mesmo período ocorre avaliações dos dois hospitais psiquiátricos locais – via PNASH-psiquiatria, havendo recomposição de equipes multiprofissionais e redução no número de leitos, ficando o Sanatório Meduna com 200 leitos e o HAA, com 160. Em 2010 o Sanatório Meduna encerra suas atividades.

Alguns profissionais do próprio HAA participam ativamente de processos reformistas, a exemplo de assistentes sociais que: a) respondem pelo serviço social de alguns Caps; b) fazem parte dos processos de desinstitucionalização, através da criação de residências terapêuticas e gestão de algumas delas; c) compõem equipes de desinstitucionalização, voltada para a pessoa em conflito com a lei; d) contribuem na criação da Âncora; e) assumindo a gerencia estadual de saúde mental, no caso Edna Castelo Branco. A despeito das contribuições individuais dos diversos profissionais e de cada categoria, o HAA, em todo processo reformista local, manteve-se como epicentro do processo reformista, sobretudo na atenção à crise, haja vista no Estado todo haver apenas um Caps III, que atua de maneira limitada aos municípios de Teresina, em situação de crise. Logo, o HAA é a referência estadual para a atenção à crise, tendo muitas limitações em articulações com redes de saúde.

Com as mudanças significativas na correlação de forças do governo federal, a partir de 2010, há redirecionamentos do e no processo reformista para a remanicomialização da atenção em saúde mental, com crescente reorientação dos recursos da Rede de Atenção Psicossocial para financiamento das Comunidades Terapêuticas, com tendência de ênfase na atenção ambulatorial, e fortalecimento dos manicômios, coroado com a Portaria MS nº 3.588/17 (WEBER, 2021). Nesse diapasão a Resolução nº 32/2017 estabelece em seu artigo 1º que, para fortalecer as diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os Hospitais Psiquiátricos, considerados especializados, são incluídos como componentes da RAPS.

Apesar disso, observa-se que o HAA se encontra extremamente precarizado e sucateado. Sua infraestrutura física está bastante deteriorada, colocando os usuários dos serviços em risco; seu regimento interno encontra-se caduco, datado de 1987; tem 15 comissões de trabalho, mas, como baixa efetividade na produção de alterações em processos de trabalho e criação de protocolos ou fluxos assistenciais. Se houve majoração da diária hospitalar (Autorização de Internação Hospitalar – AIH), não se percebe melhorias decorrentes desse fato na infraestrutura hospitalar, nem na atenção assistencial, o que foi agravado pelo contexto pandêmico da COVID-19 e nos pós vacinação. Houve centralização da gestão dos recursos financeiros do HAA na Secretaria de Estado da Saúde do Estado – SESAPI, o que retirou a autonomia do dirigente. O HAA vem diminuindo suas atividades e reduzindo seu potencial assistencial, por exemplo, perdeu os leitos particulares com a criação do Instituto Volta Volta – IVV - um hospital psiquiátrico com leitos para pessoa com transtorno mental, incluindo consumidores de substâncias psicoativas; reduziu o número de psiquiatras (de 15 para 2) e psicólogos que atendiam no seu ambulatório.

Logo, a suposta remanicomialização, destoa da realidade assistencial atual do HAA. Ele não perdeu a centralidade assistencial, figurando como a principal porta de entrada estadual na urgência e emergência psiquiátrica. Há fortes indícios de remanicomialização, mas valorização dirigida para o setor privado, e com desvalorização, precarização e sucateamento do manicômio público. Um aspecto importante é que parte significativa dos trabalhadores do equipamento são servidores efetivos, concursados, mas, um número significativo está apto para a aposentadoria e tende a crescer outros vínculos trabalhistas, via terceirização. Nesse contexto, o que significa mesmo ser um serviço especializado? Conforme o documento da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), Portaria MS nº 3.390, de 30/12/2013, em seu artigo 3º

“os hospitais são instituições complexas, com densidade tecnológica específica, de caráter multiprofissional e interdisciplinar, responsável pela assistência aos usuários com condições agudas e crônicas, que apresentem potencial de instabilização e de complicações de seu estado de saúde”
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html , acessado em 08/05/2022

Considerando as classificações de Emerson Merhy (2002, p. 94, grifo do autor) a tecnologias duras parecem dispensáveis no HAA. As leves duras se existem são invisíveis, podendo ganhar destaque em saúde mental as tecnologias leves, construída “**no espaço relacional trabalhador-usuário** e que contém tecnologias leves implicadas com a produção das relações entre dois sujeitos, que só tem materialidade em ato”. Explícita no vínculo, no acolhimento, nos relacionamentos engendrados no dia a dia assistencial que envolve gestos, palavras e atitudes.

Mas, como analisa Antunes (1991) e Cunha (2005) os hospitais modernos e contemporâneos se estruturam em torno da figura do paciente “sofredor resignado, manso, vítima, doente” (ANTUNES, 1991, p. 163) e no disciplinamento médico, que, a partir da intervenção em situações agudas, tende a limitar a cidadania, colocando-a em suspensão (CUNHA, 2005, p. 35).

Quais as repercussões disso, no risco de encolhimento da cidadania no contexto pós Lei 10.216/2001 (BRASIL, 2005, p. 17)?

3 | CONTRADIÇÕES EM TORNO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA ATENÇÃO À CRISE

Como discute Ferigato, Campos e Balarin (2007) com base em Moebus e Fernandes a concepção de crise é reconfigurada na particularidade da práxis de cada serviço. Historicamente a emergência psiquiátrica está vinculada à agudização de sintomas psicopatológicos associados à crise psicótica, ao momento do surto e a tratamentos farmacológicos e segregadores. Ou seja, a crise psiquiátrica assumiu uma dimensão negativa, o que as autoras tentam questionar e ampliar o olhar. Com base em Dell’Aqua, as autoras exploram as “situações de crise” a partir de 5 parâmetros, exigindo a existência de pelo menos 3: “grave sintomatologia psiquiátrica; grave ruptura no plano familiar e/ou social; recusa do tratamento; recusa obstinada de contato e situações de alarme” (p.34) no contexto de vida e incapacidade pessoal de afrontá-las.

Mas, como avalia Zeferino (2015) o conceito de crise é polissêmico, o que no trabalho em equipe pode levar a tensionamentos a partir da concepção das diferentes profissões que a compõem, o que requer diálogos e alinhamentos conceituais e até atitudinais. Ressalta-se que, até mesmo dentro de uma mesma categoria profissional, pode não haver consenso conceitual em torno de um termo ou conduta, o que requer diálogos intra e interprofissões.

Logo, o cotidiano assistencial, espaço de permanência e mudanças nas relações sociais, revela as marcas pessoais construídas pelos diferentes profissionais que compõe a equipe multiprofissional. A ótica do Serviço Social tem por base os determinantes sociais do processo saúde doença, voltado para a garantia de direitos sociais

O plantão de urgência do HAA é composto basicamente pelo médico, o enfermeiro, a assistente social, técnicas de enfermagem, pessoal de apoio, seguranças, zeladores e

auxiliares gerais.

Cada profissão realiza seus procedimentos de maneira individualizada, com contatos pontuais, a partir de aspectos específicos trazidos por cada situação, havendo poucos momentos conjunto entre as 3 categorias.

O usuário do serviço chega de diferentes maneiras, sendo mais comum: ser mediado pela família, comumente um responsável familiar, voluntária ou involuntariamente. Trazido pela SAMU e polícia. Compulsoriamente, determinado pelo Juiz, muitas vezes com acompanhamento de policiais penais.

Às vezes chega sozinho buscando uma atenção episódica, para aliviar algum sintoma ou para tirar dúvidas. Nessas circunstâncias, no geral, não passa pelo Serviço Social, ficando mais restrito à ação médica e enfermagem.

Depois que é determinada uma internação, é que é orientado a ir para a sala do serviço social, que fica em frente à sala do médico, no hall de entrada do HAA, “na porta de entrada e saída” do equipamento.

Conforme a Lei 10.216/01 as internações são de 3 tipos: voluntária, aceita pela pessoa; involuntária, contra o desejo da pessoa com transtorno mental, e compulsória, determinada pelo Juiz (BRASIL, 2004).

Quando busca uma internação voluntária, o que é mais raro acontecer entre a população psiquiátrica em geral, mas, tem sido comum entre a população em situação de rua no período pós pandemia da COVID-19 e pós vacinação, supõe-se até pela crise dos serviços de abrigo desse segmento em Teresina, nem sempre a alta a pedido ou a alta médica é realizada de maneira consensual, haja vista o entendimento de alguns profissionais de que o “paciente psiquiátrico” tem que sair do serviço com um acompanhante, o que é improvável com esse segmento, exceto quando há mediação da equipe do Consultório na Rua. Atualmente no HAA, essas situações tem sido discutidas caso a caso com o diretor. O Serviço Social defende a criação de um protocolo para esse público, mas, postula que em situação de alta, deve sair desacompanhado.

Observam-se situações semelhantes em outros contextos. Batista, Zanella, Pessoa e Mota (2018, p. 276) ao analisar a alta a pedido a partir da realidade de uma maternidade no Ceará, sinalizam para a falta de consenso até mesmo em relação ao conceito, sendo utilizada “solicitação de alta hospitalar, “alta a pedido contra a indicação médica”, inclusive “desistência do tratamento”, como define a Portaria SAS nº 312/2002. Parece haver confusão entre alta a pedido e evasão, o que pode levar a equívocos. Entendem que o termo mais apropriado é “alta a pedido contra indicação do médico”. Mostram que em torno da alta a pedido pairam vários dilemas éticos e legais, preponderando os aspectos mais normativos, ou seja legais, na perspectiva de assegurar que, em caso de judicialização os profissionais não saiam prejudicados. Mas, discutem que tal modalidade de alta é um direito dos usuários do SUS, posto na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, no parágrafo 4º “é direito do usuário consentir ou recusar de forma livre, voluntária e esclarecida quaisquer

procedimentos diagnósticos, preventivos ou terapêuticos, após receber as devidas informações e o pleno esclarecimento, salvo se sua deliberação acarretar riscos à saúde pública” (IDEM, p. 278).

Parece que não há no HAA uma uniformização de conduta em relação a alta a pedido, nem da parte da categoria médica, nem entre as assistentes sociais.

Como visto, a cartilha do usuário do SUS, endossa os direitos dos usuários. Também o documento da organização das Nações Unidas, datado de 17 de dezembro de 1991, intitulado “A proteção de pessoas com problemas mentais e a melhoria da assistência à saúde mental” (VASCONCELOS, 1992, p. 120), caracteriza em seu princípio 11 o consentimento para o tratamento, que também no princípio 9 informa que, o “tratamento e o cuidado a cada usuário serão baseados em um plano prescrito individualmente, discutido com o usuário”. O Consentimento informado é definido como “o consentimento obtido livremente, sem ameaças ou persuasão indevida, após esclarecimento apropriado com as informações adequadas e inteligíveis, na forma e linguagem compreensíveis ao usuário” (IDEM, p. 121).

Com relação à alta da População em situação de rua, ora, se internou-se espontaneamente/voluntariamente; não tem familiar como responsável; está em condições de ter alta; não está interditado, a Constituição e o SUS asseguram o direito e o cuidar em liberdade. Importante analisar que concepção de direitos humanos está sendo postulado?

Então, uma das contradições gira em torno da população em situação de rua. Ora, se chegou ao serviço sem acompanhante e seu território é a rua, para onde endereça-la após a alta médica?

Uma outra exigência que tem sido comum em relação a população em situação de rua remete à exigência de documentação (cartão SUS, comprovante de endereço).

O parágrafo 1º do artigo 23 da Portaria 940/2011, informa que:

Durante o processo de cadastramento, o atendente solicitará o endereço do domicílio permanente do usuário, independentemente do Município em que esteja no momento do cadastramento ou do atendimento. § 1º Não estão incluídos na exigência disposta no caput os ciganos nômades e os moradores de rua. https://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/saudelegis/gm/2011/prt0940_28_04_2011.html(acesso em 02/05/2022)

Logo, a população em situação de rua, deverá ser atendida sem documento e comprovante de endereço.

- Quando um usuário/paciente evade do serviço, contrariando a indicação médica. Não há um procedimento padrão, nem orientação específica. Parece haver expectativa de registro de Boletim de ocorrência pelo Serviço Social.

O princípio 8 do documento da Organização das Nações Unidas - ONU quando trata do padrão de assistência, em seu tópico 2. Estabelece que

Todo usuário será protegido de danos, inclusive medicação não justificada, de abusos por parte de outros usuários, equipe técnica, funcionários e outros,

de quaisquer outros atos que causem sofrimento mental ou desconforto físico (VASCONCELOS, 1992, p. 120).

As normas de segurança do paciente, da ANVISA, se orientam mais especificamente para as ações em hospital geral, mas, também ampara os “pacientes psiquiátricos”, podendo ser acionada para o diálogo institucional e pelas equipes plantonistas.

Como avalia Moura Fé (1998, p. 77) sobre o consentimento informado, deve se ter uma “preocupação básica de estabelecer procedimentos que respeitem os direitos dos pacientes quanto à sua autonomia, mas, que não descurem o dever de tratar as pessoas que necessitam claramente de cuidados médicos inadiáveis”

4 | CONCLUSÃO

Como visto, há falta de alinhamento conceitual e atitudinal em relação aos procedimentos e condutas a serem empreendidas pelos diferentes profissionais que integram a equipe do plantão do HAA, o que pode redundar em tensionamentos dentro da equipe e fragmentação assistencial, com riscos de danos para o usuário.

Assim, postula-se a necessidade de um alinhamento com os colegas de uma mesma profissão e entre as diferentes profissões. As diferenças de concepção e condutas são comuns, mas, tem que ser explicitadas, dialogadas e negociadas. Vale a pena debate-la, para o bem do usuário e do próprio serviço e da qualidade assistencial.

As melhorias assistenciais acontecem é no cotidiano e nas pequenas decisões, atitudes e gestos, requerendo, reuniões sistemáticas da equipe, grupos de estudo, atualização do regimento interno do HAA e disposição de cada um para participar.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro. SDE/ENSP, 1995.

AMARANTE, P. **O homem e a serpente**: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

ANTUNES, J.L.F. **Hospital** – instituição e história social. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1991.

BATISTA, L.L, *et al.* Alta a pedido: estudo sobre a percepção de pacientes e profissionais. **Revista Bioética**, vol. 26, nº 2, Brasília Abr./Jun.2018.

BRASIL. **Legislação em saúde mental** – 1990-2004. 5ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CUNHA, G.T. **A construção da clínica ampliada na atenção básica**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FÉ, I.M. Doença mental e autonomia. **Bioética**, 1998:6, 71-79.

FERIGATO, S.H.; CAMPOS, R.T.O.; BALLARIN, M.L.G.S. O atendimento à crise em saúde mental: ampliando conceitos. **Revista de psicologia** da UNESP, 6(1), 2007. 31-44.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. A reforma psiquiátrica em contextos periféricos: o Piauí em análise. **Memorandum**, 22, 2012, 138-164.

MERHY, E. E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOURA, F.S.; SOUSA, K.C. **Movimento social em saúde mental no Piauí**: participação de usuários em um dispositivo associativo e suas ações empoderadoras. Teresina: UFPI/ Monografia Curso de Serviço Social, 2014.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Reestruturação da assistência psiquiátrica**: bases conceituais e caminhos para sua implementação: OPAS, 1990.

ROSA, L.C.S **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003.

SEABRA, C.P.M.R.; ROSA, L.C.S. Atuação do Ministério Público em prol da qualidade da atenção à pessoa com transtorno mental no Piauí. **Revista da Corregedoria Nacional do Ministério Público - CNMP**. A atuação do MP brasileiro na área de evolução humana e qualidade de vida. Vol. VI, novembro 2018, p. 82-95.

ZEFERINO, M. T. **Crise e urgência em saúde mental**: fundamentos da atenção à crise e urgência em saúde mental. 4ª ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

VASCONCELOS, E. M. **Do hospício à comunidade**. Belo Horizonte: SEGRAC, 1992

WEBER, R. (Org.) **Painel Saúde Mental**: 20 anos da Lei 10.216/01/Desinstitute. Brasília: s.n., 2021.

CAPÍTULO 5

A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS E SUA IMPORTÂNCIA CULTURAL

Data de aceite: 01/06/2022

Data de submissão: 20/04/2022

Tatiana Frazão Silva

Universidade Iguazu - Nova Iguazu- RJ
Nova Iguazu - RJ
<http://lattes.cnpq.br/1794563733782364>

RESUMO: O ambiente informacional atual, em decorrência dos avanços tecnológicos, tem se apresentado cada vez mais abrangente e modernizado. Contudo, muitos artefatos, livros e documentos ainda precisam ser preservados no formato original, uma vez que possuem valor histórico, cultural, acadêmico e social. Assim, tendo em mente que a preservação de documentos pode salvar o conteúdo de milhões de materiais com inestimável valor acadêmico, e compreendendo que alguns livros e artefatos devem ser conservados na forma original por questões culturais, este artigo tem como objetivo principal abordar quais são as estratégias mais eficazes e eficientes abordadas pela Biblioteconomia para a preservação/conservação de documentos. Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de colocar a pesquisadora em contato com os trabalhos já realizados, verificando quais os problemas que não foram pesquisados, ou que não o foram adequadamente, e quais vêm recebendo respostas contraditórias.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação de Documentos. Deterioração. Tecnologia de

Preservação. Biblioteconomia.

LIBRARY AND INFORMATION ENVIRONMENTS: THE PRESERVATION OF DOCUMENTS AND ITS CULTURAL IMPORTANCE

ABSTRACT: The current informational environment, as a result of technological advances, has been increasingly comprehensive and modernized. However, many artifacts, books and documents still need to be preserved in their original format, as they have historical, cultural, academic and social value. Thus, bearing in mind that document preservation can save the content of millions of materials with inestimable academic value, and understanding that some books and artifacts must be preserved in their original form for cultural reasons, this article aims to address what are the more effective and efficient strategies addressed by Librarianship for the preservation/conservation of documents. To achieve this objective, a bibliographic research was carried out, with the aim of putting the researcher in contact with the works already carried out, verifying which problems were not researched, or which were not adequately researched, and which ones have been receiving contradictory answers.

KEYWORDS: Document Preservation. Deterioration. Preservation Technology. Librarianship.

1 | INTRODUÇÃO

As bibliotecas de pesquisa e os arquivos de um modo geral, sejam eles empresariais

ou pessoais, coletam informações gravadas em papel, filme, fitas e discos analógicos ou digitais, todos os quais têm períodos de vida finitos. Quando o papel original, o filme e outros meios de informação ou “formatos” se deterioram o suficiente para ameaçar a perda das informações registradas neles, é necessário tomar uma importante decisão e definir se a informação deve ser preservada, qual é o mais eficaz e Tecnologia de preservação econômica para usar.

Para os profissionais que atuam na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, que é um campo de estudo interdisciplinar que se concentra na documentação que registra as histórias, memória, história e conhecimento humano, a decisão pode ser difícil porque nenhuma tecnologia de preservação é perfeita; e além disso, há o risco de algumas informações serem perdidas para salvar outras informações, e as decisões acabam sendo tomadas para salvar o que é considerado no momento, pois as informações com maior probabilidade de ter um valor acadêmico duradouro.

Baseado nisso, este artigo tem como objetivo principal abordar quais são as estratégias mais eficazes e eficientes para a preservação/conservação de documentos; enquanto os objetivos específicos incluem: conceituar termos e particularidades relacionadas ao assunto; destacar o que provoca a deterioração de documentos; descrever as melhores maneiras de promover a preservação de artefatos.

Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que trata-se de um levantamento bibliográfico preliminar, que permite colocar o pesquisador em contato com os trabalhos já realizados, verificando quais os problemas que não foram pesquisados, ou que não o foram adequadamente e quais vêm recebendo respostas contraditórias.

Esta pesquisa bibliográfica é apresentada no Desenvolvimento deste trabalho (tópico seguinte), com autores como: Beck (1991); Duarte (2003); Luccas (1995); Mendes (2001); e Pinniger (2008), buscando promover um conhecimento profundo sobre o assunto tanto para a autora quanto para todos os possíveis leitores.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceitos e particularidades relacionados à preservação de documentos

Quando se fala em preservação, logo se pensa em preservar algo valioso, sendo que este bem, quando não é imobilário, costuma ser chamado de artefato. Brooks (1980) afirma que os artefatos envolvem todas as entidades físicas criadas pelo conhecimento dos seres humanos, ou seja,

[...] uma vez registrado, o conhecimento humano detém um grau de permanência, uma objetividade, uma acessibilidade que é negada ao conhecimento subjetivo dos indivíduos. Uma pessoa pode adquirir amplo conhecimento, profunda sabedoria e insights espirituais, mas tudo isso se perde quando ela morre, exceto aquilo que registrou em algum artefato (BROOKS, 1980, p. 128).

Duarte (2003) informa que a conservação artefatos são muitas vezes pensados em termos de raridade ou singularidade, idade e valor monetário. Embora essas características sejam frequentemente encontradas em artefatos, elas não determinam por si mesmas o valor acadêmico. Alguns artefatos são preservados porque são exemplos excepcionalmente bons de sua tecnologia ou são expressões artísticas; enquanto outros manuscritos, impressões, desenhos e fotografias feitas para gravar eventos históricos foram tão finamente feitos que adquiriram valor estético e valor como documentos históricos.

Em todos os exemplos acima, o formato em si tem algo a contribuir para a comunidade seja cultura, educacional ou profissionalmente, por isso, quando a forma ou formato original contribui para o valor acadêmico do registro, Mendes (2001) menciona que o registro se torna um artefato. Consequentemente, o formato original de um artefato não pode ser destruído sem reduzir o valor acadêmico do registro.

Ao considerar artefatos como informações, Luccas (1995) cita que os artefatos podem ser submetidos à mesma revisão técnica e acadêmica dada a todos os registros considerados para preservação. Livros e documentos avaliados exclusivamente para seus conteúdos atualmente são preservados apenas se essa informação for considerada de valor acadêmico suficiente para justificar o custo de sua preservação. Analogamente, os artefatos só serão preservados se a sua “informação” for considerada de importância acadêmica suficiente para merecer a preservação, sabendo que preservar esses materiais significa preservá-los no formato original.

Na concepção de Brooks (1980) muitos livros e documentos são antigos e raros, mas contêm pouco valor acadêmico, enquanto alguns documentos novos podem ser de grande importância. Da mesma forma, o valor monetário de alguns documentos como itens de colecionadores tem pouca relação com a importância desses documentos para a bolsa de estudos.

Com base nisso, Mendes (2001) completa que a maioria dos artefatos são valorizados principalmente como prova ou prova da precisão das informações que eles contêm. Isso quer dizer que os documentos originais são essenciais para muitos propósitos legais e acadêmicos como prova de autenticidade, sendo que a autenticidade do texto, mesmo sua credibilidade jurídica, pode depender de uma análise do formato.

Esses documentos são apontados por Beck (1991) como todas as notas, acordos, livros, avisos, propagandas, requisições, ordens, declarações, jornais, formulários, correspondências, revistas, índices, registros ou quaisquer outros dados emitidos, enviados, recebidos ou mantidos em papel ou em formato eletrônico. Vale aqui ressaltar que o registro eletrônico, segundo Pinniger (2008) é qualquer dispositivo eletrônico contemporâneo, utilizado para elaboração, escaneamento e/ou guarda de documentos como computador, laptop, disco compacto, disquete, espaço em nuvem eletrônica ou qualquer outra forma de armazenamento ou dispositivo de recuperação, considerado viável.

Luccas (1995) acredita, então, que qualquer documento precisa de manutenção,

o que significa manter documentos, seja fisicamente ou em formato eletrônico; e/ou de preservação, que engloba manter esses documentos em boas condições e evitar que ele seja alterado, danificado ou destruído.

2.2 A deterioração de documentos

Principalmente os materiais à base de papel, de acordo com Duarte (2003) podem deteriorar-se quimicamente e fisicamente. Alguns deterioram-se por causa de suas propriedades inerentes, outros como resultado de condições de armazenamento ou exibição reduzidas. Esses danos podem ser causados por práticas de manipulação precárias, sendo que a mídia em objetos em papel, como tinta, aquarela ou lápis também podem degradar exatamente por esse descuido. E embora não seja possível parar a deterioração, pode-se influenciar a rapidez que isso ocorre.

Mendes (2001) notifica que a deterioração química inclui:

- O desvanecimento e descoloração dos papéis e da mídia no papel causada pela exposição à radiação ultravioleta ou à luz (UV). A deterioração ocorrerá mais rapidamente quando exposta a maior intensidade da luz.
- A deterioração causada por condições úmidas, que tem a capacidade de consumir e manchar os materiais em que cresce.
- A fragilidade e coloração do papel causadas por ácido, quer no papel, quer no material com o qual o papel está em contato.
- E a deterioração causada pela interação entre o papel e o meio de impressão utilizado. A tinta de gás de ferro é acidental por natureza e ao longo do tempo, pode queimar através do papel em que está escrito.

Tanto no lar familiar quanto nas bibliotecas, museus ou instituições públicas de arquivo, Beck (1991) relata que o motivo da erosão é quase sempre o mesmo. É a ação sistemática da luz, temperatura e umidade, na composição química do papel, assim como o crescimento de fungos e bactérias. Até 1850, os papéis eram feitos com fibras vegetais, especialmente panos de algodão e linho. Naquela idade, o papel teve um custo relativamente caro. Quando este material começou a ficar sem recursos, novas formas de produção foram inventadas, e uma nova produção de papel de celulose (celulose, uma fibra residual da madeira das árvores) foi desenvolvida.

À medida que os novos custos do sistema diminuíram, Beck (1991) completa que o papel era mais barato do que antes, e as revistas de grande tiragem apareceram, inicialmente chamadas de “polpas”. Para o tratamento da polpa de madeira começaram a usar-se em 1870, alguns ácidos como o ácido sulfúrico e bisulfato de cálcio. Para os compostos de branqueamento, também foram utilizados ácidos clorato. As fibras fabricadas em correntes de celulose degradam-se quando expostas a um ambiente ácido na presença de umidade, luz e temperatura, criando reações químicas indesejáveis no papel, como amarelamento, degradação e efeitos biológicos como a aparição de fungos, bactérias e insetos infestação.

Pra finalizar, Pinniger (2008) manifesta que a deterioração física inclui:

- Manipulação e uso de dano, como, lágrimas, dentes, punções, abrasões e perdas de papel.
- Dobras e vincos que dividem o papel
- Ataque de praga, causado por alguns insetos e roedores para os quais papel e colas são uma fonte de alimento
- Flutuações extremas de temperatura e umidade relativa que causam flambagem e distorção.

Dessa forma, nota-se que as bibliotecas e os arquivos precisam realizar de forma independente atividades para preservar suas coleções, fornecendo habitação adequada, proteção contra incêndio e roubo, vinculação de bibliotecas e reparos e restauração ocasionais.

As bibliotecas com a custódia das pesquisas de pesquisa da nação também perceberam que é necessário um maior compromisso de recursos da biblioteca para preservar suas coleções muito grandes e deterioradas; pois de acordo com Luccas (1995), único, mas monumental, problema de deterioração das coleções de bibliotecas causadas pela fragilização do papel por si só atraiu atenção nacional considerável, juntamente com o problema, talvez o menos óbvio (e mais comumente esquecido), com a eficácia de qualquer tecnologia de preservação que reproduza ou altere o original.

2.3 Como realizar a preservação de documentos

Tendo em mente que uma estratégia de preservação para artefatos pode incluir uma diretriz de que nenhum tratamento deve ser realizado a menos que o risco de danos por atraso ou inatividade seja considerado o maior risco, Beck (1991) sintetiza que um tratamento de preservação deve ser apropriado e econômico, sendo que sua adequação deve ser medida pela sua capacidade de capturar todas as informações de significância. Isso quer dizer que o estudioso deve estar preparado para identificar agora quais informações são significativas para o estudo atual e futuro, a fim de garantir que seja capturado.

Brooks (1980) afirma que um estudioso pode sempre dizer a um conservador quais atributos de um artefato são significativos e devem ser preservados, uma vez que há uma possibilidade remota de identificar todas as informações que, no futuro, serão significativas sobre um livro ou documento, combinado com os compromissos inerentes entre as informações economizadas e a informação perdida durante o processo de tratamento de preservação. Por essa razão, o tratamento deve ser direcionado apenas para livros e documentos que tenham uma importância artefactual e que tenham necessidade urgente de tratamento.

Na mesma linha de pensamento, Luccas (1995) descreve que para livros e documentos cujo valor acadêmico se baseia inteiramente em uma representação

razoavelmente fiel de textos e ilustrações, é fundamental que seja feita a escolha de uma tecnologia de preservação adequada, com base na fidelidade técnica de várias tecnologias de reformatação, o tipo de acesso necessário à informação preservada, e custos relativos. Para muitos materiais de valor acadêmico em risco de perda de deterioração, o microfilme é a tecnologia de preservação de escolha porque o microfilme “captura” o texto bem e o texto é de maior valor acadêmico.

O tratamento correto dos itens de papel planos, na concepção de Mendes (2001) ajudará a sua preservação a longo prazo, porém, os seguintes procedimentos devem ser seguidos:

- Sempre lide com cuidado.
- Nunca permita alimentos ou bebidas perto de itens.
- Tenha mãos limpas, mesmo quando usar luvas cirúrgicas protetoras ou em pó. Se um objeto for particularmente frágil, as luvas cirúrgicas de montagem íntima podem ser mais apropriadas.
- Use um suporte rígido, como um pedaço de papelão ao transportar papéis. Isso é importante quando os papéis são grandes e frágeis ou precisam ser transportados por longas distâncias.
- Um carrinho de cama plana é útil para mover material de grande porte.
- Intercalar obras de arte e documentos com o tecido de arquivo para protegê-los da abrasão e tinta ou transferência de adesivo de outros itens.
- Ao trabalhar com obras de arte, use lápis e não tinta. As marcas de lápis são facilmente removidas, enquanto que as tintas podem ser difíceis ou impossíveis de remover.

Se houver armazenamento especializado disponível, Duarte (2003) alerta que são desejáveis temperaturas entre 18 a 20 ° C e umidade relativa entre 45 a 50 por cento. O ar condicionado do escritório geralmente opera entre 21 e 23 ° C em climas temperados. Se essas condições forem estáveis, a deterioração natural dos objetos pode ser moderada. As amplas flutuações nas condições podem fisicamente gravar os registros e acelerar sua deterioração.

Nota-se que os sistemas de ar condicionado costumam operar apenas durante o horário comercial, levando a uma flutuação mais ampla de temperatura e umidade relativa em outros momentos. Em umidade relativa sustentada em cerca de 65%, o crescimento do molde pode ocorrer, por isso, Luccas (1995) recomenda que a pessoa aponte para uma área de armazenamento com condições estáveis, onde a temperatura é de cerca de 20 ° C e a umidade relativa permanece abaixo de 60 por cento.

As caixas de armazenamento de tábua ondulada podem fornecer um micro ambiente conveniente ao armazenar em buffer os documentos dos efeitos completos da umidade e temperatura flutuantes. E como os materiais se degradam mais rapidamente

quando expostos à luz, especialmente ultravioleta (UV), Brooks (1980) explica que surpreendentemente, os tubos fluorescentes geralmente emitem um nível relativamente alto de UV. Assim, a iluminação deve ser ligada somente quando for necessária. Além disso, idealmente, as áreas de armazenamento não devem ter janelas. Onde as janelas estão presentes, elas devem ser cobertas com cortinas ou persianas opacas.

Como insetos e roedores causam danos através do que eles comem ou deixam para trás, Beck (1991) diz que é essencial reduzir a chance de que eles se sintam atraídos para gravar áreas de armazenamento seguindo estas recomendações:

- Não comer em áreas de armazenamento.
- Mantenha as superfícies (pisos, tops das prateleiras) limpas.
- Esvazie as lixeiras regularmente.
- Verifique regularmente as áreas de armazenamento de surtos de insetos ou roedores. Caso ocorra uma infestação, podem ser necessárias iscas ou fumigação. Mais conselhos estão disponíveis no gerenciamento integrado de pragas.
- Use prateleiras metálicas pintadas com revestimento em pó adequadamente curadas para registros em papel e gabinetes planos para armazenamento plano de mapas, planos e obras de arte de grande porte. Impressões, desenhos, cartazes e aquarelas devem ser armazenados de forma plana, enquanto os arquivos em papel geralmente são armazenados verticalmente. Rotule claramente caixas de armazenamento e pastas para minimizar o manuseio desnecessário. A área de armazenamento e instalações devem ser limpas para desencorajar pragas. As prateleiras não revestidas de madeira e painel de partículas / MDF podem liberar vapores nocivos e devem ser substituídos sempre que possível.
- Gabinetes de arquivo simples, como caixas, pastas, carteiras e cartões de papel, protegem itens baseados em papel contra danos mecânicos, luz e poeira. Eles também fornecem microambientes que reduzem as flutuações de temperatura e umidade relativa.

Na visão de Duarte (2003) é preciso, ainda, escolher um produto de papel de alta qualidade para armazenamento a longo prazo. Alguns plásticos também são adequados para o armazenamento de registros em papel. O plástico deve ser livre de plastificantes, revestimentos de superfície e outros produtos químicos nocivos. O filme plástico mais adequado é uma forma de poliéster conhecido como PET, que vende sob os nomes próprios Mylar ou Melinex. O polipropileno e o polietileno de qualidade alimentar são alternativas aceitáveis de baixo custo.

Enfim, há o encapsulamento que é um método de armazenamento que usa uma manga de poliéster rígida e ajustada para tomar a maioria da pressão de manuseio e abuso. Permite que um item seja visualizado na sua habitação sem contato direto. A laminação a quente onde a manga de plástico é aderida aos documentos originais e obras de arte não é recomendada. Este tratamento é irreversível e levará à deterioração acelerada do papel

no interior (MENDES, 20001).

De maneira geral, Pinniger (2008) cita que a grande maioria de todos os artefatos podem ser preservados sem tratamento e com baixo custo através de medidas de preservação para reduzir suas taxas de deterioração e desgaste, estendendo assim suas vidas e minimizando o número de artefatos que precisam de tratamento em qualquer momento. Isso quer dizer que a preservação e conservação de documentos antigos requer conhecimentos específicos, bem como ações peculiares:

- O primeiro passo na preservação de seus papéis é colocá-los em forma plana. Desdobre-os, tire-os dos envelopes e remova todas as bandas de borracha ou cliques de papel. Se os papéis resistirem, prossiga cuidadosamente em vez de forçar.
- Em seguida, escolha pastas e caixas de qualidade arquivística que sejam livres de ácido e sem lignina para armazenamento.
- Finalmente, preste atenção à temperatura. Embora possa ser tentador manter os papéis fora do caminho em porões ou garagens, esses locais frequentemente quentes e úmidos não são os melhores locais para eles. Temperaturas frescas (abaixo de 75 graus) e baixa umidade relativa (abaixo de 65%) decadência lenta e reduz as chances de que o molde e os insetos causem estragos em seus papéis. Os porões regulados por temperatura em estados secos funcionam bem, desde que não haja risco de inundações.
- No mais, uma maneira de minimizar o tratamento é digitalizar os documentos para poder trabalhar com a cópia digital em vez do original, facilitando seu compartilhamento. Além disso, é importante ter em mente que para a maioria dos papéis, as luvas não são necessárias e podem dificultar o trabalho com elas. Por essa razão, deve-se colocar os papéis em um espaço limpo e preparado.

3 | CONCLUSÃO

A preservação e a conservação de documentos são uma luta contra um processo que ocorre naturalmente. Não é uma tarefa fácil, mas se inicialmente todas as precauções são respeitadas e os documentos são tratados com cuidado, as preocupações são muito reduzidas. O grande problema é que muitos dos documentos e fotos não foram bem conservados desde o início, sendo necessário melhorar essas condições, seja por meio de cuidados apropriados, principalmente na manipulação de obras em papel, seja realizando o armazenamento adequado em local seguro, livre de pestes e intempéries relacionadas ao clima.

Além disso, há um pensamento, principalmente da população mais jovem, que todo esse “trabalho” de recuperação pode ser uma perda de tempo, tendo em vista que, na modernidade, os documentos físicos deixaram de ser necessários, sendo substituídos pelas versões eletrônicas, que podem ser acessadas pelo celular, computadores, tablets

e outros equipamentos tecnológicos.

Apesar dessa questão, foi possível perceber que embora nenhum documento, carta ou outro artigo possa durar para sempre, eles podem durar muito tempo se forem devidamente manipulados, armazenados e preservados. Todavia, a preservação desses materiais requer uma estratégia que envolva uma justificativa de recursos, metodologias de seleção (assumindo menos recursos do que as necessidades) e uma variedade de tecnologias de preservação capazes de combinar problemas com soluções.

Assim, entende-se que o objetivo principal de abordar quais são as estratégias mais eficazes e eficientes para a preservação/conservação de documentos; bem como os objetivos específicos de: conceituar termos e particularidades relacionadas ao assunto; destacar o que provoca a deterioração de documentos; e descrever as melhores maneiras de promover a preservação de artefatos, foram atingidos, promovendo um conhecimento mais profundo sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BECK, Ingrid. **Manual de preservação de documentos**. Rio de Janeiro: AN, 1991. Publicações técnicas n. 46 75p.

BROOKS, Bertran C. Os fundamentos da ciência da informação. In: **Aspectos filosóficos**. Journal of Information Science, v. 2, p. 125-133, 1980.

DUARTE, Zeny. **Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda**. 2 ed. Salvador : EDUFBA, 2003. 137 p.

LUCCAS, Lucy et. al. **Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas**. Brasília: Thesaurus, 1995, 128p.

MENDES, Marilka, et. al. **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 336 p.

PINNIGER, David. **Controle de pragas em museus, arquivos e casas históricas**. Lisboa, Portugal: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, 159p.

ESTUDO DE COMUNIDADE: A BIBLIOTECA PÚBLICA “JOSUÉ” E SEU ESTIMADO PÚBLICO

Data de aceite: 01/06/2022

Regina L. Péret Dell’Isola

Escola de Ciência da Informação/UFMG

Raquel Ferreira de Carvalho

Escola de Ciência da Informação/UFMG

RESUMO: Este artigo é resultado de uma pesquisa exploratória, realizada em 2021, com vistas apresentar o contexto de uma biblioteca pública específica e o potencial do Estudo de Comunidades neste cenário. Buscou-se apresentar uma visão holística do território observado: a Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG), situada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A partir de uma breve revisão da literatura sobre a descrição conceitual e contextual de bibliotecas públicas no Brasil e no exterior, este trabalho fundamenta-se em Oliveira e Maio (2011), Araújo et al. (2013), Costa (2013), Borges (2008), Cunha, Amaral e Dantas (2015), Flahety (2015), Jaramillo e Montoya (2011). Lessa e Gomes (2017) Lessa (2020), Mickeown (2016), Nicholson (2017). Buscou-se, ao longo do texto, evidenciar as correlações e os contrapontos entre Estudo de Comunidades e Estudo de Usuários. O resultado do trabalho de campo, realizado a partir de levantamento de dados e de entrevista, conduziu a reflexões sobre a comunidade em questão: o público potencial da biblioteca estudada, os elementos culturais que auxiliam na identificação de gostos literários e o que pode ser considerado serviço essencial de biblioteca para essa comunidade.

As contribuições desta investigação voltam-se para a possibilidade de trazer à luz a dinâmica da biblioteca visitada, evidenciando iniciativas positivas, estratégias valiosas que merecem ser compartilhadas, dificuldades enfrentadas e as soluções encontradas. Este estudo pode viabilizar novas experiências e outros estudos comparativos. Ao final deste artigo, são apresentadas considerações e observações, motivadas pelas reflexões viabilizadas por esta investigação em que se constata o grau de estima de uma biblioteca pública para com seu público usuário.

PALAVRAS-CHAVE: Estudo de Comunidade; Biblioteca; Usuários, Biblioteca Pública.

COMMUNITY STUDY: PUBLIC LIBRARY “JOSUÉ” AND ITS ESTEEMED PUBLIC

ABSTRACT: This article is the result of an exploratory research conducted in 2021, which intended to bring forward the context of a specific public library and the potential of Community Studies in this scenario. It was sought to present a holistic view of the observed territory: the Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG), located in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. According to a brief literature review about the conceptual and contextual description of public libraries in Brazil and overseas, this project is based on Oliveira e Maio (2011), Araújo et al. (2013), Costa (2013), Borges (2008), Cunha, Amaral e Dantas (2015), Flahety (2015), Jaramillo e Montoya (2011), Lessa e Gomes (2017), Lessa (2020), Mickeown (2016), Nicholson (2017). Throughout the text, it was intended to emphasize the correlations and the

conterpoints between Community Studies and User Studies. The result of field research, which was carried out through data collection and interviews, led to reflections about the community in question: the potential public of the studied library, the cultural elements that aid the identification of literary preferences and what can be considered as an essential library service to this community. The contributions of this investigation focus on the possibility of bringing the dynamic of this library into view, drawing attention to positive initiatives, valuable strategies which deserve to be shared, difficulties that are faced and possible solutions. This study may lead to new experiences and other comparative studies. At the end of this article, the presented considerations and remarks are brought out by the reflections enabled by this research, in which the degree of esteem of a public library towards its users is confirmed.

KEYWORDS: Community Studies; Library; Users, Public Library.

1 | A BIBLIOTECA PÚBLICA

O conceito de biblioteca pública envolve, para além de uma descrição contextual, a especificação da natureza do espaço que ela ocupa, sua representação e função social e cultural. No Brasil, a biblioteca pública é definida como “empório de ideias”, “espaço híbrido e multiterritorial”, “centro de informação utilitária”, respectivamente, por Lessa e Gomes (2017), Lessa (2020) e Araújo et al (2013).

Lessa e Gomes (2017) apresentam a biblioteca pública como instituição cuja função é a de ser mediadora cultural e da informação. Considerando-se essa função, suas implicações sociais e conceituais, a biblioteca pública situa-se como espaço social transformador. Em relação às suas possibilidades de atuação, a biblioteca pública tem potencial transformador

ao representar um espaço de encontro e de diálogo em meio a diversidade cultural e de dispositivos tecnológicos, que diversificam o modo de produção e circulação dos bens culturais, passando a se caracterizar como uma espécie de “empório de ideias”, que também deve permitir o conforto da permanência do usuário. (LESSA, B.; GOMES, H. F., 2017, p. 35)

Lessa e Gomes (2017) registram que, na atualidade, a biblioteca pública é convidada a repensar sua atuação como espaço que preserva a memória social e, ao mesmo tempo, oferece as condições para a criatividade e produção cultural. E isso deve ser feito de modo a assegurar o respeito à diferença enquanto motor do protagonismo social e do respeito e exercício da cidadania.

Lessa (2020) retextualiza o conceito de biblioteca pública como “um espaço híbrido e multiterritorial, de modo a assegurar a permanência do assunto para pesquisa na literatura científica da Ciência da Informação”. Nessa perspectiva, essa autora afirma que as bibliotecas públicas carecem de uma transformação de modo que o seu espaço físico passe a ser um ambiente de colaboração de troca e de compartilhamento de informações. É nesse “espaço multiterritorializado” que se evidenciam as multiplicidades relacionadas ao seu papel e à sua função na sociedade.

Biblioteca pública, segundo Araújo et al. (2013), é centro de informação utilitária. De acordo com as autoras,

a implementação de serviços de informação utilitária na biblioteca pública, exigem bem mais do que reunir fontes atualizadas e relevantes, sendo necessário o comprometimento de uma equipe de bibliotecários e a participação ativa do usuário que é o fator primordial e essencial para o êxito desse serviço. (ARAÚJO, A.; LIMA, I.; PEREIRA, A.; FERREIRA, K. e COSTA, M., 2013, p.1).

Nessa perspectiva, tanto no Brasil como no exterior, uma biblioteca pública pode ser concebida como um espaço comprometido com o acervo, com a informação, com o usuário e com os serviços que presta. Conforme aponta Mckeown (2016, s.p.), “bibliotecas públicas podem contribuir para diminuir a falta de informação, desenvolvendo estratégias para criar uma sociedade mais social, cultural e digitalmente inclusiva”.

Esse viés inclusivo tem lastro histórico, considerando-se que, nas comunidades dos Estados Unidos, bibliotecas públicas têm uma longa história como fontes de informação confiáveis, como lembra Flaherty (2015). Essa autora afirma que os funcionários das bibliotecas públicas desse país “são frequentemente responsáveis por responder a uma ampla variedade de necessidades dos usuários e adaptar a prestação de serviços para atender a essas necessidades”.

É certo que há um movimento evolutivo no sentido de as bibliotecas públicas se adaptarem às novas exigências de um mundo em permanente transformação. Para prosperarem, as bibliotecas públicas estão em constante evolução, adaptando seus serviços e ajustando-os às constantes mudanças. Conforme afirma Nicholson (2017)

Inovação é vista como uma força positiva e crítica para o sucesso das organizações, e as bibliotecas públicas não são exceção. Bibliotecas públicas apostam em inovação, vendo uma oportunidade de redefinir seu papel e relevância. Motivadas pelo desejo de melhor servir e atender às necessidades das comunidades, as bibliotecas se engajam em um ciclo contínuo de experimentação, testando novas ideias e desenvolvendo novos serviços para poder oferecer serviços de biblioteca pública dinâmicos, responsivos e modernos”.

A biblioteca pública tem sido vista por diferentes perspectivas e muitos escritores contemporâneos atribuem a ela uma infinidade de qualidades e “virtudes”, identificando-a como um fator de transformação social, um agente de promoção e distribuição equitativa da riqueza, um indicador de grau de desenvolvimento de uma sociedade ou um elemento de democratização, tal como apresenta López (2007) em seu artigo a respeito da evolução histórica dos conceitos de biblioteca pública, sistema de bibliotecas e política bibliotecária. Nesse artigo, López (2007) cita a perspectiva de Gómez (1993, p. 55) para quem “o que define a biblioteca pública é sua condição jurídica, pois as bibliotecas públicas foram criadas e mantidas pelo Estado”. Desenvolvidas no marco de uma nova sociedade em que se consolidavam o modelo de comunicação liberal, o auge da imprensa, o relaxamento da

censura e o triunfo do modo de vida da classe média, as bibliotecas públicas são essenciais na formação da cidadania.

Cabe aqui incluir, nesta revisão da literatura, registros de perspectivas da Colômbia e da Itália. Na Colômbia, *bibliotecólogos* responsáveis pelo site biblioseo.com, que exercem sua profissão com paixão e compromisso, esforçando-se para construir uma sociedade melhor, definem biblioteca pública como

um bem comum, que incentiva o exercício da democracia e o desenvolvimento integral da sociedade através do acesso incondicional e imparcial ao conhecimento e à informação, incentivando a criatividade das pessoas, fortalecendo sua identidade e garantindo a livre participação na tomada de decisões sensatas e fundamentadas que busquem a construção de um benefício coletivo e sustentável.

Para além de ser um elemento fundamental para a formação da cidadania, a biblioteca pública é um lugar de inspiração, de encontro de pensamentos e inteligência, de relaxamento e incentivo à opinião, paz e equidade. Jaramillo e Montoya (2011) explicitam que se propõe

um novo conceito mais do que descritivo e funcional, [esse novo conceito] é suficiente e significativo quando se considera o papel que desempenha na sociedade, principalmente a partir da sua finalidade social e cultural, onde o foco aponta para o cumprimento, de forma equilibrada, dos quatro objetivos historicamente atribuídos a ela: informacional, educacional, recreativo e cultural.

Atualmente, os serviços das bibliotecas públicas têm múltiplas funções - cultural e patrimonial; social, educacional e econômica – que se complementam.

Na Itália, a bibliotecária Virginia Carini Dainotti (1911-2003) apoiou a criação do Serviço Nacional de Leitura, que se baseava em dois princípios fundamentais: em primeiro lugar, a criação de uma rede de bibliotecas públicas centrais, cada uma das quais podendo servir de ponto de referência para um conjunto coordenado de bibliotecas e postos de serviço capazes de chegar a todos os lugares do território e dirigir-se em particular às camadas mais frágeis da população; em segundo lugar, a necessidade de abolir a distinção entre bibliotecas de alta cultura e bibliotecas públicas, na convicção de que mesmo as primeiras podem desempenhar o papel de biblioteca pública central de uma província.

Cabe aqui acrescentar o Manifesto IFLA/UNESCO em que se declara

a crença da UNESCO na biblioteca pública como uma força viva para a educação, cultura e informação, e como um agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual através da mente de homens e mulheres. Ele reconhece a biblioteca pública como sendo fundamental para a liberdade e equidade de acesso ao conhecimento e à informação para todas as pessoas¹.

Nesse manifesto, a biblioteca pública é reconhecida como uma organização estabelecida, apoiada e financiada pela comunidade. Esse apoio pode ser dado através

¹ Disponível em: <<https://www.ifla.org/node/91700>> Acesso em 20 jan.2022 (Tradução nossa)

de uma autoridade ou de um órgão local, regional ou nacional, ou ainda de outra forma de organização coletiva. A biblioteca pública, segundo a UNESCO, possibilita acesso ao conhecimento, informação e obras em geral, graças a uma série de recursos e serviços e está à disposição de todos os membros da comunidade de forma igualitária, independentemente de sua raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, idioma, condição física e mental, condição econômica e de emprego e nível de instrução².

2 | O ESTUDO DE COMUNIDADES

2.1 Fundamentação teórica metodológica do processo de Estudo de Comunidades

Estudo de Comunidades é o “levantamento regular das características da comunidade e das necessidades de informação de seus membros, visando obter subsídios para todas as decisões relacionadas com a Política de Desenvolvimento de Coleções” (2021, material em ppt da aula 4, síncrona). Esse tipo de estudo abrange usuários reais e potenciais para que a biblioteca possa suprir as carências informacionais dos indivíduos e da comunidade como um todo. Conhecendo a comunidade, a biblioteca/unidade de informação poderá estabelecer serviços significativos; conseguir apoio político e econômico; manter boas interlocuções com os usuários; fazer suposições/inferências sobre a utilidade projetada dos materiais de informação.

Segundo Oliveira e Maio (2011), o Estudo de Comunidades é uma forma de pesquisa em que o contexto social de uma comunidade é objeto de uma investigação detalhada. É um método que utiliza a observação, exploração, comparação e verificação, com o objetivo de adotar a comunidade como um contexto para a exploração e descoberta de interconexões entre fatos sociais e psicológicos. Uma vez que a comunidade é onde se desenvolvem os processos estudados, os estudos de comunidades apresentam um caráter descritivo e abrangente, tendo como princípio metodológico a necessidade de coleta de diversos dados para o entendimento da configuração da estrutura social como um todo. No Brasil, os Estudos de Comunidades se estabeleceram principalmente na década de 1950 e, ao terem como referências fundamentais os trabalhos de cientistas sociais como Robert Redfield e Robert E. Park, adotaram a matriz norte-americana.

Especialmente devido às suas características teórico-metodológicas, a realização de estudos de comunidades gerou importantes debates entre cientistas sociais no Brasil. Alguns deles se manifestaram a favor da realização dos estudos ao chamar a atenção para sua “dimensão empírica e objetiva, considerada indicadora do caráter científico de

2 De acordo com a UNESCO, a “biblioteca pública es una organización establecida, apoyada y financiada por la comunidad, tanto a través de una autoridad u órgano local, regional o nacional o mediante cualquier otra forma de organización colectiva. Proporciona acceso al conocimiento, la información y las obras de creación gracias a una serie de recursos y servicios y está a disposición de todos los miembros de la comunidad por igual, sean cuales fueren su raza, nacionalidad, edad, sexo, religión, idioma, discapacidad, condición económica, laboral y nivel de instrucción.” Disponível em: <<https://www.ifa.org/node/91700>> Acesso em 20 jan.2022

que se pretendia dotar a produção de conhecimento no âmbito das ciências sociais. As manifestações contrárias aos estudos de comunidades destacaram, não raro, a invalidade e o alcance limitado dessas pesquisas para a compreensão das transformações sociais, políticas e econômicas no país naquele período.” (OLIVEIRA e MAIO, 2011, p. 523).

De acordo com Silva (1989), ao se deparar com uma série de problemas de ordem metodológica, o pesquisador é obrigado a postergar o estudo de comunidades. Alguns dos problemas encontrados durante a realização da pesquisa são: a delimitação do objeto da pesquisa; a mensuração ou como estudar o problema; a dificuldade em delimitar a comunidade a ser estudada, principalmente, quando se trata de uma comunidade complexa ou grande.

2.2 Correlações e os contrapontos entre estudo de Comunidades e Estudo de Usuários

Para entender melhor o significado de estudo de comunidade é essencial compreender o conceito de palavra comunidade que, nesse contexto, volta-se para o grupo de pessoas para o qual a Unidade de Informação/Biblioteca está destinada a atender.

Na perspectiva de Vergueiro (1989, p.29):

Para a biblioteca pública, comunidade são todas as pessoas que residem na jurisdição política servida por ela; para a biblioteca escolar, são todos os alunos matriculados na instituição e, também, os professores a atendê-los; para a biblioteca universitária, são os corpos docente e discente e, eventualmente, também os funcionários; para a biblioteca especializada, é a companhia, a instituição comercial, a fundação ou empresa que a criou. De qualquer forma, a comunidade não é , absolutamente – e este é um equívoco no qual facilmente incorrem muitos bibliotecários –, apenas e tão somente o usuário real, aquele que vai com grande frequência à biblioteca e se torna, com o tempo, quase íntimo do profissional responsável por ela.

Para conhecer a comunidade, ainda segundo Vergueiro (1989. p. 33), são levantados dados:

- históricos: antecedentes históricos, evolução da comunidade e seu crescimento;
- demográficos: número de habitantes, idade, sexo, nacionalidade, taxas de naturalidade e mortalidade, etc;
- geográficos: dados quanto ao crescimento físico da comunidade;
- socioeconômicos: atividades econômicas mais realizadas, nível econômico, taxa de desemprego, etc;
- transporte: pontos de acesso apropriados, existência ou não de meios de transporte;
- educativas: grau de analfabetismo, número de estudantes matriculados, iniciativas educacionais promovidas por grupos, tais como sindicatos, indústrias, etc.;

- culturais e informacionais: eventos frequentes, grupos culturais existentes, meios de comunicação etc.;
- políticos e legais: conhecimento do órgão ao qual a biblioteca está subordinada, existência ou não de partidos e grupos políticos, assim como a influência deles.

O bibliotecário faz a coleta dos dados citados acima ao consultar os indicadores sociais em *sites* como os do IBGE, DIEESE e os das prefeituras e estados onde a biblioteca está inserida. Também é possível colher informação com lideranças informacionais ao promover reuniões com a comunidade e realizar pesquisa de campo. Esta última, somente será necessária, caso o levantamento de fontes preexistentes se mostre precário. Estudos de usuários não tratam da necessidade de se fazer uma análise daquele tipo de fonte. Após a coleta de dados, o pesquisador adotará alguns dos instrumentos utilizados em um estudo de usuários: questionário; entrevista; observação; grupo focal.

Mesmo após analisar os números levantados, o bibliotecário deve estar atento a fatores que podem fazer com que eles se alterem, como o surgimento de novas empresas ou universidades; o fechamento delas; movimentação de imigrantes e a pandemia Covid-19.

Cunha (2015) faz uma comparação quanto ao momento do surgimento de cada estudo e seu contexto social. No Brasil, a expressão estudo de usuários nasceu em meados do século XX e surgiu como um desmembramento do levantamento bibliotecário ou coleta sistemática de dados referentes ao sistema, suas operações, pessoal, uso e usuários, em um determinado momento ou em um período. Os estudos de comunidade, por sua vez, nasceram na Inglaterra na metade do século XX, e seguem os padrões do método científico para o estudo de um fenômeno social.

De acordo com o *site* Biblioteconomia *Sem Censura* são as seguintes as correlações entre Estudo de Usuários e de Comunidades:

Quanto à importância, a correlação entre estudo e usuários e de comunidades

- é a razão de ser da Unidade da Informação;
- é parte fundamental da Política da Instituição;
- é subsídio relevante no planejamento, gestão e avaliação do Sistema de Informação e na elaboração de projetos e relatórios;
- fornece subsídios para o gestor da biblioteca ampliar ou melhorar seu serviço de informação.

Quanto aos objetivos, essa correlação visa a

- estabelecer critérios de mensuração dos serviços e das atividades;
- desenvolver estudo sobre o usuário e não usuário na utilização ou não de serviços;
- avaliar o grau de satisfação dos usuários com atividade e serviços disponibilizados;

- ser um canal de comunicação entre a Unidade de Informação e a Comunidade;
- auxiliar a Unidade de Informação na previsão de demanda ou na mudança de demanda de seus produtos e serviços.

O bibliotecário deve, portanto, ser capaz de cuidar das necessidades informacionais de toda uma comunidade e não apenas daquelas demandadas pelos usuários mais frequentes.

3 | A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSUÉ GUIMARÃES

A biblioteca escolhida para a visita “remota” foi a Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães. O levantamento de dados para este estudo de comunidades foi realizado por meio de informações obtidas em *sites* da internet e de entrevista realizada com a Sra. Renata de Souza Borges, bibliotecária e diretora da Biblioteca em questão.

Serão apresentados a seguir, o histórico institucional dessa biblioteca, a justificativa pela escolha, o perfil da profissional Bibliotecário responsável pelo acervo, alguns dados sobre a comunidade atendida pelo acervo e sobre os serviços da biblioteca.

3.1 Histórico Institucional

Desde 1928, Porto Alegre dispõe de biblioteca municipal. Por meio do decreto 145, de 27 de julho, determinou-se a reunião de vários acervos em um só local. Nos primeiros anos, essa biblioteca vinculou-se ao Arquivo Público Municipal; em seguida, teve diferentes endereços, entre eles o Hotel Majestic. Após a reorganização dos serviços da Prefeitura, em 1955, a instituição seguiu para o Ed. José Montauray (Avenida Siqueira Campos), no Departamento de Assistência e Instrução. Em 1962, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, migrou para o prédio do Ipase (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado), no Centro Histórico da capital sul riograndense.

Com a inauguração do Centro Municipal de Cultura, a sede atual da biblioteca municipal viabilizou-se em 1978, numa área de 640 m². A denominação “Josué Guimarães” foi dada em 1986, em homenagem ao escritor gaúcho falecido naquele ano. Em 1988, a Biblioteca foi incorporada à Coordenação do Livro e Literatura, segmento da Secretaria Municipal da Cultura.

O acervo da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães é de aproximadamente 50 mil itens, entre livros, revistas e recursos multimídia. Os serviços oferecidos são de empréstimo domiciliar, empréstimo interbibliotecas, consulta local, orientação à pesquisa e serviço de referência virtual. Disponibiliza acesso à rede Wifi da Prefeitura, atividades culturais, de cidadania e fortalecimento da cultura local.

Em 2001, a instituição passou a contar com uma unidade no bairro Restinga Nova, Biblioteca Ramal 1 – Restinga, que possui acervo de mais de oito mil livros e oferece serviços de consulta local e empréstimo domiciliar. A consulta a esse acervo das

bibliotecas pode ser realizada no Sistema de Bibliotecas do Município de Porto Alegre, no Catálogo online.

A escolha dessa biblioteca para este estudo se deve ao fato de que se trata de uma unidade de informação bastante atuante que atrai uma grande diversidade de usuários e que mantém uma agenda de eventos para todas as faixas etárias. Entre os eventos promovidos, citamos a feira de troca de livros; o encontro de leitura; os cursos de diversas naturezas que movimentam a biblioteca municipal de Porto Alegre.

A Feira de Troca de Livros cuja proposta é garantir a circulação dos livros que já fazem parte do acervo, ou que não encaixam na política de desenvolvimento de coleções da biblioteca é realizada na Semana da cidade de Porto Alegre. É uma iniciativa que faz com que tanto a biblioteca quanto os leitores renovem seus acervos. Também acontecem nessa biblioteca encontros como o *Leia Mulheres*. O #LeiaMulheresPOA é um clube de leitura focado em obras escritas por mulheres. O objetivo é fomentar a presença da mulher na literatura através da leitura e discussão de obras de autoria feminina.

A BPMJG participa de outras iniciativas como o Projeto BibliotáxiPOA em parceria com taxistas com o objetivo de repor o acervo da biblioteca. Esse projeto consiste na iniciativa de taxistas participantes terem no banco do carro uma bolsa com livros à disposição dos passageiros. O passageiro escolhe um exemplar, leva consigo e, após a leitura, coloca o livro novamente em circulação em sua próxima corrida. Já foram distribuídas 3 mil sacolas aos táxis de Porto Alegre e região cadastrados no aplicativo da Easy Táxi.

Com uma programação intensa, a Biblioteca Pública Josué Guimarães tem oferecido cursos, contação de histórias, rodas de conversa, palestras, projetos (com contrapartida) e oficinas. Em setembro de 2019, ofertou o *Curso Imaginação e Poder Literário*, com o professor Sergius Gonzaga, o relato *A Caminhada: caminhar para diminuir a distância do que sempre esteve perto* traz a seguido de conversa/debate com Vera Junqueira e Grupo Pelos Muros (com entrada franca), o Curso de Leituras Obrigatórias do Vestibular da Ufrgs 2020 (em seis encontros com inscrições gratuitas), ofereceu mais uma edição da oficina *Artesania dos Dias* (com entrada franca), abriu a “Biblioteca do Atelier Livre” para atendimento ao público e a agenda para as visitas guiadas de escolas. Esse visível comprometimento dessa biblioteca com a comunidade local nos levou a decidir pela escolha da “Josué” para realização deste estudo.

A profissional bibliotecária responsável pelo acervo da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães/CLL/SMC/PMPA é Renata de Souza Borges. Formada pela UFRGS em 2008, especialista em Rio Grande do Sul: história, memória e patrimônio, e está na direção da biblioteca desde 2017.

3.2 Comunidade atendida pelo acervo e serviços da biblioteca

A cidade de Porto Alegre tem como data oficial de fundação 26 de março de 1772. O povoamento, contudo, começou em 1752, com a chegada de 60 casais portugueses

açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri para se instalarem nas Missões, região do Noroeste do Estado que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata. A demarcação dessas terras demorou e os açorianos permaneceram no então chamado Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre.

Em 24 de julho de 1773, Porto Alegre se tornou a capital da capitania, com a instalação oficial do governo de José Marcelino de Figueiredo. A partir de 1824, passou a receber imigrantes de todo o mundo, em particular alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses. Este mosaico de múltiplas expressões, variadas faces e origens étnicas, religiosas e linguísticas, faz de Porto Alegre, hoje com quase 1,5 milhão de habitantes, uma cidade cosmopolita e multicultural, uma demonstração bem-sucedida de diversidade e pluralidade.

A área de Porto Alegre, de 496,684 km², é um ponto de encontro de distintos sistemas naturais que imprimem uma geografia diversificada à cidade. Um anel de morros graníticos com 730 milhões de anos emoldura a região de planície onde está o grande centro urbano da cidade, ocupando 65% de seu território. Essa formação geológica contribuiu para que Porto Alegre conservasse 30% de seu território como área rural. Outra parte do território da Capital, cerca de 44 km², estão distribuídos em 16 ilhas do Lago Guaíba sob jurisdição do município. O lago contorna a cidade numa extensão de 70 km de orla fluvial a expressão geográfica mais marcante da capital gaúcha. O conjunto de ilhas, parques e de áreas de preservação natural, somado à área rural e ao elevado índice de arborização das vias públicas, fazem de Porto Alegre uma cidade verde, acima do recomendado pela organização Mundial da Saúde (OMS).³

A população de Porto Alegre registrada no último censo (em 2010) foi de 1.409.351 pessoas; para 2020, a população estimada era de 1.488.252 habitantes nessa cidade. De acordo com os dados do IBGE, em 2018, o salário médio mensal da população de Porto Alegre era de 4,2 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 53,1%. Havia 25,6% da população com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o que a colocava na posição 360 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 5269 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O PIB per capita é de R\$ 52.149,66 (em 2018), sendo 38,8% o percentual das receitas oriundas de fontes externas (em 2015), o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,805 em 2010. A taxa total de receitas realizadas em 2017 foi de R\$ 6.432.707,51 (x 1000) e o total de despesas empenhadas nesse ano, de R\$ 6.018.787,33 (x 1000).

A cidade tem 93% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 82,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 69,4% de domicílios urbanos em

3 As informações constantes nos três primeiros parágrafos foram obtidas no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/projetos/conheca-porto-alegre>. Acesso em 25 jan.2022)

vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 12 de 497, 265 de 497 e 11 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 290 de 5570, 2201 de 5570 e 98 de 5570, respectivamente.

Em relação à educação, a cidade tem uma alta taxa de escolarização entre os 6 aos 14 anos; resultados aparentemente satisfatórios no IDEB, quantidade de docentes compatível com o número de matriculados no Ensino Fundamental e Médio e número de estabelecimentos de ensino suficientes para a quantidade de alunos na cidade.

Em relação ao Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a qualidade do aprendizado nas escolas de Porto Alegre aparentemente vem mantendo elevado. Considerando-se as médias de desempenho utilizadas - as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) -, esse indicador possibilita o monitoramento da qualidade da educação. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. De acordo com o Inep, são estes os índices IDEB das escolas públicas de Porto Alegre:

Em relação à mobilidade, Porto Alegre conta com diferentes modos de transporte. O Aeroporto Internacional Salgado Filho, por exemplo, é um dos poucos aeroportos do país com três modais integrados: aeromóvel, trem e linhas urbanas. Além disso, tanto a rodoviária como o aeroporto localizam-se a pouca distância do Centro Histórico da cidade. Por ser uma cidade relativamente plana, as bicicletas são meios de deslocamento bastante utilizados.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Porto Alegre tem pluralidade cultural e a vocação para a diversidade se refletem em uma rica gastronomia, nas diversas opções de vida noturna, atrações culturais e lazer. Este mosaico, somado aos cenários e o clima distintos das demais regiões do Brasil, faz da capital dos gaúchos - como são chamados os que nascem no Estado do Rio Grande do Sul - um destino que cativa aqueles que descobrem seus encantos.

A BPMJG ocupa três andares do Centro de Cultura XX sendo que, no subsolo encontram-se os setores de periódicos, de literatura infantil e de literatura juvenil. O acervo de revista conta com aproximadamente 1.500 exemplares com mais de 50 títulos diferentes adquiridos por meio de doação; no espaço reservado às crianças está o acervo de literatura infantil com cerca de 1.500 títulos distribuídos em uma sala de 4 m². No andar térreo da biblioteca está o acervo de literatura adulta com mais de 20 mil títulos de diferentes nacionalidades, além da videoteca e do espaço em que ficam os livros em Braille para consulta local. No primeiro andar, estão as obras de referência (cerca de 150 títulos), a coleção de livros em japonês (cerca de 900 livros) e o acervo de livros de não ficção com mais de 13 mil títulos de diversas áreas.

Borges (2008, p.52) apresenta a distribuição de usuários reais entrevistados na

pesquisa que ela realizou. Nessa amostra, tem-se delineado – ainda que por dedução - o perfil geral dos usuários que frequentam a BPMJG, conforme o gráfico 1, a seguir:

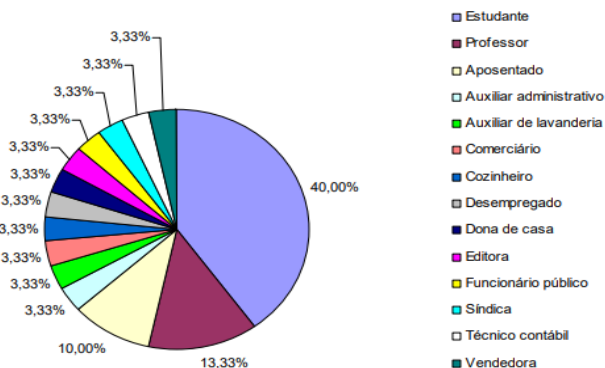


Gráfico 1: Ocupações dos usuários reais da BPMJG.

Fonte: BORGES, Renata de S. **Biblioteca pública municipal Josué Guimarães: uma análise de uso e satisfação.** 2008, p.52. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24888/000668025.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 jan.2022.

A autora observa que a grande maioria dos usuários é de estudantes e que estes estão seguidos por professores e aposentados. Todas as outras categorias tiveram apenas um representante (em um universo de 30 entrevistados).

Em sua pesquisa, Borges (2008, p.59), “33% consultam os materiais na própria biblioteca e 17% dos entrevistados utilizam as duas modalidades. Uma das pessoas entrevistadas utiliza o ambiente da Biblioteca para estudo e traz de casa todos os documentos necessários à sua consulta”. Esses dados constam no Gráfico 2, a seguir.

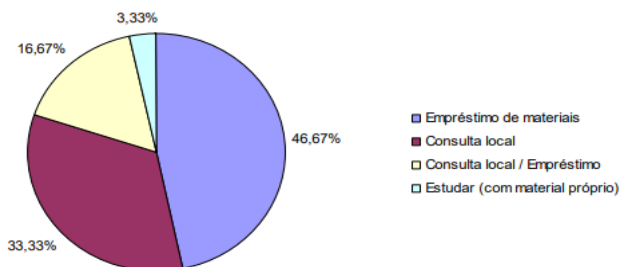


Gráfico 2: Finalidade de uso da BPMJG.

Fonte: BORGES, Renata. **Biblioteca pública municipal Josué Guimarães: uma análise de uso e satisfação.** 2008, p.59. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24888/000668025.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 jan.2022

O empréstimo de materiais exige que o usuário seja sócio da BPMJG, logo quem

não é sócio só pode utilizar essa biblioteca para consulta local, não podendo usufruir da modalidade de empréstimo domiciliar. A maioria das pessoas que utiliza a biblioteca o faz para tomar emprestados os materiais disponíveis. Estas informações estão inseridas neste relatório, dada a sua representatividade, uma vez que integram dados de pesquisa acadêmica realizada *in loco* que fornece elementos importantes para o delineamento da comunidade atendida pela biblioteca em questão.

Considerando-se esse panorama e os dados levantados, na próxima seção apresentam-se algumas reflexões necessárias.

4 | REFLEXÕES SOBRE A COMUNIDADE A PARTIR DOS DADOS LEVANTADOS

Em princípio qualquer pessoa que circule nas proximidades da BPMJG poderia ser considerada um usuário potencial, já que não se trata de uma biblioteca especializada ou particular de acesso restrito. Aberta ao público, mantida pela Prefeitura de Porto Alegre, instalada em um Centro de Cultura do qual faz parte, a BPMJG tem um alcance enorme relativamente ao público potencial.

Borges (2008) registra o depoimento de 23 usuários potenciais que nunca foram a essa biblioteca e procura saber a razão pela qual essas pessoas entrevistadas não utilizam a BPMJG. Segundo Borges (2008, p.77), “como se esperava, a primeira reação das pessoas ao serem perguntadas sobre o porquê de nunca terem usado a BPMJG é de surpresa” [...] “Surpresa seguida, na maioria das vezes, pela justificativa de morar longe, apesar de estarem em frente à biblioteca no momento da entrevista”. A segunda resposta que mais se repetiu foi a falta de conhecimento da existência da biblioteca por pessoas que circulam em sua proximidade. Além dessas, registraram-se a falta de tempo, a falta de interesse em ler como respostas dadas. Essas informações podem conduzir a traçar estratégias convidativas para ampliar o público, entre elas a identificação de elementos culturais que identifiquem gostos literários das pessoas e o levantamento de serviços voltados para essa comunidade.

De acordo com as respostas dadas pela diretora da BPMJG, a bibliotecária Renata Borges, em entrevista, constatamos que, para identificar os gostos literários, toda a equipe trabalha basicamente com os relatórios de empréstimos, com as informações obtidas no balcão de atendimento e com as pesquisas de satisfação. Além disso, essa equipe – formada por 3 bibliotecárias, 2 estagiárias de Biblioteconomia, 3 estagiárias de Letras, 1 estagiária do curso técnico em Administração – leva em conta a interação nas redes sociais, nas quais alguns leitores acabam comentando suas leituras e/ou interesses.

Borges considera o bom atendimento essencial enquanto serviço de Biblioteca para essa comunidade. Para ela, a informação e o acesso aos textos literários podem ser obtidos em muitos lugares, principalmente via internet, mas o atendimento diferenciado, atencioso, que permite que o leitor chegue aonde quer e muitas vezes a materiais que ele

mesmo não sabia que existia, e por isso mesmo não poderia procurar, é uma coisa que só um bom atendimento pode proporcionar. Nas palavras de Borges (2021)

Outra coisa é se colocar no lugar do leitor. Há anos ampliamos o prazo de empréstimo de 7 para 15 dias, e o limite de 3 para cinco itens. Com a pandemia, estamos emprestando mais do que 5 itens e renovando os livros automaticamente até que os leitores possam se deslocar à biblioteca. Queremos que as pessoas usem esse serviço e estamos fazendo o possível para torná-lo o mais acessível possível.

Entre os aspectos positivos, a bibliotecária e diretora da BPMJG, ressalta a presença de “muitos leitores fiéis” e acrescenta:

Muitas pessoas que reconhecem e valorizam o nosso esforço para oferecer o melhor e que entendem quando somos limitados por questões como falta de recursos, por exemplo. Tem muitos leitores que compram os livros e doam. Tem gente que pesquisa o nosso catálogo antes e chega para doar dizendo “eu comprei para ler, vi que vocês não têm e trouxe para acrescentar ao acervo”. Isso é muito gratificante. Tem pessoas que dão sugestões, que se oferecem para compartilhar seus conhecimentos. Tem muita gente que contribui para que possamos seguir fazendo nosso trabalho e alcançando mais pessoas. Tem gente que marca a biblioteca nos stories e diz que pegou o livro lá. Tem gente que indica nossos livros e serviços para outras pessoas. São muitos os aspectos positivos.

Entre os aspectos negativos, Borges (2021) aponta como principal problema o fato de haver pessoas que confundem o conceito de “público” e agem com aquela ideia de que “estou pagando e posso fazer o que eu quiser” – o que resulta “em pessoas que não respeitam a necessidade de silêncio ou de cuidado com os materiais, até mesmo a ideia que não é tão necessário assim devolver algum livro do qual gostou muito. E acrescenta: “às vezes as pessoas “perdem” os livros e tentam doar outros títulos. Agora, por exemplo, algumas pessoas acham que nosso cuidado com o acervo e com a equipe é falta de vontade de trabalhar, essas coisas...”

Sobre as percepções relativas aos leitores potenciais da Comunidade atendida, a principal preocupação é que muitas pessoas não conhecem a biblioteca, não sabem da qualidade do acervo e dos serviços e desconhecem o fato de ser tudo gratuito. Assim, muitas pessoas que poderiam usar a biblioteca não o fazem, mesmo pessoas que moram, trabalham ou estudam perto. Borges (2021) declara:

Eu acredito que temos um potencial de emprestar bem mais livros do que temos emprestado e tenho focado nesse serviço como o principal, pois a infraestrutura da biblioteca não é tão convidativa à consulta local ou à realização de eventos (embora esses também aconteçam). Bem grosseiramente, penso que temos um acervo de 40 mil itens e que em um bom ano (não 2020) emprestamos aproximadamente 20 mil exemplares. É como se apenas metade da biblioteca tivesse sido emprestada só uma vez por ano. É muito tempo que os livros (alguns deles muito bons) ficam no acervo sem uso. Queremos primeiro mostrar que a biblioteca é aberta a todos e conquistar quem tem mais facilidade de acesso e também usar as redes para chegar

até quem não pode se deslocar, mas muitas vezes somos engolidos pelos trabalhos menos técnicos, repetitivos e burocráticos que nos impedem de dar passos mais largos. Para 2021 a intenção é promover uma aproximação com a comunidade local e com os grupos representativos da sociedade. Já lançamos um projeto de extensão em parceria com a UFRGS e queremos, com passos firmes e consistentes, alcançar mais pessoas que podem se beneficiar dos nossos serviços.

Cabe aqui retomar a questão do acesso à “Josué” (embora já tenhamos citado as diversas formas). Segundo Borges (2021), há duas paradas com muitas linhas de ônibus bem na frente, eles vão para o centro e para a zona sul. Há mais paradas na Ipiranga, que vão para muitos lugares. Há ciclofaixas, o estacionamento é gratuito, o metrô é longe. Há muitas escolas nas redondezas e algumas empresas. Entretanto, ela aponta que

o horário de funcionamento é um limitador do uso mais do que a localização. Pois, nos últimos tempos, a biblioteca abria às 9h e fechava às 18h e funcionava um sábado por mês das 14h às 18h, mesmo dia em que era realizada a feira de troca de livros. Sabemos, por exemplo, que muitas pessoas frequentam o Centro de Cultura para ir aos teatros, que, na maioria das vezes funcionam à noite, e essas pessoas encontravam a biblioteca fechada. A região é escura, pouco segura e não muito convidativa. Considero que esses problemas também limitam o uso.

Em 2020, com a suspensão das atividades presenciais, a BPMJG interrompeu suas atividades por apenas 15 dias e se reinventou, dada a permanente demanda que evidencia o interesse da comunidade. Muitas pessoas se cadastraram no período de pandemia e foi feito um cadastro online e no dia marcado o usuário só buscava os livros já separados. Esse procedimento funcionou bem e foi seguro. De acordo com o depoimento de muitas pessoas, essa iniciativa contribuiu positivamente para que enfrentassem o isolamento social, conforme declara Borges (2021), em entrevista:

Muitas pessoas disseram que estão enfrentando bem a pandemia graças ao fato de que podem ler bastante. Grande parte do nosso público é de idosos, estamos sendo cuidadosos com isso, inclusive permitindo o empréstimo por terceiros (o que eu não era possível antes) para evitar que as pessoas do grupo de risco precisem circular. Estamos preparando a biblioteca para oferecer dois computadores com internet e mais dois sem internet para que as pessoas que precisarem possam usá-los quando voltarmos a permitir a circulação interna. Sabemos que a pandemia vai nos impor novos desafios e estamos nos preparando para isso, inclusive para acolher melhor as pessoas mais próximas da biblioteca, as que precisarão procurar emprego e se qualificar.

Finalmente, cabe aqui registrar que é visível o anseio de que a BPMJG seja um lugar acolhedor e que os serviços que são prestados realmente contribuam para a melhoria da vida dos usuários. Destaca-se a dedicação e “muita escuta” para a busca do caminho certo que, com certeza, é longo, mas compensador.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho de campo nos permitiu conhecer os interesses da comunidade na qual a Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães está inserida, assim como analisar a forma como a biblioteca lida com seu público. Foi possível perceber como é a relação biblioteca-comunidade-usuário e o que é feito para que essa relação seja harmoniosa. A “Josué” não se limita a ser somente um espaço para a leitura, e, ao realizar diversos tipos de eventos, mostra-se interessada em atender aos interesses da comunidade.

Acreditamos que um dos aspectos que possa contribuir para a formação de um bibliotecário bem-sucedido em sua carreira é observar a paixão e o entusiasmo com que a diretora Renata de Souza Borges fala do trabalho que sua equipe realiza. Uma equipe altamente motivada tem melhores condições de lutar contra as adversidades, como as citadas por Renata quando ela aborda os aspectos negativos, tais como a biblioteca não estar localizada em uma região muito segura e o fato de ter que passar por adaptações devido à pandemia.

A “Josué” tem projetos interessantes, como o Leituras Cruzadas e a Feira de Troca de Livros, mas ao não funcionar de noite, horário em que o teatro ao lado está aberto, faz com que ela perca a oportunidade de receber mais usuários. Provavelmente, uma “Noite na Biblioteca” ou evento similar realizado em horário próximo ao do funcionamento do teatro, faça com que usuários potenciais passem a ser usuários reais. Como a própria diretora comentou, muitos não sabem que a biblioteca existe, o que sugere que mais campanhas de promoção sejam necessárias. Possivelmente, a ampliação do horário de funcionamento deva ser considerada.

Outras sugestões seriam a busca por parcerias com empresas, como editoras, para manter o acervo atualizado, e a frequente atualização das redes sociais, tão presentes na vida dos nativos digitais, principalmente. Por ser uma biblioteca gerenciada pela Prefeitura de Porto Alegre, a equipe gestora da BPMJG talvez necessite discutir com seriedade formas de revitalização da área onde a biblioteca está localizada para que se torna uma região mais convidativa para a comunidade.

Ao realizar este Estudo de Comunidade, percebemos a diferença entre esse procedimento e o estudo de usuários. Através deste Estudo de Comunidade, pudemos evidenciar como se dá o levantamento das características de determinada comunidade, avaliar a importância do reconhecimento das necessidades de informação dos membros dessa comunidade, com vistas a perceber como se obtém subsídios para todas as decisões relacionadas ao desenvolvimento de políticas voltadas para a comunidade em questão. Ressaltamos a importância da divulgação de trabalhos como este, considerando-se a necessidade de se tornarem públicas iniciativas bem-sucedidas como a da Biblioteca Municipal Josué Guimarães. Acreditamos que este estudo possa viabilizar novas

experiências e outros estudos comparativos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. R. S.; LIMA, I. B. M.; PEREIRA, A. S.; FERREIRA, K. L. C.; COSTA, M. F. O. Biblioteca pública como centro de informação utilitária. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/65159>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BIBLIOTECONOMIA Sem Censura. 1ª. **Prova de estudo de usuários**. Disponível em: <https://biblioteconomiasemcensura.files.wordpress.com/2016/02/1c2aa-prova-de-estudo-de-usuc3a1rios.pdf>. Acesso em: 21. jan. 2021.

BORGES, Renata de Souza. **Biblioteca pública municipal Josué Guimarães: uma análise de uso e satisfação**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015. Cap. 2.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.10, n.2, p. 5-20, jul./dez. 1982.

FLAHERTY, Mary Grace, Meeting Health Information Needs Outside of Healthcare: opportunities and challenges, Chapter 5 - **Health information resource provision in the public library setting**, Editor(s): Catherine Arnott Smith, Alla Keselman, Chandos Publishing, 2015, Pages 97-116, ISBN 9780081002483, <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-100248-3.00005-6>. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780081002483000056>. Acesso em 21 jan. 2021.

JARAMILLO, O., & MONTOYA Ríos, M. (2011). REVISIÓN CONCEPTUAL DE LA BIBLIOTECA PÚBLICA. *Revista Interamericana De Bibliotecología*, 23(1-2), 13-56. Recuperado a partir de <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/7903>

LESSA, B. A biblioteca pública como um espaço híbrido e multiterritorial. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 25, n. 3, p. 555-570, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/151961>. Acesso em: 14 jan. 2021.

LESSA, B.; GOMES, H. F. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 1, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96014>. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2017v27n1.30765. Acesso em: 16 jan. 2021.

LÓPEZ, Genaro L. G. Evolución de los conceptos de biblioteca pública, sistema de bibliotecas y política. **Revista Códice**. vol.3, número 2: 9-20. Julio-diciembre de 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/953/95330202.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021

MCKEOWN, Anthony. Overcoming Information Poverty, Chapter 5 - **Investigating Information Poverty at the Macro Level: Part 1**, Editor(s): Anthony Mckeown, Chandos Publishing, 2016, Pages 95-114, ISBN 9780081011102, <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-101110-2.00005-1>. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780081011102000051>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NICHOLSON, Kirstie. Introduction chapter, Editor(s): Kirstie Nicholson, *Innovation in Public Libraries: Learning from international library practice*, Chandos Publishing, 2017, Pages 1-9, ISBN 9780081012765, <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-101276-5.09995-6>. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780081012765099956>. Acesso em: 21 jan. 2021.

NUOVO, Angela. Virginia Carini Dainotti e la politica bibliotecaria del secondo dopoguerra: atti del convegno, Udine, 8-9 novembre 1999. Roma: AIB, 2002. 210 p. ISBN 88-7812-094-4.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 521-550, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jan. 2021.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Biblioteca e estudos de comunidade. **Ci. Inf.**, Brasília v. 18 (2), p. 151-154, jul./dez. 1989.

SUAIDEN, EMIR. **Biblioteca Pública e Informação a Comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 111p.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Estudo de comunidade. In: _____. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989, p. 29-37.

CAPÍTULO 7

ADMINISTRACIÓN DE INSTITUCIONES EDUCATIVAS PUBLICAS SIN PRESUPUESTO DIRECTO Y SU TRANSFORMACIÓN A INSTITUTO UNIVERSITARIO DESARROLLANDO LOS EJES ESTRUCTURANTES

Data de aceite: 01/06/2022

Christian Javier Aguas Diaz

Instituto Superior Universitario Central Técnico
Quito Ecuador

J Flores

Instituto Superior Universitario Central Técnico
Quito Ecuador

K.Sarmiento

Instituto Superior Universitario Central Técnico
Quito Ecuador

ABSTRACT: La presente investigación demuestra el proceso de transformación a Instituto Superior Universitario, de acuerdo a los lineamientos emitidos desde las diferentes secretarías de Educación Superior, las cuales regulan y parametrizan los criterios para la evaluación y acreditación a institutos universitarios, desde un enfoque de administración pública en donde se identifican las dos grandes aristas, las universidades con presupuesto e independencia administrativa y financiera en donde las autoridades y el claustro docente define la distribución de dichos recursos en diferentes procesos de mejora en este punto mencionare la importancia de invertir en la mejora de laboratorios y espacios físicos, y la segunda que son los Institutos Técnicos, Tecnológicos, Universitarios y conservatorios de música dependientes administrativa y financieramente de SENESCYT que son quienes administran el presupuestos y definen prioridades, por lo

cual el avance tecnológico y las mejoras de las instalaciones y laboratorios así como la capacitación docente son responsabilidad de las autoridades pero se ven limitados por el presupuesto, a lo cual se busca innumerables formas de realizar auto gestión en miras al desarrollo de cada uno de los IST e ISU. El desarrollo en cada uno de sus ejes estructurantes como son investigación, vinculación, practicas pre profesionales y la academia como eje central de la transformación de docentes y estudiantes a un proceso de mejora continua, han echo que tanto autoridades, docentes, personal administrativo y estudiantes se empoderen con su institución, en miras al desarrollo cada uno de los actores participe activamente en cada uno de los procesos de mejora, con la colaboración de cada uno de los coordinadores de carreras y áreas se logró alcanzar los estándares requeridos en miras a la acreditación por procesos. A su vez cada uno de los retos que se afrontó en los tiempos de crisis ya que pasar de un modelo presencial a un modelo virtual y sin presupuesto, para desarrollar las capacidades y habilidades de estudiantes mediante diferentes plataformas virtuales, considerando que el Instituto Superior Universitario Central Técnico imparte carreras técnicas como mecánica automotriz, mecánica industrial, electricidad y electrónica, se realizó una transformación de modelos y estrategias metodológicas especialmente en la parte práctica, sin descuidar que cada uno de los docentes participe activamente en el desarrollo del docente, y en el constante proceso de autocapacitación por parte de docentes y estudiantes.

KEYWORDS: Administración educativa, Modelos

educativos, ejes estructurantes, presupuesto, mejora continua.

1 | INTRODUCTION

El Instituto Superior Universitario Central Técnico (ISUCT) tiene una larga historia, inicia con el gobierno del Dr. Gabriel García Moreno el 9 de noviembre de 1871, cuando crea el Protectorado Católico de Quito, funcionando en el barrio de San Roque, bajo la Dirección de los Hermanos Cristianos. Tras la muerte de Gabriel García Moreno se suspendieron las actividades, hasta que en 1938 la institución fue anexada a la Universidad Central del Ecuador, y bautizada como “Escuela Central Técnica del Estado”. En 1947, el Central Técnico fue reconocido como colegio, tras la emisión de la Ley Orgánica de Segunda Enseñanza. (Flores, 2020 p. 11)

Luego, mediante resolución No. 3399 del 24 de julio de 1996, el Ministerio de Educación y Cultura lo eleva a la categoría de Instituto Tecnológico Superior al Instituto Técnico Superior Central Técnico. Posteriormente, el Consejo Nacional de Educación Superior (CONESUP) le otorga el Registro Institucional Nro. 17-028, con fecha 20 de octubre del 2000, con las especialidades de: Electricidad, Electrónica, Mecánica Industrial y Mecánica Automotriz, carreras enfocadas para que los jóvenes que tenían algún trabajo y querían profesionalizarse lo logren sin sacrificar su sustento económico, teniendo un logro personal y laboralmente, definiendo un título como tecnólogos operativos en las diferentes áreas.



Figure 1 Institución Educativa Central Técnico

Cabe mencionar que los institutos estaban adscritos en ese momento al Ministerio de Educación tanto administrativamente como políticamente, dentro de las políticas

institucionales eran extensiones de los colegios por lo tanto los institutos tecnológicos funcionaban dentro de los colegios, en donde la institución educativa recibía un presupuesto tanto para las unidades educativas como para los institutos, el presupuesto se destinaba en diferentes situaciones propias de la administración caduca de aquel tiempo, dentro de esos recursos estaban involucrados salario de docentes que eran contratados con servicios ocasionales exclusivamente para Institutos Tecnológicos, y otra parte del presupuesto era destinado para laboratorios del nivel medio, cabe mencionar que muchas veces se compartió laboratorios y aulas del nivel medio y de otras instituciones educativas a través de convenios interinstitucionales.

En el año 2013 en ese momento Instituto Tecnológico Superior Central Técnico pasa a ser parte de SENESCYT tanto financiera como administrativamente, de igual manera cada uno de los institutos a nivel nacional, y se realizan concursos de méritos y oposiciones para rectores y vicerrectores, ya que anteriormente el Rector de los colegios hacía las funciones de Rector de los institutos o delegaba a un representante solo considerando a los docentes de nombramiento, y desde el año 2017 en que se designa al Ingeniero José Luis Flores Mba a este año han pasado muchos acontecimientos políticos, administrativos y decisivos desde el punto de vista de la administración a instituciones de educación superior públicas y con el ofrecimiento que el Señor presidente Lenin Morenos mencionaba en sus discursos la revalorización de la educación técnica y tecnológica, y con esa visión se procedió a realizar los siguientes lineamientos:

- Administración de institución por procesos de mejora continua.
- Selección de perfiles profesionales para cada una de las coordinaciones.
- Cambiar el paradigma de la Educación Superior para institutos técnicos y tecnológicos, y con ello lograr el empoderamiento institucional.
- Administrar una institución con un crecimiento en su oferta estudiantil, así como en el crecimiento de cupos hasta llegar a un promedio de 2000 estudiantes por periodo académico y en constate crecimiento.
- Procesos de contratación en donde se enmarcan políticas de calidad, así como políticas estatales para cumplir procesos de equidad e igualdad de oportunidades, logrando así llegar a tener aproximadamente 170 docentes en su planta.
- Implementar reglamentos para cada uno de los involucrados en el Desarrollo institucional, para evitar cualquier contratiempo.
- Capacitación docente permanente, cada periodo académico los docentes reciben capacitación en áreas técnicas como en el área pedagógica.
- Investigación, podría decir que cada una de las instituciones de educación superior están obligadas a realizar investigación en cualesquiera de sus modalidades, pero lo complicado de realizar investigación sin presupuesto es más que un reto en el ISUCT.

- Planteamiento y aprobación de líneas de investigación para cada una de las carreras.
- Participación en eventos de investigación, así como organizadores de espacios de investigación tanto con docentes como de estudiantes.
- Gestionar convenios tanto de vinculación con la colectividad, como convenios de prácticas pre profesionales con instituciones públicas y privadas para cada uno de los estudiantes de las distintas carreras.
- Gestión informática, de igual manera realizar un sistema de gestión informática sin presupuesto alguno más que la gestión de autogestión por parte de las autoridades.
- Creación del centro de idiomas, en el cual de una manera gratuita los señores y las señoritas estudiantes pueden lograr su certificado B1 de idioma extranjero.
- Procesos de evaluación continua a docentes y comisiones con miras de mejora y retroalimentación
- Transformación de las áreas físicas que se manejaba la institución, un constante diálogo con las autoridades del Servicio Ecuatoriano de Capacitación Profesional (SECAP) ya que con ellos se comparte las instalaciones hasta el momento
- Mantenimiento a equipos y laboratorios, muchos de ellos funcionales y en el caso contrario en proceso de recuperación.
- Mantenimiento de infraestructura, cabe mencionar que en el transcurso de este tiempo que SENESCYT no ha destinado presupuesto para su mantenimiento, pero siempre las instalaciones deben estar en perfecto estado.
- Seguridad, existen periodos en los cuales por temas presupuestarios la institución no costa con guardiana, en estos casos las autoridades crean planes de contingencia.
- Entre otras que son de impacto, y una vez más recalcando que la administración del instituto se lo ha realizado sin presupuesto definido, a su vez es preocupación de las autoridades y con miras a la gestión de calidad han hecho que se tomen decisiones acertadas y tomando el riesgo a cualquier denuncia por parte de cualquier persona.



Figure 2 Autoridades



Figure 3 Jornadas Academicas

2 | AFRONTANDO LA NUEVA REALIDAD

A todo este escenario se incluye la declaración de pandemia mundial por el conocido Sars-Cov2, la cual saca a flote la verdadera realidad de cada una de las sociedades en el mundo, en el caso del ISUCT se enfrenta a una realidad muy compleja ya que de pasar de un modelo presencial a un modelo virtual y esto en un tiempo no mas allá de 30 días, en cada uno de sus procesos como son: lo académico, la vinculación, las practicas pre profesionales, que son uno de los procesos más complicados ya que por el alto nivel de contagio al que se presentó el país y sin los estudios necesarios no se podía arriesgar la salud tanto de docentes como de estudiantes.

Así como cada uno de los procesos como son el Centro de idiomas, la Unidad

de Titulación, la comisión de investigación, que afrontaron un cambio considerable en sus procesos de funcionamiento y se fueron adaptando de acuerdo a las necesidades institucionales, para que cada uno de sus procesos no sufra una paralización el ISUCT, y logre funcionar correctamente, no ser una traba para que cada uno de sus estudiantes logre terminar con sus estudios y procesos administrativos en donde se presenta una segunda transformación como son:

Análisis de las potencialidades y carencia de los docentes, en el caso de equipamiento tecnológico para solucionar y no paralizar la educación.

- Protocolos de bioseguridad que son analizados cada 15 días, o cuando la emergencia lo amerite
- Análisis de la situación socio. Económica de estudiantes para verificar el posible acceso a la educación en línea.
- Políticas afirmativas para estudiantes y docentes institucionales
- Modelo pedagógico para la educación en tiempos de pandemia.
- Modelo para vinculación y prácticas pre profesionales en línea.
- Modelo de investigación híbrido.
- Ayudantías de cátedra para docentes que lo necesiten.
- Gestión de plataformas virtuales (Google classroom, Electude, Zoom, etc).
- Gestión de convenios con nuevas condiciones de bioseguridad.
- Gestión de una comisión de comunicación interinstitucional.
- Planificación de nuevas carreras con carácter universitario
- Retorno progresivo con todas las medidas de bio-seguridad

Y como punto final es el proceso de transformación para lograr presentar los requisitos para que se dé el carácter de Instituto Universitario, en este apartado mencionare que el Instituto Superior Universitario Central Técnico que hasta el momento es el primer instituto público a nivel nacional con carácter de aprobado con resolución RPC-SO-06-No.170-2021, pero aquí mencionare que los docentes que trabajan en los institutos públicos hasta el momento constan con contratos ocasionales contratados como docentes y sueldos muy disparejos con respecto a docentes de universidades, realizan las funciones tanto académicas como administrativas, por lo cual el esfuerzo de la comunidad educativa bajo el mando de sus autoridades, verificando el perfil de cada uno de los docentes y haciendo que cada uno de ellos llegue a empoderarse de su institución y dando ese valor agregado que cada una de Instituciones de Educación Superior (IES) deberían tener.



Figure 4 La nueva realidad educativa

3 | INDICADORES DE MEDICIÓN

La investigación desarrollada tiene un enfoque cualitativo, debido a que tiene como propósito la obtención de información de los ejes transversales en los que la gestión administrativa ha realizado una transformación muy significativa para alcanzar los objetivos del Plan de desarrollo estratégico de desarrollo 2021-2024.

El nivel de investigación que se aplicara es de nivel descriptivo basado en la revisión bibliográfica ya que se pretende entender desde la lectura como se desarrolla la metodología basada en las tecnologías exponenciales.

El método de investigación bibliográfica ya que se basa en la recopilación de la información de cada una de las carreras y comisiones que conforman el Instituto Superior Universitario Central Técnico, y el análisis exponencial que se ha visto desde el año 2017 y nuestra población es el 100% ya que los datos mencionados posteriormente serán el análisis de la totalidad de cada una de las variables.

3.1 Objetivos estrategicos

Dentro del desarrollo de cada una de las actividades mencionaremos las siguientes:

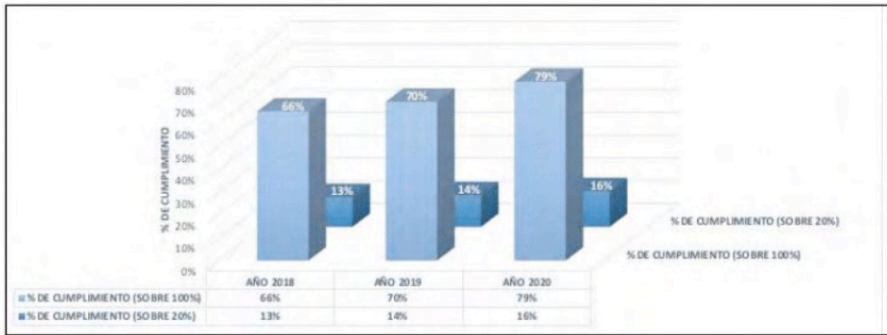


Figure 5 Cumplimiento de Objetivos Estratégicos 2018 -2020

El Instituto Superior Universitario Central Técnico, durante el 2020 implementó procesos de mejora continua, consiguiendo el 79% del cumplimiento de sus objetivos estratégicos del avance general del PEDI 2018 - 2022 en: Gestión Institucional, Formación, Vinculación e Investigación.

El seguimiento de cada uno de los objetivos que se planteó la institución, se lo ha realizado semestralmente y con la comisión de aseguramiento de la calidad se verifica cada uno de los procesos para su mejora continua, a lo cual en el caso de la pandemia se logró cumplir con ciertas recomendaciones lo planificado.

| DOCENTES POR NIVEL ACADÉMICO | |
|------------------------------|-----|
| TERCER NIVEL | 81 |
| CUARTO NIVEL | 41 |
| CURSANDO MAESTRÍA | 33 |
| TOTAL | 155 |

Table 1 NIVEL ACADÉMICO DE LOS DOCENTES

Al asumir las autoridades la responsabilidad de dirigir la Institución de Educación Superior solo el 05% de docentes constaban con títulos de cuarto nivel, a lo cual se dio la apertura a cada uno de los docentes para seguir sus estudios de cuarto nivel, a también se procedió a realizar convenios con universidades de acuerdo a las especializaciones de los docentes, adicionalmente se está buscando realizar convenios para estudios de doctorados en los cuales se pueda generar beneficios para el docente y posterior para el Instituto.

Dentro de temas de administración en especial con el Desarrollo del docente podemos expresar que es muy complicado ya que cada uno de los mismos posee un contrato por servicios ocasionales, por lo cual el financiamiento es personal y de acuerdo a las características de la maestría vs su jornada laboral ha sido una lucha permanente para

que el docente cumpla con sus estudios sin afectar su desenvolvimiento profesional, pero en algunos casos si han tenido que abandonar la institución por sus estudios.

En la actualidad cada uno de los docentes de acuerdo a su carrera de profesionalización o Maestría está realizando cursos de capacitación tanto para docentes, estudiantes, así como para el público en general con lo cual se está en el proceso constante de capacitación y de auto capacitación, con eso se ha logrado realizar grupos de investigación interdisciplinar.

| Período | HOMBRE | MUJER |
|---------|----------|---------|
| 2016 II | 1170 77% | 352 23% |
| 2017 I | 1470 82% | 331 18% |
| 2017 II | 1773 83% | 358 17% |
| 2018 I | 1928 89% | 247 11% |
| 2018 II | 2361 88% | 308 12% |
| 2019 I | 2161 89% | 258 11% |
| 2019 II | 2131 89% | 264 11% |
| 2020 I | 1867 86% | 300 14% |
| 2020 II | 1989 86% | 321 14% |

Table 2 MATRICULADOS POR PERIODO ACADEMICO 2018 -2020

Como podemos verificar el crecimiento de número de matriculados por periodo académico y de acuerdo a la identificación sexual, verificamos un crecimiento exponencial de aproximadamente del 15% por periodo académico y con eso el incremento de aulas, laboratorios, personal docente y la planificación pertinente por periodo académico, adicional se puede verificar que siendo un instituto público que admite estudiante de los diferentes quintiles existió un porcentaje muy bajo de retirados, todo eso gracias a las decisiones y políticas afirmativas de esos momentos.



Figure 6 INCREMENTO DE LA MEDIA DE LAS NOTAS ACADÉMICAS 2018 -2020

Gracias a la capacitación docente y a que cada periodo académico se va verificando las estrategias metodológicas y se realizan seguimientos a la labor docente, se ha logrado incrementar el promedio general, sin quitarle la libertad de cátedra y de decisión que cada uno de los docentes tiene, es muy importante que el ISUCT está en contante capacitación y desarrollo de metodologías para el bienestar de la comunidad.

En este punto la evaluación por parte de los señores y señoritas estudiantes es primordial ya que nos ayudan a quitar la venda de los ojos, y con el proceso de acompañamiento en metodologías innovadoras y exponenciales se ha logrado una mayor atención y Desarrollo de las competencias profesionales y específicas, para que el estudiante al salir al ámbito profesional no se encuentre con impedimentos y logre insertarse al ámbito laboral lo más pronto posible.

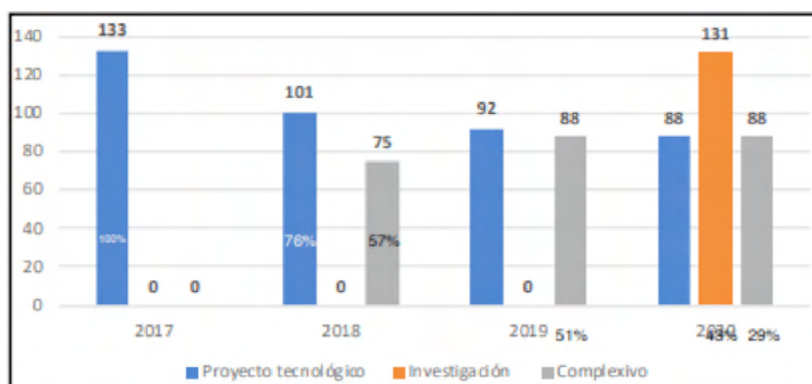


Figure 7 TITULADOS POR MODALIDAD 2018 -2020

Uno de los parámetros que se verifican para la acreditación de universidades, institutos tecnológicos e institutos universitarios es la investigación, a lo cual se cambió la mentalidad de estudiantes como de docentes para realizar un cambio de modelos de titulación y como se observa en el grafico 7 la opción de titulación por investigación tiene un porcentaje más alto que el resto, y muchas de las investigaciones se han presentado en diferentes congresos nacionales como internacionales así como congresos desarrollados por el ISUCT.

| AÑO | PUBLICACIONES | | DOCENTES | |
|--------------|---------------|------------|-----------|------------|
| | Número | % | Número | % |
| 2016 | | | | |
| 2017 | | | | |
| 2018 | 6 | 24 | 16 | 25 |
| 2019 | 7 | 28 | 19 | 29 |
| 2020 | 12 | 48 | 30 | 46 |
| TOTAL | 25 | 100 | 65 | 100 |

Table 3 INFORME DE GESTIÓN ADMINISTRATIVA Y ACADÉMICA

Como se observa en la Tabla las investigaciones del personal docente en revistas técnicas y tecnológicas así como en congresos de las carreras que oferta el instituto se han ido presentando, y ya ha quedado instaurada como política de calidad que cada una de las carrera presente sus investigaciones en las diferentes redes que son miembros, adicional se están realizando investigaciones de carácter educativo en las cuales nos comprometemos en el cambio de ciertas directrices de acuerdo al avance tecnológico y de acuerdo a las nuevas estrategias que cada uno de los docentes aplica en sus aulas de clase, y realiza su respectivo seguimiento.

| CONVENIOS FIRMADOS POR AÑO | |
|----------------------------|------------|
| 2016 | 8 |
| 2017 | 5 |
| 2018 | 117 |
| 2019 | 179 |
| 2020 | 48 |
| TOTAL | 357 |

Table 4 CONVENIOS FIRMADOS PARA VINCULACIÓN Y PRACTICAS PRE PROFESIONALES 2018 -2020

El constante crecimiento de la institución amerita el crecimiento en la gestión de la firma de convenios para procesos como vinculación y practicas pre profesionales uno de los procesos más complicados a nivel institucional ya que depende de la relación entre sectores externos tanto privados como públicos, y si no se realiza su respectivo seguimiento, control y resolución de problemas cada uno de los mismos podrían terminar.

La acertada guía ha hecho que cada uno de los convenios ya firmados, sean renovados con la institución, y vemos que un total de seiscientos veintiunos (621) estudiantes realizaron prácticas duales, cuatrocientos dieciséis (416) estudiantes realizaron prácticas preprofesionales y quinientos catorce (514) estudiantes realizaron vinculación con la comunidad todos ellos se beneficiaron de los convenios suscritos que el ISUCT mantiene con la empresa pública y privada.

Cabe mencionar que cada uno de estos procesos es un requisito obligatorio para poder graduarse por eso es la preocupación de las autoridades, así como de la comisión el estar constantemente en tratar de gestionar el acercamiento con las diferentes empresas y sectores estratégicos para la firma de estos convenios.

| Equivalencia cuantitativa | Indicador cualitativo | Frecuencia | Porcentaje |
|---------------------------|-----------------------|------------|------------|
| $X \geq 95\%$ | Excelente | 72 | 47 |
| $85\% \leq X < 95\%$ | Muy bueno | 73 | 48 |
| $75\% \leq X < 85\%$ | Bueno | 5 | 3 |
| $70\% \leq X < 75\%$ | Regular | 0 | 0 |
| $X < 70\%$ | Insuficiente | 3 | 2 |
| TOTAL | | 153 | 100 |

Table 5 EVALUACIÓN DOCENTE 2021

Cada periodo académico se realiza la evaluación docente por parte de los estudiantes a los docentes, las mismas se encuentran divididas en dos fases para que los resultados no se vean afectados, en la primera fase se realiza la evaluación mientras el docente está en contacto con el docente. Y para su verificación en segunda fase se realiza una segunda encuesta al finalizar el semestre cuando ya se encuentran pasadas las notas, con lo cual podemos verificar que la mayor parte de los docentes han obtenido calificaciones entre “Excelente” y “Muy bueno”, de ser el caso con el resto de opciones se realiza retroalimentación y se da seguimiento en cada uno de los procesos educativos en los que estaría fallando para un proceso de mejora.

Cabe mencionar que en el caso de los institutos no cuentan con la designación directa de personal administrativo para cada una de las comisiones con las que funciona la institución a lo cual cada uno de los docentes pertenece a una comisión en la que puede ser coordinador o de apoyo, recalando que este proceso administrativo es un adicional que se aporta en miras de cumplir con nuestros objetivos, misión y visión institucional, y sin recibir ninguna remuneración adicional y siempre teniendo en cuenta cada uno de las leyes y reglamentos que rigen la educación superior, ya que un descuido de nuestra parte sería caso de denuncias y despidos.

| Equivalencia cuantitativa | Indicador cualitativo | Frecuencia | Porcentaje |
|---------------------------|-----------------------|------------|------------|
| $X \geq 95\%$ | Excelente | 74 | 47 |
| $85\% \leq X < 95\%$ | Muy bueno | 66 | 42 |
| $75\% \leq X < 85\%$ | Bueno | 3 | 2 |
| $70\% \leq X < 75\%$ | Regular | 1 | 1 |
| $X < 70\%$ | Insuficiente | 13 | 8 |
| TOTAL | | 157 | 100 |

Table 6 EVALUACIÓN DOCENTE 360 2021

En la tabla se puede observar que no varía mucho entre la evaluación docente y la evaluación 360 que evalúa todo el accionar del docente dentro de la institución, en especial que dentro de la distribución de carga horaria se incluye la administrativa ya que cada docente pertenece a una comisión institucional y su proceso También es evaluado, para de ser el caso no solo se logra el correctivo del ámbito académico, con lo cual se alcanza los logros de cada comisión ya que el trabajo en equipo es fundamental en la institución.

Un gran capítulo que se llama metas del 2021 que es en general nuestra mira para que cada vez el ISUCT se convierta en uno de los referentes a nivel Nacional y alcanzar el modelo de los grandes centros de educación internacionales.

- Conseguir la condición de Instituto Superior Universitario.
- Actualizar la planificación estratégica de desarrollo institucional como instituto superior universitario.
- Organizar el Primer Congreso Internacional de Ciencia, Investigación, Innovación y Emprendimiento CICIE y de las Segundas Jornadas Académicas de Ciencia Investigación e Innovación JACII
- Implementar el proyecto de innovación educativa.
- Participar en eventos académicos y de investigación nacionales e internacionales.
- Publicar la quinta edición de la revista de investigación del ISUCT e inicio del proceso la indexación de la revista de investigación.
- Fortalecer de la internacionalidad del currículo mediante las clases espejo.
- Incrementar el número de publicaciones de investigación de estudiantes y docentes
- Implementar el sistema de gestión de calidad.
- Ejecutar el concurso de méritos y oposición interno para los docentes de las carreras universitarias.
- Incrementar Implementar Módulo de Matrículas en línea para los estudiantes del ISU en el GIA
- Implementar los cursos de la lengua Kichwa en el centro de idiomas
- Constatación física de los bienes que utiliza el instituto.
- Registrar el 100% de las guías didácticas en la Cámara Ecuatoriana del Libro con la finalidad de obtener el registro ISBN.
- Implementar la unidad de emprendimiento en el instituto.
- Aprobar al menos dos (2) carreras tecnológicas superiores universitarias para fortalecer y ampliar la oferta académica del ISUCT.

4 | SUMMARIZING

La presente investigación demuestra el proceso de transformación a Instituto Universitario, de acuerdo a los lineamientos emitidos desde las diferentes secretarías de Educación Superior, las cuales regulan y parametrizan los criterios para la evaluación y acreditación a institutos universitarios, desde un enfoque de administración pública en donde se identifican las dos grandes aristas, las universidades con presupuesto e independencia administrativa y financiera en donde las autoridades y el claustro docente define la distribución de dichos recursos en diferentes procesos de mejora en este punto mencionare la importancia de invertir en la mejora de laboratorios y espacios físicos, u la segunda que son los Institutos Técnicos, Tecnológicos, Universitarios y conservatorios de música dependientes administrativa y financieramente de SENESCYT que son quienes administran el presupuestos y definen prioridades, por lo cual el avance tecnológico y las mejoras de las instalaciones y laboratorios así como la capacitación docente son responsabilidad de las autoridades pero se ven limitados por el presupuesto, a lo cual se busca innumerables formas de realizar auto gestión en miras al desarrollo de cada uno de los IST e ISU.

El desarrollo en cada uno de sus ejes estructurantes como son investigación, vinculación, practicas pre profesionales y la academia como eje central de la transformación de docentes y estudiantes a un proceso de mejora continua, a echo que tanto autoridades, docentes, personal administrativo y estudiantes se empoderen con su institución, y en miras a este desarrollo cada uno de los actores participe activamente en cada uno de los procesos de mejora.

A su vez cada uno de los retos que se afrontó en los tiempos de crisis ya que pasar de un modelo presencial a un modelo virtual y sin presupuesto, para desarrollar las capacidades y habilidades de estudiantes mediante diferentes plataformas virtuales, considerando que el Instituto Superior Universitario Central Técnico imparte carreras técnicas como mecánica automotriz, mecánica industrial, electricidad y electrónica, se realizó una transformación de modelos y estrategias metodológicas especialmente en la parte práctica, sin descuidar que cada uno de los docentes participe activamente en el desarrollo del docente, y en el constante proceso de autocapacitación por parte de docentes y estudiantes.

ACKNOWLEDGEMENTS

Esta parte es de agradecimientos.

REFERENCES

CONEA (2009). Evaluación de desempeño institucional de las universidades y escuelas politécnicas del Ecuador, Mandato No. 14. Quito: CONEA.

Baldeón, M., y Benítez, N. (2012). Importancia de la ciencia y la tecnología en la educación superior. El caso de la formación de los recursos humano en el área de la salud. En Ramírez, R. (coord.). Transformar la Universidad para transformar la sociedad (pp. 217-233). Quito: SENESCYT.

Moulier Boutang, Y., et al. (2004). Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva. Madrid: Queimada Gráficas.

Comisión Económica para América Latina – CEPAL.

Informe macroeconómico de América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL.

Consejo de Evaluación, Acreditación y Aseguramiento de la Calidad de la Educación Superior – CEAACES (2014). Temario de Examen de Habilitación Profesional y Nacional de Carreras de Medicina. Disponible en: <http://www.ceaaces.gob.ec/sitio/>

[wp-content/uploads/2014/08/TEMARIO-MEDICINA.pdf](#).

Acevedo, J.A. (1996b). La tecnología en las relaciones CTS. Una aproximación al tema. Enseñanza de las Ciencias, 14(1), 35-44.

Instituto de la Unesco para el Aprendizaje a lo Largo de Toda la vida (2012). Directrices de la UNESCO para el reconocimiento, validación y acreditación de los resultados del aprendizaje no formal e informal. Hamburgo.

CAPÍTULO 8

CALIDAD DE SERVICIO DEL PERSONAL ADMINISTRATIVO Y SATISFACCIÓN DE LOS ESTUDIANTES EN LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE JULIACA

Data de aceite: 01/06/2022

Data de submissão: 09/05/2022

José Oscar Huanca Frias

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0003-0638-2129>

Rene Eduardo Huanca Frías

Universidad Nacional Amazónica Madre de Dios
Madre de Dios - Perú
<https://orcid.org/0000-0001-5157-2947>

Julio Rumualdo Gallegos Ramos

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-4868-9893>

Juan José Apaza Justo

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-1020-1688>

Ledu Anali Ferreyros Calisaya

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-5885-9980>

Vitaliano Enriquez Mamani

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-9858-2488>

calidad de servicio del personal administrativo y satisfacción de los estudiantes de la Universidad Nacional de Juliaca. La investigación es de enfoque cuantitativo, tipo básico, llamada pura o fundamental en su nivel descriptivo correlacional y un diseño no experimental, se aplicó la encuesta a 48 estudiantes matriculados en el semestre académico. Para la recolección de datos se utilizó la técnica de la encuesta y como instrumento se utilizó el cuestionario sobre calidad de servicio y satisfacción de los estudiantes en el cual se consideró las dimensiones: Confiabilidad, capacidad de respuesta, seguridad, empatía, elementos tangibles y satisfacción con el servicio adquirido. El análisis de los datos se realizó con la estadística descriptiva porcentual y la contrastación de la hipótesis con el coeficiente de correlación de Spearman. Los resultados indican que el 43.8% manifiesta que eventualmente encuentra una calidad de servicio del personal administrativo, además el 29.2% señala que casi siempre encuentra una calidad de servicio, así mismo el 14.6% indica que rara vez encuentra calidad de servicio, seguido del 10.4% expresa que siempre encuentra una calidad de servicio y finalmente un 2.1% manifiesta que nunca encuentra una calidad de servicio del personal administrativo. Al contrastar la hipótesis con un nivel de confianza del 95% se obtuvo $p = 0.000$, indicando que sí existe relación entre la calidad de servicio y satisfacción de los estudiantes de la Escuela Profesional de Gestión pública y desarrollo social de la UNAJ, Juliaca.

PALABRAS CLAVE: Satisfacción, calidad de servicio, personal administrativo, estudiantes.

RESUMEN: El presente estudio se realizó con el objetivo de, determinar la relación entre la

SERVICE QUALITY OF THE ADMINISTRATIVE STAFF AND STUDENT SATISFACTION AT THE NATIONAL UNIVERSITY OF JULIACA

ABSTRACT: The present study was carried out with the objective of determining the relationship between the quality of service of the administrative staff and the satisfaction of the students of the National University of Juliaca. The research is of a quantitative approach, basic type, called pure or fundamental in its correlational descriptive level and a non-experimental design, the survey was applied to 48 students enrolled in the academic semester. For the data collection, the survey technique was used and as an instrument the questionnaire on quality of service and student satisfaction in which the dimensions were considered: Reliability, responsiveness, security, empathy, tangible elements and satisfaction with the service purchased. Data analysis was performed with percentage descriptive statistics and hypothesis testing with Spearman's correlation coefficient. The results indicate that 43.8% state that they eventually find a quality of service from the administrative staff, in addition 29.2% indicate that they almost always find a quality of service, likewise 14.6% indicate that they rarely find a quality of service, followed by 10.4 % express that they always find a quality of service and finally 2.1% state that they never find a quality of service from the administrative staff. When contrasting the hypothesis with a confidence level of 95%, $p = 0.000$ was obtained, indicating that there is a relationship between the quality of service and satisfaction of the students of the Professional School of Public Management and Social Development of the UNAJ, Juliaca.

KEYWORDS: Satisfaction, quality of service, administrative staff, students.

INTRODUCCIÓN

En el presente trabajo de investigación titulado: "Calidad de servicio del personal administrativo y satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca". En el entorno actual la percepción común sobre la administración pública es negativa por el hecho de pertenecer al Estado puesto que esta no tiene la finalidad de obtener beneficios lo que ocasiona una serie de dificultades en la gestión de calidad y atención al público (FÉRNANDEZ, 2015).

En el aspecto educativo y con mayor realce en la educación superior peruana los problemas son históricos, pero se intentan resolver a través de proyectos que están enfocados en mejorar la calidad docente y atención académica.

En el caso de la Universidad Nacional de Juliaca la situación es moderadamente diferente debido a que los estudiantes manifiestan que eventualmente el personal administrativo brinda una atención de calidad hacia la población estudiantil, en cuanto a los trámites, consultas, etc. Por lo que muestran un cierto grado de satisfacción, ya que el 54.2% manifiesta que eventualmente se encuentra satisfecho con la calidad de servicio del personal administrativo.

El presente estudio aportará a que el personal administrativo mejore la atención hacia la población estudiantil y el público en general, ya que en muchas ocasiones se ha observado que los trámites realizados por el estudiante son atendidos con bastante demora

puesto que las personas correspondientes en el cargo priorizan otros asuntos y restan importancia a la documentación del estudiante.

La presente investigación beneficiará a los estudiantes de la Escuela Profesional de Gestión Pública y Desarrollo Social para que se puedan realizar nuevos trabajos de investigación en relación a la calidad de servicio y satisfacción de los estudiantes.

MATERIALES Y MÉTODOS

Enfoque de investigación

El presente trabajo de investigación corresponde al tipo cuantitativo, ya que pretende explicar una realidad social desde una perspectiva externa y objetiva. GÓMEZ (2006:121)

Método de investigación

Para la investigación se utilizó el método deductivo (SAMPIERI, 2004) define la investigación como un proceso dinámico, cambiante y continuo que cumple dos propósitos básicos: producción de conocimiento y teoría (investigación básica) y resolución práctica de problemas (investigación aplicada). Según su característica es correlacional

Tipo de investigación

El tipo de investigación utilizado fue del tipo aplicada, por su finalidad, ya que las redes sociales se definen como una realidad social que desencadena diferentes reacciones desde el punto de vista tecnológico. (SAMPIERI, 2004).

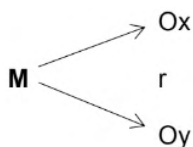
Nivel de investigación

Corresponde al descriptivo – correlacional. Descriptivo porque, a través de los procedimientos se busca enunciar o describir las características externas de un determinado fenómeno. Correlacional porque buscar probar relaciones entre las variables con la finalidad de observar el grado de relación entre las redes sociales y el rendimiento académico (SÁNCHEZ & REYES, 2006).

Diseño de la investigación

Concierne al diseño no experimental transversal, donde los datos serán recolectados en un solo momento. Buscando describir las variables y analizar su relación en un determinado momento. Cuyo esquema es el siguiente: (Hernández, Fernández y Baptista, 2010)

Representación del esquema de investigación



Dónde:

M: Muestra de estudio

Ox: Variable independente: Calidad de servicio.

Oy: Variable dependiente: Satisfação del estudiante.

r: relación entre las variables.

Poblacion

La población estuvo conformada por todos los estudiantes del IX y X semestre con 48 estudiantes matriculados de la Escuela Profesional de Gestión Pública y Desarrollo Social de la Universidad Nacional de Juliaca.

Muestra

La muestra fue conformada por 48 estudiantes asistentes del IX y X semestre de la Escuela Profesional de Gestión Pública y Desarrollo Social.

METODOLOGÍA

Técnica

La técnica utilizada en los estudiantes del noveno y décimo semestre de la escuela profesional de Gestión Pública y Desarrollo Social fue la encuesta; aplicada mediante instrumento tipo cuestionario.(VAN DALEN, DEOBOLD B., MEYER, 1989)

Instrumentos

El instrumento empleado fue el cuestionario con 25 preguntas en una escala de Likert. Con valoraciones de: Siempre, Casi siempre, Eventualmente, Rara vez y Nunca.

DISEÑO DE CONTRASTACIÓN DE HIPÓTESIS

El diseño estadístico que se aplico fue la correlación, para determinar la relación entre la calidad de servicio y satisfacción de los estudiantes de Gestión Pública y Desarrollo Social de la UNAJ.

$$1 - \frac{6\sum d^2}{n(n^2 - 1)}$$

Operacionalização de variáveis

| Variable | Dimensão | Indicador | Ítems | Escala de medição |
|-------------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------------------------|------------------|-------------------|
| Variable 1 Qualidade do serviço | Confiabilidade | -Puntualidade | 1 – 5 | 1, 2, 3, 4, 5 |
| | | -Confiança | | |
| | Capacidade de resposta | -Disposição para resolver problemas de los usuarios | 6 – 8 | |
| | | Seguridad | -Profesionalidad | |
| | -Competencia | | | |
| | Empatía | - Grado de comunicación Universidad -usuario | 14 – 17 | |
| -Cortesía y amabilidad | | | | |
| Elementos tangibles | -Dedicación de tiempo al usuario | 18 – 20 | | |
| | -Infraestructura | | | |
| Variable 2 Satisfação de los estudiantes | Satisfação con el servicio adquirido | -Apariencia del personal | 21 – 25 | 1, 2, 3, 4, 5 |
| | | Servicio brindado | | |
| | | -Atención al usuario | | |
| | | -Quejas y reclamos | | |
| | | -Gestión de los tramites | | |
| | | Servicio brindado | | |

Tabla 1. Variables

Fuente: Elaboración propia.

| Valor | Interpretación |
|-----------|-----------------------|
| 1.00 | Correlación perfecta. |
| 0.90-0.99 | Correlación muy alta. |
| 0.70-0.89 | Correlación alta. |
| 0.40-0.69 | Correlación moderada. |
| 0.20-0.39 | Correlación baja. |
| 0.01-0.19 | Correlación muy baja. |
| 0.00 | Correlación nula. |

Tabla 2. Escala de valores de correlación.

Fuente: Folleto "Metodología de la Investigación" UNSA

RESULTADOS

A continuación, se presentan los resultados del trabajo de investigación, en base a los objetivos trazados los mismo que fueron obtenidos a través de la encuesta aplicada a los estudiantes de la Escuela Profesional de Gestión Pública y Desarrollo Social de la Universidad Nacional de Juliaca.

| | Frecuencia | Porcentaje |
|---------------|------------|------------|
| Siempre | 5 | 10,4 |
| Casi siempre | 14 | 29,2 |
| Eventualmente | 21 | 43,8 |
| Rara vez | 7 | 14,6 |
| Nunca | 1 | 2,1 |
| Total | 48 | 100 |

Tabla 3. Calidad de servicio del personal administrativo

Fuente: elaboración propia

Interpretación

De acuerdo a la tabla 3, se observa que del 100% de estudiantes entrevistados de Gestión Pública y Desarrollo Social, el 43.8% manifiesta que eventualmente encuentra una calidad de servicio, además el 29.2% señala que casi siempre encuentra una calidad de servicio, así mismo el 14.6% indica que rara vez encuentra calidad de servicio, seguido del 10.4% expresa que siempre encuentra una calidad de servicio y finalmente un 2.1% manifiesta que nunca encuentra una calidad de servicio del personal administrativo.

| | Frecuencia | Porcentaje |
|---------------|------------|------------|
| Siempre | 2 | 4,2 |
| Casi siempre | 13 | 27,1 |
| Eventualmente | 26 | 54,2 |
| Rara vez | 5 | 10,4 |
| Nunca | 2 | 4,2 |
| Total | 48 | 100 |

Tabla 4. Satisfacción de los estudiantes de la Universidad Nacional de Juliaca.

Fuente: Elaboración propia.

Interpretación

De acuerdo a la tabla 4, se observa que del 100% de estudiantes entrevistados de Gestión Pública y Desarrollo Social, el 54.2% manifiesta que eventualmente se encuentra satisfecho con la calidad de servicio, además el 27.1% casi siempre se siente satisfecho, así mismo el 10.4% rara vez se siente satisfecho, seguido del 4.2% que siempre se siente satisfecho y finalmente el otro 4.2% manifiesta que nunca está satisfecho con la calidad de servicio del personal administrativo.

CORRELACIONES

| | | Calidad del servicio | Satisfacción del estudiante |
|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Rho de Spearman | Calidad del servicio | Coefficiente de correlación | ,775** |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 |
| | | N | 48 |
| | Satisfacción del estudiante | Coefficiente de correlación | ,775** |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 |
| | | N | 48 |

Tabla 6. Correlación entre la calidad de servicio del personal administrativo y satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

Fuente: Elaboración propia.

Entonces, como $p = 0.000 < 0.05$, entonces se acepta H_a ; lo cual quiere decir que existe relación significativa entre la calidad de servicio del personal administrativo y satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

| | | Dimensión Confiabilidad | Satisfacción del estudiante |
|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Rho de Spearman | Dimensión Confiabilidad | Coefficiente de correlación | ,804** |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 |
| | | N | 48 |
| | Satisfacción del estudiante | Coefficiente de correlación | ,804** |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 |
| | | N | 48 |

Tabla 7. Correlación entre la confiabilidad del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

Fuente: Elaboración propia.

Entonces, como $p = 0.000 < 0.05$, entonces se rechaza H_0 y se acepta H_a ; lo cual quiere decir que existe relación directa entre la confiabilidad del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

| | | Capacidad de respuesta | Satisfacción del estudiante |
|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Rho de Spearman | Capacidad de respuesta | Coefficiente de correlación | ,746** |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 |
| | | N | 48 |
| | Satisfacción del estudiante | Coefficiente de correlación | ,746** |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 |
| | | N | 48 |

Tabla 8. Correlación entre la capacidad de respuesta del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

Fuente: Elaboración propia.

Entonces, como $p = 0.000 < 0.05$, entonces se rechaza H_0 y se acepta H_a ; lo cual quiere decir que existe relación directa entre la capacidad de respuesta del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

| | | Dimensión Seguridad | Satisfacción del estudiante |
|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Rho de Spearman | Dimensión Seguridad | Coefficiente de correlación | ,842** |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 |
| | | N | 48 |
| | Satisfacción del estudiante | Coefficiente de correlación | ,842** |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 |
| | | N | 48 |

Tabla 9. Correlación entre la seguridad del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca

Fuente: Elaboración propia.

Entonces, como $p = 0.000 < 0.05$, entonces se rechaza H_0 y se acepta H_a ; lo cual quiere decir que existe relación directa entre la seguridad del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

| | | | Dimensión Empatía | Satisfacción del estudiante |
|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|
| Rho de Spearman | Dimensión Empatía | Coefficiente de correlación | 1,000 | ,612** |
| | | Sig. (bilateral) | . | ,000 |
| | | N | 48 | 48 |
| | Satisfacción del estudiante | Coefficiente de correlación | ,612** | 1,000 |
| | | Sig. (bilateral) | ,000 | . |
| | | N | 48 | 48 |

Tabla 10. Correlación entre la empatía del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

Fuente: Elaboración propia.

Entonces, como $p = 0.000 < 0.05$, entonces se rechaza H_0 y se acepta H_a ; lo cual quiere decir que existe relación directa entre la empatía del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

| | | | Dimensión Elementos tangibles | Satisfacción del estudiante |
|-----------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Rho de Spearman | Dimensión Elementos tangibles | Coefficiente de correlación | 1,000 | ,353* |
| | | Sig. (bilateral) | . | ,014 |
| | | N | 48 | 48 |
| | Satisfacción del estudiante | Coefficiente de correlación | ,353* | 1,000 |
| | | Sig. (bilateral) | ,014 | . |
| | | N | 48 | 48 |

Tabla 11. Correlación entre los elementos tangibles del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

Fuente: Elaboración propia.

Entonces, como $p = 0.014 < 0.05$, entonces se rechaza H_0 y se acepta H_a ; lo cual quiere decir que existe relación directa entre los elementos tangibles del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca.

DISCUSIÓN

En la presente investigación se propuso realizar un debate entre los resultados estadísticos obtenidos en la cual se observa que existe una relación significativa entre las variables de estudio “Calidad de servicio del personal administrativo y satisfacción de los estudiantes en la Universidad Nacional de Juliaca”, en vista de que la correlación de

Spearman devuelve un valor de 0.775, representando una muy buena asociación.

Seguidamente analizamos por dimensiones las variables; donde se observa que en la primera dimensión “Confiabilidad del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes”, existe una relación significativa, debido a que a la correlación de Spearman indica un valor de 0.804, representando una buena asociación.

En la segunda dimensión se aprecia que también existe una relación significativa entre “Capacidad de respuesta del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes”, puesto que la correlación de Spearman muestra un valor de 0.746, representando una buena asociación.

En la tercera dimensión se puede apreciar que existe una relación significativa entre la “Seguridad del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes”, ya que la correlación de Spearman evidencia un valor de 0.842, representando una buena asociación.

En la cuarta dimensión se observa que existe una relación significativa entre “Empatía del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes”, dado que la correlación de Spearman evidencia un valor de 0.612, representando así una moderada asociación.

En la quinta dimensión se pudo demostrar que existe una relación moderada entre “Elementos tangibles del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes”, dado que la correlación de Spearman devela un valor de 0.353.

Finalmente, los resultados muestran que un servicio de calidad, logra en los estudiantes una buena satisfacción, determinando así una relación entre las variables estudiadas corroborados estadísticamente y sustentado en la afirmación de según LILJANDER (1994) quien señala que la calidad de atención y satisfacción de usuarios son conceptos que se encuentran interrelacionados. Algunos autores como (BERRY, BENNET e BROWN, 1989) señalan que: “Un servicio de calidad no es ajustarse a las especificaciones, como a veces se le definan, sino más bien, ajustarse a las especificaciones del cliente o usuario” (MORILLO MORENO, 2009). Ante estas dos apreciaciones, decimos que la calidad del servicio, es ajustarse a las especificaciones del cliente, es tanto realidad como percepción, es como el cliente percibe lo que ocurre basándose en sus expectativas de servicio.

CONCLUSIONES

Con un nivel de confianza del 95% y contrastado mediante la correlación de spearman con un p-valor de 0.000, se demuestra que existe relación entre la calidad de servicio del personal administrativo y la satisfacción de los estudiantes. Indicando que el 43.8% eventualmente encuentra una calidad de servicio, además el 29.2% señala que casi siempre encuentra una calidad de servicio, así mismo el 14.6% indica que rara vez encuentra calidad de servicio, seguido del 10.4% expresa que siempre encuentra una calidad de

servicio y finalmente un 2.1% manifiesta que nunca encuentra una calidad de servicio del personal administrativo. Además, en referencia a la satisfacción el 54.2% manifiesta que eventualmente se encuentra satisfecho con la calidad de servicio, además el 27.1% casi siempre se siente satisfecho, así mismo el 10.4% rara vez se siente satisfecho, seguido del 4.2% que siempre se siente satisfecho y finalmente el otro 4.2% manifiesta que nunca está satisfecho con la calidad de servicio del personal administrativo.

REFERENCIAS

ALONSO, Manuel e SANTOS, Dos. **Calidad y satisfacción: el caso de la Universidad de Jaén** **Quality and satisfaction: The case of the University of Jaén**. v. 45, n. 178, p. 79–95, 2016.

BERRY, L. L.; BENNET, D. R.; BROWN, C. W. **Calidad de servicio**. España: Ediciones Díaz de Santos, 1989.

CAVAZOS, R. **¿ Puede medirse la calidad en el servicio?** Hospitalidad ESDAI, 2004.

DAVILA, B. **Apuntes de probabilidad y Estadística**. Mexico: ITEMS, 2006.

FÉRNANDEZ, E. REDI- Universidad FASTA. **redi.ufasta.edu.ar**, 2015. Disponible em: <<http://redi.ufasta.edu.ar:8080/xmlui/handle/123456789/852>>.

GARCÍA LIRIOS, Cruz. **La brecha digital de las generaciones futuras**. Espéculo: Revista de Estudios Literarios, n. 39, p. 67, 2008.

GUTIÉRREZ NAVA, Ana María. **La calidad en el servicio**. Rev. enferm. Inst. Mex. Seguro Soc, 2004.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R. Ampliación y fundamentación de los métodos mixtos. Fundamentos de metodología de la investigación. [S.l.: s.n.], 2008. p. 376.

VIRTUAL, U.M.B. **Módulo 2 Servicio Al Cliente Introducción**. p. 5, 2007.

MORILLO MORENO, M. D. C. La calidad en el servicio y la satisfacción del usuario en instituciones financieras del municipio. **Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal**, p. 199-223, 2009.

FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA LITERATURA

Data de aceite: 01/06/2022

Isabelly Batista Silva

Graduanda em Administração, Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG

Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira

Prof. Dr. em Gestão de Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG

RESUMO: A realização de mensuração, verificação e avaliação do impacto social é primordial para o desenvolvimento de estratégias organizacionais, seja de organizações privadas, sem fins lucrativos ou governamentais. Em paralelo, para alcançar de forma assertiva os resultados almejados por essas estratégias, se faz necessário o conhecimento e utilização de métodos apropriados. Neste contexto, o objetivo central deste artigo é apresentar um mapeamento sistemático da literatura, referente às ferramentas utilizados em avaliações de impacto social. O referido mapeamento, seguiu as diretrizes de Kitchenham & Charters (2007), com a realização de levantamento nas bases de dados: *Scopus* e *Web of Science*. Aplicando-se uma janela temporal de 2011 a 2021, por meio de critérios de inclusão e exclusão e com o apoio do *software StArt*, foram selecionados 26 artigos. Logo, os resultados evidenciam que a maior parte das publicações foram nos últimos cinco anos, o que corresponde a 69,24% dos artigos estudados e, que dentre as nove ferramentas mapeados, a *Social Return on Investment* (SROI)

foi a mais citada pelos autores. Nesse sentido, o presente trabalho oferece aos pesquisadores uma visão geral do estado da arte acerca do tema em questão, auxiliando no entendimento sobre onde é necessário um maior desenvolvimento e atenção nas discussões futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Impacto social; avaliação de impacto social; ferramentas de avaliação; mapeamento sistemático.

SOCIAL IMPACT ASSESSMENT TOOLS: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE

ABSTRACT: The measurement, verification and evaluation of social impact is essential for the development of organizational strategies, whether private, non-profit or governmental organizations. In parallel, to assertively achieve the results desired by these strategies, it is necessary to know and use appropriate methods. In this context, the main objective of this article is to present a systematic mapping of the literature, referring to the tools used in social impact assessments. This mapping followed the guidelines of Kitchenham & Charters (2007), with a survey in the databases: *Scopus* and *Web of Science*. Applying a time window from 2011 to 2021, through inclusion and exclusion criteria and with the support of the *StArt* software, 26 articles were selected. Therefore, the results show that most of the publications were in the last five years, which corresponds to 69.24% of the articles studied, and that among the nine tools mapped, the *Social Return on Investment* (SROI) was the most cited by the authors. In this sense, the present work offers researchers an

overview of the state of the art on the subject in question, helping to understand where further development and attention is needed in future discussions.

KEYWORDS: Social impact; social impact assessment; tools; systematic mapping.

1 | INTRODUÇÃO

A International Association for Impact Assessment (IAIA), organização global líder em melhores práticas no uso da avaliação de impacto para a tomada de decisões e considerado o principal órgão no campo em questão (MCINERNEY, 2017), define avaliação de impacto (AI) como o processo de identificação das futuras consequências de atividades em curso ou propostas (IAIA, 2021).

Campigotto Sandri et al. (2020), diz que toda organização gera algum tipo de impacto social decorrente de suas ações, independente do setor de atuação ou tamanho. E estes impactos podem descrever mudanças no modo de vida das pessoas, na cultura, na comunidade, no sistema político, no meio ambiente, na saúde e bem-estar, nos direitos de propriedade pessoal e privada, bem como medo e aspirações etc. (CURTIS et al., 2020).

Nesse sentido, impactos sociais não se referem aos resultados imediatos, mas às mudanças sustentáveis que ocorrem após a implementação de uma iniciativa. Completam que é de importância significativa examinar como essas mudanças ocorrem, entender qual a intenção dos autores precursores da ação e conhecer o contexto social, econômico e político envolvido (KHOSHDEL; GHASEMI; ALIKAH, 2014).

Logo, impactos são as consequências, positivas e/ou negativas, intencionais ou não, que uma intervenção gera em uma dada realidade. Enquanto, avaliação de impacto é a investigação dessa intervenção, por meio de exercícios metodológicos capazes de produzir julgamento de efeito (mérito) e utilidade (relevância). Sendo a avaliação de impacto social, um dos melhores meios de conhecer e aprender com as próprias práticas, visto que avaliar ajuda a reconhecer erros e cultivar talentos. Somado a isso, esse tipo de estudo é capaz de mostrar se os impactos gerados por uma determinada ação, são causados unicamente por ela ou também por fatores externos (ARTEMISIA, 2017).

Entretanto, apesar da importância e dos possíveis benefícios ao avaliar corretamente os impactos ocasionados por uma instituição, muitos dirigentes mantêm-se céticos sobre a possibilidade de realmente mensurar esse aspecto, considerando as ferramentas existentes incompletas diante da complexidade dos trabalhos com essa temática (HERVIEUX; VOLTAN, 2019).

Pelo exposto, surge o seguinte questionamento: quais ferramentas são utilizadas no desenvolvimento de avaliações de impacto social? Com o intuito de responder a esse problema de pesquisa, este artigo tem como objetivo geral apresentar um mapeamento sistemático da literatura, a respeito das ferramentas utilizadas em avaliações de impacto social.

Para alcançar o mesmo, foi estabelecido os seguintes objetivos específicos: 1) levantar artigos referentes ao tema publicados entre os anos de 2011 e 2021; 2) identificar quais ferramentas de avaliação de impacto social são abordados pelos autores; 3) categorizar os artigos por ferramenta. Nesse sentido, foi executado um mapeamento sistemático da literatura. Por meio da busca nas bases de dados acadêmicas: *Scopus e Web of Science*, aplicando critérios de inclusão e exclusão e com o auxílio do *software StArt*.

Ademais, o trabalho em questão tem a intenção de contribuir para a aplicação prática das ferramentas identificadas de avaliação de impacto social na Fundação Pedro Américo. A aplicação será conduzida por membros do grupo de pesquisa “Decidir: *Estudos em comportamentos e decisões corporativas*”, do qual os autores deste artigo participam e atuam em um projeto de extensão na Fundação citada e que tem, também, como objetivos o de gerar estudos futuros sobre o tema.

Somado a isto, justifica-se a elaboração desta pesquisa por sua contribuição com os estudos científicos da área, e por apresentar metodologias de avaliação de impacto social capazes de auxiliar no alinhamento e desenvolvimento de estratégias organizacionais voltadas à sociedade.

Este artigo está organizado da seguinte forma. Primeiramente a introdução, a qual contempla uma breve contextualização do tema, a problemática e os objetivos da pesquisa. Em um segundo momento, tem-se a fundamentação teórica, dividida em duas seções: avaliação de impacto social e construção de avaliações de impacto social. Em seguida dispõe-se os métodos de pesquisa empregados, seguido pelos resultados e discussões. Encerrando com as considerações finais e referências.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Avaliação de impacto social (SIA)

No que tange o ambiente organizacional, os impactos sociais podem ser de caráter direto e/ou indireto, onde o primeiro faz referência às atividades da organização, como emissões de gases poluentes ou suas ações de responsabilidade social corporativa. Já os indiretos são externalidades que ocorrem tendo alguma influência das atividades da organização, como o desenvolvimento da região onde está inserida (CAMPIGOTTO SANDRI et al., 2020).

Logo, os impactos sociais podem descrever mudanças no modo de vida das pessoas, na cultura, na comunidade, no sistema político, no meio ambiente, na saúde e bem-estar, nos direitos de propriedade pessoal e privada, bem como medo e aspirações etc. (CURTIS et al., 2020). Sendo assim, os indivíduos são atingidos de formas e níveis diferentes pelas atividades organizacionais, o que torna necessário sua contabilização, onde quanto mais as empresas entenderem os efeitos gerados, mais fácil será para potencializar os benefícios

sociais (CAMPIGOTTO SANDRI et al., 2020).

As práticas de avaliação de impacto social são derivadas das ciências da avaliação de impacto ambiental (IEA) (BANKS, 2013). Dufour (2015), completa que discussões e uma série de experiências aplicadas ao longo do tempo refinaram suas diretrizes. Nesse sentido, se tornaram correntes no mundo empresarial e no meio acadêmico, principalmente pela profissionalização do terceiro setor e a crescente pressão de governos, doadores e cidadãos, para demonstrar sua eficácia no tratamento de problemas sociais (RICCIUTI; CALÓ, 2018).

Apesar da importância da flexibilidade na aplicação prática de processos de SIA, o desenvolvimento e aprimoramento dos aspectos teóricos, práticos e metodológicos, permanecem importantes para fornecer orientação sobre abordagens apropriadas a serem adotadas pelos profissionais (ARCE-GOMEZ; DONOVAN; BEDGGOOD, 2015).

De acordo com Karami et al. (2017), métodos de SIA são usados para estudar as consequências geradas pelas atividades organizacionais. Em conformidade, Trop (2017) diz que SIA refere-se aos processos de análise, monitoramento e gestão das consequências, das intervenções planejadas (políticas, programas, planos, projetos) e quaisquer processos de mudança social provocados por essas intervenções.

2.2 Construção de Avaliações de Impacto Social

Embora SIA seja comumente usada como um mecanismo de previsão de impacto para considerar os impactos sociais antes de uma decisão de permissão ou licenciamento, é igualmente importante o seu papel em contribuir com à gestão contínua das questões sociais ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento de um projeto, desde a concepção ao pós-fechamento (TROP, 2017).

De acordo com McInerney (2017), dentro da família SIA, processos de avaliação cada vez mais especializados e distintos estão surgindo para focar nas necessidades de grupos ou categorias, incluindo provas pobreza/avaliação de impacto, prova de igualdade, provas gênero, prova rural, avaliação impacto direitos humanos e avaliação de impacto na saúde.

Por conseguinte, há três categorias principais de medição de desempenho: I) Aqueles que se concentram na avaliação interna e são usados para decisões de criação e operações; II) Os que medem o impacto social e valor; III) Os voltados para investidores que exigem um retorno do investimento social (HERVIEUX; VOLTAN, 2019).

Assim, existe uma infinidade de modelos e ferramentas que visam avaliar os impactos sociais. Seja através de abordagens técnicas ou participativas, um modelo de avaliação precisa estipular a pergunta ou o conjunto de perguntas que uma avaliação específica procura responder. Assim como estabelecer os critérios de avaliação (HERVIEUX; VOLTAN, 2019; KARAMI, et al., 2016).

Para colaborar com o entendimento sobre o desenvolvimento de um processo de

avaliação de impacto social, a ARTEMISIA (2017) apresenta sete passos para o desenho de uma avaliação de impacto social, a saber:

1º Passo – análise de contexto e *stakeholders*: há abordagens que propõem que as avaliações sejam construídas inteiramente no diálogo com os diferentes atores de um projeto, outras são centrão todas as decisões nas mãos daqueles que investem ou governam as iniciativas/empreendimentos.

2º Passo – formulação de perguntas avaliativas: as perguntas devem ser capazes de traduzir aquilo que os atores querem e precisam compreender melhor e devem ser capazes de apontar para direções que possam agregar valor ao objeto avaliado.

3º Passo – verificar se a necessidade é de uma avaliação de processos, resultados ou impactos? O desenho de uma avaliação depende da situação, do momento e dos *stakeholders*.

4º Passo – eleger modelo e ferramentas de investigação: os métodos de avaliação de impacto são classificados pela forma como se criam os grupos de controle - conjunto de indivíduos não participantes do projeto que têm semelhanças com os indivíduos participantes, estes por sua vez são conhecidos como grupo de tratamento. Estes métodos são classificados em três principais grupos: métodos experimentais, quase-experimentais e não experimentais.

Os métodos experimentais fundamentam-se na constituição aleatória de grupos de tratamento e controle; os métodos quase-experimentais dispensam a necessidade da alocação aleatória dos participantes do estudo. Já os métodos não experimentais definem grupos de controle hipotéticos ou utilizam estratégias não baseadas em contrafactuais para inferir a causalidade dos impactos. Normalmente são utilizados quando grupos de controle não estão disponíveis ou quando este trabalho se torna inviável diante da limitação de recursos ou dos desejos do investidor social.

5º Passo – Construir indicadores e critérios de julgamento: os indicadores são fragmentos de uma realidade ampla que não pode ser representado com simplicidade.

6º Passo – Eleger as fontes e coletar informações: são os sujeitos ou objetos das quais advém os dados, discursos ou materiais necessários para que uma avaliação possa se sustentar com base em evidências.

7º Passo - analisar as informações: ao concluir as etapas de coleta e construção das informações, temos em mãos um amplo material para processar, analisar e verificar a melhor de utilizar os dados encontrados.

Entretanto, ao optar por realizar uma avaliação e impacto social, diferentes dificuldades podem ser encontradas e enfrentadas, dentre elas a necessidade de recursos para a sua realização, o que envolve desde o tempo despendido até a falta de funcionários capacitados e habilidosos para o desenvolvimento, principalmente, quando durante a fase de coleta de dados, etapa em que são necessários dados internos e externos à organização (CAMPIGOTTO SANDRI et al., 2020).

Murrilo Perez (2018), ressalta que o trabalho de avaliação pode ser ainda mais complexo, pelos seguintes motivos: a) o desconhecimento dos gestores e colaboradores sobre a cadeia de resultados e metodologias de medição de impacto; b) informações limitadas e altos custos na coleta de dados, c) imediatismo nas medições; d) complexidade para medir intangíveis, e) conflito no estabelecimento de atribuições.

3 | METODOLOGIA

O mapeamento sistemático (MS) objetiva identificar e classificar o conteúdo relacionado com um tópico de pesquisa (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007). Logo, seus resultados são capazes de sugerir pesquisas futuras e de prover um guia para posicionar adequadamente novas atividades de pesquisa (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007; PETERSEN et al., 2008; KITCHENHAM; BRERETON; BUDGEN, 2011). Além disso, o MS é considerado um estudo de caráter secundário, isso significa que sua principal função é prover aos pesquisadores uma visão geral de uma área de pesquisa e ajudar a identificar lacunas na área estudada (WOHLIN et al., 2013).

Vale destacar que os mapeamentos sistemáticos da literatura (MSL) e revisão sistemática da literatura (RSL), ambos estudos secundários, são abordagens complementares. Apesar do escopo de um MS ser geralmente mais amplo e a análise e síntese mais superficiais do que em uma RS (WOHLIN et al., 2013).

É importante mencionar que o MS pode preceder uma RS com a intenção de prover uma visão geral de um tópico de pesquisa. Ajudando a identificar grupos de estudos que são adequados para estudos mais detalhados e aprofundados, os quais podem ser feitos por meio de RSL (KITCHENHAM; BRERETON; BUDGEN, 2011).

Nesse sentido, para realização deste estudo foi utilizado o *software* denominado de StArt (*State of the Art through Systematic Review*), desenvolvido pelo LAPES/ UFSCAR, voltado para o auxílio de RSL e MPS (FABBRI et al., 2016). No quadro 1 apresenta-se o protocolo seguido para desenvolver o presente mapeamento sistemático da literatura, este é apoiado nas diretrizes de Kitchenham e Charters (2007), de acordo com as fases de: planejamento, execução e sumarização.

Planejamento:

Na fase de planejamento foram definidos o objetivo geral e os específicos, as principais questões de pesquisa, assim como a questão norteadora e as bases de dados. Também foram definidos os critérios de inclusão e exclusão dos estudos, as palavras chaves para criação das *strings* de busca, assim como a definição de como seria feito a busca e seleção, conforme exposto no quadro 1.

| Informações gerais | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Título | Ferramentas de avaliação de impacto social: um mapeamento sistemático da literatura. |
| Objetivo | Apresentar um mapeamento sistemático da literatura, a respeito das ferramentas utilizados em avaliações de impacto social. |
| Objetivos específicos | 1) levantar artigos referentes ao tema publicados entre 2011 e 2021; 2) identificar quais ferramentas de avaliação são abordados pelos autores; 3) categorizar os artigos por ferramenta. |
| Questões de pesquisa | |
| (Questão norteadora) - Q1: quais ferramentas são utilizadas no desenvolvimento de avaliações de impactosocial? Q2: quais periódicos se destacam com maior número de publicações sobre o tema em questão?Q3: qual setor se destaca nas pesquisas de avaliação de impacto social? | |
| Identificação de estudos | |
| Palavras-chave | social impact; social impact assessment; tools; systematic mapping. |
| Strings de busca | ("social impact") AND ("assessment") |
| Critérios de seleção das fontes de busca | Exportar os artigos em formato Bibtex; possuir artigos da área deAdministração e afins. |
| Fontes de busca | Scopus e Web of Science. |
| Seleção dos estudos | |
| Estratégia de busca | As bases serão acessadas pela plataforma de periódicos CAPES/MEC do Governo FederalBrasileiro. Será feita a busca pelas <i>strings</i> definidas, indicando na base os critérios de inclusão disponíveis para seleção. |
| Critérios de inclusão dos estudos | <ul style="list-style-type: none"> • Apresentem no título, resumo e/ou nas palavras-chave as palavras contidas nas <i>strings</i> de busca; • Nos idiomas: inglês ou espanhol; • Áreas gerais: gestão, contabilidade, economia e finanças; • Estudos publicados entre 2011 e 2021; • Apresentam ferramentas de avaliação de impacto social. |
| Critérios de exclusão dos estudos | <ul style="list-style-type: none"> • Artigos que não contenham nem no título, resumo ou nas palavras-chave as <i>strings</i> de busca; • Artigos de caráter secundários ou terciário; • Sem disponibilidade de acesso; • Não estão relacionados ao tema da pesquisa; • Artigos duplicados. |
| Descrição da seleção | Para auxiliar a seleção de estudos, será utilizado a ferramenta StArt. Inicialmente serão executadas as <i>strings</i> de busca em cada uma das bases (<i>Web of Science e Scopus</i>), a partir da lista de estudos retornados, serão exportados os resultados em formato BIBtex, para importação na ferramenta StArt. No primeiro momento, a ferramenta indicará por meio deuma atribuição de pontos quais trabalhos atendem ao protocolo de pesquisa, os pontos são atribuídos com base na quantidade de vezes que são apresentadas as <i>strings</i> de busca nos títulos, palavras-chave e resumo. Após exclusão dos artigos com pontuação 0, os demais serão submetidos a leitura e avaliados a partir dos critérios de inclusão e exclusão. |

Quadro 1: protocolo de pesquisa

Fonte: Adaptação Felizard et al. (2017)

As *strigs* de busca escolhidas são consideradas de caráter genérico, uma vez que

em MS a estratégia de busca deve ser menos restritiva, de modo a permitir recuperar mais estudos (KITCHENHAM; BRERETON; BUDGEN, 2011). Além disso, foram considerados apenas trabalhos em inglês e espanhol por serem os idiomas mais usados para comunicação científica (FELIZARD et al., 2017). Ainda nesse sentido, optou-se pelo espaço temporal de 2011 até 2021, apesar de não existir um consenso acerca de um prazo ideal em que MS e RS devam ocorrer, alguns autores apontam para escolha de estudos mais recentes e atualizados (FELIZARD et al., 2017).

Execução:

Na etapa de execução realizou-se a coleta dos artigos nas bases indicadas no protocolo, através da utilização das *strings*: (“*social impact*”) AND (“*assessment*”) na pesquisa por título, palavras-chave e resumo. Neste primeiro momento não foi aplicado nenhum critério de inclusão e exclusão. A busca e exportação foi realizada em 22 de dezembro de 2021 e resultou em 4545 itens na base *Scopus* e 1368 na *Web of Science*.

Ao aplicar os recursos de restrição disponíveis nas plataformas, a saber: (I) artigos, (II) fase final, (III) idiomas: inglês e espanhol; (IV) áreas de gestão, contabilidade, economia e finanças; (V) 2011 e 2021. Resultou em 357 artigos na *Scopus* e 97 artigos na *Web of Science*, para posterior exportação em *Bibtex*. Totalizando 454 artigos. Logo, como o auxílio do *software* StArt, foi realizada a seleção segundo os critérios de inclusão e exclusão definidos na fase anterior, além da eliminação dos artigos duplicados. Na figura 1, é possível visualizar o esquema que sintetiza o processo de seleção dos artigos, assim como as quantidades resultantes após aplicação de cada filtro.



Figura 1 - resultados da aplicação de filtros

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Conforme representação, aplicando-se os critérios citados, foram extraídos os artigos que cumprem com os mesmos e que abordam o tema de principal interesse para a presente pesquisa mediante a leitura dos resumos, título, palavras-chave e metodologia.

Dessa maneira, 26 artigos foram selecionados, os quais são listados no quadro 2 presente nos resultados deste trabalho.

Sumarização:

Esta última fase é dedicada à análise e apresentação dos dados obtidos do estudo dos artigos escolhidos. Primeiramente, foi realizada uma breve análise das palavras-chave, como apresentado na figura 2 gerada pela plataforma StArt, a palavra com maior frequência de uso dos artigos foi “*Social Impact*” seguida pelos termos: *social impact assessment* e *sustainability*.



Figura 2 - nuvem de palavras

Fonte: relatório do StArt (2022).

Foi realizada uma análise dos autores ao longo dos anos pesquisados, levando em consideração o intervalo de 2011 até 2021. A figura 3 ilustra o número de publicações selecionadas que apresentam ferramentas de avaliação de impacto social ao longo dos anos.

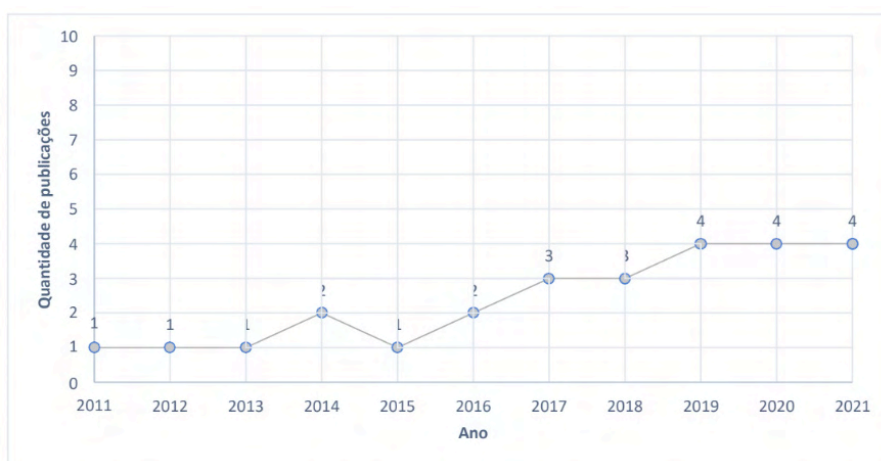


Figura 3 - número de publicações entre 2011-2021

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Observa-se que entre os anos de 2011 e 2016, concentram-se a menor quantidade de pesquisas publicadas sobre o tema, o que corresponde a 30,76% do total de publicações estudadas. Sendo durante os últimos cinco anos (2017-2021) que o tema assume maior importância no meio acadêmico, onde 69,24% das publicações selecionadas são deste período. Os demais resultados são apresentados na seção seguinte, como resposta as questões de pesquisa, assim como aos objetivos específicos.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Levantamento dos artigos

Com o intuito de alcançar o primeiro objetivo específico desta pesquisa, foi realizado um levantamento, como exposto na metodologia, do qual após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão resultou em 26 artigos, os mesmos estão expostos em ordem decrescente por ano no quadro 2:

| Nº | Autor | Título da publicação | Ano |
|-----|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| E1 | DIAZ, M. M.; RIVAS GARCIA, J.I. | Los impactos socioeconómicos del Camino Primitivo enAsturias: percepciones de los residentes | 2021 |
| E2 | MADHYMAPURUSH, W. et al. | An analysis of economic, environmental, and social impacts of jasmine rice farming in Dokkhamtai district, phayao province, Thailand | 2021 |
| E3 | TSALIDIS, G.A. et al. | Developing social life cycle assessment based on corporate social responsibility: A chemical process industry case regarding human rights. | 2021 |
| E4 | TURPIN, A.; SHIER, M. L.; SCOWEN, K. | Assessing the Social Impact of Mental Health Service Accessibility by a Nonprofit Social Enterprise: A Mixed-Methods Case Study. | 2021 |
| E5 | MARTINEZ, N.; KOMENDANTOVA, N. | The effectiveness of the social impact assessment (SIA) in energy transition management: Stakeholders insights from renewable energy projects in Mexico. | 2020 |
| E6 | MURILLO PEREZ, L. M. | Cuadro de mando integral para la gestión del impacto social en organizaciones de empleo inclusivo. | 2020 |
| E7 | RUFF, K. | How impact measurement devices affect: the performativity of theory of change, SROI and dashboards | 2020 |
| E8 | RUIZ-LOZANO, M et al. | SROI methodology for public administration decisions about financing with social criteria. A case study | 2020 |
| E9 | LOMBARD, G. et al. | Assessment of the Economic and Social Impact Using SROI: An Application to Sport Companies | 2019 |
| E10 | LIU, S.; QIAN, S. | Evaluation of social life-cycle performance of buildings: Theoretical framework and impact assessment approach. | 2019 |
| E11 | SOLORZANO-GARCIA, M; NAVIO-MARCO, J.; RUIZ-GOMEZ, L.M. | Ambiguity in the attribution of social impact: A study of the difficulties of calculating filter coefficients in the SROI method | 2019 |

| | | | |
|-----|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| E12 | VILLOTA, M. E. H. | Valoración del impacto económico y social del Carnaval deNegros y Blancos de Pasto, Colombia | 2019 |
| E13 | RICCIUTI, E.; CALÓ, F. | Are foundations assessing their impact? Concepts, methodsand barriers to social impact assessment in Italian foundations | 2018 |
| E14 | SAJID, Z; LYNCH, N. | Financial Modelling Strategies for Social Life Cycle Assessment: A Project Appraisal of Biodiesel Production andSustainability in Newfoundland and Labrador, Canada. | 2018 |
| E15 | SUBRAMANIAN, K.; YUNG, W.K.C. | Modeling Social Life Cycle Assessment framework for an electronic screen product: A case study of an integrateddesktop computer. | 2018 |
| E16 | MCINERNEY, C. | Learning lessons from local social/poverty impactassessment. | 2017 |
| E17 | KUNTTU, S. et al. | Combined economic and social impact assessment ofaffordable housing investments | 2017 |
| E18 | MAAS, K.; GRIECO, C. | Distinguishing game changers from boastful charlatans:Which social enterprises measure their impact? | 2017 |
| E19 | KARAMI, S. et al. | System dynamic simulation: A new method in social impactassessment (SIA) | 2016 |
| E20 | RAIKKONEN, M. et al. | A framework for assessing the social and economic impactof sustainable investments. | 2016 |
| E21 | RIBEIRO, B.E.; QUINTANILLA, M.A. | Transitions in biofuel technologies: An appraisal of the socialimpacts of cellulosic ethanol using the Delphi method. | 2015 |
| E22 | ARVIDSON, M.; LYON, F. | Social Impact Measurement and Non-profit Organisations:Compliance, Resistance, and Promotion. | 2014 |
| E23 | KHOSHDEL, M.K.; GHASEMI, V.; ALIKHAH, F. | Social impact assessment of the Neighborhood House (Casestudy: Sixth municipal district of Tehran). | 2014 |
| E24 | JAGER, U. P; ROTHE, M.D. | Multidimensional Assessment of Poverty Alleviation in a Developing Country: A Case Study on Economic Interventions | 2013 |
| E25 | VOYER, M.; GLADSTONE, W.; GOODALL, H. | Methods of social assessment in Marine Protected Areaplanning: Is public participation enough? | 2012 |
| E26 | GIBBON, J.; DEY, C. | Developments in social impact measurement in the thirdsector Scaling up or dumbing down | 2011 |

Quadro 2: lista dos artigos selecionados

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Após levantamento, organização e leitura inicial (título, resumo, palavras-chave e introdução), verificou-se que os autores são norteados por diferentes categorias de temas, para os quais consideram importante realizar avaliações de impacto social. Dentre os norteadores temos: questões voltadas à pobreza regional, equidade e igualdade, bem-estar humano e social, problemas ambientais e crise econômica etc.

Em seguida, estes foram submetidos a uma leitura mais detalhada, focada na metodologia aplicada pelos autores, a fim de identificar e apresentar as ferramentas que

colaborem com a realização de avaliações de impacto social.

4.2 Identificação das ferramentas:

Foram identificadas diferentes ferramentas de SIA, cujas quais sofreram ajustes e modificações de acordo com o contexto e necessidades encontradas. A saber:

Avaliação de impacto social e da pobreza (PSIA): A PSIA é conhecida como um processo capaz de encorajar e permitir a elaboração consciente de políticas, uma vez que coloca as considerações de desenvolvimento social e pobreza no processo de formulação destas políticas (MCINERNEY, 2017).

Completa que os principais componentes de um processo de PSIA são divididos em três fases: pré-avaliação, avaliação e pós-avaliação. Ou seja, envolve a estruturação do processo de avaliação do impacto social através de uma análise *ex ante* dos impactos estimados, análise durante a implantação do projeto e análise *ex post* após a conclusão do projeto (MCINERNEY, 2017).

Avaliação do ciclo de vida social (S-LCA): avaliação do ciclo de vida social (S-LCA) é uma estrutura que usa uma perspectiva de ciclo de vida para calcular os impactos sociais de um produto (TSALIDIS et al., 2021). Nesse sentido, SLCA avalia os impactos sociais socioeconômicos ao longo do ciclo de vida, incluindo, por exemplo, a extração de matérias-primas, processamento, fabricação, uso, fim de vida, usando dados genéricos e específicos do local (MANCINI; SERENELLA, 2018).

De acordo com Liu e Shunshi (2018), o método de avaliação do ciclo de vida social (S-LCA) pode ser adotado como base para avaliar o potencial impacto social positivo e/ou negativos de produtos, processos, serviços ou sistemas ao longo do ciclo de vida de cada.

Mancini e Serenella (2018), completam que no S-LCA, os estágios do ciclo de vida estão associados às localizações geográficas e os impactos referem-se às categorias de *stakeholders* - trabalhadores, comunidade local, sociedade, consumidores e atores da cadeia de valor. Logo, o SLCA requer informações quantitativas e qualitativas sobre aspectos relacionados à organização.

Balanced scorecard (BSC): o BSC é considerado uma ferramenta de controle e acompanhamento. A mesma propõe indicadores financeiros e não financeiros para avaliar, através de quatro perspectivas: financeira, cliente, processos internos e crescimento. Logo, essa ferramenta permite que qualquer tipo de organização equilibre e gerencie os elementos que a compõem, e assim dirija suas equipes a cumprir uma visão compartilhada (MURILLO PEREZ, 2018). Hervieux e Voltan (2019), afirmam que o BSC é indicado para o auxílio em avaliações internas, especialmente utilizado para decisões de criação e operações.

Contabilidade e auditoria social (SSA): de acordo com Gibbon e Dey (2011), a SSA oferece muitos benefícios potenciais, entre eles a possibilidade de maior transparência e responsabilização. Uma vez que a Contabilidade e auditoria social permite que as organizações se baseiem na documentação existente, para relatar seu desempenho,

melhor compreender seu impacto na comunidade e assim desenvolver planos de ação para melhorá-lo e prestação de contas de seu desempenho social.

Ferramentas qualitativas: centra-se na utilização de métodos qualitativos (observação, entrevista, grupo focal etc.) para avaliação de programas, principalmente quando se trata de saber mais detalhes sobre o programa específico. Ou seja, as questões específicas deste modelo de avaliação são naturalmente de natureza qualitativa (GARBOAN, 2012).

Retorno Social sobre Investimento (SROI): é uma ferramenta para avaliar o impacto social de programas, organizações ou suas redes. Transformando o seu valor social em valor monetário. A proposta é entendida como uma análise custo-benefício ajustada e, de forma holística, considera diferentes tipos de impactos resultantes de programas sociais (RICCIUTI; CALÓ, 2018). O modelo SROI combina fluxos de caixa associados aos benefícios e custos apurados em um período específico. Em outras palavras, o SROI representa a relação entre o valor presente líquido dos benefícios e o valor presente líquido do investimento, ou ainda, mensura o valor dos benefícios sociais criados em um empreendimento, em relação ao custo de obtenção destes benefícios (LOMBARD, G. et al., 2019; RICCIUTI; CALÓ, 2018).

De acordo com Hervieux e Voltan (2019), este tipo de abordagem é voltado para investidores que exigem um retorno do investimento social. Porém, apesar de sua popularidade e aceitação em diversos setores como ferramenta de medição, há muita variabilidade em como o SROI é aplicado, o que dificulta a comparação entre organizações (HERVIEUX; VOLTAN, 2019).

Método DELPHI: o método Delphi é uma técnica de previsão que obtém conhecimento especializado de uma variedade de participantes. Delphi tradicionalmente envolve uma pesquisa anônima usando questionários com *feedback* controlado para permitir a interação dentro de um painel de especialistas. Uma característica chave da técnica Delphi é seu potencial para revelar julgamentos de valor subjetivos de um grupo de indivíduos avaliando problemas complexos que são caracterizados por níveis variados de incerteza (RIBEIRO; QUINTANILLA, 2015).

Multicritério: A teoria da utilidade multicritério fornece uma ferramenta para agregar diferentes aspectos, que podem ser tangíveis e/ou intangíveis, em um índice que aprimora a comparação dos investimentos do ponto de vista social. Os pesos necessários nos cálculos são definidos por um processo de hierarquia analítica. O objetivo subjacente é estabelecer pesos relativos para os principais critérios e fatores por meio de comparação pareada. Geralmente, quanto mais crítico for um fator, mais peso deve ser dado. Trata-se um método flexível e de fácil compreensão de análise de problemas complicados, ao mesmo tempo em que permite a consideração de fatores subjetivos e objetivos nos processos de tomada de decisão, capaz de lidar com fatores conflitantes (KUNTTU et al., 2017).

Simulação dinâmica de sistemas (SD): considerado por Karami et al. (2016)

um novo método SIA preditivo voltado para grandes projetos em desenvolvimento. O seu principal objetivo é descrever por que os problemas são gerados e como os fatores problemáticos provavelmente serão anulados.

4.3 Categorização os artigos por ferramenta

Nesta fase os artigos foram categorizados de acordo com as ferramentas apresentadas. Vale ressaltar que alguns dos artigos apresentam mais de um tipo de ferramenta para avaliação de impacto social, por esta razão foram citados mais de uma vez.

| Modelo/ Ferramenta | Estudo | Publicidade | Setor/Área de aplicação |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL E DA POBREZA (PSIA) | (MCINERNEY, C., 2017) | Administration | Governança/ política local. |
| AVALIAÇÃO DO CICLO DE VIDA SOCIAL (S-LCA) | (TSALIDIS, G.A. et al., 2021) | Technological Forecasting and Social Change | Setor privado - manufatureiro |
| | (LIU, S.; QIAN, S., 2019) | Journal of Cleaner Production | Setor privado - construção civil |
| | (SAJID, Z; LYNCH, N., 2018) | Sustainability | Setor privado - indústria |
| | (SUBRAMANIAN, K.; YUNG, W.K.C., 2018) | Journal of Cleaner Production | Política social |
| BALANCED SCORECARD | (MURILLO PEREZ, L. M, 2020) | CIRIEC- España, revista de Economía Pública, Social. | Empreendimentosocial |
| | (ARVIDSON, M.; LYON, F., 2014) | International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations | Terceiro Setor - Organização sem fins lucrativos. |
| FERRAMENTAS QUALITATIVAS (QUESTIONARIOS, GRUPO FOCAL, OBSERVAÇÃO ETC.) | (TURPIN, A.; SHIER, M. L.; SCOWEN, K., 2021) | Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research. | Terceiro Setor - Organização sem fins lucrativos. |
| | (DIAZ, M. M.; RIVAS GARCIA, J.I., 2021) | Revista galega de economía: Publicación Interdisciplinar da Facultade de Ciencias Económicas e Empresariais. | Turismo cultural. |
| | (MARTINEZ, N.; KOMENDANTOVA, N., 2020) | Energy Policy. | Iniciativa privada – energia renovável. |
| | (VILLOTA, M. E. H., 2019) | Economics Readings. | Evento cultural. |
| | (JAGER, U. P; ROTHE, M.D., 2013) | Nonprofit Management & Leadership. | Terceiro Setor - Organizações sem fins lucrativos |
| | (VOYER, M.; GLADSTONE, W.; GOODALL, H., 2012) | Marine Policy. | Política social |

| | | | |
|---------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| RETORNO SOCIAL SOBRE INVESTIMENTO (SROI) | (MADHYMAPURUSH, W. et al., 2021) | Academy of Strategic Management Journal | Política social local |
| | (RUFF, K., 2020) | Qualitative Research in Accounting & Management. | Organização privada |
| | (RUIZ-LOZANO, M et al., 2020) | Sustainability | Terceiro Setor - Organização sem fins lucrativos - educação |
| | (LOMBARD, G. et al., 2019) | Sustainability | Terceiro Setor - Organização filantrópica |
| | (SOLORZANO-GARCIA, M; NAVIO-MARCO, J.; RUIZ-GOMEZ, L.M., 2019) | Sustainability | Empreendedorismo social |
| | (RICCIUTI, E.; CALÓ, F, 2018) | International Review on Public and Nonprofit Marketing | Terceiro setor - Fundações |
| RETORNO SOCIAL SOBRE INVESTIMENTO (SROI) | (MAAS, K.; GRIECO, C., 2017) | Journal of Entrepreneurship Social | Empreendedorismo social |
| | (ARVIDSON, M.; LYON, F., 2014) | International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations | Terceiro Setor - Organização sem fins lucrativos. |
| | (GIBBON, J.; DEY, C, 2011) | Social and Environmental Accountability Journal | Terceiro setor |
| MÉTODO DELPHI | (RIBEIRO, B.E.; QUINTANILLA, M.A., 2015) | Technological Forecasting and Social Change | Iniciativa privada - indústria |
| CONTABILIDADE SOCIAL E AUDITORIA (SSA) | (GIBBON, J.; DEY, C., 2011) | Social and Environmental Accountability Journal | Terceiro setor – Organização sem fins lucrativos |
| | (ARVIDSON, M.; LYON, F., 2014) | International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations | Terceiro setor - Organização sem fins lucrativos. |
| TÉCNICAS DE TOMADA DE DECISÃO MULTICRITÉRIO | (KUNTTU, S. et al., 2017) | RISUS – Journal on Innovation and Sustainability | Políticas públicas |
| | (RAIKKONEN, M. et al., 2016) | Management and Production Engineering | Políticas públicas |
| SIMULAÇÃO DINÂMICA DE SISTEMAS (SD) | (KARAMI, S. et al., 2016) | Environmental Impact Assessment Review | Políticas públicas - projeto |

Quadro 3: Categorização dos artigos por ferramenta

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Todos os artigos foram divulgados em periódicos científicos, porém apenas três periódicos foram identificados mais de uma vez na lista de estudos coletados: Sustainability (4); Technological Forecasting and Social Change (2) e Journal of Cleaner Production (2). Como esperado, tais periódicos são voltados, principalmente, para temáticas ambientais e sociais.

A maioria dos estudos foram aplicados em organizações do terceiro setor (Ongs, Fundações etc.). Tendo em vista a profissionalização deste setor, a sua busca por promover

soluções e melhorias para a sociedade e a crescente pressão de responsabilização de governos, doadores e cidadãos, a necessidade de realizar avaliações de impacto torna-se mais urgente se comparado a outros tipos de organizações.

Somado a isso, a ferramenta mais citada pelos autores foi a SROI, nove no total, o que pode indicar que um dos maiores atrativos ao se optar pela realização SIA, para além dos benefícios sociais, são os benefícios financeiros. De acordo com Gibbon et al. (2011), a simplicidade e a clareza do SROI são atraentes para captadores de recursos e investidores, que desejam quantificar e expressar a criação de valor social. Porém, o quantitativo analisado é insuficiente para ser conclusivo.

Vale ressaltar, que foram encontrados seis estudos com apresentação de ferramentas denominadas qualitativas, as quais fazem referência a entrevistas, questionários, observação, grupos focais etc. Por se tratar de ferramentas mais conhecidas, acabam por representar um menor custo e facilidade no treinamento e aplicação. Como apresenta a ARTEMESIA (2017), quando aplicados a grupos de controle e tratamento podem gerar resultados relevantes para análise e ajustes das estratégias da organização.

Ademais, apesar da utilização de ferramentas pré-definidas, os artigos demonstram que essas passaram por modificações, adaptações de acordo com as necessidades do contexto aos quais foram inseridos. Ressaltando a necessidade de analisar, comparar, ajustar e, caso necessário, reconstruir modelos de avaliação de forma que se tornem úteis para o tipo de organização e projeto em questão.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal apresentar um mapeamento sistemático da literatura, a respeito das ferramentas utilizadas em avaliações de impacto social. Com o intuito de contribuir com os estudos da área e como exposição de técnicas capazes de auxiliar no alinhamento e desenvolvimento de estratégias organizacionais voltadas à sociedade. Foram selecionados 26 artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, estes foram brevemente expostos e em seguida os artigos foram categorizados por ferramenta.

Os estudos analisados apresentam, de forma desenvolvida ou através de citações menos abrangentes, ferramentas que contribuem com o desenvolvimento e aplicação de avaliações de impacto social. Pelo fato de o aspecto social ser amplo, por vezes foi abordado juntamente com as dimensões ambientais e econômicas, onde parte são adaptações e contribuições dessas duas dimensões.

No total, foram encontradas nove ferramentas. Dentre elas, a ferramenta mais abordada pelos autores foi a SROI, contabilizando nove dos artigos selecionados. Sugerindo que a realização de avaliações de impacto vai além da busca de benefícios sociais, englobando também os benefícios financeiros. Além disso, as organizações nas

quais as ferramentas foram mais aplicadas são de terceiro setor, isto deve-se a maior necessidade de provar aos envolvidos a natureza de seus impactos.

Independente da ferramenta escolhida para somar no processo de avaliação, existe a concordância entre os autores da necessidade de se considerar os diferentes contextos, *stakeholders*, organizações e prioridades envolvidas no desenvolvimento da avaliação de impacto social.

Para trabalhos futuros, sugere-se pesquisas utilizando-se protocolo diverso do adotado neste trabalho, com fins de comparação com os resultados ora obtidos. Outra possibilidade, é a utilização de diferentes bases de dados, uma vez que resultados comparativos podem demonstrar novas perspectivas e, assim, contribuir ainda mais para o desenvolvimento do campo. Por fim, a partir deste mapeamento podem ser realizadas revisões sistemáticas e aplicações práticas das ferramentas levantadas.

REFERÊNCIAS

ARCE-GOMEZ, A.; DONOVAN, J. D.; BEDGGOOD, R. E. Social impact assessments: Developing a consolidated conceptual framework. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 50, p. 85-94, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2014.08.006>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0195925514000742>. Acesso em: 09 set. 2021.

ARTEMISIA. **Avaliação para negócios de impacto social** – guia prático. [S. l.], 2017. 132 p. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/avaliacao-para-negocios-de-impacto-social-guia-pratico>. Acesso em: 09 set. 2021.

ARVIDSON, M.; LYON, F. Social Impact Measurement and Non-profit Organisations: Compliance, Resistance, and Promotion. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v.25, n.4, p. 869-886, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11266-013-9373-6>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-013-9373-6>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BANKS, G. Little by little, inch by inch: Project expansion assessments in the Papua New Guinea mining industry. **Resources Policy**, v. 38, n. 4, p. 688-695, 2013. DOI: 10.1016/j.resourpol.2013.03.003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301420713000160>. Acesso em: 05 jan, 2022.

CAMPIGOTTO SANDRI, E. *et al.* Avaliação do Impacto Social: um Levantamento Bibliométrico. **Teoria e Prática em Administração**, v. 11, n. 1, p. 106-121, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2238-104X.2021v11n1.52611. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tpa/article/view/52611>. Acesso em: 05. jan. 2022.

CURTIN, R.; KEATINGE, M. A methodology to measure the social impact of the EU quota setting procedure. **Marine Policy**, v.96, p.248-255, 2018. DOI: 10.1016/j.marpol.2018.05.023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/marine-policy>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CURTIS, S. K. *et al.* Systematic framework to assess social impacts of sharing platforms: Synthesising literature and stakeholder perspectives to arrive at a framework and practice- oriented tool Steven. **Plos One**, v.15, n.10, 2020. DOI:10.1371/journal.pone.0240373. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0240373>. Acesso em: 05 jan. 2022.

DIAZ M. M.; RIVAS GARCIA, J.I. Los impactos socioeconómicos del Camino Primitivo en Asturias: percepciones de los residentes. **Revista galega de economía: Publicación Interdisciplinaria da Facultade de Ciencias Económicas e Empresariais**, v. 30, n. 3, p. 1-25, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15304/rge.30.3.7532>. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/rge/article/view/7532>. Acesso em: 05 jan. 2022.

DUFOUR, B. State of the art in social impact measurement: methods for work integration social enterprises measuring their impact in a public context. **Emes**, p. 1-24, 2015. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01458730>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FABBRI, S. *et al.* Improvements in the StArt tool to better support the systematic review process, Proceedings of the 20th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering - EASE '16, p. 1–5, 2016. DOI: 10.1145/2915970.2916013. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2915970.2916013>. Acesso em: 11 nov. 2021.

FELIZARDO, K. R., et al. **Revisão Sistemática da literatura em engenharia de software**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2017.

GIBBON, J. & DEY, C. Developments in social impact measurement in the third sector Scaling up or dumbering down. **Social and Environmental Accountability Journal**, v. 31, n. 1, p. 63-72, 2011. DOI: 10.1080/0969160X.2011.556399. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240014323_Developments_in_Social_Impact_Measurement_in_the_Third_Sector_Scaling_Up_or_Dumbering_Down. Acesso em: 05 jan. 2022.

GARBOAN, R. Introducing a Model for Social Impact Assessment of Public Administration Reform in Romania. **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, v36, 2012. Disponível em: (PDF) Introducing a Model for Social Impact Assessment of Public Administration Reform in Romania (researchgate.net). Acesso em: 06 jan. 2022.

HEMPEL, L.; OSTERMEIER, L.; SCHAAF, T. & VEDDER, D. Towards a social impact assessment of security technologies: A bottom-up approach. **Science and Public Policy**, v.40, n.6, p. 740-754, 2013. DOI:10.1093/scipol/sct086. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274508055_Towards_a_social_impact_assessment_of_security_technologies_A_bottom-up_approach. Acesso em: 05 jan. 2022.

HERVIEUX, C.; VOLTAN, A. Toward a systems approach to social impact assessment. **Social Enterprise Journal**, Halifax, v. 15 n. 2, p. 264-286, 2019. DOI: 10.1108/SEJ-09-2018-0060. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SEJ-09-2018-0060/full/html>. Acesso em: 09 set. 2021.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL (IDIS). **Avaliação de Impacto Social – metodologias e reflexões**. [S.l.], 2018, 30 p. Disponível em: <https://www.idis.org.br/publicacoesidis/avaliacao-de-impacto-social-metodologias-e-reflexoes/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT (IAIA). **The leading global network on impact assessment**. Estados Unidos, [2021?]. Disponível em: <https://www.iaia.org/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

KARAMI, S. *et al.* System dynamic simulation: A new method in social impact assessment (SIA). **Environmental Impact Assessment Review**, v. 62, p. 25–34, jan. 2017. DOI: 10.1016/j.eiar.2016.07.009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0195925515300354>. Acesso em: 11 nov. 2021.

KHOSHDEL, M.K.; GHASEMI, V.; ALIKAH, F. Social Impact Assessment of the Neighborhood House (Case Study: Sixth Municipal District of Tehran). **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v.5, n.3, p.580-590, 2014. Doi:10.5901/mjss.2014.v5n3p580. Disponível em: <https://www.richtmann.org/journal/index.php/mjss/article/view/2178>. Acesso em: 05 jan. 2022.

KITCHENHAM, B.A., BRERETON, O.P., BUDGEN, D., Using Mapping Studies as the Basis for Further Research – A Participant-Observer Case Study. *Information and Software Technology*, v. 53, 2011, p. 638-651. DOI:10.1016/j.infsof.2010.12.011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220610058_Using_mapping_studies_as_the_basis_for_further_research_-_A_participant-observer_case_study. Acesso em: 09 set. 2021.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Tech. Rep. EBSE-2007-01, Keele University, 2007. Disponível em: https://www.elsevier.com/data/promis_misc/525444systematicreviewsguide.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

KUNTTU, S. *et al.* Combined economic and social impact assessment of affordable housing investments. **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, v. 8, n. 3, p. 85-93, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24212/2179-3565.2017v8i3p85-93>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/34688>. Acesso em: 05 jan. 2022.

LOMBARD, G. *et al.* Assessment of the Economic and Social Impact Using SROI: An Application to Sport Companies. **Sustainability**, v.11, n.13, 2019. Doi: <https://doi.org/10.3390/su11133612>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/13/3612>. Acesso em: 05 jan. 2022.

LIU, S.; QIAN, S. Evaluation of social life-cycle performance of buildings: Theoretical framework and impact assessment approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 213, p. 792 - 807, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.200>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652618339167>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MAAS, K.; GRIECO, C. Distinguishing game changers from boastful charlatans: Which social enterprises measure their impact? **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 8, n.1, p. 110-128, 2017. DOI: 10.1080/19420676.2017.1304435. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315715950_Distinguishing_game_changers_from_boastful_charlatans_Which_social_enterprises_measure_their_impact. Acesso em: 05 jan. 2022.

MADHYAMAPURUSH, W. *et al.* An analysis of economic, environmental, and social impacts of jasmine rice farming in dokkhamtai district, phayao province, Thailand. **Academy of Strategic Management Journal**, v.20, 2021. Disponível em: <https://www.abacademies.org/abstract/an-analysis-of-economic-environmental-and-social-impacts-of-jasmine-rice-farming-in-dokkhamtai-district-phayao-province--11400.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MANCINI, L.; SERENELLA, S.; Social impact assessment in the mining sector: Review and comparison of indicators frameworks. **Resources Policy**, v. 57, p. 98-111, 2018. DOI:10.1016/j.resourpol.2018.02.002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301420717301484?via%3Dihub>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MARTINEZ, N.; KOMENDANTOVA, N. The effectiveness of the social impact assessment (SIA) in energy transition management: Stakeholders insights from renewable energy projects in Mexico. **Energy Policy**, v. 145, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2020.111744>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301421520304687?via%3Dihub>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MCINERNEY, C. Learning lessons from local social/poverty impact assessment. **Administration**. v. 65, n. 3, p. 41-58, 2017. Doi: 10.1515/admin-2017-0023. Disponível em: <https://www.sciendo.com/article/10.1515/admin-2017-0023>. Acesso em: 05 jan. 2022.

MURILLO PEREZ, L. M. Cuadro de mando integral para la gestión del impacto social en organizaciones de empleo inclusivo. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 98, p. 153-188, 2020. DOI: 10.7203/CIRIEC-E.98.13368. Disponível em: <https://ojs.uv.es/index.php/ciriecespana/article/view/13368>. Acesso em: 05 jan. 2022.

PETERSEN, K. *et al.*, Systematic Mapping Studies in Software Engineering. In: Proceedings of the 12th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering (EASE 2008), 2008, p.68-77. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.14236/ewic/EASE2008.8>. Acesso em: 11 nov. 2022.

RAIKKONEN, M. *et al.* A framework for assessing the social and economic impact of sustainable investments. **Management and Production Engineering**, v. 7, n. 3, p. 79-86, 2016. DOI: 10.1515/mper-2016-0027. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308969668_A_Framework_for_Assessing_the_Social_and_Economic_Impact_of_Sustainable_Investments. Acesso em: 05 jan. 2022.

RIBEIRO, B.E. ; QUINTANILLA, M.A. Transitions in biofuel technologies: An appraisal of the social impacts of cellulosic ethanol using the Delphi method. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 92, p. 53-68, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2014.11.006>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162514003096>. Acesso em: 05 jan. 2022.

RICCIUTI, E.; CALÓ, F. Are foundations assessing their impact? Concepts, methods and barriers to social impact assessment in Italian foundations. **International Review on Public and Nonprofit Marketing**, v.15, n. 4, p. 553-574. DOI: 10.1007/s12208-018-0213-7. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12208-018-0213-7>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SAJID, Z & LYNCH, N. Financial Modelling Strategies for Social Life Cycle Assessment: A Project Appraisal of Biodiesel Production and Sustainability in Newfoundland and Labrador, Canada. **Sustentabilidade**, v.10, n.9 ,2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/su10093289>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/9/3289/htm>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SUBRAMANIAN, K.; YUNG, W.K.C. Modeling Social Life Cycle Assessment framework for an electronic screen product: A case study of an integrated desktop computer. **Journal of Cleaner Production**, v. 197, n. 1, p. 414-434, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.06.193>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652618318444>. Acesso em: 05 jan. 2022.

TROP, T. Social Impact Assessment of Rebuilding an Urban Neighborhood: A Case Study of a Demolition and Reconstruction Project in Petah Tikva, Israel. **Sustainability**, Haifa, v. 9, n.6, 2017. DOI: 10.3390/su9061076. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/9/6/1076>. Acesso em: 12 nov. 2021.

TSALIDIS, G. A. et al. Developing social life cycle assessment based on corporate social responsibility: A chemical process industry case regarding human rights. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 165, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120564>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162520313901?via%3DIihub>. Acesso em: 05 jan. 2022.

TURPIN, A; SHIER, M. L.; SCOWEN, K. Assessing the Social Impact of Mental Health Service Accessibility by a Nonprofit Social Enterprise: A Mixed-Methods Case Study. **Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research Revue canadienne de recherche sur les OSBL et l'économie sociale**, v. 12, n.1, p 82 - 106, 2021. Disponível em: <https://anserj.ca/index.php/cjnser/article/view/378>. DOI: 10.29173/cjnser.2021v12n1a378. Acesso em: 05 jan. 2022.

SOLORZANO-GARCIA, M; NAVIO-MARCO, J.; RUIZ-GOMEZ, L.M. Ambiguity in the attribution of social impact: A study of the difficulties of calculating filter coefficients in the SROI method. **Sustainability**, v. 11, n. 2, p. , 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11020386>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/2/386>. Acesso em: 05 jan. 2022.

VILLOTA, M. E. H. Valoración del impacto económico y social del Carnaval de Negros y Blancos de Pasto, Colombia. *Economics Readings*, n. 90, p. 195-225, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.le.n90a07>. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/lecturasdeeconomia/article/view/336850>. Acesso em: 05 jan. 2022.

VOYER, M.; GLADSTONE, W.; GOODALL, H. Methods of social assessment in Marine Protected Area planning: Is public participation enough? **Marine Policy**, v. 36, n. 2, p. 432- 439, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2011.08.002>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308597X11001370>. Acesso em: 05 jan. 2022.

WOHLIN, Claes et al. Sobre a confiabilidade dos estudos de mapeamento em engenharia de software. **Journal of Systems and Software**, v. 86, n. 10, p. 2594-2610, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jss.2013.04.076>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0164121213001234>. Acesso em: 08 dez. 2021.

O USO DE MODELOS DE MATURIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE REGULATÓRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL

Data de aceite: 01/06/2022

Data de submissão: 08/04/2022

Danielle Zanoli Gonçalves

Pós-graduada em Direito Público pela universidade Gama Filho, Advogada graduada em Direito pelo CESUT, servidora efetiva da ARSP – Agência de Regulação de Serviços Públicos
<http://lattes.cnpq.br/7601728597411598>

RESUMO: A qualidade regulatória impacta diretamente na vida dos usuários dos serviços públicos regulados. A identificação de boas práticas regulatórias e a possibilidade de replicabilidade dessas práticas interessa a todo o setor econômico e estatal. O desenvolvimento do estado regulador no Brasil já bate às portas da idade balzaquiana mas resta-nos apurar se de fato a atividade regulatória atingiu a maturidade. Os modelos de maturidade permitem identificar no universo das agências reguladoras brasileiras, de âmbito federal, estadual ou municipal em qual nível de maturidade está a regulação no Brasil e como podemos propiciar mercados mais transparentes e eficientes, retomar investimentos e consequentemente promover o crescimento da economia nacional de forma sustentável. Este trabalho pormenoriza o desenvolvimento e o uso de um modelo de diagnóstico capaz de identificar a maturidade da agência reguladora avaliada e, indicar os aspectos que devem ser perseguidos para que qualquer agência atinja excelência e maturidade regulatória.

PALAVRAS-CHAVE: Modelos de maturidade. Qualidade regulatória. Gestão da melhoria da qualidade regulatória. Agências reguladoras.

THE USE OF MATURITY MODELS AS A MANAGEMENT INSTRUMENT TO IMPROVE REGULATORY QUALITY FOR SUSTAINABLE ECONOMIC DEVELOPMENT

ABSTRACT: Regulatory quality directly impacts the lives of users of regulated public services. The identification of good regulatory practices and the possibility of replicability of these practices is of interest to the entire economic and state sector. The development of the regulatory state in Brazil is already knocking the doors of the Balzac age, but it remains to be determined whether in fact the regulatory activity has reached maturity. Maturity models allow us to identify in the universe of Brazilian regulatory agencies, at the federal, state or municipal level, which level of maturity is the regulation in Brazil and how we can provide more transparent and efficient markets, resume investments and consequently promote the growth of the national economy in a sustainable way. This work details the development and use of a diagnostic model capable of identifying the maturity of the regulatory agency evaluated and, indicating the aspects that must be pursued so that any agency reaches excellence and regulatory maturity.

KEYWORDS: Maturity models. Regulatory quality. Management of regulatory quality improvement. Regulatory agencies.

1 | INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho foi desenvolvida uma ferramenta de diagnóstico que apresenta uma escala de maturidade para as agências reguladoras brasileiras.

Partindo dos modelos de maturidade existentes aprimoramos os critérios e criamos um modelo de maturidade mais amplo que objetive promover o crescimento econômico sustentável.

Além da escala de maturidade, desenvolvemos um diagnóstico, por meio do qual é possível avaliar, em cada agência reguladora, em que nível está enquadrada dentro da escala de maturidade. Como o objetivo aqui não é apenas estatístico, a ferramenta possibilita identificar os aspectos das melhores práticas regulatórias para que seja possível aos entes alcançar os mais elevados níveis da escala.

Trata-se efetivamente de uma ferramenta de gestão, totalmente orientado para que as agências reguladoras interessadas possam alcançar níveis mais elevados na escala, no curso de determinado lapso temporal.

2 | BREVE HISTÓRICO E A CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS EM GERAÇÕES

Criadas no final do século XX, as agências reguladoras foram uma inovação na estrutura administrativa no Brasil. As agências reguladoras nasceram da necessidade de regular e fiscalizar as atividades econômicas que o Estado exercia em regime de monopólio e os serviços públicos delegados aos particulares, devendo garantir a normalidade e eficiência na prestação dos serviços e atividades que não mais seriam realizadas diretamente pelo Estado.

O modelo de regulação por meio de agências reguladoras independentes, previu determinadas características institucionais aos entes reguladores, particularmente independência política e especialização técnica, visando prover um ambiente propício à atração de investimentos.

Para este estudo ficou definido que o surgimento das agências reguladoras se deu em 03 gerações: A primeira geração das agências criadas entre 1996 a 2000; A segunda geração para as agências criadas entre 2001 e 2010 e por fim, a terceira geração, para as agências criadas após 2011.

Nesta pesquisa foram identificadas 66 agências reguladoras espalhadas por todo o território nacional, das quais 10 são federais, 28 estaduais, 5 intermunicipais e 23 municipais. Temos 18 agências consideradas como de primeira geração, o que representa 27% da amostra. De segunda geração temos 25 agências, representando 38% da amostra. Por fim, temos 23 agências classificadas como sendo de terceira geração, o que representa 35% da amostra.

Das 10 agências federais localizadas em nossa pesquisa, 6 são de primeira geração.

Das 28 estaduais, 9 são de primeira geração e das 23 municipais somente 3 são de primeira geração. Não existe nenhuma agência intermunicipal de primeira geração.

Também é possível verificar que não existe nenhuma agência reguladora federal de terceira geração, assim como não existe nenhuma agência intermunicipal de primeira geração, o que demonstra claramente o movimento histórico legislativo de criação das agências.

É perfeitamente identificável também a maior quantidade de agências reguladoras municipais de terceira geração o que denota o amadurecimento do modelo regulatório de um modo geral. Inicialmente implantado no âmbito federal, inspirado em modelos internacionais, chegou aos estados e, por fim está se arraigando nos municípios.

A municipalização das agências reguladoras demonstra que o modelo em si está alcançando maturidade administrativa ao se instalar em todas as esferas dos entes federativos. Um nome novo, um modelo novo de administração se arraigando na cultura administrativa, se tornando conhecido e familiar aos usuários. Mas será que um nome diferente é suficiente para que o modelo de agência reguladora independente seja implementado? É possível conceber que dentro da esfera municipal, de alguns municípios brasileiros, seja possível garantir ao ente regulador, a estrutura, a tecnicidade e as dimensões necessárias para uma atuação independente?

Com a aplicação do diagnóstico desenvolvido no presente trabalho será possível avaliar.

3 | A ESCALA DE MATURIDADE

O trabalho de avaliação de maturidade das agências reguladoras vem sendo desenvolvido já há algum tempo. Recebeu vários nomes diferentes, tais como: Avaliação da qualidade regulatória, Sugestões para o desenvolvimento da Regulação ou Diagnóstico do ambiente regulatório.

Maria Augusta Feldman que foi presidente da Abar entre 2003 e 2005, apresenta '*Dez sugestões para o Aperfeiçoamento do Modelo de Agências*' (FELDMAN), em trabalho intitulado Agências Reguladoras, assim definidos:

- 1) Necessidade de uma lei geral sobre o regime jurídico das Agências;
- 2) Aprimorar os mecanismos de controle das atividades das Agências;
- 3) Maior articulação entre os órgãos reguladores setoriais e os órgãos de tutela dos interesses gerais;
- 4) A efetivação do juízo técnico no processo de indicação dos dirigentes das Agências;
- 5) Maior pluralismo nas Agências;
- 6) O incremento da transparência e da participação popular;

- 7) A descentralização territorial da atividade das Agências, particularmente as federais;
- 8) Introduzir mecanismos de institucionalização dos consumidores na atividade regulada, como comitês de usuários ou grupos de representação que ajudem a Agência em sua tarefa regulatória;
- 9) A delimitação das fronteiras entre políticas, para que se esclareçam os marcos das políticas de Estado e os papéis do Governo e das Agências, em face do setor regulado;
- 10) Meios e recursos para o funcionamento das Agências, para que elas não sejam esvaziadas.

Nessas 10 sugestões já é possível identificar algumas das dimensões essenciais para se avaliar a maturidade de uma agência reguladora.

Em 2007, nasce o PRO-REG que tinha por objetivo melhorar a qualidade da regulação exercida no âmbito do Governo Federal por meio do fortalecimento do sistema regulatório, visando facilitar o pleno exercício das funções por parte de todos os atores e aprimorar a coordenação entre as instituições participantes, os mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil.

Na introdução do livro de 2009, *Desafios da Regulação no Brasil*, (PROENÇA, 2009) o então Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Marcelo Viana Estevão de Moraes, já ressaltava a importância de um modelo institucional da gestão da regulação, asseverando: “*Os autores são unânimes ao ressaltar a importância do modelo institucional da gestão da regulação não apenas para funcionamento do sistema regulatório em si, mas também para o crescimento econômico sustentável do país*”.

As principais alterações propostas pelo PRO-REG para a melhoria da qualidade regulatória foram:

- 1) Restituição do poder de outorga das agências para os ministérios, tendo em vista que a formulação de políticas públicas deve ser exercida pela administração direta;
- 2) Aumento do controle social com a instituição e implementação efetiva de instrumentos de avaliação da gestão e do desempenho da agência e obrigação de prestação de contas ao Congresso Nacional;
- 3) Criação de ouvidorias em todas as agências;
- 4) Interação operacional entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência;
- 5) Interação entre as agências reguladoras e os órgãos reguladores estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Em 2010, Alexandre Santos de Aragão, em brilhante parecer, cunhou o que se denomina de “embrião” da escala de maturidade ao defender os *Requisitos Jurídicos-institucionais à configuração de uma entidade como agência reguladora independente*

(ARAGÃO, 2010). Apresentando, inclusive, um questionário de avaliação da autonomia das agências reguladoras, assim definidos:

- 1) Autonomia orgânica, funcional e financeira;
- 2) Não coincidência dos mandatos dos dirigentes;
- 3) Quarentena dos dirigentes máximos ao término do mandato;
- 4) Quadro próprio de servidores estatutários;
- 5) Autonomia na gestão de pessoal;
- 6) Competência para editar o seu regimento interno;
- 7) Inexistência de contrato de gestão obrigatório;
- 8) Representação judicial e consultoria judicial própria ou autonomia em relação ao executivo central;
- 9) Legitimação pelo procedimento: consultas, audiências e sessões decisórias públicas;

Em 2016, em trabalho da Abar, intitulado de *Qualidade Regulatória no Brasil* (PROENÇA, 2016) foram estabelecidas as Dimensões e indicadores para o monitoramento da atividade Regulatória. Tal trabalho foi tabulado, com indicadores e métricas para indicar o nível da qualidade, tendo sido classificados em: Baixo, Moderado, Alto e Muito Alto.

Distribuídas em 06 dimensões contendo vários indicadores em cada uma delas, possibilita por meio de um questionário, atribuir notas e metrificar o nível de qualidade.

As dimensões avaliadas foram:

- 1) Ambiente institucional e do sistema regulatório
- 2) Arranjo institucional
- 3) Formulação regulatória e processo decisório
- 4) Eficácia e efetividade regulatória
- 5) Participação social, prestação de contas e transparência

Por fim em 2021 foi publicado o relatório consolidado de um trabalho iniciado em 2018 pela CGU em parceria com a UNOPS que apresentou uma escala de maturidade, *Avaliação da capacidade institucional para regulação* (CGU-UNOPS) e realizou uma pesquisa junto a 23 agências reguladoras para avaliar a maturidade das agências pesquisadas de acordo com a pesquisa aplicada. Foram avaliada 08 Dimensões, assim definidas:

- 1) Competência e efetividade regulatória
- 2) Autonomia Decisória
- 3) Autonomia Financeira
- 4) Mecanismos de Controle

- 5) Regulação de contratos
- 6) Fiscalização
- 7) Mecanismos de Gestão de Riscos
- 8) Análise de Impacto Regulatório

A escala de maturidade classifica o grau de maturidade do órgão regulador em 5 níveis: Inicial, Básico, Intermediário, Aprimorado e Avançado.

Figura 1: Escala de maturidade regulatória

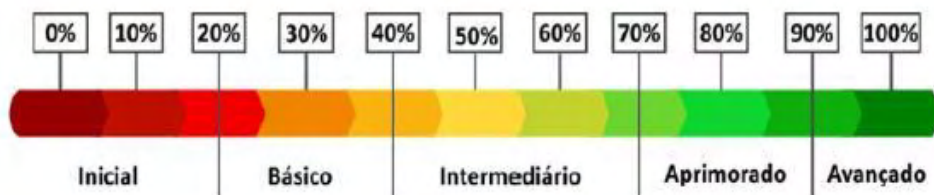


Figura 1 – Escala de Maturidade.

Fonte: CGU

Observe que dentro de cada nível da escala existem subníveis identificados por cores.

Até o final de 2020, a avaliação foi realizada em 23 agências reguladoras, sendo 4 federais, 16 estaduais e 3 municipais. O montante de agências avaliadas equivale a 1/3 das agências identificadas em nossa pesquisa. A pesquisa da CGU/UNOPS foi publicada em Maio de 2021.

O trabalho apresentou resultados por dimensão avaliada e também um resultado consolidado com a avaliação geral de todas as dimensões. Não especificou dentre as agências avaliadas quais enquadravam-se em cada nível da escala. Segundo o resultado consolidado do estudo pode-se verificar que 05 das 23 agências avaliadas encontram-se no estágio inicial, 12 no básico, 02 no intermediário, 04 no aprimorado e nenhuma no nível avançado.

Aplicando-se a este estudo a classificação das agências em gerações é possível identificar que: 9 agências são de primeira geração, o que representa 39% da amostra; 8 são de segunda geração o que representa 35% da amostra e 6 são de terceira geração, o que equivale a 26% da amostra.

Ou seja, a “idade” da agência não significa necessariamente maturidade regulatória. A grande maioria das agências avaliadas são de primeira e segunda gerações e deveriam já ter ultrapassado ao menos o nível intermediário. Até porque, necessário considerar que algumas das dimensões avaliadas tratam-se de obrigações legais.

4 I FORMULANDO UMA NOVA ESCALA DE MATURIDADE

O presente trabalho formula uma avaliação da maturidade regulatória mais abrangente, em 10 Dimensões, assim definidas:

- 1) Ambiente institucional;
- 2) Autonomia;
- 3) Competência e eficácia regulatória;
- 4) Mecanismos de Controle;
- 5) Mecanismos de Gestão de Riscos;
- 6) Fiscalização;
- 7) Análise do Impacto Regulatório;
- 8) Regulação por contratos;
- 9) Ouvidorias independentes;
- 10) Sustentabilidade

As dimensões aqui apresentadas trazem aspectos que foram se desenvolvendo historicamente por diversos agentes. Como cada agente colocou seu ponto de vista do que seriam dimensões indispensáveis para a avaliação da qualidade da regulação e/ou para o atingimento da maturidade regulatória, este trabalho além de englobar os fatores anteriormente estabelecidos, incluiu o fator da sustentabilidade como dimensão essencial.

Elena Philipova (2020) defende que: *“A preservação do meio ambiente é hoje um dos maiores desafios enfrentados pelos líderes empresariais e políticos ao redor do globo. Diante desse panorama, as agências reguladoras preparam-se para fornecer uma estrutura sólida que incentive a liderança sustentável. Medidas mais consistentes em direção à sustentabilidade e um direcionamento para políticas de longo prazo devem ser premissas desse novo ente regulador.”*

Importante ressaltar que as dimensões foram evoluindo ao longo dos tempos e é normal que seja assim. Os agentes reguladores foram se aperfeiçoando e os estudiosos do tema, foram inserindo novas características tidas como positivas para o ente regulador.

4.1 As dimensões avaliadas

A seguir passamos a apresentar o que significa cada uma das dimensões estabelecidas neste trabalho e sua importância para a escala de maturidade. Também vamos apresentar quais são os aspectos avaliados dentro de cada dimensão, pois como trata-se de uma ferramenta de gestão, a ferramenta em si foi desenvolvida em Excel.

4.1.1 Ambiente institucional

Neste aspecto é avaliado o escopo legal instituído do órgão. Apresenta um conjunto

de aspectos estruturantes que norteia o ente regulador e o seu funcionamento geral característico de uma agência reguladora e que guardam estreita relação com a qualidade regulatória.

Aspectos avaliados:

- A agência possui órgão máximo deliberativo colegiado;
- Os mandatos dos dirigentes máximos não são coincidentes entre si, e nem coincidem com o do chefe do executivo;
- Os mandatos dos dirigentes máximos não são coincidentes com o mandato do chefe do executivo;
- A nomeação dos dirigentes máximos das agências reguladoras é condicionada à prévia aprovação pelo Poder Legislativo;
- Existe norma prevendo a forma de substituição dos dirigentes em caso de vacância e/ou indisponibilidade;
- Inexistência de mecanismo de controle para as divulgações institucionais e educacionais do órgão
- Inexistência de mecanismo de avaliação de desempenho do agente regulador pelo órgão supervisor, tais como: Conselho, Ministério ou Secretaria;
- Possui planejamento estratégico;
- Agenda regulatória instituída;

4.1.2 Autonomia

Nessa dimensão estão incluídas todas as esferas de autonomia que são necessárias ao ente regulador para se considerado como agência reguladora independente: Autonomia decisória, financeira-orçamentária, funcional e jurídica.

A autonomia decisória é primordial para a garantia da estabilidade regulatória e preservação dos contratos o que garante que os investimentos privados sejam feitos. Os reguladores precisam ser independentes e isentos de influência política e possuir experiência em suas áreas de atuação além de conhecimento técnico inegável.

Já a autonomia financeira-orçamentária garante que o ente regulador tenha independência de fato, uma vez que seus atos decisórios podem desagradar grupos políticos. Sem essa autonomia o órgão pode ficar engessado em suas atividades e esvaziar-se.

A autonomia funcional visa garantir que o órgão tenha quadro carreira próprio e total gerência sobre o mesmo. O contingenciamento neste aspecto pode impedir que o órgão execute suas diretrizes fundamentais.

Desprezado pela maioria dos trabalhos que avaliam a qualidade regulatória, a autonomia jurídica está incluída, pois a defesa das prerrogativas do órgão regulador

deve ser igualmente independente. Atrelar-se a órgão jurídico central é estar sobre o cabresto governamental o que retira da agência reguladora um importante aspecto de sua independência.

Aspectos avaliados:

- Inexiste previsão legal da possibilidade de revisão das decisões da agência por órgãos ou autoridades da Administração Direta, aí incluídos Secretários e o Chefe do Executivo;
- Possui poder para editar o seu próprio regimento interno;
- Existem critérios objetivos para escolha e indicação dos dirigentes máximo tais como: relevância experiência profissional na área de atuação, não se enquadrar nas hipóteses de vedação legal, etc;
- Os dirigentes máximos do órgão possuem mandato, havendo proteção legal contra a sua livre exoneração;
- Há previsão legal de receita própria da agência;
- A previsibilidade de recursos orçamentários e receita própria é sustentável;
- O órgão possui independência para prover a destinação de suas despesas;
- Inexiste possibilidade de contingenciamento orçamentário pelo ente executivo central;
- Inexiste vinculação a outras unidades orçamentárias centrais;
- Se há casamento entre os fluxos de entrada e saída orçamentários de forma que o plano orçamentário não seja prejudicado;
- A agência reguladora possui quadro de servidores organizado em carreira;
- Os servidores são remunerados com a receita própria do órgão;
- Os servidores efetivos da agência reguladora estão submetidos ao regime jurídico dos servidores estatutários;
- A agência reguladora possui autonomia para deflagrar e conduzir o procedimento de concurso público para preenchimento dos cargos efetivos;
- É competente para nomear os ocupantes dos seus cargos efetivos e de confiança;
- A concessão de benefícios, reajustes e outros é desvinculada da estrutura central do executivo;
- É competente para realizar alterações no respectivo quadro de pessoal e/ou planos de carreira;
- A agência possui órgão jurídico próprio para representação judicial e consultoria administrativa;
- Os servidores do órgão jurídico são do quadro de carreira;

- Se existe norma estabelecendo que o chefe do setor jurídico seja servidor de carreira

4.1.3 *Competência e efetividade regulatória*

A coordenação entre os diversos entes envolvidos no setor regulado é um dos aspectos avaliados nesta dimensão. A capacitação dos servidores também foi aqui incluída, pois sem corpo técnico adequado não é possível pensar-se em normas reguladoras eficientes. A revisão do estoque regulatório também foi considerada como um dos aspectos sensíveis, pois tem sido historicamente relegado.

Aspectos avaliados:

- Existe política ou programa explícito sobre a qualidade regulatória na instituição.
- A força de trabalho é especializada
- Proporção de servidores que possuem nível superior
- Existência de um programa de capacitação permanente que contemple temas relacionados à qualidade regulatória.
- Todos os atos normativos previstos no planejamento regulatório foram adotados pela instituição no período de um ano
- Avaliação do estoque: Indica a existência de processo sistematizado e incorporado à rotina da instituição que preveja a realização de revisão do estoque regulatório;
- Revisão de atos normativos a partir de inputs externos.
- Os formuladores das políticas públicas atuam de forma coordenada com a agência
- As competências regulatórias estão bem definidas entre os formuladores e os reguladores
- Previsão de utilização de inovações regulatórias, tais como: arbitragem, regulação responsiva, TAC, etc.

4.1.4 *Mecanismos de Controle*

Muito além de garantias de participação social o que confere equilíbrio ao ambiente regulatório este aspecto aborda também questões relativas à transparência dos atos decisórios e a prestação de contas do ente regulador. A necessária independência do ente regulador do órgão executivo exige que a sociedade participe da formulação de planos, programas e projetos e também de sua execução. Assim como tenha amplo acesso aos processos a fim de contribuir na formulação dos atos regulatórios e exigir resultados efetivos do ente regulador.

Aspectos avaliados:

- A agência reguladora utiliza instrumentos de participação social por consultas ou audiências públicas;
- Instituição de carta de serviços;
- Existência de mecanismo formal para que os interessados participem do processo regulatório;
- Existe participação social no processo de definição das prioridades regulatórias de forma a contemplar os interesses setoriais e/ou locais;
- A participação social é praticada na formulação dos planos, programas e projetos;
- A participação social é possível na execução dos programas e projetos;
- Todas as normas passam por consulta ou audiências públicas;
- Existe comitês de usuários, associação de consumidores com participação efetiva na construção dos regulamentos;
- A agência tem sessões decisórias públicas com pautas previamente divulgadas;
- Cumprimento da carta de serviços;
- Divulgação, ao público em geral, de informações em linguagem clara e acessível, que comuniquem o propósito e abrangência das normas produzidas pela instituição;
- Existe divulgação dos resultados da atuação do órgão;
- Se existe registro e divulgação das decisões proferidas pelo colegiado;

4.1.5 Mecanismos de Gestão de Riscos

O mercado regulado e investidores particulares exigem atualmente que os órgãos reguladores tenham conhecimento sobre os riscos intrínsecos em suas atividades, mas não só isso, que façam um gerenciamento desse risco, e que possuam estratégia para prevenção e tratamento. Logo, essa dimensão avalia se o controle interno do órgão é existente e se é eficiente.

Aspectos avaliados:

- Existe formas alternativas ao sistema judiciário para resolução de conflitos entre agentes regulados, ou destes com consumidores e usuários;
- Capacidade da instituição em promover simplificação de procedimentos previstos em regulações;
- Realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários, ao menos bienal, para análise da satisfação da sociedade quanto ao desempenho do órgão regulador;

- Atendimento ao prazo fixado pela Lei de Acesso à Informação para respostas aos pedidos de informação apresentados pela sociedade;
- Estabelecimento de rotina instituída quanto ao cumprimento das obrigações oriundas da LGPD;
- Existe norma que visa evitar situações de conflitos de interesse de dirigentes, responsáveis pela normatização, fiscalização com prestadores de serviços e/ou empresas reguladas;
- Existe Código de Ética ou código de conduta;
- Há previsão legal ou regimental de cumprimento de quarentena, pelos ocupantes de cargo no órgão decisório máximo, ao término do mandato;
- O planejamento estratégico é compartilhado com os servidores do quadro de carreira do órgão
- Se existe norma que contemple a obrigatoriedade de que todas as decisões sejam fundamentadas tecnicamente;
- Existe órgão de controle ou auditoria internos;
- Existe mecanismo, meio ou canal para denúncias internas;
- Plano anual de capacitação dos servidores;
- Se existe um programa de desenvolvimento contínuo dos servidores;
- Se são realizados o gerenciamento e a avaliação de riscos organizacionais (identificação, análise, avaliação dos riscos, estratégias de tratamento);
- Se é aplicada uma política de riscos regulatórios e se o gerenciamento e avaliação destes riscos são realizados;
- Se existe mecanismo para evitar a captura da agência pelo ente regulado;

4.1.6 *Fiscalização*

A dimensão de fiscalização do ente regulador avalia aspectos como capacitação do quadro de servidores e sua independência funcional. Se existem procedimentos instituídos pois garantem ao investidor o devido processo legal. Neste aspecto também se considera se existe avaliação do quantitativo de penalidades aplicadas, pois o ideal é que o prestador de serviço seja “capturado” a cumprir os regulamentos e prestar um excelente serviço, o que evita excessivos procedimentos internos para aplicação de penalidades.

Aspectos avaliados:

- Aprimoramento de métodos e otimização de recursos destinados à fiscalização;
- A equipe possui autonomia no processo de fiscalização;
- Se existe segregação das atividades de fiscalização;

- Se existe procedimento instituído previamente para o processo de fiscalização;
- Se todas as decisões são formalizadas por meio de processos;
- Se há instrumentos adequados para o desempenho das atividades fiscalizatórias;
- Se há planejamento da atividade fiscalizatória (anual, semestral, etc);
- Se o planejamento da atividade fiscalizatória está em consonância com o planejamento estratégico;
- Se há elaboração e divulgação dos relatórios de fiscalização;
- Se existe manual de execução dos serviços e orientações técnicas de fiscalização;
- Os recursos e as infraestruturas de fiscalização são suficientes e adequados;
- Se existe avaliação da efetividade da aplicação de penalidades ou outros mecanismos substitutivos;
- Se existe avaliação do quantitativo de penalidades aplicadas e se esses indicadores são usados como ferramentas de gestão;
- Se existe análise da judicialização da aplicação de penalidades.

4.1.7 *Análise do Impacto Regulatório*

Um das ferramentas mais necessárias e relevantes para se considerar a maturidade do ente regulador, essa dimensão avalia se o órgão possui mecanismos instituídos para avaliar o impacto de seus regulamentos no mercado e, inclusive se existe estabelecimento de diretrizes para quando não deve ser aplicada a referida ferramenta.

Aspectos avaliados:

- Existência de procedimentos formais incorporados à rotina da instituição para a execução de Análise de Impacto Regulatório;
- Existência de procedimentos formais incorporados à rotina da instituição para a execução de Análise de Impacto Regulatório *ex post*;
- Se existem mecanismos estabelecidos no processo regulatório para que ocorra a harmonização de normas entre reguladores da mesma esfera ou entre diferentes entes federativos;
- Se é aplicada uma política de riscos regulatórios e se o gerenciamento e avaliação destes riscos são realizados;
- Se existe normativo prevendo as hipóteses de não utilização da AIR;
- Se existe diferenciação de metodologia de AIR para diferentes níveis de complexidade de atos regulatórios;
- Se a AIR é utilizada para um percentual acima de 70% de práticas regulatórias;

- Se a AIR é integrada ao processo de consulta e audiência pública;
- Se há divulgação das informações e resultados das AIR realizadas para os atos regulatórios;
- Se é utilizada alguma metodologia de coleta de dados e análise comparativas nas AIR realizada.

4.1.8 Regulação por contratos

Essa dimensão consiste na garantia aos investidores e regulados que todas as diretrizes e regras são definidas antes da assinatura do contrato. Dimensão essencial para garantir a participação privada, também avalia se o ente regulador possui sistemas de controle dos aspectos contratuais e se desenvolve matriz de risco para cada contrato regulado.

Aspectos avaliados:

- Se existe instituição sistemática de gestão de contratos avaliando os investimentos, níveis de serviço, indicadores de desempenho, satisfação do usuário;
- Divulgação de informações sobre o monitoramento dos serviços prestados e de sua qualidade;
- Análise do setor pós assinatura do contrato;
- Utilização de sistemas gerenciais que permitem a análise e avaliação das revisões e repactuações contratuais;
- Se existe norma ou manual para orientar a construção da matriz de riscos do contrato;
- O estabelecimento de regras contratuais contam com a participação da agência reguladora;
- As regras contratuais continuam válidas e inalteradas durante toda a duração do contrato;
- Se os contratos estabelecem mecanismos de gestão e pagamento que geram incentivos adequados para investimentos, operação, manutenção das infraestruturas;
- Se os contratos estabelecem indicadores de desempenho, utilização de incentivos contratuais;
- Se o contrato prevê regulação de receitas acessórias;

4.1.9 Ouvidorias Independentes

Incluído em outras dimensões nos estudos anteriores, neste estudo foi alçado a uma dimensão única. Para além de serem um setor que recebem e tratam reclamações,

as ouvidorias devem ter papel gerencial, capaz de “ouvir” de fato o que a sociedade vem suportando traduzir para o órgão regulador como caminhos de melhoria de sua atividade regulatória.

Aspectos avaliados:

- Possui estrutura independente de Ouvidoria;
- O ouvidor possui mandato fixo;
- A escolha do ouvidor obedece a critérios previamente estabelecidos;
- A ouvidoria possui regimento interno próprio;
- A ouvidoria possui sistema de avaliação de satisfação de seus serviços junto aos usuários;
- A ouvidoria é capaz de oferecer soluções as demandas dos usuários;
- A ouvidoria é capaz de oferecer informações gerenciais;
- A ouvidoria oferece sugestões ao órgão em que atua, visando o aprimoramento da prestação do serviço;
- Se a ouvidoria publica bimestralmente seus relatórios de atuação, que abordem os tipos de manifestação, níveis de satisfação, e as manifestações que tiveram impacto na gestão;
- Se o ouvidor participa das reuniões colegiadas.

4.1.10 Sustentabilidade

Aspecto inovador, inexistente em nenhuma das escalas estudadas, esta dimensão traz para as agências reguladoras a necessária responsabilidade do seu papel no que diz respeito a manutenção e preservação dos recursos naturais. O artigo 225 da Constituição Federal dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Logo, as agências reguladoras devem fazer sua parte.

Como falar de sustentabilidade é falar de visão de longo prazo, um dos aspectos considerados aqui foi a capacidade do órgão para manter seus talentos. Visões de longo prazo em órgãos públicos necessitam de servidores de carreira que possam abraçá-las e defendê-las junto a cada novo diretor que assume cheio de desafios e metas próprias.

Aspectos avaliados:

- Existe mecanismo de instituição de visão prospectiva sustentável de longo prazo;
- Se os programas e projetos passam por avaliação quanto às práticas sustentáveis dos recursos naturais;

- Se existe estabelecimento de metas de sustentabilidade para as empresas prestadoras de serviço nos contratos, normas e revisões tarifárias;
- Existe mecanismo de gestão por competência e retenção de talentos.

4.2 A ferramenta e as métricas a serem avaliadas em cada dimensão

A ferramenta foi desenvolvida em Excel, com formulação de questionamentos que devem ser respondidos atribuindo-se conceitos de 0 a 4 para cada questionamento, conforme segue:

0 - Não atende

1 - Não atende, mas apresenta aspectos positivos

2 - Sim atende, mas apresenta aspectos negativos

4 - Atende integralmente

A instituição obterá pontuação de acordo com as respostas em cada item avaliado.

Por óbvias razões de integridade e sigilo, foi utilizado para esta demonstração um ente regulatório fictício. O objetivo desta ferramenta não é expor o trabalho exercido por nenhuma agência, mas tão somente servir de ferramenta de gestão para alcance da maturidade regulatória.

| | | DO ESCOPO LEGAL INSTITUCIONAL E DIRETIVO | | | | | | | Total Pontos | 40 | 4,75 |
|---|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|---|---|---|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--------------|----|--------|
| 1 | QUESTÕES | 1 | 2 | 3 | 4 | LEGENDA | | | 40 | 19 | 47,50% |
| 3 | A agência possui órgão máximo deliberativo colegiado | | | | x | 1 - Não atende. 2 - Não atende, mas apresenta aspectos positivos 3 - Sim atende, mas apresenta aspectos negativos 4 - Atende integralmente | | | 4 | | 4,00 |
| 4 | Os mandatos dos dirigentes máximos não são coincidentes entre si, e nem coincidem com o do chefe do executivo | x | | | | 1 - Não atende. 2 - Não atende, mas apresenta aspectos positivos 3 - Sim atende, mas apresenta aspectos negativos 4 - Atende integralmente | | | 4 | | 1,00 |
| 5 | Os mandatos dos dirigentes máximos não são coincidentes com o mandato do chefe do executivo | x | | | | 1 - Não atende. 2 - Não atende, mas apresenta aspectos positivos 3 - Sim atende, mas apresenta aspectos negativos 4 - Atende integralmente | | | 4 | | 1,00 |
| 6 | A nomeação dos dirigentes máximos das agências reguladoras é condicionada à prévia aprovação pelo Poder Legislativo | x | | | | 1 - Não atende. 2 - Não atende, mas apresenta aspectos positivos 3 - Sim atende, mas apresenta aspectos negativos 4 - Atende integralmente | | | 4 | | 1,00 |
| 7 | Existe norma prevendo a forma de substituição dos dirigentes em caso de vacância e/ou indisponibilidade | | | | x | 1 - Não atende. 2 - Não atende, mas apresenta aspectos positivos 3 - Sim atende, mas apresenta aspectos negativos 4 - Atende integralmente | | | 4 | | 4,00 |
| 8 | Existe norma prevendo prazo máximo para indicação de substituto ou novos dirigentes e prazo máximo de interinidade | x | | | | 1 - Não atende. 2 - Não atende, mas apresenta aspectos positivos 3 - Sim atende, mas apresenta aspectos negativos 4 - Atende integralmente | | | 4 | | 1,00 |
| | Inexistência de mecanismo de avaliação de desempenho do agente regulador pelo órgão | | | | x | 1 - Não atende. 2 - Não atende, mas apresenta aspectos positivos | | | 4 | | 4,00 |

Figura 2 – Exemplo da tela do Excel – Dimensão Ambiente Institucional

Como as dimensões são avaliadas por meio de abas independentes é possível identificar, em qual dimensão a instituição apresenta maior ou menor nível de maturidade. Também é possível analisar o resultado consolidado, sendo possível identificar equilíbrios ou distorções e permitir ao gestor planejar, com base na dimensão que está mais imatura e merece maior investimentos e foco para alcance de melhores resultados.

De forma gráfica é possível avaliar os resultados do ente fictício avaliado, conforme

figura a seguir. Observa-se que todas as dimensões possuem o mesmo peso, pois o entendimento é de que não existe dimensão melhor ou mais importante para a maturidade regulatória, sendo todas igualmente necessárias.



Figura 3 Gráfico dos resultados consolidados da avaliação simulada no ente fictício.

Após a referida avaliação passa-se ao enquadramento na escala de maturidade. Conforme o exemplo abordado o ente regulatório obteve uma nota de 25,54, estando enquadrada no nível de Básico da escala de maturidade.

| Escala de Maturidade Regulatória | | | | |
|----------------------------------|---------|---------------|------------|----------|
| Inicial | Básico | Intermediário | Aprimorado | Avançado |
| 0 - 20 | 21 - 40 | 41 - 70 | 71 - 90 | 91 - 100 |
| | | | | |

Figura 4 Enquadramento do ente fictício avaliado na escala de maturidade

5 | CONCLUSÃO

Ainda não fazem 30 anos que a primeira agência reguladora brasileira foi criada. Conforme apontamos neste estudo a idade ou a geração da agência reguladora, não garante, por si só, que a mesma possua maturidade regulatória.

Ultrapassados mais de 10 anos da publicação do livro *Desafios da Regulação no Brasil*, verifica-se o quanto está atual. A fala do Secretário já ressaltava a importância de um

modelo institucional de gestão da regulação para o crescimento sustentável, que é o objeto deste trabalho e deste Congresso.

Entretanto, a atualidade do livro nos faz questionar: Estamos avançando? Os desafios que as agências reguladoras e o Brasil enfrentavam a 12 anos atrás já não deveriam estar superados?

Mais do que nunca se faz necessário utilizar-se de uma ferramenta de gestão para que a melhoria da qualidade regulatória seja alcançada. A escala de maturidade apresentada neste trabalho associada a ferramenta de Excel permite aos órgãos reguladores lançar luz sobre sua estrutura e possibilitar a construção de um norte para o seu desenvolvimento. Conhecer os pontos fracos é o primeiro passo para transformá-los em pontos fortes.

Aconselha-se que a ferramenta seja aplicada de tempos em tempos para avaliar a evolução do órgão. Recomenda-se que a avaliação seja compartilhada com toda a equipe e que o plano de ação desenvolvido para alcançar o próximo nível seja claro em estabelecer responsabilidades para cada setor envolvido. No novo ciclo de avaliação ao atingir um novo patamar, divulgue amplamente para a sociedade e sejam incansáveis em estabelecer novas metas.

Os Professores Doutores, *Martin Lodge, da London School of Economics and Political Science* e *Kai Wegrich, da Hertie School of Governance*, de Berlim que ministraram o curso: Regulação Teoria e Prática, idealizado pelo PRO-REG e ministrado na ENAP, do qual tive a honra de participar, em 2012 nos ensinaram que o que importa não é meramente ter regulação, mas encontrar o regime regulatório apropriado à luz das características do país. (PROENÇA 2009)

Desde a criação das primeiras agências reguladoras no Brasil, discute-se a necessidade e oportunidade de implementação de uma Lei Geral que trate, de forma homogênea, de aspectos relativos à organização, governança, processo decisório, participação social e controle interno e externo de tais órgãos. Somente no Congresso Nacional, as proposições tratando de uma Lei Geral das Agências Reguladoras tramitaram por mais de 15 anos, com diversas idas e vindas, até que fosse aprovada e sancionada a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. A lei trouxe importantes aspectos que ainda que não sejam obrigatórios para entes municipais, intermunicipais e estaduais, tais como o estabelecimento de uma agenda regulatória, podem e devem ser cumpridos por esses entes reguladores para atingir a excelência regulatória.

Ainda estamos em evolução, por isso agências de primeira e segunda gerações ainda estão e ficarão por um tempo no nível inicial/básico da escala de maturidade. Importante ressaltar, que como demonstrado, a estrutura de avaliação também evoluiu, com a inserção de novas dimensões a serem exigidas dos entes reguladores, de forma que por mais que tenham avançado em suas estruturas regulatórias, como o parâmetro avaliador foi alterado, sua posição parece estar inerte.

Por fim exaltando, ainda os ilustres professores, concluo que para que a regulação

de qualidade esteja de fato enraizada no Brasil, fazer as perguntas difíceis é a resposta.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, ALEXANDRE SANTOS DE. (2010) **Requisitos jurídicos-institucionais à configuração de uma entidade como agência reguladora independente**. Rio de Janeiro, 2010.

CGU- UNOPS (2021) **Projeto Avaliação da Capacidade Institucional para Regulação. CGU – UNOPS**. Brasília: Maio, 2021. Disponível em < <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/capacidade-institucional-para-regulacao/arquivos/relatorio-de-avaliacao-consolidado-2021.pdf>> Consultado em 02/07/2021

FELDMAN, MARIA AUGUSTA (org.) **Agências Reguladoras**. Disponível em < file:///I:/ABAR%202021/ARTIGOS/Ag%CC%82ncias%20Reguladoras.pdf> Consultado em 15.07.2021

PROENÇA, JADIR DIAS (org.) (2009) **Desafios da Regulação no Brasil**, Brasília: ENAP, 2009. Disponível em < <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/regulacao/documentos/biblioteca-nacional/2009/desafios-da-regulacao-no-brasil.pdf>> Consultado em 10/07/2021

PROENÇA, JADIR DIAS (coord.) (2016) **Qualidade Regulatória no Brasil: Dimensões e indicadores para o monitoramento e avaliação da atividade regulatória**. Abar, 2016. Disponível em < file:///I:/ABAR%202021/ARTIGOS/Qualidade%20Regulato%CC%81ria%20no%20Brasil.pdf> Consultado em 13.07.2021

A REPARAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS E O NEXO DE CAUSALIDADE NOS LITÍGIOS CLIMÁTICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/06/2022

Ana Carolina Benzi Bastos

<http://lattes.cnpq.br/3981175626024185>

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo investigar os modelos jurídicos para o nexo de causalidade que podem colaborar na reparação dos danos ambientais em litígios climáticos. Para tanto, utilizando o método de abordagem dedutivo, apresentou-se as bases científicas e político-jurídicas da questão climática ao apresentar os conceitos essenciais sobre o funcionamento do sistema climático da Terra e os efeitos da ação antrópica sobre o mesmo, os principais marcos regulatórios e as controvérsias sobre o assunto. Em seguida, apresentou-se os aspectos gerais da responsabilidade civil ambiental. Logo depois, examinou-se o fenômeno da litigância climática e sua relevância para enfrentamento da crise climática, sendo a abordagem centrada nos litígios climáticos que visam a reparação de danos. Nesse perspectiva, detectou-se que os entraves a reparação ocorre, principalmente, em razão da pluralidade de agentes emissores e da multiplicidade de causas do dano, o que torna difícil e complexa a imputação do nexo de causalidade entre a atividade do(s) poluidor(es)/emissor(es) e os danos decorrentes do efeitos das mudanças climáticas. Por fim, foram apresentados dois modelos jurídicos para o nexo de causalidade com o propósito solucionar esses entraves. Da análise desses modelos, conclui-se a necessidade de reconfigurar o estabelecimento

do nexo causal de forma a atenuar sua comprovação às vítimas e efetivar o instituto da responsabilidade civil nos litígios climáticos de forma que estes últimos possam ser uma frente concreta no enfrentamento das causas do aquecimento global/mudanças climáticas

PALAVRAS-CHAVE: Mudanças climáticas; litígios climáticos; responsabilidade civil; nexo de causalidade; reparação de danos.

ABSTRACT: This paper aims to investigate the legal models for causation that can collaborate in the repair of environmental damage in climate litigation. To do so, using the deductive approach method, the scientific and political-legal basis of the climate issue was presented by presenting the essential concepts on the functioning of the Earth's climate system and the effects of anthropic action on it, the main regulatory frameworks and the controversies on the subject. Next, the general aspects of environmental civil liability were presented. Soon after, the phenomenon of climate litigation and its relevance for facing the climate crisis was examined, with the approach being centered on climate litigation aimed at repairing damage. From this perspective, it was detected that the obstacles to repair occur mainly due to the plurality of emitting agents and the multiplicity of causes of damage, which makes it difficult and complex to impute the causal link between the activity of the polluter(s)/emitter(s) and the damage resulting from the effects of climate change. Finally, two legal models for causation were presented with the purpose of solving these obstacles. From the analysis of these models, we conclude the need to

reconfigure the establishment of the causal link in order to reduce its proof for the victims and to make the institute of civil liability effective in climate litigation so that the latter can be a concrete front in confronting the causes of global warming/climate change.

KEYWORDS: Climate change; climate litigation; civil liability; causation; damage remediation.

1 | INTRODUÇÃO

Se há tema atual, relevante e emergencial, a ponto de assumir uma dimensão existencial para toda a natureza, humana e não humana, é o desafio do habitar e viver no planeta de modo sustentável, uma vez que evidências científicas indicam que a interferência humana no planeta é de tamanha magnitude que se cogita estabelecer um novo marco geológico denominado de a época do Antropoceno.

Ao longo das últimas décadas, vem-se verificando um aumento exponencial da temperatura média do planeta devido à sobrecarga de concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, emitidos por ação antrópica (principalmente, desmatamento e queima de combustíveis fósseis), trata-se do fenômeno do aquecimento global responsável pelas mudanças climáticas.

Nesse contexto, as mudanças climáticas antropogênicas, ou seja, as decorrentes de ação humana na atmosfera do planeta, se apresentam como um dos maiores desafios da humanidade no século XXI. Entre suas consequências está a intensificação de eventos climáticos extremos, como furacões, secas, inundações, ondas de calor, incêndios, os quais provocam efeitos nefastos (danos à saúde, desabastecimento hídrico e alimentar, desequilíbrios na fauna e flora) às populações humanas e aos ecossistemas de tal forma que podem tornar inviável a vida em escala global.

Diante desta crise climática emergente, foi constituído um regime climático internacional, que se resume em uma série de tratados e acordos internacionais, cujo objetivo central foi a redução (mitigação) das emissões antrópicas de gases de efeito estufa, uma vez que estas emissões são as principais responsáveis pelas mudanças climáticas e dos impactos reflexos.

No entanto, as limitações trazidas pela sua abordagem centrada nos Estados e pela falta de coercibilidade das normas de direito internacional em meio a uma ordem internacional complexa e plural tornou o mencionado regime insuficiente, principalmente, para lidar com os entraves à responsabilização de grandes emissores. Essa é a razão pela qual o acesso à reparação de danos vem condicionando a judicialização da questão climática - desenvolvida neste trabalho como litigância climática - no âmbito doméstico de cada Estado-nação.

No contexto da litigância climática e no âmbito da responsabilização civil, a imputação do nexo de causalidade torna-se um dos maiores entraves à responsabilização de grandes emissores do setor privado pelos danos (coletivos ou individuais) causados, pois os danos

ambientais decorrentes das mudanças climáticas são reflexos da conduta de múltiplos emissores de gases de efeito estufa (pluralidade de agentes) e/ou resultado da soma de diversos fatores independentes, tais como as emissões antrópicas de gases de efeito estufa ou processos naturais decorrentes de variação da órbita terrestre, do ciclo solar, da movimentação das placas tectônicas que interferem no clima, em um ação contínua e progressivamente. Diante disso, o presente trabalho apresentou o seguinte problema: quais modelos jurídicos para o nexos de causalidade podem colaborar na reparação dos danos ambientais associados aos efeitos de mudanças climáticas em litígios climáticos?

Em relação à metodologia, adotou-se o método de abordagem dedutivo, empregando-se as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, com coleta de legislação, jurisprudência e doutrina. Na primeira seção propõe-se esclarecer as bases científicas e jurídicas, nas quais o restante do trabalho será desenvolvido.

Para tanto, foram apresentados os conceitos fundamentais sobre o funcionamento do sistema climático da Terra. Por fim, foram abordadas as respostas que vem sendo dadas pelo Direito e pela Política para enfrentamento das mudanças climáticas e sua relação com a responsabilidade civil. Em vista disso, para melhor compreensão dos desafios envolvendo a reparação de danos ambientais em litígios climáticos, foram abordados na segunda seção os aspectos gerais da responsabilidade civil ambiental, sua base principiológica, dando-se destaque para a influência do princípio do poluidor-pagador. Assim, o desafio está em compreender como imputar o nexos de causalidade entre a atividade do poluidor (emissão de gases de efeito estufa) e o dano sofrido pelas vítimas (doenças relacionadas a poluição atmosférica, custo de adaptação em propriedades inundadas ou desertificadas etc.). Por fim, a última seção detalhou os principais aspectos da litigância climática e as especificidades relacionadas às ações de reparação apresentando-se algumas teorias não-convencionais do nexos de causalidade ou mecanismos jurídicos que melhor se adequam a tais litígios, e fazendo-se um paralelo com casos relacionados a responsabilidade civil por danos decorrentes do tabaco.

A partir dessa exposição pretende-se demonstrar a necessidade de se justificar o nexos de causalidade a partir de modelos teóricos que sejam mais adequados ao enfrentamento dos novos danos presentes na sociedade de risco. Desse modo considera-se que se poderia colaborar para que o instituto da responsabilidade civil se posicione como um instrumento efetivo nos litígios climáticos que visem a reparação de danos. Assim, o presente trabalho buscou explorar e descrever tendências sobre modelos jurídicos para o nexos de causalidade que pudessem lidar com os efeitos da crise climática do planeta, propondo-se, portanto, um enfoque que localizou o problema na reparação de danos em litígios climáticos. Não é o objetivo apresentar uma única solução à prova de falhas para que as mudanças climáticas sejam superadas e seus impactos negativos sanados. O que se busca é destacar a necessidade de se perseguir soluções aptas a tornarem tais modelos de litígios uma das frentes concretas de enfrentamento das causas do aquecimento global/

mudanças climáticas.

2 | MUDANÇAS CLIMÁTICAS: BASES CIENTÍFICAS E A CONSTRUÇÃO DOS MODELOS JURÍDICOS DE REGULAÇÃO

Tem-se como ponto de partida para o entendimento sobre as mudanças climáticas um fenômeno natural conhecido como efeito estufa. Trata-se de um dos processos físico-químico-biológicos que assegura condições favoráveis a existência de vida na Terra. Ele tem como ponto inaugural o recebimento pelo planeta de radiação infravermelha (percebida como calor) emitida pelo Sol, a qual é absorvida de diferentes formas, seja pela superfície terrestre, pelos oceanos ou pelas geleiras. No entanto, parte desta energia não é absorvida pela Terra, sendo então, convertida em comprimentos de ondas maiores e refletida para o espaço sideral. É, exatamente, neste retorno que se opera o efeito estufa, uma vez que os gases presentes na atmosfera, os chamados gases de efeito estufa (GEE), tais como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), clorofluorcarbonetos (CFCs), por serem opacos à radiação infravermelha irradiada pela Terra bloqueiam sua saída para o espaço de forma que o calor fique retido na atmosfera, mantendo a temperatura média do planeta estável e propicia as várias transformações químicas e físicas necessárias a existência da vida (FOUCAULT, 1996, p. 27).

Embora o efeito estufa seja um fenômeno natural, ele vem sendo intensificado progressivamente desde a Revolução Industrial, uma vez que o processo de produção passou a queimar consideravelmente combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e seus derivados, e gás natural) como base para industrialização, a desmatar coberturas vegetais a fim de extrair recursos naturais e minerais para utilização como matéria-prima na indústria e fornecer áreas de cultivo e/ou pastagem em um modelo agroindustrial predatório ao meio ambiente, o que provocou o aumento na emissão antrópica de gases de efeito estufa e conseqüentemente a desestabilização do equilíbrio energético no planeta. Esse desequilíbrio, por sua vez, manifesta-se de diferentes formas, sendo uma delas o aumento da temperatura média do planeta, produzindo o fenômeno conhecido como aquecimento global, sendo este o principal responsável pela interferência no sistema climático (FOUCAULT, 1996, p. 30).

Foi, então, a partir da década de 1970, que a tomada de consciência sobre o liame causal entre as atividades industriais emissoras de gases de efeito estufa, o desmatamento e as alterações climáticas produziu um novo sentido para o termo mudanças climáticas, agora vinculado ao aquecimento global, o qual, por sua vez, passou a ser apontado como responsável por fenômenos como secas, inundações, descongelamento das geleiras, aumento do nível do oceanos, desertificação e entre outros impactos adversos à vida humana e ao próprio equilíbrio ambiental (LAVRATTI; PRESTES, 2010, p.13-14).

Como reação à percepção de uma crise climática, capaz de inviabilizar a vida no

planeta, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criaram, em 1988, uma organização científico-política denominada de Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês de Intergovernmental Panel on Climate Change), com objetivo de prover avaliações científicas, internacionalmente coordenadas, a respeito da magnitude e potenciais impactos ambientais e socioeconômicos das mudanças climáticas e estabelecer estratégias de resposta ao fenômeno (UNITED NATION, 1988, p.14).

Assim, o papel do IPCC é ser um órgão centralizador de dados e informações sobre mudanças climáticas, tendo como tarefa a elaboração de relatórios e análises que servem de orientação para a comunidade internacional e para diversos países na formulação de políticas sobre o combate às mudanças no clima (IPCC, 2013, p. 14). Nesse sentido, as contribuições do relatório do IPCC avaliam os impactos (efeitos em sistemas naturais e humanos), a adaptação e as vulnerabilidades (predisposição para ser adversamente afetado) associadas a mudança do clima e indicam as principais razões de preocupação sobre o tema, a saber: i) risco de graves problemas de saúde (aumento de doenças pulmonares e infecciosas endêmicas, tais como dengue, zika vírus, malária, cólera) e interrupção da subsistência para grandes populações urbanas devido a inundações em algumas regiões do interior; ii) os riscos sistêmicos devido a eventos climáticos extremos que levam à desagregação das redes de infraestrutura e serviços essenciais como energia elétrica, abastecimento de água e serviços de saúde e de emergência; iii) risco de insegurança alimentar e quebra das cadeias produtivas de alimentos; iv) risco a perda de biodiversidade, v) alterações no regime hídrico (IPCC, 2013, p. 17).

Os estudos do IPCC informam, ainda, que, para limitar os riscos que as mudanças climáticas representam para a existência dos seres humanos e dos ecossistemas, a temperatura média global deve ficar abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais, sendo necessário realizar transformações profundas por meio de medidas mitigatórias e de adaptação. Para mitigar as mudanças climáticas é preciso reduzir a concentração de gases de efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO₂), na atmosfera, ou seja, descarbonizar. Entre as medidas plausíveis para a redução estariam: acelerar extraordinariamente o ritmo da eficiência energética, descarbonizar a matriz energética mundial (diminuindo drasticamente o uso do carvão, estabilizando o uso do petróleo e aumentando significativamente o uso das energias renováveis e, em menor medida, do gás natural e da energia nuclear); aumentar radicalmente a proporção do transporte coletivo na mobilidade humana e, quando houver necessidade de transporte individual, usar carros elétricos, de hidrogênio, de biocombustíveis ou híbridos; parar o desmatamento e reflorestar/florestar massivamente; usar eficientemente a água (IPCC, 2013, p. 18). No entanto, ainda não se verifica uma mudança significativa na tendência de redução das emissões de gases de efeito estufa. O principal fator desta tendência está nas implicações severas na economia, visto que o controle de tais emissões atinge o coração das políticas

energéticas, indústrias, de uso e ocupação do solo e de transporte em todos os países desenvolvidos e muitos países em desenvolvimento, tornando o combate às mudanças climáticas um desafio de grande complexidade e alcance, que envolve a coordenação e a convergência de ações em diversos campos de atuação.

Além disso, para compreender os desafios dos litígios climáticos que viam a reparação de danos na busca da responsabilização de agentes emissores de gases de efeito estufa é necessário elucidar seu aspecto político-jurídico. Nesse sentido, após a difusão dos dados alarmantes do primeiro relatório do IPCC, a comunidade internacional começou a se mobilizar para reverter os prognósticos apresentados pelos especialistas. A resposta imediata de líderes mundiais e cientistas foi a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês para United Nations' Framework Convention on Climate Change), um documento internacional cuja assinatura por Estados teve início em 1992, no Rio de Janeiro, como parte da Cúpula da Terra (CHRISTOFOLI, 2017, p. 149).

O principal efeito gerado pela Convenção foi de reunir e de projetar no cenário político as informações científicas que haviam sido consolidadas nos relatórios do IPCC até então, assim como de engajar os líderes mundiais e a comunidade internacional na discussão acerca das mudanças climáticas para que medidas mais concretas fossem tomadas posteriormente. Por isso, é considerada o marco inicial do regime climático, uma vez que pavimentou o caminho para os próximos tratados e acordos climáticos.

Já, em 1997, foi assinado o Protocolo de Quioto, cujo principal objetivo era fazer com que os países desenvolvidos reduzem suas emissões. Ele introduziu uma inovação: o uso de mercados para facilitar o investimento em ações climáticas, a exemplo do comércio emissões que prevê permite que países que não alcancem a sua meta de redução possam utilizar o excedente de redução de outro país compromissado. Colocando limites sobre as emissões, o Protocolo representou um primeiro sinal para as empresas e investidores de que as emissões de gases de efeito de estufa poderiam ter um preço e reduzi-las poderia ter um valor (CHRISTOFOLI, 2017, p. 150). No entanto, essa estratégia tornou-se um artifício para as grandes corporações continuarem a poluir, pois ao pagar outras companhias que poluíam menos, mediante uma tabela de compensações, estariam desoneradas de compromissos para redução das emissões de gases de efeito. Apesar de ter sido por muito tempo o único protocolo do regime climático vinculante para as partes, foi perdendo apoio da comunidade internacional aos poucos após o fim do primeiro período de compromisso.

Diante do enfraquecimento do Protocolo de Quioto, formulado para a promessa de promover cortes drásticos e vinculantes nas emissões de gases de efeito, a comunidade internacional entendeu necessário reformular a estrutura do próximo acordo climático internacional. Nesse cenário, surgiu a abordagem mais horizontalizada do Acordo de Paris, tratado retificado pelo Brasil em 2016 (OLIVEIRA, 2019, p. 158.) Sua estrutura, idealizada na 21ª Conferência das Partes (COP21), tem cunho menos impositivo do que a do

Protocolo de Quioto. Diferentemente do tratado anterior, os próprios países submetem suas propostas de contribuições para o plano global de mitigação, pelo mecanismo inovador chamado de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla em inglês para Nationally Determined Contribution), sendo considerado um avanço histórico na luta contra o aquecimento global e suas consequências. Mesmo sem estabelecer limites ou metas de corte de emissões de dióxido de carbono, o Acordo de Paris tem como referência os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que apontam que as emissões teriam de cair entre 70% e 90% em 2050 (em relação a 2005), para a elevação ficar abaixo de 2°C. Depois, até 2075, as emissões teriam de zerar. O Acordo de Paris determina que o IPCC encomende estudos até 2018 para avaliar o corte necessário para impedir 1,5°C (CARVALHO; BARBOSA, 2019, p. 64).

No contexto das adaptações às mudanças climáticas, que corresponde, em linhas gerais, a realização de ajustes em sistemas socioeconômicos e naturais de modo a responder e a absorver os impactos das mudanças climáticas, o Acordo de Paris criou, em seu artigo 8º, um mecanismo de perdas e danos climáticos (Loss and Damage). Trata-se da criação do Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos, em 2013, como um dos resultados da 19ª Conferência das Partes (COP 19). Esse mecanismo visa a construção de um regime internacional de compensação por perdas e danos associados às mudanças do clima para países em desenvolvimento. Enquanto o mecanismo internacional de compensação de perdas e danos entre Estados não é concretizado, a alternativa paralela e complementar encontrada foi pleitear a compensação pelos danos individuais decorrentes dos impactos das mudanças climáticas provocados pelos grandes emissores de gases de efeito estufa do setor privado mediante a utilização institutos jurídicos presentes na legislação de cada Estado, destacando-se o instituto da responsabilidade civil.

Nesse sentido, os obstáculos do regime climático internacional para o acesso à reparação de danos, vem condicionando a judicialização da questão climática, conhecida como litigância climática, no âmbito doméstico, uma vez que há uma maior abertura por parte dos tribunais nacionais em conhecer de ações relacionadas a responsabilização de grandes emissores de gases de efeito estufa, apesar de enfrentar ainda dificuldades de processuais relevantes associadas a legitimidade e a imputação do nexo de causalidade.⁶¹

Observa-se, portanto, uma oportunidade de utilizar o instituto da responsabilidade civil de modo a flexibilizá-lo para englobar demandas indenizatórias vinculadas às mudanças climáticas e torná-lo caminho efetivo para gerar a responsabilização dos maiores agentes causadores das mudanças climáticas (agentes privados) na proporção de sua contribuição para o problema. Em vista disso, no próxima seção pretende-se revisar o mencionado instituto para melhor compreensão dos desafios envolvendo os litígios climáticos que visam a reparação de danos.

3 | RESPONSABILIDADE CIVIL E A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL: PRESSUPOSTOS E LIMITAÇÕES

Para tornar o instituto da responsabilidade civil um instrumento efetivo de responsabilização dos agentes emissores de gases de efeito estufa (os principais causadores das mudanças climáticas) pelos danos provocados às pessoas e aos seus patrimônios é indispensável a revisão das características principais do instituto e das suas especificidades no âmbito do direito ambiental. Em vista disso, para melhor compreensão dos desafios envolvendo os litígios climáticos reparatórios, serão abordados nesta seção os aspectos gerais da responsabilidade civil, sua base principiológica, dando-se destaque para a influência do princípio do poluidor-pagador, e seus pressupostos, com ênfase, no dano e no nexo de causalidade.

Assim, a responsabilidade civil pode ser definida, genericamente, como a obrigação de dar, fazer ou não fazer alguma coisa (repristinação) ou de ressarcir/reparar os danos, exprimindo sempre a obrigação de responder por alguma coisa, possuindo duas funções: garantir às pessoas o direito de segurança de forma tal que os indivíduos sintam-se compelidos a respeitar o patrimônio alheio, pois sabem que deverão responder por eventual dano que causarem (função preventiva), e servir como sanção civil de natureza compensatória, mediante reparação do dano causado à vítima (função punitiva e reparatória) (LEITE, 2003, p. 113).

Por seu turno, ela costuma ser classificada quanto a natureza jurídica da norma violada e em razão da culpa. Quanto ao primeiro critério a responsabilidade é dividida em responsabilidade contratual e extracontratual. Em razão do segundo critério ela pode ser objetiva e subjetiva (DINIZ, 2018, p. 25). Além disso, o instituto, em sua concepção inicial, apresenta três pressupostos: conduta (ato ilícito), dano e nexo de causalidade.

Assim, a responsabilidade contratual é decorrente de um negócio jurídico lato sensu, ou seja, o dever de reparar o dano é oriundo de um contrato ou de um negócio jurídico unilateral, pois ao celebrarem um negócio jurídico as pessoas tornam-se responsáveis por cumprir as obrigações que convencionaram. Já a responsabilidade propriamente dita, a extracontratual, que também é denominada de aquiliana, tem por fonte deveres jurídicos originados da lei ou do ordenamento jurídico considerado como um todo. O dever jurídico violado não está previsto em nenhum contrato e não existe, em regra, qualquer relação jurídica anterior entre o causador do dano e a vítima (DINIZ, 2018, p.37).

Em geral, o que caracteriza a responsabilidade extracontratual é o fundamento da imputação por uma atuação culposa (ato ilícito), o que configura o regime de responsabilidade subjetiva, o que dificulta, no âmbito do dano ambiental, a comprovação da negligência do agente causador da lesão, já que coloca todo o ônus da prova da culpa sobre a vítima, geralmente beneficiando o degradador que poderá continuar atuando impunemente. Entretanto, poderá haver a imputação pelo risco, consoante prevê o art. 927, § 1º, do

Código Civil de 2002, sobretudo quando se tratam de atividades potencialmente perigosas, instituindo uma cláusula geral de responsabilidade objetiva até então inexistente no Código Civil de 1916, o que rompeu com o modelo tradicional do instituto (SCHEREIBER, 2009, p. 19). Essa imputação fundada no risco simplifica, sem dúvida, o estabelecimento da responsabilidade, porque exime a vítima de demonstrar a existência de culpa, impondo-lhe o dever de demonstrar tão somente a relação ou nexos de causalidade entre a atividade do agente e o dano produzido.

Nesse contexto, importante mencionar que a nova ordem constitucional brasileira instituída em 1988, dá ensejo ao fenômeno designado pela doutrina de constitucionalização do Direito Civil (Direito Civil Constitucional), o qual inspirado na necessidade de reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais tratou de aplicá-los por todo o ordenamento jurídico, irremediavelmente, afetando a base axiológica de tradicionais institutos do Direito Civil (SCHEREIBER, 2009, p. 26). Entre os novos paradigmas e tendências observáveis no instituto da responsabilidade civil, Schreiber aponta que a culpa passa a ser cada vez menos importante como filtro de configuração da responsabilidade civil, de modo que há a perda de nitidez da linha que separa a responsabilidade subjetiva da responsabilidade objetiva (SCHEREIBER, 2009, p. 26). Isso porque a antijuridicidade, como observa, deixa de estar tão atenta à conduta do ofensor para se aproximar do próprio dano.

Assim, a partir da texto constitucional e da edição da cláusula geral existente no art. 927, parágrafo único, do Código Civil sobre o regime de responsabilidade objetiva há maior tendência de responsabilização de danos antes considerados irreparáveis (por exemplo, os danos futuros). Mas vale lembrar que antes da instituição nesta cláusula geral, de forma pioneira, a responsabilidade civil em matéria ambiental já positivou tal regime, consoante art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), de modo que havia a desnecessidade de averiguação de culpa ou dolo na conduta do poluidor para efeito de imputação do dever de reparar o dano ambiental causado. Esse artigo 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981 deu força à tutela de restauração material do meio ambiente e à prevenção do dano, sem prejuízo da compensação pecuniária pelos danos extrapatrimoniais, o que pressupõe a tutela consistente no fazer ou no não fazer, em paralelo à tutela condenatória ao pagamento de indenização.

Nesse sentido, Leite e Ayala (2014, p. 214) afirmam que a responsabilidade dá coercibilidade a todo o aparato normativo ambiental, pois institutos como a prevenção e precaução oferecem excelentes subsídios ao Direito Ambiental, mas isoladamente seriam inócuos, pois de nada adianta impor, por exemplo, a prevenção se os eventuais responsáveis por possíveis danos, não fossem compelidos a executar seus deveres ou responder por seus atos. Desse modo, a responsabilização no âmbito do Direito Ambiental é o instrumento fundamental para a internalização dos custos sociais decorrentes da utilização do ambiente, pois ao imputar os danos ambientais ao seu causador contribuiu

para a proteção do ambiente e dos direitos fundamentais.

Nesta perspectiva, o princípio do poluidor-pagador destaca-se como fundamento primário da responsabilidade civil ambiental, afinal, determina que aqueles (sujeitos econômicos: produtor, transportador, consumidor) que se beneficiam do meio ambiente, deverão ser chamados para arcar com os custos que visem diminuir ou extinguir a ameaça de danos (riscos) e compensar os já causados, ou seja, o princípio visa a internalização dos custos. No entanto, o princípio do poluidor-pagador não deve ser lido apenas como norteador da responsabilidade civil para fins de fixação de indenização ou compensação (aspecto punitivo/reparador), mas também lido em seu aspecto preventivo referente à imposição ao poluidor de internalizar outros custos decorrentes da utilização do meio ambiente. Portanto, não se trata apenas de um instituto que objetiva a compensação dos danos causados pela deterioração, não se resumindo na fórmula poluiu, pagou. Seu alcance é mais amplo, incluindo os custos de prevenção, reparação e repressão do dano ambiental.

Assim, a internalização dos custos não está adstrita à mera reparação do dano pela poluidor, devendo antes de tudo ser buscada a sua prevenção, sob pena de se estar contribuindo com um comportamento que não iniba a ocorrência do dano ambiental e sim sua mera transformação em reparação pecuniária (LEITE; AYALA, 2014, p. 78). No entanto, não é porque a responsabilidade civil prioriza o aspecto punitivo do princípio do poluidor-pagador que ela também não exerça seu papel preventivo. Assim, os poluidores ao serem chamados a arcar economicamente com a reparação dos danos que deram causa (função punitiva), eles terão também um forte estímulo para evitar tais danos em virtude desse ônus financeiro decorrente da reparação, concretizando desse modo o papel preventivo da responsabilidade civil.

Diante do exposto, a responsabilidade civil associada aos instrumentos jurídico-administrativos e à responsabilidade penal ambiental tem um importante papel na tutela do meio ambiente e na proteção de direitos fundamentais (ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à qualidade de vida, e à saúde, v.g), mas a complexidade da tutela ambiental exige uma releitura e uma readaptação do instituto da responsabilidade civil clássica para consecução de uma proteção mais efetiva, uma vez que ainda persistem obstáculos relacionados a legitimação, avaliação do dano, nexos de causalidade, entre outros.

Neste contexto, a comprovação do nexo de causalidade torna-se um dos maiores entraves à responsabilização de grandes emissores do setor privado pelos danos (coletivos ou individuais) causados, pois os danos decorrentes das mudanças climáticas são reflexos da conduta de múltiplos agentes emissores de gases de efeito estufa em um ação contínua e progressivamente ou conjunto de eventos independentes que causam danos, ou seja, é frequente que uma única causa geradora do dano (por exemplo, emissões de dióxido de carbono) seja atribuída a diversos agentes (pluralidade de agentes) e/ou que o dano seja o resultado da soma de diversos fatores independentes (multiplicidade de causas), tais como processos naturais relacionados ao clima e atividades antrópicas, de forma que, em ambos

os casos, o nexo de causalidade torna-se difícil e de complexa imputação.

Nesse cenário, imperativo se faz a revisão, especificamente, do nexo de causalidade, para compreender as dificuldades relativas a responsabilização de poluidores, de modo que se possa identificar alternativas que possibilitem as vítimas afetadas pelos impactos da mudanças climáticas a reparação dos danos sofridos.

Assim, o causalidade pode ser compreendido como o enlace material que vincula a atividade do agente ao dano, podendo ser considerado como o pressuposto mais relevante para a imputação da responsabilidade civil ambiental (BAHIA, 2012, p. 208). Entretanto, considerações importantes devem ser feitas quanto aos critérios para aferição do nexo de causalidade. Nesse aspecto é importante reconhecer-se a existência de diferença entre a causalidade naturalística, que se dá no plano dos fatos, e a causalidade jurídica, que se processa por meio de uma filtragem normativa.

Pode-se inferir, assim, que se, por um lado, o Direito só considera como causas as condições que reputa relevantes e que podem ser objeto de atribuição normativa, por outro, também pode imputar o resultado lesivo a uma ação que, de acordo com o curso normal dos acontecimentos, não configura um fato antecedente de modo que é possível haver causalidade naturalística sem a correspondente imputação jurídica e vice-versa (BAHIA, 2012, p. 213). Bahia menciona o caso de imputação de responsabilidade sem correspondência de causalidade naturalística a hipótese de responsabilidade civil por ato de terceiro, previstas nos art. 932 e 933 do Código Civil, quando o terceiro responde pelo dano ocasionado pelo agente, independentemente da demonstração da relevância causal do seu comportamento (BAHIA, 2012, p. 214). Logo, o reconhecimento de que a causalidade é submetida a critérios normativos, que traduzem opções valorativas, fundadas em critérios de adequação social, periculosidade da atividade, proximidade temporal entre a ação/omissão/atividade e o dano, é essencial para que os problemas relacionados à causalidade ambiental sejam melhor compreendidos. É certo que o nexo de causalidade ainda assume um relevante papel para a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, pois é por meio dele que se identifica o agente causador da lesão, imputando-lhe a responsabilidade e se delimita a extensão do dano a ser reparado (BAHIA, 2012, p. 207).

Diante disso, as dificuldades quanto à identificação do evento que constitui a causa do dano ambiental é um dos maiores obstáculos para a efetivação da responsabilidade civil, pois é frequente, que ordenamento jurídico não repute comprovado o nexo de causalidade entre o dano e fonte causadora, mesmo que esta, no mundo fático, seja a responsável pelo dano.

Assim, quando o evento danoso é ocasionado por uma única causa atribuível a um único agente, normalmente, não há maiores dificuldades para a investigação causal e para imputação da responsabilidade civil. No entanto, é frequente que uma única causa geradora do dano seja atribuível a diversos agentes e/ou que o evento lesivo seja o resultado da soma de diversos fatores independentes, todos contribuindo para a sua produção (BAHIA,

2012, p. 227). Essas duas variáveis, compostas pela pluralidade de agentes poluidores e pela multiplicidade de causas costumam tornar a identificação do nexo de causalidade nos litígios climáticos difícil e de complexa demonstração.

Assim, uma das maiores dificuldades que se apresenta-se em litígios climáticos reparatórios é determinar, exatamente, de quem partiu efetivamente a emissão que provocou o dano, principalmente, quando isso ocorre em grandes complexos industriais onde o número de empresas em atividade é elevado. Isso ocorre porque o dano dificilmente é originado por uma única fonte, resultando, frequentemente, de diversas concausas ou causas concorrentes, simultâneas ou sucessivas que interagem entre si para a produção do evento lesivo, gerando a dispersão do nexo de causalidade.

No âmbito jurídico, consideram-se como causa os antecedentes que tiveram um papel determinante na produção do resultado e como condição, os demais fatores que contribuíram em maior ou menor medida para a sua realização (do modo que ocorreu) (BAHIA, 2012, p. 217). Essa diferenciação é feita apenas no plano normativo, com o intuito de selecionar os antecedentes mais relevantes, identificar os imputáveis responsáveis pela lesão e de evitar a imposição de uma responsabilização excessivamente ampla, pois tanto causa(s) como condições configuram fatores que antecederam e contribuíram para a produção do dano.

Deste modo, Bahia reputa verificado o fenômeno da pluralidade ou a concorrência de causas quando mais de uma condição do evento for considerada como, elemento que contribuiu de alguma maneira para a produção do resultado lesivo. Há, no entanto, diversas possibilidades de concorrência de causas, podendo a contribuição para a causalidade plural: (a) ocorrer em relação a uma mesma causa do dano, configurando hipótese de causalidade conjunta ou comum; ou (b) por meio da convergência de duas ou mais causas que contribuem, ao mesmo tempo, para a produção do dano, delineando uma situação de causalidade cumulativa ou concorrente (BAHIA, 2012, p. 225-226).

Desta forma, haverá causalidade conjunta ou comum quando a atuação de dois ou mais agentes cooperarem para a formação de um único evento lesivo, que acarreta um dano que não poderia ser gerado pela ação isolada de apenas um deles, ou seja, não há, propriamente, uma pluralidade de causas, mas uma causa única com uma pluralidade de agentes. Há, nestes casos, um único evento lesivo, produzido pela atuação de diversos agentes que, por isso, dá origem a uma imputação necessariamente plural, sendo que os diversos antecedentes que se unem para a produção do evento apresentam, isoladamente, eficácia meramente parcial e são denominados de concausas (BAHIA, 2012, p. 225-226).

Verifica-se a causalidade conjunta ou comum, denominada de pluralidade de agentes, em sua acepção tecnicamente mais adequada, por exemplo, quando a emissão de gases de efeito estufa por três empresas pequenas ocasionou o agravamento do aquecimento global, sendo que a emissão de cada uma delas, isoladamente, não teria aptidão para poluir a atmosfera nesta magnitude. Já, a causalidade cumulativa ou concorrente, por

sua vez, é configurada quando um dano é provocado pela ação independente entre si de duas ou mais agentes (causas concorrentes), de tal modo que, ainda que tivessem agido de maneira isolada, o resultado lesivo teria ocorrido do mesmo modo. Aqui, pode-se exemplificar por meio de agentes que emitem grandes concentrações de gases de efeito estufa, tais como companhias de petróleo, que apenas uma delas poderia ser a causadora do dano.

Percebe-se que tribunais apresentam decisões muito heterogêneas, acolhendo as mais variadas teorias do nexo de causalidade de forma intuitiva em cada caso, sendo que nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) constata-se o predomínio da teoria da causalidade direta e imediata. No entanto, nenhuma das teorias explicativas do nexo de causalidade é capaz de oferecer soluções prontas e acabadas para as dificuldades oferecidas pelo liame causal em litígios climáticos reparatórios, pois carecem de desenvolvimento pleno das hipóteses de imputação do nexo de causalidade que envolvam pluralidade de agentes poluidores e multiplicidade de causas.

4 | A IMPUTAÇÃO DO NEXO CAUSAL NA REPARAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS EM LITÍGIOS CLIMÁTICOS

Os litígios climáticos envolvendo reparação de danos apresentam grande repercussão em discussões sobre a efetiva responsabilização de agentes econômicos pelas consequências das mudanças climáticas. O desafio está em compreender como imputar o nexo de causalidade entre a atividade do poluidor (emissão de gases de efeito estufa) e o dano sofrido pelas vítimas (doenças relacionadas a poluição atmosférica, custo de adaptação em propriedades inundadas ou desertificadas etc.).

Para tanto, nesta seção, serão apresentados os principais aspectos da litigância climática e as especificidades relacionadas às ações de reparação e por fim serão apresentadas algumas teorias não convencionais do nexo de causalidade ou mecanismos jurídicos que melhor se adequam a tais litígios. A partir dessa exposição se propõe um paralelo com casos relacionados à responsabilidade civil por danos decorrentes do tabaco com a finalidade de se colaborar para a reflexão sobre melhores modelos de explicação do nexo de causalidade no âmbito da responsabilidade civil ambiental, considerando-se que as estruturas clássicas de sua explicação se mostram pouco aptas para auxiliar a reparação dos novos danos presentes na sociedade de risco. Dessa forma se pretende colaborar para uma reflexão sobre caminhos mais adequados para que o instituto se converta em um instrumento efetivo nos litígios climáticos que visam a reparação de danos ambientais.

Assim, o termo litigância climática pode ser associado às ações/demandas judiciais e medidas administrativas envolvendo questões relacionadas direta ou indiretamente às mudanças climáticas. Estas demandas estão subdivididas em quatro grandes categorias relacionadas: i) à redução das emissões de gases de efeito estufa (mitigação), ii) à redução

da vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas (adaptação), iii) à reparação de danos sofridos em razão das mudanças climáticas (perdas e danos) e iv) à avaliação e gestão dos riscos climáticos (riscos). Observa-se que os potenciais autores de demandas climáticas são os indivíduos e grupos de interesse público, que buscam, com a propositura da ação: i) a compensação pelos prejuízos que as mudanças climáticas causaram ou ii) a maior prevenção ou redução do aquecimento global. E os potenciais demandados (réus), geralmente, pertencem a um desses grupos: (1) entidades que queimam fóssil no processo de fornecimento de um produto ou serviço (por exemplo, fornecedores de eletricidade); (2) entidades que fornecem combustíveis fósseis (por exemplo, companhias petrolíferas); (3) entidades que criam produtos que queimam combustíveis fósseis ou emitem gases de efeito estufa (por exemplo, fabricantes de carros e frigoríficos); e (4) governos e agências que não cumpram as obrigações ambientais (SETZER; CUNHA; BOTTER FABRI, 2019, p. 25).

É importante destacar que a litigância climática apresenta-se como uma estratégia promissora para compelir e impulsionar as grandes empresas, indústrias e o Poder Público em sua função legislativa e executiva, a assumirem e se responsabilizarem pelo controle e impactos causados pelas emissões antrópicas de gases de efeito estufa e implementarem medidas de mitigação e adaptação climática afim de combater o aquecimento global e as mudanças climáticas (SETZER; CUNHA; BOTTER FABRI, 2019, p. 28). Nessa perspectiva, Peel e Osofsky apontam que a abordagem estratégica da litigância climática deve ser vista à luz dos efeitos pretendidos e teria como finalidades: i) permitir que indivíduos e instituições busquem atendimento a direitos desrespeitados; ii) pressionar os governos a avançarem nas medidas de governança climática, o que inclui forçar os governos a adotarem regulações pró-clima ou aperfeiçoarem as existentes, assim como trazer para as cortes discussões sobre os múltiplos níveis de políticas públicas em que se dá a governança, buscando esclarecer em que medida é possível potencializar as esferas de cooperação e onde é preciso evitar sobreposições desnecessárias; iii) pressionar as empresas para a mudança de comportamento em relação às suas responsabilidades e emissões e; iv) ampliar o engajamento da opinião pública sobre o assunto. Por isso, diante do papel social e ambiental que é atualmente exigido das empresas, a ausência de preocupação com as consequências ambientais da colocação de produtos poluentes no mercado pode gerar responsabilidade e reparação no âmbito civil, pois nos termos do art. 170, VI, da Constituição, a ordem econômica deve assegurar a existência digna de todos, conforme os ditames da justiça social, com a observação do princípio da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (SETZER; CUNHA; BOTTER FABRI, 2019, p. 28).

Além disso, conforme já exposto, o respaldo legal para responsabilizar grandes emissores do setor privado a arcar com danos sofridos em decorrência dos impactos das

mudanças climáticas também está disposto no art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e no art. 927, parágrafo único, do Código Civil. Diante disso, os litígios climáticos reparatórios envolvendo agentes privados (principalmente, empresas petrolíferas e do setor energético) tem por objetivo imputar responsabilidade pelos danos causados pela suas emissões de GEE. Particularmente, em muitos casos, visam reparar o dano ambiental reflexo, ou seja, aquele que afeta diretos individuais, como por exemplo o direito à propriedade e à saúde.

Wedy menciona um exemplo mais atual, de grande destaque na litigância climática estratégica e ainda em tramitação, cujo o conhecimento de suas circunstâncias e peculiaridades podem “contribuir para o desenvolvimento da teoria e prática brasileira no tocante aos litígios climáticos, ainda em fase embrionária no Brasil” (WEDY, 2019, p. 164). Trata-se do caso *Lliuya vs. RWE AG*. A ação foi proposta por fazendeiro peruano, Saul Lliuya, residente em Huaraz (Peru), perante a Corte Regional de Essen (Alemanha), contra a maior produtora de energia elétrica da Alemanha, a Rheinisch- Westfälisches Elektrizitätswerk AG (ou RWE), instalada na região de Essen. O autor pede indenização para compensar os custos de adaptação que o derretimento das geleiras acarretou e acarretará em sua propriedade, alegando, em seu pedido, que a RWE tinha pleno e total conhecimento que as emissões de gases de efeito estufa, em face de sua atividade, em alguma medida, contribuía para o derretimento no gelo no topo das montanhas perto da cidade de Huaraz e o conseqüente aumento do nível do Lago Palcacocha, o que vem afetando a área de sua propriedade da qual ele necessita para sua subsistência (WEDY, 2019, p. 163).

Na decisão de primeira instância, o Tribunal Distrital de Essen decidiu que a RWE não é legalmente obrigada a pagar por medidas que o autor já tenha tomado para proteger a sua propriedade e residência contra esse risco. Em consonância com a jurisprudência, o Tribunal salientou que não é possível atribuir danos individuais e prejuízos a emissores únicos, quando há uma multiplicidade de tais emissores (WEDY, 2019, p. 163). Assim, concluiu que nenhum nexo de causalidade vincula as emissões da RWE aos perigos sofridos pelo demandante e aos custos arcados por este decorrentes do derretimento da geleira.

Observa-se que há dificuldades de imputação do nexo de causalidade, pois os danos decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas caracterizam-se pela pluralidade de agentes e pela multiplicidade de causas dos danos. Isso porque é frequente que uma única causa geradora do dano seja atribuível a diversos agentes (em geral, grandes emissores de gases de efeito estufa) e/ou que dano seja o resultado da soma de diversos fatores independentes (emissões antrópicas de gases de efeito estufa ou processos naturais decorrentes de variação da órbita terrestre, do ciclo solar, da movimentação das placas tectônicas etc.) todos contribuindo ou não para a sua produção. Sendo assim, o estabelecimento do nexo de causalidade é ponto fulcral na litigância climática, pois

requer-se um conjunto probatório confiável que consiga demonstrar ou correlacionar que o demandado contribuiu (por meio de emissões de GEE), significativamente, com o aquecimento global e, por conseguinte, com os danos/prejuízos/risco suportados pelo demandante. Por isso, esse tipo de litígio tem estreita relação com pesquisas científicas, como os relatórios do IPCC, que acompanham a influência antropogênica no clima do planeta, as quais, conforme mencionado no capítulo primeiro, já concluíram que é extremamente provável (95 % de certeza) que as mudanças climáticas sejam causadas pelas atividades humanas (principalmente, pelas emissões de gases de efeito estufa provenientes de indústrias e do desmatamento).

Portanto, uma das questões que demanda solução para aplicabilidade da responsabilidade civil nos litígios climáticos que pleiteiam a reparação de danos é a imputação do nexo de causalidade. Por isso, na próxima seção pretende-se apresentar algumas teorias alternativas sobre o nexo de causalidade que poderiam ser mais adequadas para a resolução de tais litígios, inclusive por meio de um paralelo com casos relacionados à responsabilidade civil por danos decorrentes do tabaco.

Ao não ser mais admissível classificar todos os episódios climáticos que causam danos às pessoas e ao meio ambiente como meros acasos naturais e ao se perceber que os instrumentos internacionais estão se apresentando insuficientes para lidar com a responsabilização dos principais agentes causadores das mudanças climáticas, quais sejam, as grandes empresas, principalmente, as vinculadas ao setor de petrolífero e energético, conforme já exposto no primeiro capítulo, a saída, na busca pela reparação dos danos sofridos, tem sido apresentada por meio da intervenção do Poder Judiciário no âmbito de cada Estado nacional.

No âmbito do litígio climático passa-se a enfrentar diversos obstáculos, estando entre eles, conforme mencionado, o estabelecimento do nexo de causalidade. Este se torna complexo, principalmente, por envolver pluralidade de agentes poluidores (emissores de gases de efeito estufa). Desse modo se faz necessário superar os limites apresentados em relação essa problemática, alterando/relativizando se os critérios jurídicos para a delimitação da causalidade, pois, conforme adverte Iglecias Lemos “a prova do nexo causal é muito mais uma questão jurídica do que fática” (LAVRATTI; PRESTES, 2010, p. 73).

Para esse fim são apresentados, por diferentes autores, construções teóricas e jurisprudenciais possíveis de solucionar a questão, das quais se pode destacar a presunção do nexo de causalidade, a inversão do ônus da prova, a responsabilidade por quota de mercado (market share liability), e a aplicação de teorias da causalidade alternativa ou das probabilidades. Assim, a flexibilização do nexo de causalidade como meio para facilitar a reparação de danos não é algo desconhecido na prática forense estrangeira e nacional e tem sido ventilada em ações contra a indústria tabagista. Apesar da maioria das decisões judiciais ainda ser desfavorável às vítimas, tais ações, inclusive, podem revelar mecanismos jurídicos de aferição da causalidade relevantes para o deslinde dos

litígios climáticos envolvendo reparação de danos. Desse modo, assim como nos litígios climáticos envolvendo reparação de danos, as ações contra a indústria do tabaco também caracterizam-se pela multiplicidade de causas atribuíveis ao dano sofrido pela vítima, já que as doenças relacionadas ao hábito de fumar são abstratamente multifatoriais.

Por isso, comumente a indústria utiliza-se da tese que não há nexos de causalidade inequívoco entre o ato de fumar e a doença contraída pela vítima, já que as patologias são multifatoriais e, portanto, poderiam ter sido desenvolvidas por outras causas que não o vício do cigarro (FACCHINI NETO, 2016, p. 3-4). Todavia, o acolhimento irrestrito da tese leva a um absurdo lógico, pois as conclusões da ciência médica apontam, com dados cientificamente irrefutáveis e objeto de consenso técnico universal, que determinadas doenças (especialmente as pulmonares) estão necessariamente vinculadas ao vício do fumo num percentual que por vezes se situa entre 80 e 90% dos casos, ou seja, apenas 10 a 20 indivíduos de cada cem portadores de tais doenças desenvolveram-nas em razão de outros fatores, que não o tabagismo, sendo 80 a 90 indivíduos as contraíram em razão do hábito de fumar, sendo quase impossível afirmar, categoricamente, quais dessas cem pessoas se encontram num grupo ou no outro (FACCHINI NETO, 2016, p. 8).

Assim, ainda que se admita a impossibilidade de se aferir, com absoluta certeza, que o cigarro foi o causador ou teve participação preponderante no desenvolvimento da enfermidade ou na morte de um consumidor, é perfeitamente possível chegar-se a um juízo de presunção sobre a relação do tabagismo com o dano (desenvolvimento de doenças pulmonares ou câncer). Afinal, nos sistemas probatórios modernos, no Brasil e no mundo, não exigem uma prova uníssona e indiscutível, mas sim uma prova que possa convencer o juiz com fundamento no princípio da persuasão racional, de modo que “nada há de errado em permitir ao juiz decidir por meio de um critério pautado em presunções (prova indiciária), sobretudo diante de casos complexos envolvendo pluralidade de causas e condições, em que a relação desenvolvida é eminentemente de consumo” (FACCHINI NETO, 2016, p. 10).

Por outro lado, as ações movidas contra a indústria do tabaco versam sobre relação de consumo, o que permite ao consumidor “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Assim, para impor a inversão do ônus probatório, basta ser verossímil a alegação do autor da demanda. E, no caso, a alegação do desenvolvimento de determinadas doenças (dano), em muitos casos, é dotada de enorme verossimilhança à luz das estatísticas disponíveis e das certezas médicas hoje indiscutíveis que de fato o consumo prolongado de tabaco é causa de tais patologias.

Esse mecanismo processual, que facilita a prova do direito do consumidor, também pode ser utilizado nos litígios climáticos envolvendo reparação de danos, já que os danos decorrentes das emissões de gases de efeito estufa são, muito provavelmente, decorrentes

de atividades industriais, permitindo a vítima indicar, mesmo que não possua certeza absoluta, a relação entre a atividade do agente poluidor (colocação de produtos que contribuam para o aumento do efeito estufa/aquecimento global) e o dano sofrido.

Além disso, com o objetivo de facilitar a incumbência do ônus da prova que recai, em regra, sobre as vítimas, a doutrina vem discutindo a viabilidade de aplicação da teoria das probabilidades como uma solução para a identificação do nexo de causalidade na responsabilidade civil ambiental. Desse modo seria possível acolher demandas indenizatórias mesmo na ausência de provas cabais sobre o nexo de causalidade entre uma conduta/atividade e dano, contentando-se, por vezes, com um juízo de alta probabilidade, à luz de dados científicos irrefutáveis, deixando de exigir-lhes provas de difícil comprovação contra os causadores dos danos (LAVRATTI; PRESTES, 2010, p. 83-84). Se o dano (doenças pulmonares decorrentes de poluição atmosférica) é certo, e se estatisticamente o mesmo é atribuível a uma determinada atividade que se identifica àquela que também é desenvolvida pelo demandado (por exemplo, emissão de gases de efeito estufa por companhias petrolíferas), dentro de um grau elevado de probabilidade científica, então é mais aceitável acolher-se a pretensão condenatória do que se deixar o dano sem reparação.

De modo que, pela teoria das probabilidades, as incertezas científicas não devem conduzir à incerteza jurídica. Conforme Morato Leite e Carvalho “a partir da tensão entre os enfoques científico e jurídico, a causalidade deve restar comprovada quando os elementos apresentados levam a um grau suficiente de probabilidade” (LAVRATTI; PRESTES, 2010, p. 33) com base na “observação jurídica do diagnóstico científico (laudos periciais), determinando uma decodificação da análise científica para a probabilidade jurídica, atribuindo ou não a imputação objetiva a partir de uma causalidade probabilística entre a conduta e o dano” (LAVRATTI; PRESTES, 2010, p. 34). Assim, os autores entendem que havendo a transferência da prova do nexo causal ao poluidor e a isso juntando-se um sistema de causalidade onde prevalece o requisito de probabilidade, substituindo-se um juízo de certeza por um juízo probabilístico, estaria se renovando a responsabilidade civil diante das novas necessidades de uma sociedade de risco.

Diante do exposto, pode-se extrair que a teoria das probabilidades seria de grande utilidade em litígios climáticos envolvendo reparação de danos. Ao atenuar a imputação do nexo causal por meio de um juízo de probabilidade científica, em que se vislumbra que o demandado contribuiu, significativamente, com a emissão de gases de efeito estufa, e sendo, dentro dos parâmetros científicos, provável, que suas emissões sejam as principais responsáveis pelos danos sofridos pelas vítimas, a configuração de multiplicidade de causas (outras emissões, processos naturais relacionados ao clima) responsável pelo dano não ensejaria a falta de imputação do nexo de causalidade e conseqüente a não responsabilização de agentes, já que a teoria permite auferir a causa provável (emissão de determinadas empresas, por exemplo), não a certeza da causa.

Outro ponto em comum entre os litígios climáticos envolvendo reparação de danos e as ações contra a indústria do tabaco é a pluralidade de agentes causadores do dano, principalmente, quando se trata de ação de regresso por despesas do Poder Público com a saúde de vítimas de doenças relacionadas ao consumo de tabaco, pois em tais demandas há apenas a identificação do grupo causador do dano e não particularização de cada membro em particular.

Nessa perspectiva, como um modelo que poderá servir de referência para os litígios climáticos envolvendo reparação de danos tem-se a Ação Civil Pública nº 5030568-38.2019.4.04.7100, proposta em 2019, pela Advocacia-Geral da União (AGU), envolvendo o ressarcimento ao erário de danos, passados e presentes, causados pelas empresas tabagistas, Souza Cruz, British American Tobacco e Philip Morris Internacional e entre outras, devido aos gastos incorridos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o custeio do tratamento de doenças comprovadamente atribuíveis ao consumo de cigarros, os quais são produzidos e comercializados pelas demandas. Suscintamente, a ação busca a responsabilização objetiva e solidária das demandas, uma vez que pela teoria do risco-proveito, aquele(s), no caso, as fabricantes de cigarro, que obtêm proveito econômico com a atividade que deu causa ao dano deve suportá-lo, assumindo a responsabilidade pela compensação dos danos que causou, no caso, os gastos da União com o tratamento pelo SUS de doenças atribuíveis ao tabagismo, de forma que o prejuízo causado não fique sem reparação.

No modelo se vislumbra a aplicação da teoria da causalidade alternativa, pela qual é imputada a responsabilidade solidária a todos os potenciais causadores do dano, pelo fato de não se lograr determinar qual deles individualmente o produziu. A aplicação da teoria seria uma das escolhas mais viáveis para a responsabilização em casos de pluralidade de agentes (SCHEREIBER, 2009, p. 64). No caso analisado, a AGU optou pela aplicação da responsabilidade solidária por meio da teoria da causalidade alternativa, na qual a existência do dano resultante de uma ação ou omissão coletiva e nas dúvidas sobre o autor ou autores, mas fazendo ele ou eles parte de um grupo identificado que poderia ter causado o dano, todos respondem solidariamente, salvo aqueles que provarem que o dano não é consequência do seu ato. Isso equivale dizer que a causalidade será apontada através de um raciocínio de exclusão, qual seja: há responsabilidade do grupo, porque o dano só poderia ter sido gerado por um dos integrantes que fazem parte dele, ainda que desconhecida a autoria individual.

No Brasil, apesar de seu ordenamento jurídico não trazer qualquer norma específica sobre a responsabilidade por dano causado por membro indeterminado de um grupo, a jurisprudência tem acolhido a responsabilidade por causalidade alternativa em algumas hipóteses como no caso da responsabilidade civil pela queda de objetos de condomínio de apartamentos, com fundamento no art. 938, do Código Civil.

Assim, de acordo com o entendimento jurisprudencial majoritário, em caso de danos

gerados pela queda de objetos, a vítima não é obrigada a comprovar de que unidade residencial proveio o objeto, recaindo a responsabilidade civil sobre próprio condomínio (BAHIA, 2012, p. 226).

No âmbito da responsabilidade civil ambiental, incluindo-se a reparação do dano ambiental reflexo em litígios climáticos, essa teoria apresenta uma utilidade ainda maior, uma vez que, como mencionado no segundo capítulo, ocorrendo o dano ambiental, frequentemente, não se consegue identificar o verdadeiro causador da lesão, embora seja possível individualizar o grupo do qual faça parte. Desse modo, a solidariedade decorrente da teoria da causalidade alternativa proporciona a imputação da responsabilidade aos agentes que antes escapariam por falta do nexo de causalidade entre a atividade poluente e o dano.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os litígios climáticos são reflexos de um cenário de ausência de implementação de políticas públicas, normas legislativas inadequadas ou insuficientes e modelos econômicos insustentáveis ambientalmente. Diante disso, concluiu-se que a litigância climática apresenta-se como uma estratégia promissora para compelir e impulsionar os agentes econômicos (grandes empresas e indústrias) e o Poder Público, em sua função legislativa e executiva, a assumirem e se responsabilizarem pelo controle e impactos causados pelas emissões antrópicas de gases de efeito estufa e implementarem medidas de mitigação e adaptação afim de combater o aquecimento global.

No âmbito da reparação de danos ambientais em litígios climáticos demonstrou-se que um das principais dificuldades para a concessão do pleito reparatório é a difícil e complexa imputação do nexo de causalidade. Nesse contexto, duas variáveis foram identificadas como responsáveis pelos entraves ao estabelecimento do nexo causal entre a atividade poluidora e o dano, quais sejam a pluralidade de agentes emissores de gases de efeito estufa e a multiplicidade de causas passíveis de serem imputadas ao processo de alteração do clima (processos naturais relacionados ao clima e atividades antrópicas).

Nesse contexto, considerou-se a teoria da causalidade alternativa como uma das opções que melhor soluciona a imputação do nexo de causalidade em litígios climáticos envolvendo reparação de danos, pois ela essa teoria flexibiliza a imputação do nexo causal ao permitir a responsabilidade solidária dos membros de um grupo identificado quando não é possível determinar, individualmente, qual o verdadeiro causador do dano. Assim, observa-se que a árdua tarefa de comprovação do nexo causal pelos demandantes seria atenuada pela utilização dessa teoria nos litígios climáticos que pleiteiam a reparação de danos de modo que torna-se ônus do poluidor provar que sua atividade não produziu o dano e por esta razão desobrigado de qualquer reparação. Concomitantemente à teoria da causalidade alternativa, optou-se também pela teoria da probabilidades como modelo para

lidar com a reparação de danos em litígios climáticos. A razão esta escolha deve-se pela flexibilização do juízo de certeza referente ao nexos causal ao substituí-lo por um juízo de probabilidade científica como resposta para sua configuração.

Novamente, contactou-se que o encargo da comprovação do nexos causal pelos os demandantes seria amenizado ao ser aplicada essa teoria na reparação de danos em litígios climáticos, já que ela permite estabelecer o nexos causal ao se auferir tão somente a causa provável do dano, dentro de parâmetros científicos, sem necessidade da certeza da causa que o produziu, ou seja, se o demandado contribuiu, significativamente, com a emissão de gases de efeito estufa e sendo estas emissões as prováveis (cientificamente) responsáveis pelos dos danos sofridos pelas vítimas, a configuração de multiplicidade de causas (outras emissões, processos naturais relacionados ao clima) responsável pelo dano não ensejaria a falta de imputação do nexos de causalidade e conseqüente a não responsabilização de agentes. Outro aspecto apresentado foi a inversão do ônus da prova como maneira de atenuar a relação de causalidade e permitir a responsabilização daqueles que produziram o dano ambiental.

Qualquer dos caminhos expostos, seja pela atenuação do nexos causal pela teoria da causalidade alternativa ou da probabilidade ou pela inversão do ônus da prova, o que se busca é o aperfeiçoamento do instituto da responsabilidade civil frente aos novos desafios em que a sociedade está inserida, entre eles, a crise climática, já que as teorias clássicas do nexos causal não mais suprimem as suas necessidades. Por isso, o presente trabalhou buscou destacar a necessidade de se perseguir soluções aptas a tornarem a reparação de danos em litígios climáticos uma das frentes concretas de enfrentamento das causas do aquecimento global/mudanças climáticas através da escolha das teorias apresentadas. No entanto, a necessidade de reestruturação a comprovação do nexos de causalidade em litígios climáticos envolvendo reparação de danos releva-se apenas um dos obstáculos no enfrentamento das mudanças climática/ aquecimento global, em que não se pode desconsiderar a atuação em outras frentes, principalmente, as relacionadas a construção/ aplicação de mecanismos de prevenção de danos ambientais/climáticos, uma vez que a reparação de danos por meio de litígios climáticos não deve ser considerado a panaceia dos males provocados pelas emissões antrópicas de gases de efeitos estufa.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Carolina Medeiros. **Nexo de causalidade em face do risco e do dano ao meio ambiente:** elementos para um novo tratamento da causalidade no sistema brasileiro de responsabilidade civil ambiental. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

CHRISTOFOLI, Bruno de Andrade. **Direito das mudanças climáticas:** sistema de comercio de emissões no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil.** 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p.25.

FACCHINI NETO, Eugênio. **A relativização do nexó de causalidade e a responsabilização da indústria do fumo** – a aceitação da lógica da probabilidade. *Civillistica.com*. Rio de Janeiro, a. 5, n. 1, 2016.

FOUCAULT, Alain. **O clima: história e devir do meio terrestre.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

IPCC. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2013: **Summary for Policymakers.** In: *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, p.14.

LAVRATTI, Paula; PRESTES, Vanêscá Buzelato (org.). **Direito e mudanças climáticas responsabilidade civil e mudanças climáticas.** São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática.** 2. ed. em e-book baseada na 7. ed. impressa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

OLIVEIRA, André Soares. **A Liderança dos Países Desenvolvidos no Acordo de Paris: reflexões sobre a estratégia do Naming and Shaming dentro do Balanço-Global.** *Sequência*, Florianópolis, n.81, p.155-180, jun.2019.

SCHEREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SETZER, Joana; CUNHA, Kamyla; BOTTER FABRI, Amália (Coord.). **Litigância Climática: novas fronteiras para o direito ambiental no Brasil.** São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

UNITED NATION. **Protection of global climate for presente and future generations of mankind. General Assembly,**1988.

WEDY, Gabriel de Jesus Tedesco. **Litígios climáticos: de acordo com o direito brasileiro, norte-americano e alemão.** Salvador: JusPodivm, 2019.

CAPÍTULO 12

CAPACITACION DE PERSONAL Y SATISFACCION DEL CLIENTE DEL SUPERMERCADO PLAZA VEA-JULIACA

Data de aceite: 01/06/2022

Data de submissão: 09/05/2022

José Oscar Huanca Frias

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0003-0638-2129>

Rene Eduardo Huanca Frías

Universidad Nacional Amazónica Madre de Dios
Madre de Dios - Perú
<https://orcid.org/0000-0001-5157-2947>

Julio Rumualdo Gallegos Ramos

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-4868-9893>

Juan José Apaza Justo

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-1020-1688>

Ledu Anali Ferreyros Calisaya

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-5885-9980>

Vitaliano Enriquez Mamani

Universidad Nacional de Juliaca
Juliaca - Perú
<https://orcid.org/0000-0002-9858-2488>

RESUMEN: La presente investigación titulada la capacitación de personal y satisfacción al cliente

del Supermercado Plaza Vea - Juliaca. El cual se planteó como objetivo determinar la relación que existe entre capacitación de personal y satisfacción al cliente. Esta investigación es de tipo aplicada, con una población conocida de 120 colaboradores que trabajan en el supermercado, por lo cual se sacó una muestra simple y se tomó como referencia de análisis a 92 clientes para verificar si hay relación entre la variable capacitación de personal y la satisfacción del cliente. La técnica aplicada fue la encuesta y el instrumento aplicado fue el cuestionario para la recolección de datos, está compuesto por 10 preguntas para el cuestionario de Capacitación de personal y 10 para el Cuestionario de Satisfacción al cliente. Por consiguiente, la información que se obtuvo mediante la encuesta, a través del cuestionario de la escala de Likert: fueron sometidos a la prueba de correlación del Rho de Spearman con un $p=0.081$, los cuales indican que, no existe una relación positiva, la hipótesis planteada no fue aceptada a un nivel de significancia 0.05 ya que esta fue mayor. por tanto, podemos decir que no existe relación entre la capacitación del personal y la satisfacción del cliente.

PALABRAS CLAVE: Capacitación de personal, satisfacción del cliente, complacencia, insatisfacción, supermercado.

PERSONNEL TRAINING AND CUSTOMER SATISFACTION AT PLAZA VEA-JULIACA SUPERMARKET

ABSTRACT: The present investigation entitled the training of personnel and customer satisfaction

of the Plaza Vea Supermarket - Juliaca. Which was raised as an objective to determine the relationship between staff training and customer satisfaction. This research is of an applied type, with a known population of 120 collaborators who work in the supermarket, for which a simple sample was taken and 92 clients were taken as an analysis reference to verify if there is a relationship between the variable training of personnel and customer satisfaction. The technique applied was the survey and the instrument applied was the questionnaire for data collection, it is composed of 10 questions for the Staff Training questionnaire and 10 for the Customer Satisfaction Questionnaire. Therefore, the information obtained through the survey, through the Likert scale questionnaire: they were subjected to the Spearman's Rho correlation test with a $p = 0.081$, which indicates that there is no positive relationship, the proposed hypothesis was not accepted at a significance level of 0.05 since it was higher. therefore, we can say that there is no relationship between staff training and customer satisfaction.

KEYWORDS: Staff training, customer satisfaction, complacency, dissatisfaction, supermarket.

INTRODUCCIÓN

La palabra capacitación de personal es muy importante y esencial, sirve para una buena atención a los clientes, ya que, juega un rol muy importante en las empresas; es por ello que se debe impartir motivación, transmitir ideas y brindar información para desempeñarse mejor en cada puesto laboral que tienen los trabajadores. Además, se sabe que, si queremos brindar satisfacción a los clientes, la organización debe incrementar y brindar mejores conocimientos satisfacción a cada colaborador que está laborando dentro de ella.

Por otro lado, la satisfacción al cliente es una amplia rama de estudio de todos los individuos a los cuales llamamos clientes, por lo que, diferentes autores nacionales, internacionales dice que, en la capacitación de su personal, los cuales son el presente y futuro dentro de cada organización, también se dice que, tanto los clientes y los colaboradores hacen posible el logro de resultados.

Por tanto, para lograr mayores rendimientos a través de la capacitación y satisfacción, los cuales son la meta estratégica en todas las organizaciones, se considera que la capacitación bien planificada es una inversión y no un gasto. Por consiguiente, los diferentes tipos de programas para capacitar a los colaboradores fortalecen y aseguran una mayor satisfacción de clientes, además, contribuyen al desarrollo organizacional e impactan positivamente en los resultados financieros.

Una persona satisfecha compartirá su satisfacción con sus familiares, vecinos y amigos, esto es conocida como la publicidad de boca en boca. De lo contrario una persona desilusionada por una marca, producto o servicio puede traducir la pérdida de clientes potenciales.

En cuanto a la capacitación de personal del supermercado, se ha visto influenciada por la falta de motivación, ganas, y métodos de aprendizaje constantes para brindar a cada

colaborador, ya que cada uno posee diferentes coeficientes de entender la información que se les brinda cada día, por otro lado, toda capacitación viene de la mano de un seguimiento constante, evaluaciones, aplicación correcta en el campo y en muchos casos varias fases de retroalimentación oportuna en temas que todavía no se está poniendo en práctica, por consiguiente se ha visto que dicho centro de trabajo tiene colaboradores que carecen de temas con respecto a la falta de capacitación, motivación e incentivos que no se le da a los colaboradores de dicha organización, lo cual se ve influenciado en la falta de interés por el buen servicio al cliente, falta de organización al momento de una entrega de pedidos, y sobre todo se demoran mucho en la atención. Por ello, nos podemos dar cuenta de que todo lo expuesto anteriormente nos conlleva a definir una variable que es la insatisfacción de nuestros clientes, provocando bajas en las ventas y estancándonos en el mercado.

MATERIALES Y MÉTODOS

Enfoque de investigación

El enfoque cuantitativo es una forma de llevar a cabo la investigación, es una orientación filosófica o un camino a seguir que elige el investigador, con la finalidad de llevar a cabo una investigación. Se trata de proyecciones de planteamientos filosóficos que suponen tener determinadas concepciones del fenómeno que se quiere indagar. Se caracteriza porque usa la recolección y el análisis de los datos para contestar a la formulación del problema de investigación, además, los métodos o técnicas estadísticas para contrastar la verdad o falsedad de la hipótesis. (VALDERRAMA, 2013, p. 106)

Método de investigación

El método que se aplicara durante el proceso de investigación será el correlacional, ya que se buscara si existe una relación entre las dos variables y la medida en que la variación de una de ellas afecta a la otra; la finalidad es conocer la dirección de las variables.

“Este tipo de estudios tiene como finalidad conocer la relación o grado de asociación que exista entre dos o más conceptos, categorías o variables en un contexto en particular” (HERNANDEZ , FERNANDEZ e BAPTISTA, 2010, p. 81).

Tipo de investigación

El tipo de investigación del presente proyecto será de tipo aplicada, porque, depende de los descubrimientos que se realizara en dicho proyecto, además con aquellos resultados que aún no están probados o no ciertos y por último con todas las teorías que han sido y son aportadas por diversos autores los cuales están formando parte de esta investigación. Por ende, estos criterios investigados encaminaran a la solución de la problemática presentada y observada dentro de la empresa Plaza Vea - Juliaca, con respecto a las variables capacitación de personal y satisfacción al cliente, para que luego regeneremos un futuro bienestar a los colaboradores y primordial es lograr un grado satisfacción de la

clientela (VALDERRAMA, 2013, p. 165).

Nivel de investigación

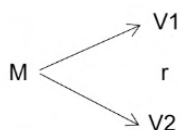
El nivel es Correlacional. Es de nivel correlacional porque se establecerá un nivel de relación entre las variables para luego llevar a la interpretación respectiva.

“El estudio correlacional tiene como finalidad conocer la relación o grado de asociación que existe entre dos o más conceptos, categorías o variables en un contexto en particular” (HERNANDEZ, 2010, p. 81)

Diseño de la investigación

El diseño de la investigación se constituye que se utilizara una investigación no experimental transeccional, ya que solo se analizaran las relaciones que existen entre las variables que afectan a las acciones. Cuyo esquema es el siguiente: (HERNANDEZ, FERNANDEZ e BAPTISTA, 2014)

Representación del esquema de investigación



Dónde:

M: Muestra

V1: Medición de la variable capacitación del personal

V2: Medición de la variable satisfacción del cliente

r: posible correlación

Poblacion

La población que se consideró para la investigación está conformada por todo el personal que trabaja en la empresa Plaza Vea-Juliaca, por lo que, en dicha empresa trabajan 120 colaboradores. Los cuales, están ubicados en diferentes áreas y en su mayoría son jóvenes de 18 a 24 años de edad, por lo que, en esta etapa utilizamos unas encuestas para verificar si existe una relación significativa entre nuestras dos variables de estudio.

Muestra

El tipo de muestra que se uso es con la fórmula de una muestra simple el cual, consideraremos el tamaño de población que es 120 trabajadores del Supermercado Plaza Vea- Juliaca.

Finalmente, Presentamos la cuarta, formula que corresponde al cálculo del tamaño de la muestra, cuando el tamaño de la población es conocido y se desea estimar la proporción poblacional con variable cualitativa, sin tener datos anteriores para determinar la varianza. En este caso, se asume que $P=0.5$. (VALDERRAMA, 2013, p. 186)

$$n = \frac{NZ^2 \times p(1 - p)}{(N - 1) \times e^2 + Z^2 p(1 - p)}$$

Se requiere hacer una encuesta a los trabajadores del Supermercado Plaza Vea de la ciudad de Juliaca, para determinar si existe relación entre la capacitación del personal y la satisfacción del cliente, quiere realizar un trabajo de investigación, tiene 92 trabajadores de población, aun nivel de confianza de 95%, proporción de éxito de 50% y la proporción de fracaso 50%, con un error de 5%.

Donde:

N=120

Z= 95% =1.96

p=50% = 0.5

q=50% = 0.5

e= 5% = 0.05

$$n = \frac{120 \times 1.96^2 \times 0.5(1 - 0.5)}{(120 - 1)0.05^2 + 1.96^2 \times 0.5(1 - 0.5)}$$

$$n = 91.61937$$

$$n = 92$$

TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE INVESTIGACIÓN

Técnica

Se aplicó la técnica de la encuesta con la finalidad de recolectar información específica de un fenómeno de estudio, para lograr obtener la información necesaria para el desarrollo del proyecto e identificar si existe relación significativa con la capacitación de personal y satisfacción del cliente en el Supermercado Plaza Vea de la ciudad de Juliaca. (VAN DALEN, DEOBOLD B., MEYER, 1989)

Instrumentos

La presente investigación utilizó dos cuestionarios de preguntas tipo escalas de Likert, los cuales, están compuestas por 10 preguntas cada una, las primera encuesta corresponde a la variable Capacitación de Personal que se realizara a los colaboradores del Supermercado Plaza Vea - Juliaca, y la segunda encuesta corresponde a la variable la Satisfacción del Cliente, dichas preguntas se elaboraron en base a los indicadores de cada dimensión, las preguntas son de tipo cerradas, de elección única ya que solo se puede elegir una opción, ya que presenta varias opciones, para dicho cuestionario se le asignó una escala Likert ya que tiene 5 alternativas de respuesta.

Los instrumentos son los medios materiales que emplea el investigador para recoger y almacenar la información. Pueden ser formularios, pruebas de conocimiento o escalas

de actitudes, como Likert, semántico y de Guttman; también pueden ser listas de chequeo, inventarios, cuadernos de campo, fichas de datos de seguridad (FDS), etc. Por lo tanto, se deben seleccionar coherentemente los instrumentos que se utilizaran en la variable independiente y en la dependiente. (VALDERRAMA, 2013, p. 195)

Diseño de contrastación de hipótesis

El diseño estadístico que se aplicó fue la correlación de Spearman, para determinar la correlación entre la capacitación del personal y la satisfacción de los clientes, siendo la siguiente:

$$rs = 1 - \frac{6 \sum D^2}{n(n^2 - 1)}$$

RESULTADOS

Relación de Capacitación de personal y satisfacción del Cliente del Supermercado Plaza Vea -Juliaca

| VARIABLES | | Capacitación de personal | Satisfacción del cliente |
|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Capacitación de personal | Coefficiente de correlación | 1.000 | 0.183 |
| | Sig. (bilateral) | | 0.081 |
| | Total de datos | 92 | 92 |
| Satisfacción del cliente | Coefficiente de correlación | 0.183 | 1.000 |
| | Sig. (bilateral) | 0.081 | |
| | Total de datos | 92 | 92 |

Tabla 1: Relación de Capacitación de personal y satisfacción del Cliente

Fuente: Elaborados por el autor

Interpretación

En la tabla 3, explica que no existe una relación positiva como dice (HERNANDEZ, FERNANDEZ e BAPTISTA, 2010, p. 316), El p- valor es de 0.081 el que es mayor a 0.05, lo que se concluye que no es significativo. Por tanto, no existe relación entre la capacitación de personal con la satisfacción al cliente del supermercado Plaza Vea de la ciudad de Juliaca.

Relación de Transmisión de Información y Satisfacción del Cliente del Supermercado Plaza Veja Juliaca

| VARIABLES | | Transmisión de información | Satisfacción del cliente |
|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|--------------------------|
| Transmisión de información | Coefficiente de correlación | 1.000 | ,229' |
| | Sig. (bilateral) | | 0.028 |
| | Total de datos | 92 | 92 |
| Satisfacción del cliente | Coefficiente de correlación | ,229' | 1.000 |
| | Sig. (bilateral) | 0.028 | |
| | Total de datos | 92 | 92 |

*La correlación es significativa en el nivel 0.05 (bilateral)

Tabla 4: Relación de Transmisión de Información y Satisfacción del Cliente

Fuente: Elaborado por el autor

Interpretación:

En la tabla 4, explica que existe una relación positiva como dice (HERNANDEZ , FERNANDEZ e BAPTISTA, 2010, p. 316), El p- valor es de 0.028 el que es menor a 0.05, lo que se concluye que es significativo. Afirmando que existe relación entre la dimensión transmisión de información con la satisfacción al cliente del supermercado Plaza Veja de la ciudad de Juliaca.

Relación de Desarrollo de Habilidades y Satisfacción del Cliente del Supermercado Plaza Veja -Juliaca

| VARIABLES | | desarrollo de habilidades | Satisfacción del cliente |
|---------------------------|-----------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Desarrollo de habilidades | Coefficiente de correlación | 1.000 | 0.028 |
| | Sig. (bilateral) | | 0.794 |
| | Total de datos | 92 | 92 |
| Satisfacción del cliente | Coefficiente de correlación | 0.028 | 1.000 |
| | Sig. (bilateral) | 0.794 | |
| | Total de datos | 92 | 92 |

Tabla 5: Relación de Desarrollo de Habilidades y Satisfacción del Cliente

Fuente: Elaborado por el autor

Interpretación:

En la tabla 5, explica que no existe una relación positiva como dice (HERNANDEZ, FERNANDEZ e BAPTISTA, 2010, p. 316), El p- valor es de 0.794 el que es mayor a 0.05, lo

que se concluye que no es significativo. Es decir, que no existe relación entre el desarrollo de habilidades con la satisfacción al cliente del Supermercado Plaza Vea de la ciudad de Juliaca.

Relación de Desarrollo de Aptitudes y satisfacción del Cliente del supermercado Plaza Vea – Juliaca- 2020

| VARIABLES | | desarrollo de aptitudes | satisfacción del cliente |
|--------------------------|-----------------------------|-------------------------|--------------------------|
| desarrollo de aptitudes | Coefficiente de correlación | 1.000 | 0.107 |
| | Sig. (bilateral) | | 0.309 |
| | Total de datos | 92 | 92 |
| Satisfacción del cliente | Coefficiente de correlación | 0.107 | 1.000 |
| | Sig. (bilateral) | 0.309 | |
| | Total de datos | 92 | 92 |

Tabla 6: Relación de Desarrollo de Aptitudes y Satisfacción del Cliente

Fuente: Elaborado por el autor

Interpretación:

En la tabla 6, explica que no existe una relación positiva como dice (HERNANDEZ, FERNANDEZ e BAPTISTA, 2010, p. 316), El p- valor es de 0.309 el que es mayor a 0.05, lo que se concluye que no es significativo. Indicando que, no existe relación entre el desarrollo de aptitudes con la satisfacción al cliente del supermercado Plaza Vea de la ciudad de Juliaca.

Relación del Desarrollo de Conceptos y Satisfacción del Cliente del Supermercado Plaza Vea -Juliaca

| VARIABLES | | Desarrollo de concepto | satisfacción del cliente |
|--------------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------|
| Desarrollo del concepto | Coefficiente de correlación | 1.000 | -0.109 |
| | Sig. (bilateral) | | 0.300 |
| | Total de datos | 92 | 92 |
| Satisfacción del cliente | Coefficiente de correlación | -0.109 | 1.000 |
| | Sig. (bilateral) | 0.300 | |
| | Total de datos | 92 | 92 |

Tabla 7: Relación del Desarrollo de Conceptos y Satisfacción del Cliente.

Fuente: Elaborados por el autor

Interpretación:

En la tabla 7, explica que no existe una relación negativa como dice (HERNANDEZ , FERNANDEZ e BAPTISTA, 2010, p. 316), El p- valor es de 0.300 el que es mayor a 0.05, lo que se concluye que no es significativo. Es decid, que no existe relación entre el desarrollo de conceptos con la satisfacción al cliente del supermercado Plaza Vea de la ciudad de Juliaca.

DISCUSIÓN

Nuestro objetivo principal de esta investigación fue Identificar o determinar la relación de la capacitación de personal y satisfacción al cliente del supermercado Plaza Vea Juliaca, 2020.

Por tal sentido, luego de comparaciones nuestro objetivo tiene semejanza con el objetivo NELBER (2018) describe la tesis “Capacitación de personal y Satisfacción al cliente en Cineplanet los olivos 2018” en la Universidad Cesar Vallejo Perú Para optar el grado académico de licenciado. Lo cual, se ha propuesto como objetivo relacionar la capacitación y como brindan el servicio de atención a los clientes en el Cineplanet los Olivos.

Por lo tanto, analizando la breve comparación nos damos cuenta que para tener una relación de capacitación y satisfacción debemos implementar de enriquecimiento personal para nuestros colaboradores y también para clientes; además brindar la mejor atención por parte de nuestros colaboradores a los clientes.

Por otro lado, realizamos una comparación con el objetivo de MOREIRA (2013) en su tesis de magistratura nos presenta su trabajo de investigación que es “Necesidades de capacitación profesional del personal administrativo de la Universidad Cristiana Latinoamericana extensión Guayaquil para mejorar la calidad de servicio”

En este presente trabajo de investigación se llevó a cabo con el objetivo de adquirir esta generación de valor en la universidad Cristiana Latinoamericana, se utilizaran diferentes técnicas para medir la satisfacción de los clientes actualmente y en base a los resultados adquiridos plantear diferentes estrategias de servicio para mejorar en un porcentaje la atención brindada por el restaurante y su relación con el usuario cliente, gracias al seguimiento de modelos; de esta forma se alcanzara brindar al cliente un valor agregado, y tener una gran diferencia competitiva en relación con el mercado.

Se dice que, para crear valor para el cliente primero se tiene que capacitar y mejorar el servicio que brindamos a los clientes, logrando mayor satisfacción con nuestros clientes frecuentes.

Por último, comparamos con el objetivo de PÉREZ (2014). En su trabajo para obtener la licenciatura “Capacitación del personal y productividad en ventas de corporación Lindley S.A Cercado de Lima 2014” Lima. Perú. Plasmó como objetivo, verificar como y cuál es su influencia de capacitar al personal en la productividad de ventas en la corporación Lindley.

Por tanto, deducimos que la capacitación de personal se relaciona con la satisfacción al cliente por intermedio del servicio que brindamos, y esto afecta considerablemente la productividad de ventas.

CONCLUSIONES

Mediante los resultados estadísticos que se obtuvo realizando el Rho de Spearman con un $p=0.081$, los cuales indican que, no existe una relación positiva, la hipótesis planteada no fue aceptada a un nivel de significancia 0.05 ya que esta fue mayor. por tanto, podemos decir que no existe relación entre la capacitación del personal y la satisfacción del cliente.

De acuerdo con el primer objetivo específico. Se identificó que, si existe de relación entre la dimensión Transmisión de información y la variable satisfacción del Cliente, por tanto, se acepta la hipótesis planteada y se rechaza la hipótesis nula, con el p-valor de 0.028 menor a 0.05 el cual nos dice que si existe significancia.

De acuerdo con el segundo objetivo específico. Se identifico que no existe cumplimiento de relación entre la dimensión desarrollo de habilidades y la variable satisfacción del Cliente, por ende, se acepta la hipótesis la hipótesis nula y se rechaza la hipótesis planteada con un p valor de 0.794.

Por otro lado, según el tercer objetivo específico. Se Identifico que no existe el cumplimiento de relación entre la dimensión desarrollo de aptitudes y la variable satisfacción del Cliente, por ende, se acepta la hipótesis nula y se rechaza la hipótesis del trabajo con un p valor de 0.309.

Por otro lado, según el cuarto objetivo específico. Se Identifico que no existe el cumplimiento de relación entre la dimensión desarrollo de conceptos y la variable satisfacción del cliente, por ende, se acepta la hipótesis nula y se rechaza la hipótesis del trabajo considerando el p valor de 0.300.

REFERENCIAS

ATALAYA, M. **Satisfacción Académico-Administrativa en Estudiantes de Postgrado**. Lima: UMNSM, 1995.

CHIAVENATO, I. **Administracion de Recursos Humanos: El capital Humano de la Organizaciones**. Mexico: McGRAW-HILL INTERAMERICANA EDITORES, S.A., 2007.

FLIPPO, E. B. **Princípios de administração de pessoal**. São Paulo: Atlas, 1970.

HERNANDEZ, R.; FERNANDEZ, C.; BAPTISTA, P. **Metodologia de la Investigacion 5ed**. México D.F.: McGRAW-HILL / INTERAMERICANA EDITORES, S.A. DE C.V, 2010.

HERNANDEZ, J. L. **El ABC del Emprendedor**. Lima: Editorial San Marcos, 2015.

HERNANDEZ, S. **Metodologia de la Investigacion (5.ª ed.)**. Mexico: McGraw-Hill Interamericana, 2010.

HOYLER, S. **Manual de relações industriais**. São Paulo: Pioneira, 1970.

I, T. Satisfacción al cliente. , <https://www.promonegocios.net/clientes/satisfaccion-cliente.html>, 09 maio 2006. Disponível em: <<https://www.promonegocios.net/clientes/satisfaccion-cliente.html>>.

KOTLER, P. Y. K. K. **Dirección de Marketing 14ed**. México: Pearson Educacion, 2012.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Fundamentos de Marketing**. Mexico: PEARSON EDUCACIÓN, 2016.

KOTLER, P.; KELLER, K. **Dirección de marketing**. Mexico: Pearson Educacion, 2012.

MCGEHEE, W. & P. W. T. **Training in business and industry**. Nueva York: Wiley Interscience, 1961.

MITCHELL, G. **Manual del capacitador**. México, D.F.: Grupo Editorial Iberoamerica, 1995.

MONDY, R. W. . & N. R. M. **Administración de los recursos Humanos**. México, D.F.: Pearson, 2005.

PEREZ, T. V. **Calidad total en la atención al cliente, Pautas para garantizar la excelencia en el servicio, (1ª. ed.)**. Madrid: IDEAS PROPIAS., 2006.

ROBBINS. **Administración (8 ed.)**. Mexico: Pearsón, 2005.

ROSENDO, R. V.; LAGUNA, S. P. **Marketing Relacional**. Madrid: DYKINSON, S.L, 2012.

SERNA, H. S. **Servicio al cliente: métodos de auditoría y medición**. Bogota: 3R Editore, 2014.

SHERMAN, A. & B. G. **Administración de recursos humanos**. Mexico: International Thomson Editores, 1999.

VALDERRAMA, S. M. **Pasos para elaborar proyectos de investigacion científica 2ª Ed**. Peru: San Marcos, 2013.

MÚSICA & CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR EM ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE 2015 E 2019

Data de aceite: 01/06/2022

Data de submissão: 11/05/2022

Rogério de Brito Bergold

Universidade Estadual de Ponta Grossa
<http://lattes.cnpq.br/9302929964417281>

RESUMO: Essa pesquisa pretendeu fazer um levantamento de artigos relacionados à Música em revistas Qualis A1 e A2, da Área de avaliação Interdisciplinar da CAPES, cujo escopo fosse nas Ciências Sociais – Antropologia, História e Sociologia. O período pesquisado foi entre 2015 e 2019, visando detectar quais assuntos foram mais recorrentes. A Música Popular foi a principal temática, tendo como derivações a Canção, Samba, Disco e a década de 1970. Foi relevante constatar que os(as) autores(as) privilegiaram as revistas relacionadas às suas áreas de formação/atuação. Com isso, a área da Antropologia, a mais recorrente, privilegiou o estudo de comunidades. Em seguida a tendência na Música foi de estudar o(a) artista/obra. Na Sociologia distinguiu-se a análise de consumidores. De maneira geral, os(as) autores(as) procuraram contextualizar a prática musical e os seus agentes, tornando mais compreensível o fenômeno musical.

PALAVRAS-CHAVE: Música; Ciências Sociais; interdisciplinaridade; Música Popular.

MUSIC & SOCIAL SCIENCES: A INTERDISCIPLINARY ANALYSIS IN PUBLISHED ARTICLES BETWEEN 2015 AND 2019

ABSTRACT: This research intended to survey articles related to Music in Qualis A1 and A2 journals, from the Interdisciplinary Assessment Area of CAPES, whose scope was in the Social Sciences – Anthropology, History and Sociology. The period researched was between 2015 and 2019, in order to detect which subjects were most recurrent. Popular Music was the main theme, with Canção, Samba, Disco and the 1970s as its derivations. It was relevant to note that the authors favored journals related to their areas of education/activity. As a result, the field of Anthropology, the most recurrent, favored the study of communities. Then the tendency in Music was to study the artist/work. In Sociology, consumer analysis was distinguished. In general, the authors sought to contextualize musical practice and its agents, making the musical phenomenon more understandable.

KEYWORDS: Music; Social Sciences; Interdisciplinarity; Popular Music.

11 MÚSICA E CIÊNCIAS SOCIAIS: ASPECTOS INTERDISCIPLINARES

Desde o início da formação da Música como área de conhecimento constatou-se que as abordagens interdisciplinares estiveram presentes. Tomás (2015, p. 63) identificou que a música é um fenômeno que ocorre na sociedade, sendo, portanto, “quase improvável

que o pensamento sobre ela possa ser isolado de outros campos do conhecimento”. Citamos como exemplo diversos autores que identificaram essas abordagens em três diferentes subáreas da Música¹.

No que se refere ao escopo da subárea Musicologia², “cada época têm trazido sua própria escala de valores para sustentar” (DUCKLES; PASLER, 2001, p. 4311, tradução minha). No século XVIII diversas relações foram consideradas interdisciplinares, como encontrado em *Tableau de la musique et de ses branches* (1770) de Nicholas Framery: “música e poesia, música e dança, música e cenário teatral, música e elocução, a construção de instrumentos, teoria musical e instrução” (DUCKLES; PASLER, 2001, p. 4311, tradução minha).

No século XIX, os estudos históricos se tornaram o núcleo da Musicologia. Guido Adler listou diversas ciências auxiliares para a musicologia: história geral, paleografia, cronologia, diplomática, bibliografia, ciência arquivística, história literária e linguagens, acústica e matemática, fisiologia, psicologia, lógica, gramática entre outras (DUCKLES; PASLER, 2001, p. 4312). Em meados do mesmo século surgiu o interesse nas Artes Visuais, nos estudos do simbolismo visual, sendo essa a primeira cooperação interdisciplinar entre História da Arte e Musicologia (SEEBASS, 2001, p. 4332).

Desde o seu início – século XX – a subárea Etnomusicologia³ tem mantido conexões interdisciplinares. Erich Hornbostel, um dos pais fundadores da Etnomusicologia, a considerava uma mistura de “psicologia da música, musicologia comparada e etnologia da música” (PEGG, 2001, 947). George Herzog adotou uma metodologia de estudo de musicologia comparada e trabalho arquivístico. Charles Seeger se interessou pela música vernacular, a Linguística e a Antropologia. Outras relações foram identificadas com as Belas-Artes, Agricultura (MYERS, 2001, p. 953), e as Ciências Humanas e Sociais (BOHLMAN, 2001, p. 978). Stokes (2001, p. 982) considerou diversas questões teóricas contemporâneas da Etnomusicologia, que envolvem a interdisciplinaridade: Teoria e cultura, Comunidades e suas músicas, Etnicidade, Nacionalismo, Diásporas e globalização, Raça, Sexualidade e gênero, Novo historicismo, Teoria prática, Teoria musical e análise.

Na subárea Teoria & Análise⁴ foram identificadas diversas linhas de investigação

1 Segundo a Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Música – ANPPOM – as subáreas de estudo e pesquisa na Música são: Composição; Educação Musical; Etnomusicologia; Informática/Computação/Música e Tecnologia; Música & Interfaces; Música Popular; Musicologia & Estética Musical; Práticas Interpretativas; Sonologia; Teoria & Análise (TOMÁS, 2015).

2 Duckles e Passler (2001, p. 4309) identificaram três maneiras de definir Musicologia: 1) estudo acadêmico da música; 2) campo de conhecimento tendo como objeto de investigação a arte da música como fenômeno físico, psicológico, estético e cultural; 3) estudo avançado da música centrado não apenas na música mas também nos músicos atuando em um contexto cultural e social. Napolitano (2008, p. 255) denomina Musicologia histórica o “estudo da vida e obra dos compositores e das formas eruditas”. Castagna (2008, p. 10) considera que a musicologia está “preocupada com a matéria musical em si”.

3 Para Napolitano (2008, p. 255) a Etnomusicologia enfoca o estudo das formas e manifestações musicais de grupos comunitários, cuja prática musical não está voltada à industrialização e ao consumo massificado. Tende a enfatizar o “trabalho de campo”, no qual o etnomusicólogo faz o papel de etnógrafo. Para Castagna (2008, p. 10) é o estudo da música na cultura; prioriza não exatamente a música, mas sim o homem que a produz.

4 Teoria & Análise se referem à descrição e compreensão das estruturas internas de uma obra musical, principalmente relacionadas à partitura.

na virada do século XX para o XXI como: Hermenêutica; Gênero; Mulheres em Música; Feminismo; Narratologia; Pós-modernismo; Recepção (BENT, 2001, p. 905); algumas dessas encontram paralelo em questões estudadas também pela Etnomusicologia, no que podemos concluir que as possibilidades analíticas são cada vez mais interdisciplinares.

Em um levantamento dos trabalhos publicados nos Anais da ANPPOM, entre os anos de 1988 e 2013, Tomás (2015, p. 62) identificou diversas áreas de interdisciplinaridade; as que mais chamaram sua atenção foram História, Antropologia, Medicina e Ciências Sociais. Diversos autores empregam o termo “Ciências Sociais⁵” para se referir às áreas da Antropologia, História e Sociologia (EGG, 2016, p. 7; SANDRONI, 2016, p. 8; FERNANDES, 2016, p. 22). Sobre o escopo de atuação dessas três, Shepherd (2001) apresenta tanto a História quanto a Antropologia como ciências correlatas à Sociologia. Duckles e Tomlinson (2001, p. 4369) enfatizam que, para a compreensão da música como atos de expressão em um contexto sociocultural, a musicologia tem estreitado laços com a antropologia, sociologia e história.

O estudo da Antropologia musical tem sido abordado pela Etnomusicologia, mas não de maneira exclusiva⁶. Desde o início dessa última, no século XX, os especialistas foram treinados em música ou em antropologia e algumas vezes em ambas (PEGG, 2001, p. 947). Inclusive Bohlman (2001, p. 981) tem argumentado, no contexto do final do século XX, sobre a “renomeação” da etnomusicologia por “musicologia cultural” ou “antropologia musical” ou ainda “musicologia”.

Tanto a Antropologia quanto a Sociologia estudam diferentes tipos de sociedade (a primeira mais moderna e a segunda, tradicional) e também empregam diferentes metodologias – a Antropologia investindo em trabalho de campo e a Sociologia mais ligada à estatística e métodos quantitativos, como entrevista e observação. Apesar de suas relações com as atividades sociais, nem a Sociologia nem a Antropologia social têm se relacionado estreitamente com atividades políticas, econômicas ou do direito (SHEPHERD, 2001, p. 3410).

Como visto anteriormente, a relação da História e Música é a mais antiga, se comparada com a Antropologia e Sociologia; as histórias da música existem desde o século XVII (ALLEN, 1962). Castagna enfatiza três períodos distintos da abordagem histórica da música: o primeiro, mais longo, com enfoque no progresso, positivismo, a ideia do gênio e

5 A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – divide o conhecimento em nove Grandes áreas. Dentre essas, as mais próximas à Música são: LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES e CIÊNCIAS HUMANAS, que contêm as Áreas de avaliação Antropologia, História e Sociologia. Já CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS é uma outra Grande área do conhecimento, cujas Áreas de avaliação são Administração, Economia, Direito, Turismo, etc. A Área de avaliação Interdisciplinar pertence à Grande área MULTIDISCIPLINAR, que envolve praticamente as Áreas de avaliação de todas as Grandes áreas:

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – Direito, Administração, Economia, Turismo, Arquitetura, etc.

CIÊNCIAS HUMANAS – Antropologia, História, Sociologia, etc.

LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES – Artes, Música, etc.

MULTIDISCIPLINAR – Interdisciplinar

6 Afirmo isso baseado nos antropólogos autores dos artigos levantados nessa pesquisa; nenhum deles se autodenominou etnomusicólogo.

da história baseada em personalidades individuais, partindo do século XVIII até a primeira metade do século XX. O segundo período, de meados do século XX até pelo menos os anos 1970, é baseado nos estilos histórico-musicais, como Medieval, Renascentista, Barroco, Clássico, Romântico e Moderno⁷. A partir de então surgiu o terceiro período, denominado de “nova história”, em que se tentou “recriar o cotidiano musical e compreender de maneira mais ampla as interrelações entre autores, obras, estilos, funções, empregadores, empresários, editores, instituições, espaços de apresentação, etc.” (CASTAGNA, 2008, p. 16-17).

Sociologia da música pode ser definida como o “estudo do papel da música na sociedade, sua dinâmica como um modo de comunicação humana e sua posição dentro das estruturas sociais estabelecidas” (SHEPHERD, 2001, p. 3407-3415, tradução minha). Toda ação e pensamento humanos são influenciados pelas circunstâncias sociais. Por sua vez o ‘social’ é constituído pelas relações humanas, que podem contribuir para ou ser afetado por ele.

A partir de estudos iniciados nos anos 1980 e 1990 passou-se a empregar o termo “história social”, examinando circunstâncias institucionais, políticas e econômicas⁸ (SHEPHERD, 2001, p. 3417). A interrelação história/sociologia passou a ser tão próxima que Bujic destaca o dilema surgido entre sociologia da música, história social da música, ou ainda sociomusicologia, como disciplinas independentes ou uma única disciplina:

Existe uma controvérsia segundo a qual a sociologia da música é simplesmente um estreitamento dos princípios sociológicos gerais aplicados à música como objeto de investigação (abordando-a ‘de fora’), enquanto a sociomusicologia examina os papéis sociais da música, músicos e instituições musicais ‘de dentro’ (BUJIC, 2001, p. 4336).

Em síntese, a compreensão da Música no seu contexto possui correlação com as Ciências Sociais – Antropologia, História e Sociologia. A atuação dessas três como ferramenta analítica da Música tem sido cada vez mais próxima, como no emprego dos termos “história social” ou “antropologia social”. Grosso modo, a Antropologia se propõe ao estudo de sociedades mais tradicionais que a Sociologia; além disso a primeira privilegia o trabalho de campo, enquanto que a segunda está mais ligada à estatística e métodos quantitativos.

Já a relação da História com a Música é mais antiga, e tem se transformado significativamente com o passar do tempo, iniciando com a história de compositores e gênios para a atividade de recontar e explicar o cotidiano musical, não só o contemporâneo, mas também o de outras épocas, através da atuação de outras parcelas da sociedade.

7 Além de Moderno, outros termos são empregados a esse período como Contemporâneo, Pós-moderno.

8 Como exemplos da possibilidade de estudo, pode-se destacar a história da indústria da música de meados do século XX; ou *História social da música* de Henry Raynor, ambientada entre a Idade Média e o início do século XIX com Beethoven; ou ainda *Mozart: sociologia de um gênio* de Norbert Elias.

2 | SELEÇÃO DAS REVISTAS

O objetivo desta pesquisa foi investigar interdisciplinarmente Música e Ciências Sociais. Fez-se um levantamento de artigos publicados em revistas de classificação Qualis A1 e A2, pertencentes à Área de Avaliação Interdisciplinar da CAPES – Quadriênio 2013-2016 – cuja temática fosse Música. Dentro da Área Interdisciplinar foram selecionadas revistas cujo título ou escopo estivessem relacionadas a Antropologia, História e Sociologia. Pretendeu-se investigar aspectos quantitativos e qualitativos. No processo de seleção não foi escolhida nenhuma revista de Música – no título ou no escopo – na Área Interdisciplinar, que certamente conteria o conteúdo Música em todos os seus artigos. Em relação ao início e fim do recorte temporal, restringiu-se a coleta de dados entre os anos de 2015 e 2019.

Para a escolha das revistas, além da pesquisa por termos similares à Antropologia, História e Sociologia nos títulos, houve a necessidade de se analisar o escopo, na seção SOBRE das revistas, como observados no Quadro 1. Citamos como exemplo de nomes distintos a “Revista do Instituto de Estudos Brasileiros”, “Estudos Ibero-Americanos” e “Mana”.

Para a escolha dos artigos, procurou-se identificar o termo “música” ou correlatos, como samba, canção, disco, melodia, ritmo, etc., no título, resumo ou palavras-chave. Foram encontrados 35 artigos em 11 revistas; porém em uma das revistas foi publicado em 2018 o Dossiê “Samba: 1917-2017” com 10 artigos. Como se objetiva investigar os assuntos mais pesquisados em música do ponto de vista quantitativo e qualitativo, os artigos do Dossiê superestimariam quantitativamente o gênero⁹ samba; por isso esses 10 artigos não entraram nessa avaliação. O Quadro 1 apresenta os nomes das revistas selecionadas, sua área de pesquisa – autoclassificação – segundo o site, e o número de artigos selecionados pela temática música.

9 Samson (2001) identifica um gênero como um meio de ordenar, estabilizar e validar os materiais musicais, sejam eles melodia, ritmo, harmonia, instrumentação, emissão vocal, etc. Como exemplo na música popular, tem-se o samba, rock, tango, bolero, MPB, jovem guarda, axé, sertanejo e outros. Cada um desses possui características peculiares que os identificam e caracterizam.

| REVISTA | ÁREA DE PESQUISA SEGUNDO A AUTOCLASSIFICAÇÃO DA REVISTA | Nº DE ARTIGOS |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|---------------|
| Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (RIEB) | História, Literatura, Música, Ciências Sociais | 11 |
| Revista Brasileira de História (RBH) | História | 3 |
| American Anthropologist (AA) | Antropologia | 2 |
| Latin American Research Review (LARR) | Antropologia, História, Literatura, Estudos Culturais, Sociologia | 2 |
| Análise Social (AS) | Ciências Sociais | 1 |
| Estudos Ibero-Americanos (EIA) | História, Filosofia, Ciências Sociais, História da Educação | 1 |
| Horizontes Antropológicos (HA) | Antropologia | 1 |
| Mana | Antropologia | 1 |
| Revista de História (RH) | História | 1 |
| Sociologias | Sociologia | 1 |
| Tempo Social (TS) | Antropologia, Ciência Política, Filosofia e História | 1 |
| TOTAL | | 25 |

QUADRO 1 – REVISTAS SELECIONADAS E ÁREA DE PESQUISA

Fonte: O autor

Sobre a nacionalidade das revistas, três são estrangeiras: *American Anthropologist* e *Latin American Research Review* são americanas; *Análise Social* é portuguesa. Dos cinco artigos publicados nessas revistas, três estão relacionados à música brasileira, cujos assuntos são funk, carnaval evangélico e samba partido-alto; os outros dois tratam de mulheres portuguesas que escrevem sobre música e escrita crítica musical sobre uma cantora indígena canadense.

Em relação às áreas de pesquisa, o Quadro apresenta certo equilíbrio: são três revistas exclusivas de Antropologia, duas de História, duas de Sociologia¹⁰; nas outras quatro, além dessas áreas, surgiram outras como Literatura, Música, Estudos Culturais, Filosofia e História da Educação. Destaca-se o fato da RIEB enfatizar a área da Música e de concentrar significativamente mais publicações: foram 11 contra 14 de todas as outras 10 revistas.

Apesar de serem revistas de avaliação interdisciplinar, procurei também correlacionar as áreas de autoria – formação/atuação dos autores(as) – com as revistas, para averiguar a possibilidade de algum tipo de escolha do autor em relação ao escopo da revista. Os dados sobre a formação/atuação foram obtidos pela descrição do autor no próprio artigo, ou no Currículo Lattes, ou em pesquisa no Google (no caso de autores estrangeiros). Nos 25 artigos selecionados foram encontrados 30 autores, como demonstrado no Quadro 2.

¹⁰ A autoclassificação de uma das revistas é Ciências Sociais, que, segundo exposto anteriormente, pode vincular Sociologia, História ou Antropologia. Porém a revista *Análise Social* é portuguesa, cujo emprego dos termos é distinto do Brasil; preferimos classificá-la como Sociologia.

As áreas mais significativas, que envolveram no mínimo três autores(as) – 10% – foram Antropologia, Música, História e Sociologia.

| ÁREA DE AUTORIA | QUANTIDADE DE AUTORES(AS) (% EM RELAÇÃO AO TOTAL) |
|-----------------|------------------------------------------------------|
| Antropologia | 8 (26%) |
| Música | 7 (23%) |
| História | 5 (16%) |
| Sociologia | 4 (13%) |
| Educação | 2 |
| Letras | 2 |
| T.I. | 1 |
| Comunicação | 1 |
| TOTAL | 30 |

QUADRO 2 – AS ÁREAS DE AUTORIA

Fonte: o autor

Ao correlacionar a área de autoria com a área das revistas, observou-se que nos artigos publicados nas três revistas exclusivas da Antropologia (Quadro 1), os autores dos quatro artigos (100%) eram da mesma área. No caso da História, dos quatro artigos das duas revistas exclusivas, três autores (75%) eram da mesma área. E na Sociologia, dos dois artigos das duas revistas exclusivas, um (50%) era da mesma área. Isso evidenciou a tendência de os autores publicarem em revistas de sua área, apesar do caráter interdisciplinar¹¹.

A relação da área de autoria Música e as revistas revelou que dos sete autores, seis publicaram na RIEB. Entende-se que a preferência por essa revista se deveu ao fato de constar a área Música em seu escopo, conforme o Quadro 1. Como a RIEB concentrou um número significativo de artigos, apresento no Quadro 3 a relação entre as áreas de autoria e as revistas, divididos em RIEB e as outras 10 revistas. Fica evidente a concentração de autores(as) da Música na RIEB, e a participação expressiva da Antropologia nos dois quadros. Em *Outras Revistas*, houve um equilíbrio entre as áreas das Ciências Sociais (Antropologia, História e Sociologia – 4, 4, 3).

¹¹ Procuraremos demonstrar também que a escolha dos assuntos teve algum tipo de relação com a área de autoria.

| RIEB – Áreas dos(as) autores(as) | | OUTRAS REVISTAS – Áreas dos(as) autores(as) | |
|----------------------------------|---------|---------------------------------------------|---------|
| Música | 6 (42%) | Música | 1 |
| Antropologia | 4 (28%) | Antropologia | 4 (25%) |
| Letras | 1 | Letras | 1 |
| História | 1 | História | 4 (25%) |
| Sociologia | 1 | Sociologia | 3 (18%) |
| Educação | 1 | Educação | 1 |
| | | T.I. | 1 |
| | | Comunicação | 1 |

Quadro 3 – RELAÇÃO ÁREA DE AUTORIA E AS REVISTAS

Fonte: o autor

Em síntese, as áreas da autoria revelaram que a Antropologia foi a mais recorrente (26%), imediatamente seguida pela Música (23%), História (16%) e Sociologia (13%). Observou-se também a tendência de os(as) autores(as) de Antropologia, História e Sociologia publicarem em revistas cujo escopo era o mesmo da área de sua formação/atuação. Nas outras áreas, os(as) autores(as) optaram, preferencialmente, pela revista interdisciplinar com um escopo mais diversificado, como a RIEB. A questão da escolha das revistas, principalmente da RIEB pela área de autoria Música, será melhor analisada a seguir, na eleição dos assuntos musicais pesquisados nos artigos e no seu caráter interdisciplinar.

3 | MÚSICA POPULAR – MP

Diversos descritores¹² foram recorrentes nos artigos, obtidos dos títulos, resumos e palavras-chave. Para efeito de análise optou-se por elencar os que apareceram em pelo menos três em relação ao corpo total de 25 artigos, o que revelaria uma frequência de 12%. Os descritores musicais mais frequentes foram: Música Popular¹³ (12 artigos, 48% do total); Canção (7 artigos, 28%); Samba (6 artigos, 24%); Disco (4 artigos, 16%); 197(0s) (4 artigos, 16%); Afro (3 artigos, 12%). Ressalta-se o fato da estreita relação entre MP e os outros descritores (com exceção de Afro que não teve correlação¹⁴) observado na coluna

12 O termo “descriptor” é empregado preferencialmente para a área de Ciências da Saúde, sendo denominado de DeCS – Descritores em Ciências da Saúde. Apesar do termo “palavra-chave” possuir a mesma conotação, no levantamento dos trabalhos apresentados na ANPPOM entre 1988 e 2013 realizado por Tomás, foi empregado o termo descriptor para diferenciar de palavra-chave. Essa última seria determinada pelo autor do trabalho, junto com o título e o resumo; já o descriptor foi o termo pesquisado por Tomás no conjunto dos trabalhos analisados por ela. Como exemplo, ela utiliza os descritores ‘música brasileira’, ‘Brasil’, ‘brasileiro’, ‘nacional’ e ‘nacionalismo’ (TOMÁS, 2015, p. 55). Utilizo o mesmo princípio em minha pesquisa: os termos mais recorrentes encontrados nos artigos foram os que considere como descritores no Quadro 5.

13 Utilizarei o termo Música Popular (com as primeiras letras em maiúscula) para caracterizar o descriptor. Porém utilizei música popular quando a menção for geral, ou retirada dos artigos.

14 Ver próximo item – Música Não Popular.

DESCRITORES do Quadro 4¹⁵. Os artigos foram elencados em ordem cronológica segundo seu contexto histórico, como elencados na coluna DATA. Na coluna AUTOR(A)/Área de autoria obtivemos outros dados relevantes para a análise desse grupo de artigos.

| DATA | ASSUNTO/TÍTULO | DESCRITORES | AUTOR(A)/Área |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| 1900-50 | Dinheiro e música popular: comparação Brasil/Estados Unidos | Canção, samba | OLIVEN Antropologia |
| 1900-50 | A questão do popular na música da Amazônia paraense na primeira metade do século XX | | COSTA Antropologia |
| 1910-40 | A construção/invenção do samba: mediações e interações estratégicas | Canção, samba | JOST Letras |
| 1914 | Tensões da música na Primeira República: a noite do Corta-jaca | | NASCIMENTO Antropologia |
| 1950-60 | Lúcio Rangel e uma historiografia da música popular | | MORAES História |
| 1960 | Nara Leão: entre a bossa nova e a canção engajada | Canção, disco | GEROLAMO Música |
| 1970 | A construção da sonoridade em Egberto Gismonti | 197(0s) | MOREIRA Música |
| 1970 | A produção artística de Tom Zé na década de 1970 | Canção, samba, disco, 197(0s) | FREIRE Música |
| 1970 | Dois canções de João Bosco e Aldir Blanc | Canção, disco, 197(0s) | PINHO/VICENTE Música |
| 2000 | Compositoras brasileiras no século XXI | Canção | MURGEL História |
| 2006-09 | Gosto musical e pertencimento: samba e choro | Samba | FERNANDES/ PULICI Sociologia |
| 2013 | Funk: uma música que incomoda | | TROTTA Comunicação |

QUADRO 4 – ARTIGOS RELACIONADOS AO DESCRITOR “MÚSICA POPULAR” E OUTROS DESCRITORES

Fonte: o autor

Segundo observado na coluna DESCRITOR, dos doze artigos oito tiveram correlação com a Música Popular. Ou seja, a tendência no estudo da música popular, segundo esses artigos, esteve centrado na produção: canção, samba, disco, na década de 1970. Além dos termos nos títulos que claramente evidenciam esse fato – “construção da sonoridade”, “produção artística”, “duas canções” –, os artigos “Dinheiro e música popular” e “a noite do Corta-jaca” também focaram na análise nominal de canções.

Depreendeu-se, do ponto de vista qualitativo, diversos significados para a canção

15 Ressalto o fato de que as correlações entre Música Popular e os outros descritores não foram absolutas – 100%. Dos sete artigos em que apareceu Canção, seis tiveram correlação com a MP conforme consta no Quadro 4; a correlação Samba X MP foi de quatro em seis; Disco, três em quatro, assim como 197(0)s. Os artigos não-correlacionados serão discutidos no próximo item – Música Não Popular.

como o veículo da produção musical: peça musical cantada (ABREU, 2015); gênero musical – samba-canção (MURGEL, 2018); forma musical (PINHO; VICENTE, 2015); meio de defesa da tradição (JOST, 2015); e conjuntura política – canção engajada (GEROLAMO, 2017). Compreende-se a recorrência da canção nesse corpo de artigos, pelo fato de a canção brasileira ter estreita ligação com a identidade nacional; segundo Napolitano (2010, p. 34) ela “deveria ser o holofote que iluminaria a consciência nacional”.

De modo singular constatou-se um grupo de cinco artigos cujo título se refere ao nome de pessoas, no período compreendido entre os anos 1950 e 1970: Lúcio Rangel; Nara Leão; Egberto Gismonti; Tom Zé; João Bosco e Aldir Blanc. Com exceção de Lúcio Rangel, que foi um crítico musical, os outros nomes se referem a artistas/compositores. Na coluna AUTOR observou-se que desses cinco artigos, quatro pertencem à área de Música, enquanto Moraes é da História.

Anteriormente, no Quadro 3, identificamos sete autores (seis artigos) da área da Música; com os dados do Quadro 4 podemos concluir que a maioria dos autores da Música (quatro em sete) tiveram como escopo principal o estudo de obras/compositores da *música* popular, contextualizado no período emblemático entre as décadas de 1960 e 1970¹⁶. Questões políticas não foram o foco principal nos artigos, sendo mais significativo discutir a indústria fonográfica.

Sobre as áreas de autoria, salientamos que dos 12 artigos desse grupo 4 são de autores da Música, 3 da Antropologia, 2 da História, e 1 da Sociologia, Letras e Comunicação; ou seja, mais pessoas da Música escreveram sobre Música Popular¹⁷.

Nos 4 artigos que correlacionam o samba e a música popular, encontramos a defesa e exaltação do gênero do ponto de vista do que é nacional através dos termos: “consolidação” (JOST, 2015), “construção de identidade nacional” (OLIVEN, 2016), “tradicionalmente belo, [...] excelência musical” (FERNANDES; PULICI, 2016), “revitalização e ascensão de popularidade” (FREIRE, 2017). É significativo observar a relevância da defesa do samba, e mesmo da tradição, como sentido afirmativo. Isso dá a entender que parte da produção científica ainda observa certa ameaça à música nacional, e que ela precisa ser defendida.

Depreende-se que o samba foi o gênero musical discutido significativamente no contexto da Música Popular. No caso do artigo sobre o funk¹⁸ (TROTTA), o emprego do descritor MP esteve relacionado ao gênero música popular – rock, funk – e não à música popular brasileira.

16 Napolitano (2010) enfatiza o engajamento político da canção entre os anos 1959-1969. Porém isso se intensifica para depois da promulgação do Ato Institucional nº 5 (dezembro de 1968), aonde a canção passou a ser cerceada pela censura. Com esse cerceamento e o fim da era dos Festivais e dos programas musicais na TV, houve uma mudança significativa no perfil de consumo de música popular, em que a música internacional se tornou a mais consumida (BERGOLD, 2019, p. 65-76). A defesa do nacional, da tradição, foi uma tentativa de se contrapor à “ameaça da música estrangeira” (BERGOLD, 2019, p. 101-102).

17 Veremos no próximo item – Música Não Popular – que essa proporção será completamente distinta.

18 Um dos artigos analisou o samba e o choro (FERNANDES/PULICI). Outros gêneros de música popular surgiram apenas uma vez – rock, sertanejo, rap; porém o foco não esteve correlacionado à Música Popular – compositor, obra (canção, disco) tradição e identidade nacional. Eles serão analisados no próximo item – Música Não Popular.

Os três artigos em que apareceu o descritor “Disco” correlacionado à MP tiveram como objetivo analisar as obras de três artistas: João Bosco/Aldir Blanc, Nara Leão e Tom Zé. Como observado anteriormente, o contexto histórico de análise se refere às décadas de 1960 (Nara) e 1970 (Bosco/Blanc e Tom Zé). No caso de Nara, a análise se referiu ao primeiro disco lançado por ela, em “discussões culturais e políticas mais amplas” (GEROLAMO, 2017). Em Bosco/Blanc foi realizada a análise de duas canções pertencentes ao disco *Tiro de Misericórdia* (única menção ao termo “disco”). No artigo sobre Tom Zé discutiu-se as “especificidades de sua atuação e inserção no mercado musical brasileiro” (FREIRE, 2017).

Na correlação entre o descritor “197(0s)” e “Música Popular”, três artigos abordaram o mesmo contexto histórico do “disco”, visto no parágrafo anterior. Em Tom Zé e Gismonti discutiu-se a criação musical e o papel da indústria fonográfica/mercado musical. Em Bosco/Blanc foram analisadas duas canções que “representam, poética e musicalmente, os conflitos e as tradições inerentes ao universo dos excluídos em tempos marcados pelo ‘milagre econômico’” (PINHO; VICENTE, 2015, p. 171).

Em quatro artigos do Quadro 4 não foram correlacionados nenhum descritor com a Música Popular. O enfoque de Costa (2016) esteve na atividade musical no Pará na primeira metade do século XX, nos sentidos das criações dos músicos, em torno das classificações de música folclórica, música popular e música artística. Nascimento (2017) explorou a repercussão da “Noite do Corta-jaca” ocorrida em 26 de outubro de 1914, e a discussão, na imprensa, entre o erudito e o popular. Moraes (2018) examinou o papel do crítico jornalístico Lúcio Rangel e o reconhecimento da “identidade nacional brasileira” por meio da música popular durante as décadas de 1950 e 1960. Trotta (2016) enfatizou a relevância da música popular do ponto de vista identitário no funk e sua presença na sociedade brasileira, com histórica vinculação com as periferias, morros e favelas; o enfoque do artigo está principalmente no incômodo gerado pelos rolezinhos.

Em síntese, a maioria dos artigos relacionados à Música Popular tiveram correlação com o seu produto – a canção e o disco – e o gênero samba. Foi significativo também que ao examinarmos o contexto histórico, os artigos ambientados nas décadas de 1960 e 1970 privilegiaram a análise de intérpretes/compositores/obras, sendo seus autores com formação/atuação na área da Música. Também encontramos menção à identidade e a tradição pertinentes à música popular. Passamos a seguir para a análise dos outros 13 artigos, em que o descritor MP não apareceu, e que agrupamos como Música Não Popular.

4 | MÚSICA NÃO POPULAR – MNP

O Quadro 5 apresenta os 13 artigos que não tiveram correlação com Música Popular no título, palavras-chave e resumo. Os assuntos estudados apresentaram um caráter mais distinto, peculiar, do que os apresentados no item anterior, cujas correlações

entre os descritores evidenciam certa semelhança de assuntos. Reiterando a fórmula dos descritores anteriormente mencionada, com frequência mínima de três artigos, o único descritor exclusivo da MNP é “Afro”. Além dele “Samba” apareceu duas vezes; “Canção”, “197(0)s”, e “Disco” uma vez.

As três ocorrências de “Afro” estão relacionadas aos gêneros samba partido-alto, rap e samba enredo (Carnaval evangélico). Apesar de serem gêneros de música popular, o escopo dos artigos não realçou as características exploradas no item anterior, como produção, canção, disco, intérprete. O que caracterizou esses três artigos foi a abordagem antropológica dos assuntos.

No estudo do samba partido-alto discutiu-se a “resistência à modernização e à descaracterização do samba na década de 1970” (BOCKSAY, 2017, p. 64), associando o samba à música da diáspora africana. A comunidade estudada resistiu à presença do Black Soul, por trazer ameaça à primazia do samba como identidade nacional¹⁹. Esse artigo é o que reúne o maior número de descritores – Samba, 197(0)s, Afro – da coleção da MNP.

Apesar do rap ser um gênero de música popular, no artigo “*Rap* nacional” as autoras, na parceria entre Antropologia e Educação, discutiram estética musical, reificação da escuta, relação do consumo e o jovem afrodescendente morador da periferia (FERNANDES; MARTINS; OLIVEIRA, 2016, p. 195).

No terceiro artigo ligado ao “Afro” – Carnaval evangélico e carnaval espetáculo – discutiu-se “a ascensão de desfiles de carnaval evangélicos no Rio de Janeiro em relação aos desfiles do carnaval espetáculo que apresentam elementos religiosos afro-brasileiros” (OOSTERBAAN, 2017, p. 697), que envolveu aspectos relacionados a samba enredo, cultura e religião.

¹⁹ Já comentei sobre a ameaça da música internacional sobre a brasileira na década de 1970. Diversos personagens ligados à música popular brasileira identificaram essa tendência, especificamente no ano de 1975: o cantor Silvio Caldas pretendia conversar com o então ministro da Educação e Cultura – Ney Braga – sobre a possibilidade “da nossa música” desaparecer; Tinhorão afirmou que compor “em brasileiro” enfrentava momentos difíceis; Edson Conceição e Aloisio Silva lançaram o samba *Não deixe o samba morrer*, sucesso da cantora Alcione (BERGOLD, 2019, p. 132).

| DATA | ASSUNTO/TÍTULO | DESCRITORES | AUTOR(A)/Área |
|---------|---------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------------------------|
| 1890s | Canções escravas no Brasil e Estados Unidos | Canção ²⁰ | ABREU História |
| 1901-30 | Mulheres que escrevem sobre música | | PAZ Educação |
| 1917 | Música e 1ª Guerra no Rio de Janeiro | | FAGUNDES História |
| 1970s | O samba partido-alto: resistência à modernização | Samba, 197(0)s, Afro | BOCKSAY Letras |
| 1980s | Música sertaneja e redemocratização | | ALONSO História |
| 1982 | <i>Singin' Alone</i> nas trilhas da música gravada brasileira | Disco | DIAS Sociologia |
| 2000s | Coleções e acervos de música: cultura digital | | MACHADO Música |
| 2005 | Música no Santo Daime: a noção do “eu” | | REHEN Antropologia |
| 2011-13 | Rap nacional: experiência em sala de aula | Afro | FERNANDES/MARTINS/ OLIVEIRA Antropologia/Educação |
| 2014 | Streaming: curadoria e descoberta musical no Spotify | | MOSCHETTA/VEIRA Sociologia/T.I. |
| 2014 | Indigenismo musical canadense: discurso jornalístico | | TAYLOR-NEU Antropologia |
| 2015 | Relações de trabalho de músicos no Rio de Janeiro | | REQUIÃO Música |
| 2016 | Carnaval evangélico e carnaval espetáculo | Samba, Afro | OOSTERBAAN Antropologia |

QUADRO 5 – ARTIGOS SEM O DESCRITOR MÚSICA POPULAR

Fonte: o autor

Além do samba e rap, mais dois gêneros de música popular apareceram nesse corpo de artigos: música sertaneja e rock (*Singin' Alone*). Em “Música sertaneja e redemocratização” – o autor destaca o apoio dado pelos músicos sertanejos ao regime militar a partir de 1964, e a tentativa de, a partir de 1980, reconstruir sua relação com a memória do período ditatorial (ALONSO, 2017). “*Singin' Alone*” foi o álbum de estreia da gravadora Baratos Afins, de autoria de Arnaldo Baptista. O artigo trata de produção fonográfica, indústria cultural e a trajetória do artista. Esse artigo pertence ao grupo relacionado ao descritor “Disco”, cujos três outros artigos foram apresentados no item Música Popular – “Nara Leão”, “Tom Zé” e “João Bosco e Aldir Blanc”. O que assemelha os quatro artigos é a análise da obra/compositor; mas o que distingue *Singin' Alone* é o fato de ser um disco de rock, cuja abordagem não considerou o gênero como sendo de música

²⁰ Em “Canções escravas” o descritor “Canção” se refere a uma peça musical cantada, sem correlação com a “Música popular”.

popular brasileira, enquanto os outros três se referiram ao gênero samba. Além disso, o foco da autora estava na discussão sobre a gravadora e seu primeiro disco gravado. Reiteramos o fato de que o que caracteriza o estudo da música popular é a sua abordagem, o seu escopo, mais do que o gênero musical.

Do ponto de vista do contexto histórico – Coluna DATA – existe uma lacuna entre 1917 e 1970, diferentemente do Quadro apresentado no item Música Popular, que teve diversos artigos enfocando obras e compositores, mais uma vez confirmando a tendência do escopo na MP. Sobre a coluna AUTOR(A) percebeu-se um maior equilíbrio entre as áreas autorais: 4 para Antropologia; 3 para História; 2 para Sociologia, Música e Educação; e 1 para T.I. e Letras. Retornando ao Quadro 3, que relacionou as revistas e as áreas de autoria, obteve-se certa correspondência entre a Revista do Instituto de Estudos Brasileiros e a MP: a área da Música foi mais frequente na RIEB, assim como no Quadro da MP. Em Outras Revistas houve correlação com a Música Não Popular, em que a quantidade de artigos por área de autoria foi mais equilibrada.

Como observado anteriormente pouca correlação houve no grupo de artigos da MNP. Porém na comparação entre MP e MNP chama a atenção a relação entre as áreas de autoria. Passaremos a discutir essas áreas individualmente – Antropologia, Música, História e Sociologia – buscando correlacionar os assuntos discutidos e prováveis tendências de abordagem de cada área, como discutido no primeiro item desse artigo.

5 | ÁREAS DE AUTORIA

5.1 Antropologia

Dos sete artigos cuja área de autoria é a Antropologia, três apresentaram o descritor Música Popular e foram ambientados na primeira metade do século XX. “Dinheiro e música popular” é o único dos sete que discute o produto: canções americanas e brasileiras que tratam de dinheiro. “A questão do popular” comparou a atuação de músicos-folcloristas e músicos populares profissionais e os diferentes sentidos nas criações desses músicos segundo as classificações da música como folclórica, popular e artística, segundo concepções da primeira metade do século XX, com referências a Mário de Andrade. “Tensões da música”, partindo-se da performance da música *Corta-jaca* de Chiquinha Gonzaga em 1914, teve como objetivo discutir noções de “erudito²¹” e “popular”, ou alta e baixa cultura, segundo pensamento da época (Mário de Andrade).

21 Erudito tem a mesma conotação de artística da frase anterior.

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Dinheiro e música popular – MP | 1900-50 |
| A questão do popular na música da Amazônia paraense – MP | 1900-50 |
| Tensões da música na Primeira República: a noite do Corta-jaca – MP | 1914 |
| Texto e contexto da música no Santo Daime: a noção do “eu” | 2005 |
| <i>Rap nacional: experiência em sala de aula – junto com Educação</i> | 2011-13 |
| Indigenismo musical canadense: discurso jornalístico | 2014 |
| Carnaval evangélico e carnaval espetáculo: transposição no Carnaval brasileiro | 2016 |

QUADRO 6 – ANTROPOLOGIA

Fonte: O autor

Os quatro artigos que não possuem o descritor Música Popular foram ambientados no século XXI. Dois desses artigos – Santo Daime e Carnaval evangélico – abordaram questões religiosas. No primeiro discutiu-se a música nos rituais. No segundo, o debate envolveu samba enredo, religião afro-brasileira e carnaval evangélico: quais as interseções envolvendo o secularismo e a herança cultural.

Em “Indigenismo musical canadense” foi analisado as peculiaridades na performance vocal de uma cantora canadense da cultura *Inuit* – Tanya Tagaq – sob o ponto de vista da escrita musical. E “Rap nacional” discutiu em que medida o rap, através de atividades em sala de aula, pode contribuir para os processos de formação e afirmação do jovem afrodescendente morador da periferia de São Paulo.

Em síntese, esse grupo de artigos discutiu questões musicais: em contextos comunitários no século XXI – Santo Daime, religião afro-brasileira e evangélica, periferia, comunidade *Inuit*; e em contextos socioantropológico-musicais, como as noções de música folclórica, popular, artística no Pará na primeira metade do século XX, e na sociedade republicana no Rio de Janeiro em 1914.

5.2 Música

Dos seis trabalhos na subárea Música – Quadro 7 – quatro deles têm relação com a música popular, analisam o artista e a obra²² e estão ambientados nas décadas de 1960 e 1970. Os outros dois trabalhos – “Coleções e acervos” e “Relações de trabalho” – estão contextualizados no século XXI. O primeiro trata de investigar os novos parâmetros para a criação, difusão e preservação da música (MACHADO, 2015). Em “Relações de trabalho” a autora estuda a realidade dos músicos profissionais vinculados ao Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro; concluiu que atuam prioritariamente na área da música popular²³ como instrumentistas e professores de música (REQUIÃO, 2016, p. 266), uma atividade geralmente informal e precarizada.

²² Já discutido no item Música Popular.

²³ O descritor Música Popular não foi encontrado no título, resumo e palavras-chave.

| | |
|----------------------------------------------------------------------|------|
| Nara Leão: entre a bossa nova e a canção engajada – MP | 1960 |
| A construção da sonoridade em Egberto Gismonti – MP | 1970 |
| A produção artística de Tom Zé na década de 1970 – MP | 1970 |
| O jogo triste da vida: duas canções de João Bosco e Aldir Blanc – MP | 1970 |
| Coleções e acervos de música no Brasil: cultura digital | 2000 |
| Relações de trabalho de músicos atuantes no estado do Rio de Janeiro | 2015 |

QUADRO 7 – MÚSICA

Fonte: O autor

Em síntese, a tendência dos artigos escritos por autores da área da Música foi pesquisar artista e obra da música popular, indústria fonográfica, ambientados nas décadas de 1960 e 1970, período emblemático, conforme comentado anteriormente.

5.3 História

Os cinco artigos relacionados à História – Quadro 8 – percorrem as principais fases cronológicas, diferentemente da Antropologia e Música discutidos anteriormente. Dois deles têm correlação com a Música Popular: em “Lúcio Rangel” Moraes (2018) exalta o papel desempenhado pelo crítico musical na formação da tradição em música popular brasileira. E Murgel (2018) faz um levantamento “cartográfico” da canção feminina e das mulheres compositoras de música popular do século XXI.

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------|
| O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil | 1890 |
| Música e guerra: impactos da Primeira Guerra Mundial no cenário musical carioca | 1917 |
| Lúcio Rangel e a invenção de uma historiografia da música popular – MP | 1950-60 |
| Música sertaneja, ufanismo e reconstruções da memória na redemocratização | 1980 |
| Pesquisando as compositoras brasileiras no século XXI – MP | 2000 |

QUADRO 8 – HISTÓRIA

Fonte: O autor

Três artigos não abordam a Música Popular: em “Canções escravas” Abreu (2015, p. 188) argumentou sobre a música pós-abolição e associou música e identidade social e/ou racial à construção de uma música popular brasileira²⁴ mestiça. Em “Música e guerra” Fagundes (2017) discute o cenário musical carioca da música erudita e os impactos dos concertos organizados pela Liga Brasileira pelos Aliados, além da estada do músico francês Darius Milhaud no Brasil²⁵. E “Música sertaneja” discute o papel ufanista desempenhado pelos cantores de música sertaneja no período do regime militar e a tentativa de reconstruir essa memória no período da redemocratização.

²⁴ O descritor Música Popular não foi encontrado no título, resumo e palavras-chave.

²⁵ É um dos trabalhos que pesquisam o contexto da música erudita/concerto/artística no conjunto total dos 25 artigos; o outro é o artigo português de mulheres que escrevem sobre música.

Em síntese, entende-se que essa seja a proposta da “nova história” ou da “história social”, contextualizando o fazer musical e compreendendo as interrelações entre todos os agentes da sociedade – intelectuais, compositores(as), críticos, artistas, cenário musical, regime militar, etc.

5.4 Sociologia

Dos três artigos vinculados à Sociologia – Quadro 9 – nenhum pertence à 1ª fase: “*Singin’ Alone*” pertence à 2ª fase e tem relação com a música popular, assim como “Gosto musical”. “*Singin’ Alone*” é exemplo de abordagem compositor/obra, como já observado na subárea Música; diferentemente dos outros, o nome do artista – Arnaldo Baptista – não aparece no título, pois o foco principal está voltado à gravadora – Baratos Afins – e à indústria fonográfica (DIAS, 2015).

Em “Gosto musical” os autores levantaram dados através de questionários aplicados ao público de casas de espetáculo; concluíram que ainda se mantém uma homologia entre o gosto musical e a hierarquia social de seus consumidores (FERNANDES; PULICI, 2016). “Música na era do streaming” também contou com dados levantados (entrevistas), nesse caso com usuários do *Spotify*. Observaram que “a facilidade de acesso incentiva a descoberta de novas músicas” e que a *playlist* é a principal forma dessa descoberta (MOSCHETTA; VIEIRA, 2018).

| | |
|----------------------------------------------------------------------|--------|
| <i>Singin’ Alone</i> (1982) nas trilhas da música gravada brasileira | 1982 |
| Gosto musical e pertencimento musical: o caso do samba e choro – MP | 2006-9 |
| Música na era do <i>streaming</i> : Spotify – <i>junto com T.I.</i> | 2014 |

QUADRO 9 – SOCIOLOGIA

Fonte: O autor

Em síntese, alguns detalhes relacionados à Sociologia se sobressaem: a posição da música dentro de uma estrutura social estabelecida. Isto foi discutido, tanto por Bourdieu (2007) quanto por Gans (1974): a relação entre cultura e gosto está relacionada ao posicionamento socioeconômico, como visto no artigo “Gosto musical e pertencimento”.

No estudo da música popular, Middleton (2001, p. 2461) identifica três caminhos para a popularidade de uma música: 1) escala de atividade, normalmente medida em termos de consumo; 2) desenvolvimento e papel dos meios de comunicação; 3) relação com grupo social. Enfatizamos que os três artigos da Sociologia se correlacionam com esses caminhos: “*Singin’ Alone*” tem relação com a indústria fonográfica – meio de comunicação; “Gosto musical” com grupo social e consumo; “Música na era do *streaming*”, consumo e meios de comunicação.

Além disso, na comparação da Sociologia e Antropologia discutida anteriormente, enfatizou-se a metodologia quantitativa e estatística, como entrevista e observação, que

constatamos nos artigos “Gosto musical” e “Música na era do *streaming*”.

5.5 Outras áreas

Dos quatro artigos faltantes, dois são da Área de Letras, um da Educação e outro da Comunicação. Em Letras, os dois artigos analisaram o samba, porém em períodos distintos: “A construção/invenção do samba” trata da atuação dos primeiros sambistas do início do século XX; já “O samba partido-alto” está relacionado à cultura afro-brasileira no contexto da década de 1970.

“Mulheres que escrevem sobre música”, da área da Educação, propõe compreender o papel de mulheres escritoras-musicistas entre 1901 e 1930 em Portugal. Junto com o artigo sobre Música e 1ª Guerra (PAZ, 2018), são os únicos que abordam a música erudita. E o artigo da Comunicação estuda o Funk no Brasil contemporâneo; apesar da relação com o descritor Música Popular, não é estudado pelo viés de um gênero de música popular brasileira e sim com sua vinculação com o contexto das periferias, morros, favelas e os rolezinhos, e seus aspectos relacionados à desigualdade social (TROTТА, 2016).

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------|---------|
| Mulheres que escrevem sobre música | Educação | 1901-30 |
| A construção/invenção do samba: mediações e interações estratégicas – MP | Letras | 1910-40 |
| O samba partido-alto: resistência à modernização | Letras | 1970(s) |
| Funk: uma música que incomoda – MP | Comunicação | 2013 |

QUADRO 10: ARTIGOS DE OUTRAS ÁREAS

Fonte: o autor

Este modelo tripartite não é hermético, possuindo vários pontos em comum. Pode-se notar questões comuns entre a Musicologia e a Etnomusicologia: Sexualidade e gênero, Teoria musical e análise, Historicismo; a escolha da abordagem vai depender do foco do pesquisador. Como exemplo, cito dois artigos considerados neste trabalho: Paz (2018) escreve sobre mulheres musicistas-escritoras que publicaram, em Portugal, entre 1901 e 1930 sobre música e educação, propondo-se compreender a *expertise* musical e seu papel de educadoras em seus círculos de sociabilidade. Compreende-se que a abordagem desse artigo está relacionada à Musicologia – mulheres musicistas – nas questões de Gênero e Sociomusicologia. Contudo, outro artigo trata também da análise de textos de crítica sobre a performance da artista indigenista canadense Tanya Tagaq (TAYLOR-NEU, 2018); neste caso, o foco principal seria a Etnomusicologia em questões de Etnicidade e Raça.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo fazer um levantamento da produção científica em

Música e Ciências Sociais – Antropologia, História e Sociologia – entre os anos de 2015 e 2019, examinando quais assuntos musicais foram privilegiados em revistas de classificação Qualis A1 e A2.

Detectou-se que a Música Popular foi o assunto mais discutido; outros tópicos derivados (que denominamos de descritores) foram a Canção, Samba, Disco, 1970(s). Em relação ao critério adotado de frequência em três artigos (no mínimo) surgiu também o descritor Afro, porém sem correlação com a música popular.

Dos 12 artigos (em 25) relacionados à Música Popular, 4 apresentaram estudo de artistas/obras ambientados nas décadas de 1960 e 1970; e apesar do caráter interdisciplinar (nenhuma das 25 revistas era da área da Música), a formação/atuação dos autores desses artigos também tinha relação com a Música. Houve também a defesa da música nacional, exaltando o gênero samba.

Já os outros 13 artigos, denominados de Música Não Popular, sem correlação com a MP, apresentaram assuntos diferenciados entre si. Somente o descritor Afro foi recorrente em 3 artigos nesse grupo, em abordagem antropológica. Houve um maior equilíbrio no número de artigos entre as áreas de autoria – Antropologia, História, Sociologia e Música, diferentemente do grupo da MP.

Apesar do caráter interdisciplinar foi significativo no conjunto total dos artigos a relação entre as áreas de autoria e o escopo das revistas: a Antropologia foi a mais frequente, seguida pela Música, História e Sociologia. Seguindo a discussão das características de cada área no item 1. desse artigo, na Antropologia houve maior frequência da abordagem das comunidades – periferia, Santo Daime, *rap* na periferia de São Paulo, samba enredo e religião afro-brasileira – diferentemente da Sociologia, que, apesar da quantidade menor, foi recorrente no estudo do perfil de consumidores – de samba e choro até de plataforma de *streaming*, como o Spotify. Na Música foi recorrente o estudo de artistas/obras nas décadas de 1960 e 1970.

De maneira geral, o estudo envolvendo a Música e as Ciências Sociais foi significativo pelo fato de, apesar dos diferentes contextos históricos, desde o final do século XIX até a década de 2010, os(as) autores(as) procurarem ambientar a prática musical e os seus agentes, trazendo uma compreensão mais ampla e cabal dessa prática.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil: diálogos musicais no pós-abolição. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 69, p. 177-204, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69009>

ALLEN, Warren Dwight. **Philosophies of music history**: a study of general histories of music 1600-1960. New York: Dover Publications, 1962.

ALONSO, Gustavo. Os Vandrés do sertão: Música sertaneja, ufanismo e reconstruções da memória na redemocratização. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 458-471, maio-ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2017.2.25062>

BENT, Ian. Theory, theorists: New theoretical paradigms, 1980-2000. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

BERGOLD, Rogério de Brito. **Aramis Millarch e a criação da Associação dos Pesquisadores em Música Popular Brasileira como instituição da esfera pública** – identidade, gosto e consumo na crítica de música brasileira popular em O Estado do Paraná entre 1965 e 1976. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOCKSAY, S. Undesired Presences: Samba, Improvisation, and Afro-politics in 1970s Brazil. **Latin American Research Review**, n. 52(1), p. 64-78, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.71>

BOHLMAN, Philip B. Ethnomusicology: Post-1945 developments. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

BUJIC, Bojan. Musicology: Disciplines of musicology: Sociomusicology. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001 (p. 4336-4337).

CASTAGNA, Paulo. A musicologia enquanto método científico. **Revista do Conservatório de Música da UFPel**. Pelotas, nº 1, p. 7-31, 2008.

COSTA, Antonio Maurício Dias da. A questão do popular na música da Amazônia paraense da primeira metade do século XX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 63, p. 86-102, abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p86-102>

DIAS, Marcia Tosta. Singin' Alone (1982) nas trilhas da música gravada brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 61, p. 39-55, ago. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i61p39-55>

DUCKLES, Vincent; PASLER, Jann. Musicology: The nature of Musicology. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

DUCKLES, Vincent; TOMLINSON, Gary. Musicology: National traditions of musicology: The USA. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001 (p. 4366-4371).

EGG, André. Apresentação. In: EGG, André (org.). **Música, cultura e sociedade: dilemas do moderno**. Curitiba: CRV, 2016, p. 7-9.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Música e guerra: impactos da Primeira Guerra Mundial no cenário musical carioca. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 76, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-02>

FERNANDES, Ana Claudia Florindo; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângela Paulino de. Rap nacional: a juventude negra e a experiência poéticomusical em sala de aula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, p. 183-200, ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p183-200>

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; PULICI, Carolina. Gosto musical e pertencimento social - o caso do samba e do choro no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 131-159, ago. 2016. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2016.109800.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini. Introdução: entre arte e ciência. In: FERNANDES, Dmitri Cerboncini; SANDRONI, Carlos (orgs.). **Música e ciências sociais: para além do descompasso entre arte e ciência**. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 15-28.

FREIRE, Guilherme Araujo. A produção artística de Tom Zé na década de 1970: considerações sobre o projeto da música “operária” e o disco *Estudando o samba*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 68, p. 122-144, dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i68p122-144>

GANS, Herbert J. **Popular culture and high culture: an analysis and evaluation of taste**. New York: Basic Books, 1974.

GEROLAMO, Ismael de Oliveira. Nara Leão: entre a bossa nova e a canção engajada. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 66, p. 172-198, abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i66p172-198>

JOST, Miguel. A construção/invenção do samba: mediações e interações estratégicas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 112-125, dez. 2015. doi: 10.11606/issn.2316-901X.v0i62p112-125

MACHADO, Cacá. Entre o passado e o futuro das coleções e acervos de música no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 173, p. 457-484, jul.-dez., 2015. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.100876>

MIDDLETON, Richard. Popular music. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Lúcio Rangel comendo “ovos quentes com Noel Rosa”: a invenção de uma historiografia da música popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, nº 77, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n77-06>

MOREIRA, Maria Beatriz Cyrino. Um coração futurista: a construção da sonoridade de Egberto Gismonti no início de sua trajetória (1969-1976). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 66, p. 199-200, abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i66p199-220>

MOSCHETTA, Pedro Henrique; VIEIRA, Jorge. Música na era do streaming: curadoria e descoberta musical no Spotify. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, p. 258-292, set-dez 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-02004911>

MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo. Pesquisando as compositoras brasileiras no século XXI. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p. 181-192, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p181-192>

MYERS, Helen. Ethnomusicology: History to 1945. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

NASCIMENTO, Rafael. Catete em ré menor: tensões da música na Primeira República. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 67, p. 38-56, ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i67p38-56>

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla B. (organizadora). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **A síncope das ideias**: a questão da tradição na música popular brasileira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume, 2001. Versão digital revista pelo autor. São Paulo, 2010.

OLIVEN, Ruben George. Dinheiro e música popular: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, Porto alegre, n. 45, p. 19-47, jan./jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000100002>

OOSTERBAAN, Martijn. Transposing Brazilian Carnival: Religion, Cultural Heritage, and secularism in Rio de Janeiro. **American Anthropologist**, v. 119, n. 4, p. 697-709, 2017. DOI: 10.1111/aman.12930

PAZ, Ana Luísa Fernandes. As eternas aprendizes de Euterpe: mulheres que escrevem sobre música em círculo(s) de sociabilidade (1901-1930). **Análise Social**, n. 228, V. 53, p. 548-570, 2018. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2018228.01>

PEGG, Carole. Ethnomusicology: Introduction. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

PINHO, Marcio Giacomini; VICENTE, Rodrigo Aparecido. O jogo triste da vida: a sinuca dos excluídos em duas canções de João Bosco e Aldir Blanc. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 60, p. 171-188, abr. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i60p171-188>

REHEN, Lucas Kastrup F. Texto e contexto da música no Santo Daime: algumas considerações sobre a noção de "eu". **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 469-492, 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442016v22n2p469>

REQUIÃO, Luciana. "Festa acabada, músicos a pé!": um estudo crítico sobre as relações de trabalho de músicos atuantes no estado do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 64, p. 249-274, ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i64p249-274>

SAMSON, Jim. Genre. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

SEEBASS, Tilman. Musicology: Iconography. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

SHEPHERD, John. Sociology of music. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

STOKES, Martin. Ethnomusicology: Contemporary theoretical issues. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001, p. 982-998.

TAYLOR-NEU, Robyn. "All There Is": The Reconciliatory Poetics of a Singing Voice. **American Anthropologist**, v. 120, n. 1, p. 113-125, 2018. DOI: 10.1111/aman.13003

TOMÁS, Lia. **A pesquisa acadêmica na área de música: um estado da arte (1988-2013)**. Porto Alegre: ANPPOM, 2015.

TROTTA, Felipe da Costa. O Funk no Brasil contemporâneo - uma música que incomoda. **Latin American Research Review**, Estados Unidos, vol. 51, n. 4, p. 86-100, 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há mais de duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Abordagens interdisciplinares 172
- Administración pública 73, 86, 89
- Agências reguladoras 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 137, 138
- Agricultura familiar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 15
- Antropologia musical 174
- Avaliação de impacto 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 110, 112, 115, 116

B

- Biblioteca pública 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 70, 71, 72
- Biblioteconomia 46, 47, 61, 67, 71

C

- Centros de atenção psicossocial 38, 39
- Cliente 97, 98, 110, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171
- Comunidades rurais 18, 19, 20, 21, 23, 28, 29
- Conservação de documentos 46, 47, 53, 54
- Contexto social 59, 61, 100
- Convívio social 36
- Coronavírus 19 (Covid-19) 31, 34, 40, 42, 61

D

- Dimensões da realidade social 18
- Dinâmica rural brasileira 1, 2

E

- Educación superior 73, 74, 75, 78, 80, 84, 86, 87, 89
- Escala de maturidade 121, 122, 123, 124, 125, 126, 136, 137
- Estratégia de preservação 50
- Estudo de comunidades 55, 59, 60, 62, 172
- Eventos climáticos extremos 140, 143

G

- Gestão da vida 36

I

Iluminação 52

Impacto social 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118

Insegurança alimentar 31, 32, 33, 34, 143

Institución de educación superior 80

Isolamento social 36, 69

L

Litigância climática 139, 140, 141, 145, 151, 152, 153, 158, 160

M

Mapeamento sistemático 99, 100, 101, 104, 105, 114

Mudanças climáticas antropogênicas 140

O

Organização das Nações Unidas 31, 34, 43

Organização Mundial da Saúde 31, 36

P

Periodo acadêmico 75, 81, 82, 84

Política nacional de agricultura familiar 2, 3

Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 35, 113, 123, 129, 152, 158

Políticas públicas de desenvolvimento rural 1, 2, 7, 8, 14, 17

Produção agrícola 3, 31, 32, 34

Produção global 1

Produtores rurais 1

Projetos produtivos 18, 19, 20, 27

Puesto laboral 162

R

Reforma psiquiátrica 35, 37, 38, 39, 44

S

Segregação 36, 131

Sociedade sem manicômios 37

T




Trabajadores 162, 164, 165

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

